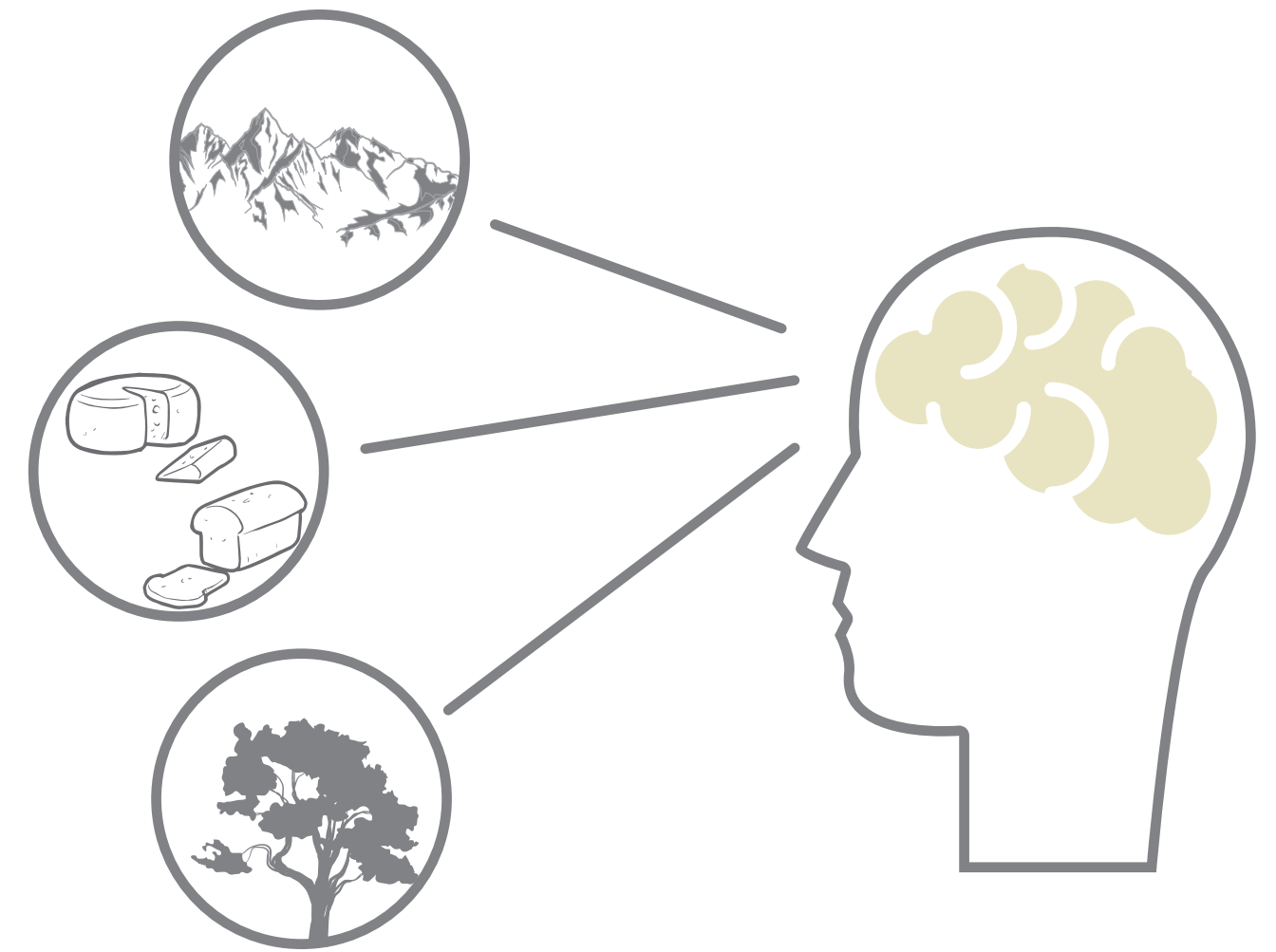


Fausto António
Saraiva Santos

ECOTURISMO - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL
NO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA (Concelho de Seia, estudo de caso)

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Fausto António Saraiva Santos

ECOTURISMO - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA (Concelho de Seia - estudo de caso)

Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, orientada por Professor Doutor João Luís Jesus Fernandes, apresentada ao departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS

ECOTURISMO

*Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade Social no Parque Natural Serra da Estrela.
(Caso de estudo – o concelho de Seia)*

Ficha Técnica:

Tipo de Trabalho: **Tese do Doutoramento**

Título: **ECOTURISMO - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA (Concelho de Seia, estudo de caso)**

Autor: **Fausto António Saraiva Santos**

Orientador: **Professor Doutor João Luís Jesus Fernandes**

Identificação do Curso: **Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura**

Área Científica: **Turismo e Lazer**

Ramo: **Turismo e Desenvolvimento**

Data: **Setembro - 2017**



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Resumo

O turismo tem sido um fator de desenvolvimento para alguns territórios. Porém, a sua relação com os vários setores empresariais e populações locais, bem como o feedback dos seus efeitos, leva à necessidade de se construírem análises rigorosas, para que se possam minorar os efeitos menos positivos e maximizar os pontos mais positivos, de forma a garantir-se uma sustentabilidade económica e social, num espaço temporal alargado.

A presente investigação aborda o papel dum segmento turístico, designado por “Ecoturismo”, entendido como um motor de progresso e desenvolvimento sustentável para o Parque Natural da Serra da Estrela, em particular no concelho de Seia.

A escolha deste concelho justifica-se pelo fato de este território ser dotado de recursos naturais, culturais e paisagísticos que têm levado a que se afirme a nível nacional e internacional em áreas como o turismo de natureza, o turismo cultural ou paisagístico.

Não sendo consensual a relação entre práticas turísticas e a conservação do património natural e cultural dos territórios, assim como, a qualidade de vida das populações locais, o “Ecoturismo” poderá ser um segmento turístico que preenche, ao mesmo tempo, o respeito pelos territórios e as suas populações, num patamar de sustentabilidade que deve atravessar todo o binómio “Procura-Oferta” Turística.

A investigação, tem como objetivo avaliar e cruzar a perceção da população local e dos turistas que se deslocam ao território estudado, assim como dos vários empresários ligados ao setor turístico (unidades de alojamento e restauração, comércio, cultura e entidades oficiais) no que respeita aos impactos que este segmento turístico pode provocar no concelho, de modo a perceber quais as medidas a ser implementadas para se atingir um “turismo viável e sustentável”. Sabemos que o ecoturismo, para além de conter soluções de carácter “simbólico-imagético”, relacionadas com os seus conceitos/aplicações, práticas e representações, tem vários impactos que poderão provocar alguns problemas, devido ao elevado número de variáveis que abarca e à complexidade de relacionamento entre essas mesmas variáveis.

A nossa investigação irá analisar os “processos de produção” de conhecimento sobre o ecoturismo nas esferas da política local, nacional e internacional e estudar “os múltiplos caminhos” da viabilidade deste segmento turístico que envolve dimensões de cariz social, ecológico e económico.

Palavras-chave: turismo; ecoturismo; sustentabilidade social e riscos.

Abstract

Tourism plays an important role in the development of many regions, but its interaction with the various entrepreneurial sectors involved and with local populations, as well as the feedback on its repercussions, must be carefully analysed so that its less positive consequences can be reduced and its positive impact can be maximized, and thus a long term economic and social sustainability can be achieved.

The present research takes on the role of a tourism segment known as “Ecotourism”, viewed as a driver of progress and sustainable development in the Natural Park of Serra da Estrela, and specifically in the municipality of Seia.

This municipality was selected because of the region’s wealth of natural, cultural and scenic resources, which underlie its national and international recognition in areas such as natural, cultural or scenic tourism.

The relationship between the practices of tourism and the preservation of the natural and cultural heritage, as well as the quality of life of local populations, is not consensual. “Ecotourism” can thus be a tourism segment that will simultaneously respect the landscapes and the local population, maintaining a level of sustainability across all its practices.

This research will assess and cross-reference the views of the local populations and visiting tourists, as well as the views of the entrepreneurs involved in this sector (restaurant and lodging units, retail, culture, and official entities), on the impact that this tourism segment can have on the municipality, so as to work out the best strategy to a “viable and sustainable tourism industry”.

Ecotourism provides “symbolic-imagetic” solutions, given their concepts/applications, practices and representations. But beyond that, the impact of ecotourism is felt in the problems that may result from the high number of variables involved and the complexity in the way they interconnect.

This research focuses on the “processes of knowledge production” on ecotourism within the local, national and international political spheres and analyses how viable are the “multiple ways” of this tourism segment, in all its social, ecological and economic dimensions.

Keywords: Ecotourism, Sustainability Social and Risks

Agradecimentos

A concretização desta dissertação de doutoramento só foi possível graças à colaboração e ao contributo, de forma direta ou indireta, de várias pessoas e instituições, às quais gostaria de exprimir algumas palavras de agradecimento e profundo reconhecimento, em particular:

Ao Professor Doutor João Luís Jesus Fernandes, pela disponibilidade manifestada para orientar esta investigação, incluindo o benéfico acompanhamento ao longo do meu percurso do doutoramento, como Professor do Seminário de “Turismo e Desenvolvimento”, no qual foi-me transmitindo algumas pistas de reflexão úteis para o tema a investigar, quer ainda, pela sua preciosa ajuda na definição do objeto de estudo e exigência de método e rigor, como pela revisão crítica do texto e profícuos comentários, esclarecimentos, sugestões, cedência e indicação de alguma bibliografia relevante para a temática em análise. O meu muito obrigado, pela acessibilidade, cordialidade e simpatia demonstrada como a confiança que sempre me concedeu, assim como, pelo permanente estímulo que, por vezes, se tornaram decisivos em determinados momentos da elaboração desta dissertação;

O meu agradecimento, para todos aqueles que de perto privaram comigo, ao longo destes últimos três anos, professores da parte letiva do doutoramento, colegas de doutoramento, dirigentes e funcionários das várias entidades públicas e privadas do concelho de Seia, nomeadamente:

Ao Município de Seia e em especial, a Ex.^a Vereadora Cristina Almeida e Sousa com o pelouro da Cultura, que disponibilizou três infraestruturas municipais como o “Museu da Eletricidade” o “Centro de Interpretação de Seia” e o “Museu do Brinquedo” para aplicação dos questionários aos turistas nacionais;

Aos proprietários e funcionários dos hotéis: “Complexo Turístico Quinta do Crestelo”, “Hotel Eurosol Camelo” e “Residencial Leitão” em Seia e à “Hospedaria A Torre” no Sabugueiro pela distribuição dos questionários aos seus hóspedes nacionais;

Ao Diretor do Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho, em Seia e ao seu quadro docente e discente, realçando a especial colaboração das coordenadoras das escolas de Torrozelo, Professora Beatriz Amaral e do Centro Escolar de São Romão, Professora Maria de Lurdes Saraiva, na distribuição de questionários aos encarregados de educação, familiares e funcionários da instituição, como nos contatos proporcionados com outros coordenadores. Ao presidente da “Associação de Artesãos da Serra da Estrela”, João Mário Amaral e às funcionárias da associação, com a sua prestimosa colaboração, na distribuição de questionários pelos formandos da associação como pela população local nas várias freguesias do concelho;

Ao presidente da “União de freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge” pela autorização que deu à funcionária D. Dina, na distribuição dos questionários à população local;

À D. Graça Reis, quadro do “Museu do Pão”, que teve a amabilidade de distribuir aos funcionários do museu, vários “questionários à população local” para o seu preenchimento;

Aos meus amigos, Professora Doutora Isabel Donas Botto e ao Mestre Geógrafo Ricardo Grade, pela colaboração e espírito de entreatajuda na construção de algumas peças da investigação; À mãe dos meus filhos, Professora Doutora Maria Filomena Ribeiro da Fonseca Gaspar, que com a sua longa experiência profissional, me aconselhou na parte final do doutoramento, no que concerne ao tratamento estatístico;

Por último, mas não menos importante, as derradeiras palavras de agradecimento vão para aqueles que são o verdadeiro motivo do meu empenho, esforço e dedicação, já que mais não seja, pelo exemplo que lhes devo e como uma parte da herança que lhes lego, os meus filhos – Sofia, Diogo e Vasco – muito obrigado pela paciência que tiveram comigo durante estes três últimos anos, em que não lhes pude dar toda a minha disponibilidade temporal e afetiva.

A todos, enfim, reitero o meu apreço e a minha eterna gratidão.

De toda a energia produzida na Terra desde o início da Revolução Industrial, metade foi consumida nos últimos vinte anos. De uma forma desproporcional, foi acima de tudo consumida por nós, nos países ricos; somos uma fracção extremamente privilegiada.

Hoje em dia, um cidadão médio da Tanzânia precisa de quase um ano para produzir o mesmo volume emissões de carbono geradas sem qualquer esforço por um europeu em dois dias e meio, ou quarenta e oito horas, se for americano. Resumidamente, hoje em dia conseguimos ter a vida que temos, pois consumimos os recursos a um ritmo cem vezes superior à maioria dos habitantes do planeta. Um dia – e não pensem que falta muito – muitos dos seis mil milhões de habitantes menos abonados vão exigir ter o mesmo que nós, e consegui-lo com a mesma facilidade, o que vai obrigar a um consumo de recursos que este planeta não consegue fornecer facilmente, nem sequer de uma maneira concebível. A maior parte das ironias seria se na nossa demanda infundável para encher a nossa vida de conforto e felicidade, criássemos um mundo sem nada disso.”

Bill Bryson (2010) “At Home – A Short History of Private Life.”

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice	vii
Índice de Figuras	xi
Índice de Quadros	xii
Índice de Gráficos	xvi
Índice de Anexos	xviii
INTRODUÇÃO	I

CAPÍTULO I

Conceitos e evolução sobre turismo e turistas. A emergência do Paradigma ambiental e da sustentabilidade

	7
1.1. – Turismo	7
1.1.1. – O turismo e a sua complexidade	15
1.2. – Turistas	17
1.3. – Código ético Mundial para o Turismo	20
1.4. – Paradigma ambiental e sustentabilidade	25
1.5. – Novo paradigma ambiental	26
1.6. – Sustentabilidade	28
1.6.1. – O papel da biodiversidade	31
1.7. – Educação ambiental	33
1.8. – Enquadramento da legislação nacional sobre a sustentabilidade turística	38
1.9. – Participação social nas questões ambientais	42
1.9.1. – Reflexividade	44

CAPÍTULO II

O ecoturismo e as áreas protegidas. Apresentação do estudo de caso (Parque Natural da Serra da Estrela e Concelho de Seia)

	47
2.1. – O ecoturismo como um novo paradigma ambiental	50
2.2. – Redes e alianças	56
2.3. – O ecoturismo e os riscos físicos e materiais	61
2.3.1. – Conceito de Risco	62
2.3.1.1. – As três grandes classes de risco existentes	62
2.3.2. – Paradigma psicométrico sobre riscos	64
2.4. – Certificação Ecoturística em Portugal	65
2.4.1. – Programas de Certificação e Rótulos Ecológicos em Portugal	67
2.4.2. – Exemplos de Ecoturismo certificado em Portugal	69
2.5. – Ambiente – Constituição Portuguesa	71
2.6. – Legislação sobre Parques Naturais	

Extratos do Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 Janeiro	73
2.7. – Plano de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela	
Extratos do Decreto-Lei n.º 316/207 de 19 Setembro	74
2.8. – Parque Natural da Serra da Estrela	75
2.9. – Concelho de Seia (infraestruturas e instituições)	86
2.10. – Plano Estratégico do concelho de Seia em relação ao turismo	
Relatório Final / Janeiro 2009	90
2.11. – Infraestruturas e iniciativas turísticas do concelho de Seia	95

CAPÍTULO III

Metodologia e Desenvolvimento da Investigação 101

3.1. – Pesquisa e recolha bibliográfica para a construção da parte teórica e empírica da investigação	104
3.2. – Dados Qualitativos	105
3.2.1. – Observação indireta	106
3.3. – Dados Quantitativos	107
3.3.1. – Software utilizado “IBM Statistical Package for Social Sciences (SPSS) no tratamento dos dados fornecidos pelos questionários (Turistas e Locais)	112
3.3.2. – Agrupamento de Escolas (amostra à população Local)	113
3.3.3. – União de freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge (amostra à população Local)	117
3.3.4. – Associação de Artesãos da Serra da Estrela (amostra à população Local)	119
3.3.5. – Indústria hoteleira (amostra aos turistas)	120
3.3.6. – Instituições da Autarquia de Seia (amostra aos turistas)	122

CAPÍTULO IV

Resultados e análise dos questionários e entrevistas

4.1. – Amostra da população do concelho de Seia	125
4.1.1. – Respondentes por local de entrega do questionário	125
4.1.2. – Respondentes por género por local de entrega do questionário	126
4.1.3. – Respondentes por grupo de idades por local de entrega	127
4.1.4. – Respostas sobre o Estado Civil, Concelho de Nascimento, Concelho de Residência, Permanência de Residência na mesma freguesia, Habilitações Literárias e Situação Profissional	129
4.1.5. – Qualidade global do setor turístico no Parque Natural da “Serra da Estrela”	138
4.1.6. – Impacto do setor turístico no Parque Natural da “Serra da Estrela” na Qualidade de vida dos residentes	139
4.1.7. – Impacto do setor turístico no Parque Natural da “Serra da Estrela”	140
4.1.8. - Trabalho no setor turístico no Parque Natural da “Serra da Estrela”	142
4.1.9. - Promoção do setor turístico no Parque Natural da “Serra da Estrela”	143

4.1.10. - Qualidade dos componentes do Parque Natural da “Serra da Estrela”	144
4.1.11. - Conhecimento do “Ecoturismo”	146
4.1.12. - Importância atribuída ao turismo ecológico e sustentável	150
4.1.13. - Ações de promoção do ecoturismo	151
4.1.14. - Benefícios e prejuízos do ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela	152
4.1.15. Importância de ações de reabilitação na implementação do ecoturismo no Parque Natural da “Serra da Estrela”	153
4.2. – Amostra aos Turistas	155
4.2.1. – Respondentes por local de entrega do questionário	155
4.2.2. – Respondentes por género por local de entrega do questionário	155
4.2.3. – Respondentes por grupo de idades por local de entrega	157
4.2.4. – Respostas sobre o Estado Civil, Concelho de Nascimento, Concelho de Residência, Habilitações Literária, Atividade Profissional	160
4.2.5. – Em férias, costuma ser acompanhado/a por ?	170
4.2.6. - Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino”	168
4.2.7. - Visitas anteriores ao Parque Natural da “Serra da Estrela”	170
4.2.8. - Frequências das visitas ao Parque Natural da “Serra da Estrela”	171
4.2.9. - Motivos da visita ao Parque Natural da “Serra da Estrela”	172
4.2.10. - Estação do ano mais atrativa para visita ao Parque Natural da “Serra da Estrela”	174
4.2.11. - Duração da visita ao Parque Natural da “Serra da Estrela”	175
4.2.12. - Despesas com alimentação e estadia na visita ao Parque Natural da “Serra da Estrela”	176
4.2.13.-Concelhos a visitar ou visitados no Parque Natural da “Serra da Estrela”	177
4.2.14. - Locais visitados ou a visitar no Parque Natural da “Serra da Estrela”	179
4.2.15. - Perceções sobre o Parque Natural da “Serra da Estrela”	180
4.2.16. - Turismo em outros Parques Naturais	182
4.2.17. - Quais?	183
4.2.18. – Conhecimento sobre Ecoturismo	184
4.2.19. - Frequência com que faz Ecoturismo	188
4.2.20. - Principal fator para fazer Ecoturismo	189
4.2.21. - O que influenciou para fazer Ecoturismo	190
4.2.22. - Os motivos para fazer Ecoturismo	191
4.2.23. - Onde costuma adquirir o Ecoturismo	192
4.2.24. - Costuma publicitar o Ecoturismo	193
4.2.25. - A quem publicita o Ecoturismo	194
4.2.26. - Vai voltar ao Parque Natural da “Serra da Estrela”	195
4.2.27. - Sobre as zonas turísticas que escolhe	196
4.2.28. - Sobre o custo da escolha turística	197
4.2.29. - O que influencia na aquisição turística	198
4.2.30. - Confiança no produto turístico	200
4.3. – Análise às entrevistas e aos questionários à população local e aos turistas	201
4.3.1. - Análise das entrevistas	201
4.3.2. - Análise dos questionários à população local	203
4.3.3. - Análise aos questionários dos turistas	206

CONCLUSÃO	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	217
RECURSOS Eletrônicos	223
DIPLOMAS LEGAIS CONSULTADOS	224
ANEXOS	225

Índice de Figuras

Figura 1: Turismo, Lazer e Recreação	10
Figura 2: Distribuição dos PINs na área do turismo	41
Figura 4: Território do Parque Natural da Serra da Estrela	76
Figura 5: Concelho de Seia no âmbito do distrito da Guarda e à escala nacional	78
Figura 6: Evolução do efetivo populacional para o concelho de Seia entre 2006 e 2013	79
Figura 7: Variação da atividade económica do concelho de Seia, entre 1960 e 2011 (%)	82
Figura 8: Variação da atividade económica da Zona Centro, entre 1960 e 2011 (%)	82
Figura 9: Freguesias do concelho de Seia	84
Figura 10: Densidade da população por freguesia	86
Figura 11: Centro escolar de Seia	114
Figura 12: Centro escolar de São Romão	115
Figura 13: Escola de Torrozelos	116
Figura 14: Escola de Sandomil	117
Figura 15: União de freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge	118
Figura 16: Associação de Artesãos da Serra da Estrela	119
Figura 17: Hotel Eurosol Camelo – Seia	120
Figura 18: Complexo Turístico do Crestelo (Aparthotel) – Seia	121
Figura 19: Residencial Leitão (Alojamentos) – Seia	121
Figura 20: Hospedaria “A Torre” – Sabugueiro”	122
Figura 21: “Centro de Interpretação de Seia” - Seia	123
Figura 22: “Museu do Brinquedo” – Seia	123
Figura 23: “Museu Natural da Eletricidade” – Seia	124
Figura 24: Naturalidade	131
Figura 25: Concelho de Residência	134
Figura 26: Nuts Nascimento	162
Figura 27: Nuts Residência	164

Índice de Quadros

Quadro 1: Esquematização da tese	5
Quadro 2: Síntese de Lazer, Recreação e Turismo	9
Quadro 3: N° de dormidas de portugueses e estrangeiros	14
Quadro 4: Velho e Novo Turista	18
Quadro 5: Paradigma atual e o novo paradigma	27
Quadro 6: Mudança de paradigma na área turística	27
Quadro 7: Princípio para uma educação ambiental	36
Quadro 8: Custo – benefícios do turismo	53
Quadro 9: Turismo Alternativo	54
Quadro 10: As três grandes classes de riscos ambientais	63
Quadro 11: Rótulos e certificações ecológicas em Portugal	67
Quadro 12: População residente nos concelhos do PNSE	76
Quadro 13: Evolução do efetivo populacional para o o concelho de Seia entre 1991 e 2011	79
Quadro 14: Indicie de envelhecimento no concelho de Seia	80
Quadro 15: Variação do efectivo populacional do concelho de Seia por freguesia entre 1991 e 20011	80
Quadro 16: População Residente e População Presente do concelho de Seia por freguesia em 2011	85
Quadro 17: Estabelecimentos de Ensino/Formação do concelho de Seia	88
Quadro 18: População Residente segundo o nível de ensino atingido, sexo e taxa de analfabetismo	89
Quadro 19: Cálculo de valores para estudo da população local	103
Quadro 20: Subconjuntos Turistas	109
Quadro 21: Subconjuntos população local	109
Quadro 22: População Residente na área do CES	114
Quadro 23: População Residente na área do CESR	115
Quadro 24: População Residente na área de Torrozelo	116
Quadro 25: População Residente na área da escola de Sandomil	117
Quadro 26: População Residente na área de Carrogosela	118
Quadro 27: População Residente na área de Várzea de Meruge	118
Quadro 28: Respondentes por local de entrega: frequências e percentagens	125
Quadro 29: Respondentes por género / local de recolha: frequências e percentagens	127
Quadro 30: Respondentes por grupo de idades /local de recolha: frequências e percentagens	128
Quadro 31: Estado Civil dos respondentes: frequências e percentagens	129
Quadro 32: Naturalidade: frequências e percentagens	130
Quadro 33: Concelho de residência: frequências e percentagens	133
Quadro 34: Sempre residiu na mesma freguesia: frequências e percentagens	135
Quadro 35: Habilitações Literárias: frequências e percentagens	135
Quadro 36: Situação Profissional cruzada com a idade dos respondentes: frequências e percentagens	137
Quadro 37.1: Mau: frequências e percentagens	138
Quadro 37.2: Razoável: frequências e percentagens	138

Quadro 37.3: Bom: frequências e percentagens	138
Quadro 37.4: Excelente: frequências e percentagens	138
Quadro 38.1: Mau: frequências e percentagens	140
Quadro 38.2: Razoável: frequências e percentagens	140
Quadro 38.3: Bom: frequências e percentagens	140
Quadro 38.4: Excelente: frequências e percentagens	140
Quadro 39: O setor turístico no Parque Natural “Serra da Estrela” contribui para:	141
Quadro 40: Membros familiares a trabalharem no Setor Turístico: frequências e percentagens	142
Quadro 40.1: Se sim, quantos?: frequências e percentagens	142
Quadro 41: Quais são os principais promotores: frequências e percentagens	143
Quadro 42: Como caracteriza o Parque Natural enquanto destino turístico em relação a certos itens? : médias	145
Quadro 43: Género * Conhece a designação Ecoturismo: frequências e percentagens	146
Quadro 44: Idade * Conhece a designação Ecoturismo: frequências e percentagens	148
Quadro 45: Habilitações Literárias * Conhece a designação Ecoturismo: frequências e percentagens	149
Quadro 46: Qual a importância que atribui a este tipo de turismo ecológico e sustentável: frequências e percentagens	150
Quadro 47: Diga se discorda ou concorda com as várias ações a desenvolver no âmbito da implementação dum ecoturismo: médias	151
Quadro 48: Qual é a sua opinião sobre os potenciais benefícios e prejuízos do Ecoturismo no Parque Natural da “Serra da Estrela”: médias	153
Quadro 49: Acha importante ou não, as ações de reabilitação ambiental económica e de promoção sociocultural, identificadas na implementação dum Ecoturismo no Parque Natural da “Serra da Estrela”: médias	154
Quadro 50: Respondentes por local de entrega: frequências e percentagens	155
Quadro 51: Respondentes por género por local de entrega: frequências e percentagens	156
Quadro 52: Respondentes por grupo de idades por local de entrega: frequências e percentagens	159
Quadro 53: Estado Civil dos respondentes: frequências e percentagens	160
Quadro 54: NUTS. Nascimento: frequências e percentagens	161
Quadro 55: Concelho de residência: frequências e percentagens	164
Quadro 56: Habilitações Literárias: frequências e percentagens	165
Quadro 57: Atividade Profissional: frequências e percentagens	166
Quadro 58: Em férias, costuma ser acompanhado/a por?: frequências e percentagens	167
Quadro 59.1: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino.	
Item 1 - Turismo / lazer: frequências e percentagens	169
Quadro 59.2: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino.	
Item 2 – Desportos Radicais: frequências e percentagens	169
Quadro 59.3: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino.	
Item 3 - Culturais: frequências e percentagens	169
Quadro 59.4: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos,	

quando está de férias ou visita um destino.	
Item 4 - Gastronómicas: frequências e percentagens	169
Quadro 59.5: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino.	
Item 5 – Turismo natureza: frequências e percentagens	169
Quadro 59.6: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino.	
Item 6 – Desportos de inverno: frequências e percentagens	169
Quadro 59.7: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino.	
Item 7 - Caminhadas: frequências e percentagens	169
Quadro 59.8: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino.	
Item 8 – Não responde: frequências e percentagens	170
Quadro 60: Já tinha visitado o Parque Natural da “Serra da Estrela”?: frequências e percentagens	170
Quadro 61: Se sim, quantas visitas já fez ao Parque Natural?: frequências e percentagens	171
Quadro 62: O que levou a escolher como destino turístico, o Parque Natural da “Serra da Estrela”?: médias	173
Quadro 63: Qual a estação do ano, que considera mais atrativa no Parque Natural da “Serra da Estrela”?: frequências e percentagens	175
Quadro 64: Quantos dias pretende permanecer no Parque Natural da “Serra da Estrela”?: frequências e percentagens	176
Quadro 65: Idade * Disposto a pagar Tabulação cruzada: frequências e percentagens	177
Quadro 66: Qual (ais) o (s) concelho (s) que vai visitar ou já visitou no Parque Natural da “Serra da Estrela”?: frequências e percentagens	178
Quadro 67: Qual (ais) o (s) local (ais) que vai já visitou ou vai visitar no Parque Natural da “Serra da Estrela”?: frequências e percentagens	179
Quadro 68: Tendo em conta a sua experiência turística no Parque Natural da “Serra da Estrela”, diga-nos qual a perceção que tem sobre os vários itens mencionados: média	181
Quadro 69: Costuma fazer turismo noutros Parques Naturais?: frequências e percentagens	182
Quadro 70: Quais?: frequências e percentagens	183
Quadro 71: Género * Já fez ecoturismo? : frequências e percentagens	185
Quadro 71A: Género * Já fez ecoturismo?: Teste qui-quadrado	185
Quadro 72: Idade * Já fez ecoturismo? : frequências e percentagens	186
Quadro 73: Habilitações Literárias* Já fez ecoturismo?: frequências e percentagens	187
Quadro 74: Com que frequência já fez Ecoturismo?: frequências e percentagens	188
Quadro 75: Qual foi o principal fator que o/a levou a fazer Ecoturismo?: frequência	189
Quadro 76: O que mais o/a influenciou a escolher o Ecoturismo?: frequência	190
Quadro 77: Assinale, por favor, os motivos pelos quais escolheu o Ecoturismo?: frequência	191
Quadro 78: Por norma, onde costuma adquirir o “Ecoturismo”?: frequência	192
Quadro 79: Ao consumir o “Ecoturismo” costuma publicitar a terceiros? Frequências e percentagens	193

Quadro 80: A quem costuma publicitar? frequência	194
Quadro 81: Deseja voltar a visitar o Parque Natural “Serra da Estrela”: frequências e percentagens	196
Quadro 82: Sobre as zonas turísticas que escolhe (território)	197
Quadro 83: Sobre o custo da escolha turística	198
Quadro 84: O que mais o/a influenciou na aquisição de um produto turístico	199
Quadro 85: Sobre a confiança no produto turístico	200
Quadro 86: Resumo das entrevistas informais	202

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Respondentes por local de entrega: frequência	125
Gráfico 2: Respondentes por género por local de entrega: frequência	127
Gráfico 3: Respondentes por grupo de idades por local de entrega: frequência	129
Gráfico 4: Estado Civil dos respondentes: frequência	130
Gráfico 5: Naturalidade fora do território nacional: frequência	132
Gráfico 6: Habilitações Literárias: frequência	136
Gráfico 7: Situação Profissional cruzada com a idade: frequência	137
Gráfico 8: Resumo dos Quadros 37.1, 37.2, 37.3, e 37.4: frequência	139
Gráfico 9: Resumo dos Quadros 38.1, 38.2, 38.3, e 38.4: frequência	140
Gráfico 10: O setor turístico no Parque Natural da “Serra da Estrela” contribui para: média	140
Gráfico 11: Quais são os principais promotores: frequência	144
Gráfico 12: Como caracteriza o Parque Natural enquanto destino em relação a certos itens: médias	145
Gráfico 13: Conhecimento do ecoturismo em função do género: frequência	147
Gráfico 14: Cruzamento entre a pergunta e idade: frequência	148
Gráfico 15: Cruzamento entre a pergunta e as habilitações literárias: frequência	149
Gráfico 16: Qual a importância que atribui a este tipo de turismo ecológico e sustentável: percentagens	150
Gráfico 17: Diga se discorda ou concorda com as várias ações de promoção a desenvolver no âmbito de implementação dum ecoturismo: média	152
Gráfico 18: Qual é a sua opinião sobre os potenciais benefícios e prejuízos do Ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela: média	153
Gráfico 19: Acha importante ou não, as ações de reabilitação ambiental económica e de promoção sociocultural, identificadas na implementação dum Ecoturismo no Parque Natural da “Serra da Estrela”: média	154
Gráfico 20: Respondentes por local de entrega: frequência	155
Gráfico 21: Respondentes por género por local de entrega: frequência	157
Gráfico 22: Respondentes por grupo de idades por local de entrega: frequência	159
Gráfico 23: Estado Civil dos respondentes: frequência	160
Gráfico 24: Nuts Nascimento fora do território nacional: frequência	163
Gráfico 25: Habilitações Literárias: frequência	165
Gráfico 26: Atividade Profissional: frequência	167
Gráfico 27: Em férias, costuma ser acompanhado/a por?: frequência	168
Gráfico 28: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, Quando está de férias ou visita um destino (itens 1,2,3,4,5,6,7,e,8): frequência	170
Gráfico 29: Já tinha visitado o Parque Natural da Serra da Estrela?: percentagens	171
Gráfico 30: Se sim, quantas visitas já fez ao Parque Natural?: frequência	172
Gráfico 31: O que levou a escolher como destino, o Parque Natural da Serra da Estrela?: média	174
Gráfico 32: Qual a estação do ano, que considera mais atrativa no Parque Natural da Serra da Estrela?: frequência	175
Gráfico 33: Quantos dias pretende permanecer no Parque Natural da Serra da Estrela?: frequência	176

Gráfico 34: Qual (ais) o (s) concelhos que vai visitar ou já visitou no Parque Natural da Serra da Estrela?: percentagem	178
Gráfico 35: Qual (ais) o (s) locais que já visitou já vai visitar no Parque Natural da Serra da Estrela?: percentagem	180
Gráfico 36: Tendo em conta a sua perceção turística no Parque Natural da Serra da Estrela, diga-nos qual a perceção que tem sobre os vários itens Mencionados: média	181
Gráfico 37: Costuma fazer turismo noutros Parques Naturais?: frequência	182
Gráfico 38: Quais?: percentagem	184
Gráfico 39: Cruzamento entre a pergunta e o género: frequência	185
Gráfico 40: Cruzamento entre a pergunta e a idade: frequência	186
Gráfico 41: Cruzamento entre a pergunta e as habilitações literárias: frequência	187
Gráfico 42: Com que frequência já fez Ecoturismo?: frequência	188
Gráfico 43: Qual foi o principal fator que o levou a fazer Ecoturismo?: frequência	189
Gráfico 44: O que mais o/a influenciou a escolher o Ecoturismo?: frequência	191
Gráfico 45: Assinale, por favor, os motivos pelos quais escolheu o Ecoturismo?: frequência	192
Gráfico 46: Por norma, onde costuma adquirir o Ecoturismo?: frequência	193
Gráfico 47: Ao consumir o “Ecoturismo” costuma publicitar a terceiros?: frequência	194
Gráfico 48: A quem costuma publicitar?: frequência	195
Gráfico 49: Deseja voltar a visitar o Parque Natural “Serra da Estrela” no futuro?: frequência	196
Gráfico 50: Sobre as zonas turísticas que escolhe (território): média	197
Gráfico 51: Sobre o custo da escolha turística: média	198
Gráfico 52: O que mais o/a influenciou na aquisição de um produto turístico: média	199
Gráfico 53: Sobre a confiança no produto turístico: média	201

Índice de Anexos

Anexo I: “Quadro auxiliar Para determinação dos Tamanhos das Amostras de H.Arkin e Colton, Tables of Statssiticians”	227
Anexo II: “Posto de Turismo de Seia” com referência ao ano de 2014	228
Anexo III: “Questionário aos “Turistas”	229
Anexo IV: “Questionário à “População Local”	235
Anexo V e VI: “Procedimentos discriminados na página da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular”	240
Anexo VII: “Autorização superiormente dada, por parte da vereação do pelouro da cultura da Câmara de Seia	242
Anexo VIII: “Codebook Locais”	243
Anexo IX: “Codebook Turistas”	266

Introdução

Na atualidade, na qual nos confrontamos cada vez mais com graves problemas ao nível dos recursos naturais, a atividade turística, no segmento dos produtos chamados ecológicos, poderá ter um papel importante em termos de sustentabilidade dos territórios.

O interesse por este tipo de turismo tem aumentado e, quando nos referimos que uma atividade deve ser sustentável, queremos mencionar que esta deve operar dentro das capacidades naturais de regeneração e duma futura produtividade dos recursos envolventes.

“Os turistas do futuro acreditam que a sua presença física e o uso das instalações com fins turísticos, não devem estragar os recursos que visitam e acreditam nas promessas oferecidas pelas empresas turísticas” (Wood, 2002, p.7).

Para Butler (1993), a atividade ecoturística deve ter como objetivo um futuro indefinido, ou seja, deve-se gerir esta atividade como uma empresa ou organização, a longo prazo, de forma que não se destruam os recursos naturais, culturais, económicos e sociais dos quais depende. Para que tal aconteça, devem-se pôr em prática fundamentos de sustentabilidade turística e juntar esforços no sentido de promover bons princípios que se tornem mais fiáveis e aplicáveis. Segundo Cater (1993), o turismo sustentável deverá atingir as necessidades das comunidades locais, em termos de melhorias de qualidade de vida, tanto a curto como a longo prazo. Ao mesmo tempo, deve satisfazer as exigências do crescente número de turistas, salvaguardando o meio ambiente e a necessidade de desenvolver políticas e medidas que, para além de válidas em termos teóricos, tenham uma boa aplicação.

Para Wearing & Neil (2009), se não se criarem meios eficazes que apoiem estas novas ideias, na prática, o turismo sustentável corre o risco de se tornar irrelevante e inerte no seu crescimento.

O ecoturismo, como uma forma de turismo sustentável, mais do que qualquer formato turístico, depende da qualidade ambiental e social, sendo necessários cuidados extraordinários para garantir que os impactos das suas atividades possam ser avaliados, controlados e minimizados. É de assinalar que o ecoturismo, por muitas vantagens que possa ter, terá sempre alguns impactos no ambiente. Por conseguinte, este tipo de turismo exige mais e melhor gestão.

Boyd & Butler (1996) alertam para que a qualidade ecológica e a integridade ambiental seja ao mesmo tempo uma atividade atrativa para os ecoturistas.

Quando discutimos turismo, temos que o referenciar como um fenómeno de cariz social, “porque empiricamente observável e social diz respeito ao homem em sociedade, dentro de um processo histórico” (Barretto, 2000, p.85), integrando ciências humanas e exatas como a Economia, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, dentre outras.

Devido a estas diferentes abordagens, a questão dos impactos do turismo nas comunidades receptoras necessita uma atenção particular por parte destas áreas científicas. “Historicamente, a primeira ciência a estudar o fenómeno turístico foi a Economia, seguida das ciências sociais (Sociologia e Antropologia) e da Geografia” (Barretto, 2000, p.85).

Para Rejowski (1996), o turismo é um fenómeno de múltiplas facetas que penetra em muitos aspetos da vida humana, quer de forma direta, quer indireta. Para a autora, o turismo tem-se desenvolvido utilizando métodos e técnicas de várias disciplinas. Ela destaca ainda que o turismo não reconhece fronteiras geográficas nem demarcações disciplinares, não importando quão distintas possam parecer. Por isso, “é considerada uma área estimulante porque requer uma integração de todas as principais ciências com as humanidades, combinadas com aquelas partes das ciências físicas que se relacionam com o meio ambiente” (Rejowski, 1996, p.20).

Conhecer a opinião dos turistas e dos residentes dos destinos turísticos, torna-se indispensável para uma boa planificação dos territórios, destacando-se a perceção da população local como uma parte essencial para o bom desenvolvimento dum projeto turístico.

Este estudo estruturou-se a jusante da dissertação apresentada pelo mesmo investigador para a realização das provas de mestrado em “Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos”. Sem que a tese de doutoramento seja uma continuidade daquela, cenário que nunca esteve na mente do investigador, tem como pontos em comum a preocupação pelos territórios, as comunidades locais, os riscos naturais e uma maior consciencialização existente sobre o meio ambiente, como foi manifestado pela conferência do clima de Paris de Novembro de 2015, que teve como objetivo uma maior redução das emissões de gases de efeito de estufa.

A investigação reflete uma sinopse de pesquisas desenvolvidas pelo autor, sobre o impacto dum projecto de cariz turístico, económico, social e ecológico numa área do Parque Natural da Serra da Estrela, mais propriamente no concelho de Seia.

Este concelho foi escolhido em virtude de ser um território de Portugal Continental com uma grande biodiversidade e cujas atrações turísticas estão muito relacionadas com o contato com a natureza, tornando-se o cenário ideal para as práticas do ecoturismo que, por norma, são criados onde um turismo de massas ainda não se expandiu muito.

Seia também foi escolhida por ser uma das principais portas de entrada para o Parque e por ser um concelho que se tem vindo a transformar em direção ao aproveitamento dum turismo sustentável, depois de ter sofrido um processo de desindustrialização que levou a grandes prejuízos económicos e sociais no território.

Apesar do potencial natural que este concelho tem para o segmento ecoturístico, devemos ter em consideração os dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, que chamam a atenção para a elevada evasão da sua população para os grandes centros urbanos o que leva por consequência a receber menos incentivos públicos assim como, os dados sobre estudos ambientais, fornecidos pelo Conselho da Comissão Europeia (2009), que em comparação com regiões semelhantes, demonstram cenários de alterações climáticas que podem vir a acontecer num futuro próximo, principalmente no local da “Torre”, com o desaparecimento gradual da neve para as atividades de lazer e desportivas.

A presente investigação, teve em atenção o impacto social e habitacional dum projeto ecoturístico nas comunidades locais, tanto nas suas dimensões particulares, como a sua melhor qualidade de vida, como nas suas representações comparativas do tradicional e do moderno.

Constata-se que, por vezes, no ecoturismo existe um hiato entre o que a definição estabelece e como o conceito é compreendido pelo senso comum. Em diversos casos, operadores turísticos e turistas têm uma maneira de ver limitativa do que este tipo de turismo significa em termos, das suas potencialidades e de que forma e onde pode ser praticado, o que vai diferenciá-lo do turismo tradicional com benefícios mútuos tanto para quem pratica como para quem o promove.

Na primeira parte, apresentaremos os referentes teóricos essenciais para esta temática. Identificaremos os referentes que nos mobilizaram para a realização desta investigação, inscrevendo-o num registo de vários sentidos, mas convergentes, para uma melhor visibilidade social, económica e ambiental, sempre numa ótica de praxis formativa.

Esta primeira parte da investigação será dividida em dois capítulos.

No primeiro, duma forma concisa, apresentaremos os conceitos de evolução e parametrização de temas como “turismo e turistas”, assim como, iremos descrever o “paradigma ambiental, a sustentabilidade e a biodiversidade” como pontos-chave do início da nossa investigação, por serem fatores cada vez mais prementes para o desenvolvimento dos territórios através das mais-valias que o turismo/natureza proporciona na atualidade. Abordaremos ainda a educação ambiental, como um ponto importante para o desenvolvimento da sociedade e do turismo. Depois, iremos realçar a componente da participação social através duma reflexividade sociológica, que achamos necessária nestes tempos globais e que poderão ter um papel importante para a compreensão dos vários interesses dos atores intervenientes e do seu grau de resiliência. Ainda neste capítulo, aludiremos a legislação nacional sobre o ambiente.

Já no segundo capítulo, iremos referir-nos ao novo segmento turístico, “ecoturismo”, como uma proposta para o território investigado. Saber o que é e o que o distingue de outros segmentos turísticos, assim como os seus pontos fortes e menos positivos. Ainda neste capítulo, iremos debruçar-nos sobre o sistema de redes e o levantamento dos riscos que este tipo de turismo pode comportar, tanto para quem o oferece (agentes e população local) como para quem o procura (turistas). Far-se-á referência a alguns riscos existentes nos territórios, de forma a ultrapassar e prevenir, a montante, os vários desastres (ambientais e humanos), os quais por vezes têm custos demasiado elevados para a sociedade.

Faremos alusão à certificação ecoturística em Portugal, questão que entendemos fundamental para um bom desenvolvimento deste segmento turístico, referindo alguns exemplos nacionais. Assim como, um resumo da legislação que existe em Portugal sobre parques naturais e sobre o ordenamento que regula o Parque Natural da Serra da Estrela.

Ainda neste capítulo, iremos contextualizar o território da investigação, com as suas características endógenas, as quais possuem um grande potencial para o desenvolvimento do ecoturismo. Este capítulo irá servir para melhorar a perceção do estudo empírico que consistiu na construção e aplicação de questionários aos turistas que visitaram o concelho de Seia, assim como à sua população, sobre a vertente do turismo em geral e do novo segmento turístico como o “Ecoturismo”.

Na segunda parte da investigação, serão explanados os procedimentos efetuados para a obtenção dos dados empíricos, como os instrumentos utilizados (questionários aplicados tanto aos turistas como à população local) assim como, a descrição e análise dos resultados das entrevistas informais aos vários atores do processo turístico.

O que nos moveu para o início desta investigação foi saber:

Questão nº 1º - Qual a percepção que a população local tem relativamente ao setor do turismo no seu território e a um desenvolvimento turístico naquele território como o ecoturismo;

Questão nº 2º: A população local tem uma boa percepção sobre o setor turístico local e terá algum conhecimento do que é o “ecoturismo”?

Questão nº 3º - Saber quais as características de consumo dos turistas naquele território e a sua percepção sobre o segmento turístico (ecoturismo).

Questão nº 4º: Haverá diferenças entre as percepções que os visitantes têm sobre o turismo naquele território e do conhecimento sobre “ecoturismo” e as percepções da população local?

Esta segunda parte da investigação será composta pelo capítulo três, que consistirá sobre a metodologia adotada, assim como o seu desenvolvimento em três subdivisões: “procedimentos”, “instrumentos - questionários” e “descrição das amostras”.

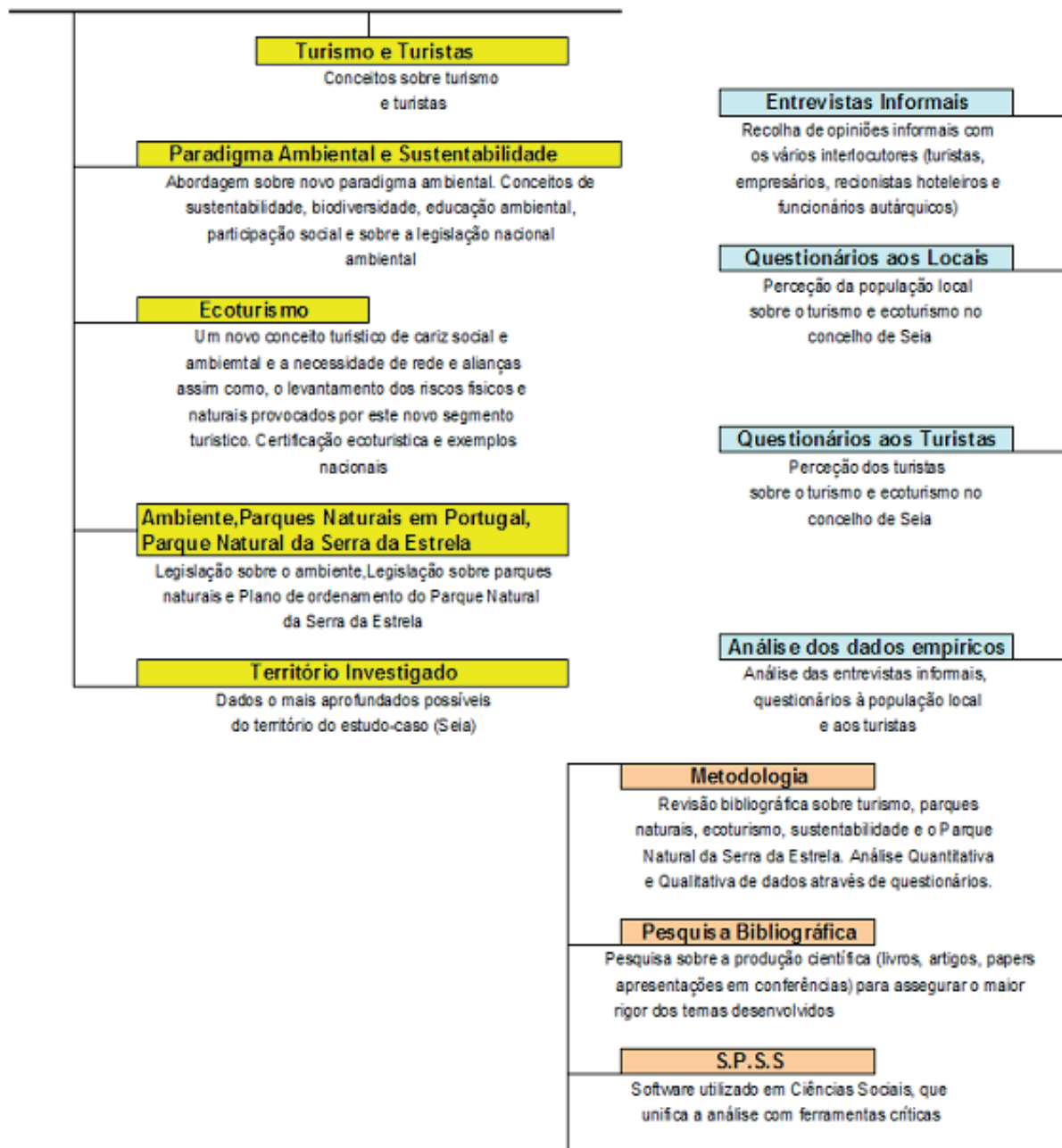
“A investigação em ciências sociais segue um procedimento análogo ao do pesquisador de petróleo. Não é perfurando ao acaso que este encontrará o que procura. Pelo contrário, o sucesso de um programa de pesquisa petrolífera depende do procedimento seguido. Primeiro o estudo dos terrenos, depois a perfuração. Este procedimento implica a participação de numerosas competências diferentes. Os geólogos irão determinar as zonas geográficas onde é maior a probabilidade de encontrar petróleo; os engenheiros irão conceber processos de perfuração apropriados, que irão ser aplicados pelos técnicos. No que respeita à investigação social, o processo é compatível. Importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho. Este nunca se apresentará como uma simples soma de técnicas que se trataria de aplicar tal e qual se apresentam, mas sim como um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho” (Quivy, 1995, p.15).

No capítulo 4, iremos descrever os resultados das respostas às questões postas nos dois questionários (“locais” e “turistas”). e nas entrevista informais.

No subcapítulo 4.1, faremos uma análise/resumo, às entrevistas e aos questionários realizados tanto aos turistas como à população local.

O (Quadro 1) irá expôr de forma esquematizada a construção da investigação.

Quadro I: Esquematização da tese.



Fonte: construído pelo investigador

A construção da investigação, partiu numa primeira fase, na definição da metodologia a adotar para o tratamento do tema proposto, assim como, os instrumentos operacionais a utilizar (entrada a castanho na esquematização acima referida) de seguida partiu-se para uma construção duma estrutura teórica (entrada a amarelo), que gerasse uma apreciação melhor dos resultados empíricos obtidos (entrada azul).

Capítulo I

Conceitos e evolução sobre turismo e turistas. A emergência do paradigma ambiental e da sustentabilidade

I.1. Turismo

O turismo exige uma discussão ampla sobre o modelo de desenvolvimento. Essa discussão envolve questões como a cidadania, o meio ambiente, a ética, a sustentabilidade e a necessidade de uma inclusão maciça de todas as pessoas intervenientes no processo.

O turismo é um fenómeno que pode levar a externalidades positivas e negativas, isto é, cria empregos, impostos e desenvolvimento mas, se mal planeado, poderá ser um fator de poluição, exclusão social, concentração de rendimento e de outros problemas como o aumento da prostituição, o incremento da exploração sexual infantil e o comprometimento de investimentos em projetos mal elaborados.

A responsabilidade por essas questões não será da exclusividade dos governos, estes funcionam normalmente como reguladores, mas sim da sociedade organizada como um todo, como empresários, profissionais turísticos, organizações não-governamentais e comunidades locais. Em que estas últimas, devem participar e comprometer-se o mais possível, com os resultados decorrentes dos projetos turísticos.

Para uma melhor resolução destas questões, achamos que existe a necessidade de uma melhor educação ambiental e uma informação o mais isenta possível.

Segundo Maria Helena da Rocha Pereira (1998), no seu livro *Estudos de História da Cultura Clássica da Cultura Grega*, no período áureo da Grécia antiga, as competições dos jogos olímpicos despertavam o interesse de pessoas de diferentes lugares a participarem desse importante e destacado momento desportivo. No ano de acontecimento dos jogos, eram enviados arautos por todo território helênico, a fim de convidar assistentes e atletas a participar do evento. Nessa altura era difundida e aceite a trégua entre cidades em litígio, proibindo o conflito armado neste período. O objetivo era permitir o movimento de todos participantes durante a vigência das competições. Na verdade, valorizava-se deste modo o “turista”, propiciando as condições necessárias para a deslocação segura de atletas e espetadores.

Por meio de relatos escritos, pode-se afirmar que o aparecimento da palavra “turismo”, começa em 1746 em Inglaterra, quando surge documentada uma frase inglesa com a expressão “to take a turn”. Em 1760, surge outra expressão “to make a tour”. A ligação destas expressões, conjuntamente com os relatos sociais da época, leva-nos a referenciar o século XVIII como o início do primeiro conceito sobre turismo.

Passados uns anos, com a alteração de práticas turísticas por parte das famílias inglesas abastadas do princípio de século XIX, que começaram a enviar os seus filhos para a Europa continental, principalmente para a região mediterrânica, pode-se afirmar que existe uma associação

desta prática social com o início do turismo moderno. Também em Inglaterra, mais tarde, surge uma figura muito importante para o desenvolvimento desta atividade. Thomas Cook terá sido o pioneiro do turismo enquanto atividade comercial. Em 1841 encetou a primeira viagem organizada da história, um antecedente daquilo que hoje é um pacote turístico. Uma década mais tarde fundou a primeira agência de viagens do mundo, a Thomas Cook & Son.

Segundo Santos e Gama (2008, p.119) “As mudanças na estruturação dos tempos sociais das sociedades modernas originaram um aumento significativo dos tempos de lazer. Este aumento teve como corolário uma crescente e diversificada utilização dos lugares como espaços de lazer. Além disso, esta universalidade dos tempos de lazer traduz-se, para uns, numa forma de democratização do consumo; para outros, num processo de elitização motivador de distinção social.”.

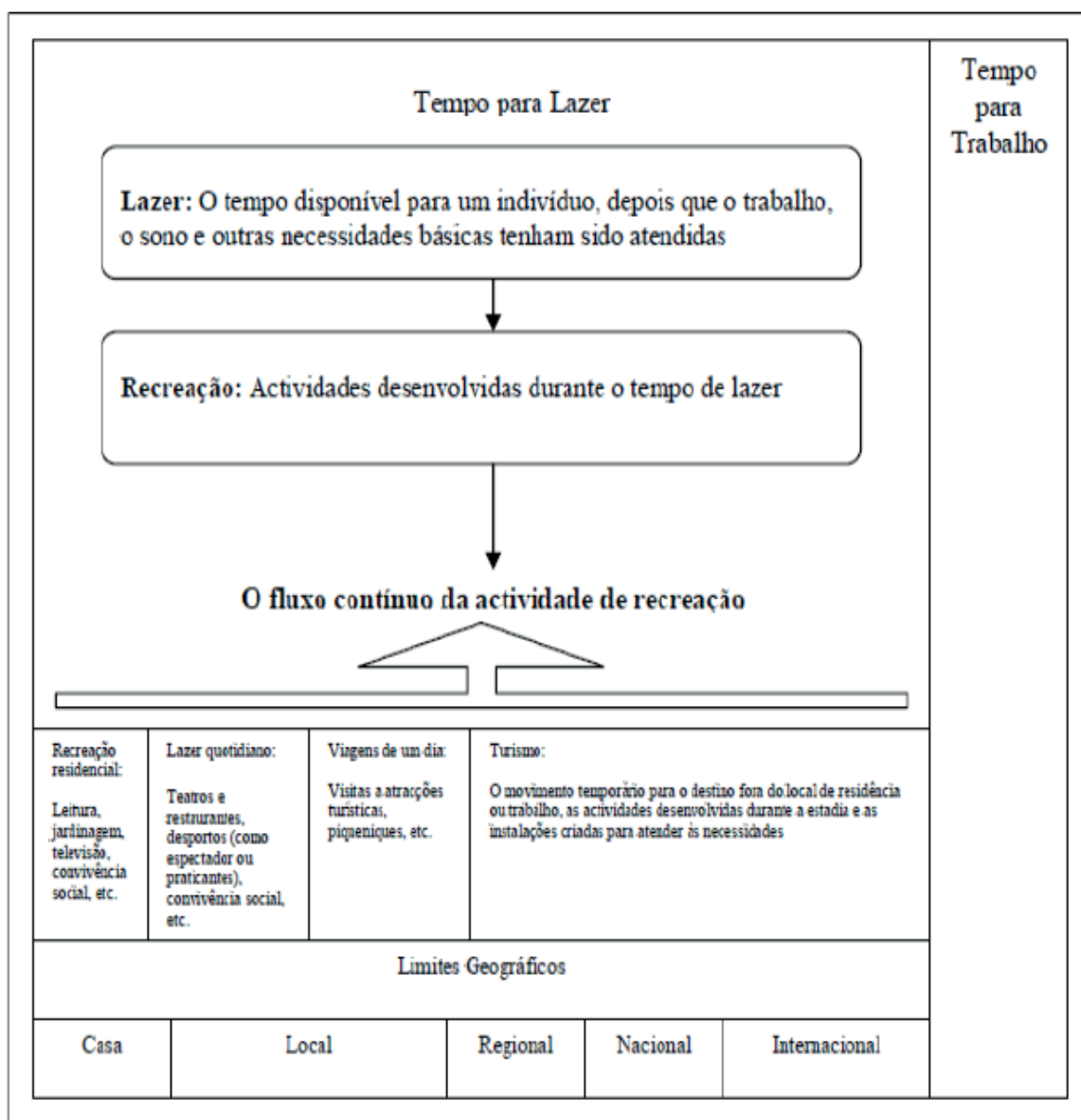
Ainda para estes autores “O consumo e o aumento do tempo livre, necessário para consumir, característicos das sociedades contemporâneas, ao acentuarem os processos de diferenciação social no acesso aos lazes, parecem contrariar, aliás, a ilusão igualitária através do lazer. Antes se afirma uma distinção social em que a novidade, a sofisticação e a exclusividade se materializam na raridade e no exotismo dos lugares de lazer” (Santos e Gama, 2008, p.129).

Mieczkowski (1981) (in Poria, et al., 2003) define “lazer” como “tempo livre”, na linha do pensamento romano e entende o “turismo” como “fenómeno socioeconómico” associado à idade industrial moderna.

No entanto, a fronteira entre trabalho e lazer é muito ténue. A diferença entre “tempo de lazer” e “tempo de não lazer” é mais de percepção do que de classificação formal. Na generalidade, tal distinção não é fácil. Contudo, segundo De Grazia (1962) (in Poria et al., 2003, pp.26-38) o termo lazer é sempre referente a algo pessoal, um estado de espírito ou sensação. Mudando o termo lazer para o termo “tempo livre” parece estarmos a passar de um conceito qualitativo para um conceito quantitativo. De acordo com Neal, Sirgy and Uysal (1997) (in Kim, 2002) a dimensão do bem-estar do lazer é obtida através de componentes de experiências de lazer em casa e de satisfação com experiências de viagem/excursão turística. Segundo Poria et al. (2003), para entender o turismo como um fenómeno social, é importante definir o conceito de “tempo livre” e “tempo não livre”.

Boniface and Cooper (1987) (in Cooper et al., 2003) (Quadro 2) propõem que o turismo seja uma parte da recreação, sendo estas as atividades desenvolvidas durante o lazer. Por seu lado, o lazer é todo o tempo disponível, que um indivíduo possui, ou tempo de não trabalho, depois do sono e outras necessidades terem sido satisfeitas. Para eles o turismo deve ser entendido como um movimento temporário para um destino fora do local de residência ou trabalho.

Quadro 2: Síntese de Lazer, Recreação e Turismo.



Fonte: Boniface and Cooper (1987 et al.,2003)

Mieczkowski (1981) (in Poria, et al., 2003) (Figura 1) acrescenta que o termo “recreação” é o proposto por Clawson and Knetsch (1966), como “algo que ocorre durante o lazer”, mas nem todo o lazer é recreação, o que pressupõe haver outros fatos, atividades ou comportamentos, que ocorrem durante o tempo de lazer. Este entendimento propõe que seja “qualquer atividade que um indivíduo associe a gozo, atividade essa não limitada no tempo e no espaço, cabendo a esse indivíduo a decisão se a atividade é de recreação”. A recreação surge assim, como percepção e atitude num determinado contexto. Nesta linha, Chubb and Chubb’s (1981) (in Poria et al., 2003) propõem que a recreação seja “qualquer” tipo de gozo consciente que pode ocorrer em qualquer momento e lugar, pois o único critério é se o participante entende a atividade como sendo recreativa.

As propostas de “lazer” e “recreação” estão associadas com as percepções subjectivas dos indivíduos, sugerindo que o “turismo” seja uma dimensão complexa do comportamento humano.

Esta abordagem também está suportada pelas investigações que apontam para o lazer como tempo e a recreação como atividade. Esta conceção teórica tem sido “modernizada” com a adição da variável: “perceção subjectiva dos turistas, sobre o tempo livre e tempo não livre.” (in Poria et al., 2003).

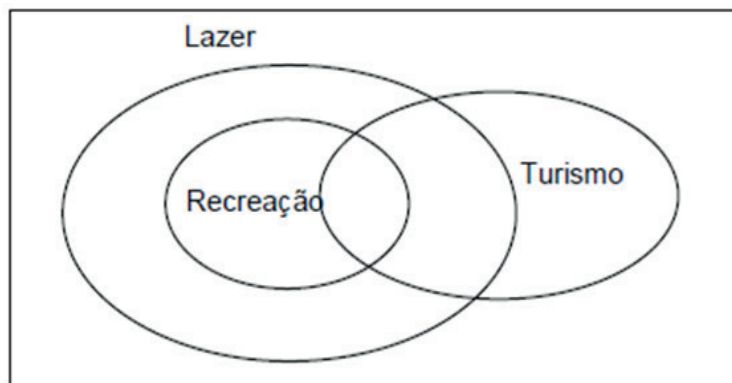


Figura 1: Turismo, Lazer e Recreação. **Fonte:** Mieczkowski (1981) (in Poria e al., 2003)

A Organização Mundial do Turismo (WTO) adotou, em 1994, a definição de turismo como a: “atividade de pessoas que viajam e que ficam em lugares fora dos seus ambientes habituais, por períodos inferiores a um ano, para lazer, negócio ou outro propósito”. Depois, em 1995, acrescenta “... cuja intenção não seja obter uma atividade remunerada”.

Esta definição coloca a ênfase turística nas pessoas que viajam. Daqui podem retirar-se as dimensões que devem estar presentes nesta definição:

- Deslocação de pessoas;
- Propósito da viagem;
- Tempo de viagem e estadia;
- Local da viagem.

Um aspecto a salientar é que três elementos básicos estão presentes na avaliação de turismo, que são: o “espaço” o “tempo” e o “objetivo da viagem”, no qual o espaço se refere ao deslocamento, o tempo à permanência no local visitado e o objetivo ao propósito do que vão fazer (lazer, recreação).

O turismo poderá ser definido como um fenómeno que ocorre quando as pessoas se deslocam para lugares diferentes dos de sua residência, com intenção de retorno. Para o deslocamento, é necessário existirem condições que o possibilitem, ou seja, o turismo não abrange somente o fenómeno em si, mas todos os serviços e produtos que permitem a sua ocorrência, como transportes, meios de hospedagem, serviços de agenciamento, alimentação e atrativos, o chamado sistema turístico.

Moreira (2013, pp. 91-92) propõe “...que esta atividade, ou antes, este conjunto de atividades económicas e sociais seja entendido como um sistema complexo, integrado, dinâmico, aberto e resiliente, que é influenciado por fatores exógenos e evidencia capacidade para influenciar o ambiente que o envolve. Defende-se que concetualização do turismo deve, pois, basear-se

no pressuposto de que existe um sistema turístico composto por múltiplas componentes que interdependem e que interatuam, que se organizam, agem, interagem e reagem com um propósito: conferir eficiência aos sistema turístico, uma eficiência norteada por uma gestão estratégica, por uma intencionalidade e por uma direccionalidade que contemple a qualidade, a sustentabilidade, a inovação e a competitividade”.

De entre esta panóplia de questões, devemos sublinhar, entre elas, a importância do social na discussão sobre o turismo, a qual nos irá servir de referência em toda a nossa investigação.

Para uma melhor compreensão das atividades turísticas, elaboramos uma subdivisão com a ajuda de algumas leituras coincidentes sobre a matéria como, por exemplo, um artigo elaborado pela Organização Mundial do Turismo (2001), em que através das diferentes ocupações do tempo livre que as sociedades dispõem, os diferentes segmentos do turismo serão estabelecidos a partir dos elementos da identidade da oferta e das características e variáveis da procura turística, existindo quase tantos tipos de turismo como interesses humanos, podendo-se mencionar alguns dos mais relevantes:

- **O turismo de sol e praia:** caracteriza-se pelas atividades turísticas relacionadas com a recreação, entretenimento ou descanso em praias, por causa da presença da água, sol e calor;
- **O turismo náutico:** caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas como meio ou como finalidade da movimentação turística, e pode ser classificado em turismo fluvial, turismo em albufeiras, turismo lacustre e turismo marítimo;
- **O turismo cultural:** como fenómeno social, produto da experiência humana, cuja prática aproxima e fortalece as relações sociais e o processo de interação entre indivíduos e seus grupos sociais, ou de culturas diferentes, está relacionado à vivência do conjunto de elementos significativos do património histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura;
- **O turismo de estudos e intercâmbios:** constitui-se pela movimentação turística criada por atividades e programas de aprendizagem e vivência para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- **O turismo cívico:** caracterizado por deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, fatos, observação e participação em eventos cívicos, que representem a situação presente ou a memória política e histórica de determinado local;
- **O turismo de negócios e eventos:** compreende as atividades turísticas decorrentes das relações de interesses profissionais, associativos, institucionais de carácter comercial, técnico-científico, promocional e social;
- **O turismo desportivo:** a definição adotada estabelece que esse tipo de turismo compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de alguma modalidade desportiva;

- **O turismo de aventura:** compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. É importante destacar que se considera atividades de aventura, aquelas cujo o objetivo é a tentativa de superação de limites pessoais. Este tipo de turismo, quando organizado ou intermediado por prestadores de serviços e operadores de agências de turismo, está submetido a normas e regulamentos de segurança, que orientam o processo de certificação dos serviços;
- **O turismo de saúde:** é aquele praticado por pessoas que se deslocam em busca de climas ou estações de tratamento, onde possam recuperar a saúde física e/ou mental. Também pode ser chamado de turismo de tratamento ou terapêutico, destacando-se para esse fim o termalismo, em razão da valorização dos agentes naturais de cura;
- **O turismo religioso:** caracteriza-se pelas atividades turísticas decorrentes da procura espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados com as religiões institucionalizadas tais como as afro-brasileiras, espíritas, católicas e protestantes, compostas de dogmas, hierarquias, estruturas, templos, rituais e sacerdócio. Podem ser citadas, como exemplos dessas atividades, as peregrinações e romarias, retiros espirituais, visitação a espaços e edificações religiosas, dentre outras;
- **O turismo místico e esotérico:** são atividades turísticas relacionadas com as práticas, crenças e rituais alternativos, que ocorrem em função da busca da espiritualidade, do autoconhecimento e do autoaperfeiçoamento. Caminhadas de cunho espiritual e místico, práticas esotéricas, técnicas de meditação são exemplo desse tipo de atividade turística;
- **O turismo de pesca:** compreende as atividades turísticas decorrentes da pesca amadora, entendida como atividade de pesca praticada por nacionais ou estrangeiros, com finalidade de lazer, turismo ou desporto, sem finalidade comercial;
- **O turismo rural:** é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agro-pecuária, agregando valor a produtos e serviços e resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Considerado uma derivação do turismo rural, o termo agro-turismo é adotado em alguns locais sendo aceites os dois termos – Turismo rural e Agroturismo. O que se denomina agroturismo compreende as atividades turísticas internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade;
- **O ecoturismo:** é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar da população local.

Este segmentos turísticos evidenciam quão complexa é a procura turística e quão relevante é o seu conhecimento no quadro de uma gestão estratégica e de uma afirmação competitiva dos destinos turísticos.

Segundo Carlos Fortuna e Claudino Ferreira (1996), as alterações trazidas pela modernidade

tardia e pela hipermodernidade configuram uma procura turística diferenciada que estimula uma oferta turística cada vez mais multiforme e multiorientada para mercados e segmentos de procura.

No âmbito da procura turística relevam-se as motivações, nas quais o “reconhecimento da sua importância tem já longas décadas, remontando aos anos 70 do século XX, consubstanciando-se na construção de tipologias classificativas. Estas tipologias organizam-se em torno de: (i) o comportamento sociológico e psicológico dos turistas bem como da sua personalidade; (ii) os fatores de afastamento e de atração e (iii) as necessidades” (Moreira, 2013, p.479).

Durante um período de tempo, o turismo foi considerado uma atividade à qual não lhe eram quase imputados conflitos negativos, do ponto de vista social, cultural ou ambiental. Mas, a partir da década de setenta (do século XX), a realidade alterou-se e surgiram as primeiras vozes denunciadoras sobre os efeitos negativos que podem aparecer com a atividade turística. Ainda assim, segundo Faulkner e Tideswell (1997), existem regiões que apostam na atividade turística como o seu motor para o seu desenvolvimento.

Para esta dualidade de efeitos (positivos e negativos) têm havido uma maior consciencialização sobre a necessidade de minorar os seus efeitos negativos e maximizar os seus positivos, de forma a garantir a sua sustentabilidade, sendo esta a chave mestra para esta questão. Para Choi e Sirakaya (2006) o debate sobre o desenvolvimento sustentável, alargou-se de igual forma ao setor turístico.

O crescimento do turismo é uma realidade que acompanhou a disseminação dos valores da “Modernidade” e do “Iluminismo”. Sabemos que a história da humanidade não é linear, mas sim pontuada por movimentos contraditórios, por incoerências e paradoxos que levam a que cada vez mais pessoas possam desfrutar do prazer e do bem-estar, sendo necessário que as sociedades se organizem e proporcionem o acesso às necessidades básicas e aos desejos das comunidades.

O turismo poderá ser um grande negócio económico a nível global, mas é mais do que isso, é um convite à convivência entre pessoas, etnias e culturas diferentes. É uma possibilidade de conhecer o planeta e a sua natureza com as suas culturas variadas.

A própria viagem é uma preciosidade do imaginário das pessoas e a sua realização pode expressar-se em sentimentos variados que, por vezes, podem tornar-se conflituosos. O turismo é, acima de tudo, prazer e esse prazer não pode ser egoísta ou isolado de outras dimensões da vida humana.

A realidade demonstra, que o turismo leva as pessoas a terem de se deslocar de seus pontos de residência para outros lugares e que sem os meios de transporte, as viagens de longa distância e mesmo as de curta distância seriam quase impossíveis. Os meios de transporte são um dos mais importantes elementos do setor de viagens e turismo. Eles compreendem todas as infraestruturas necessárias para sua operacionalização, como sejam as estradas, portos e aeroportos e muitos outros fatores. Dessas infraestruturas, depende parte da qualidade e da segurança do serviço prestado na atividade turística.

A evolução dos meios de transporte foi essencial para o desenvolvimento do turismo. Não é por acaso que o aumento da quantidade de viagens e destinos coincidiu com o surgimento e a popularização das linhas aéreas.

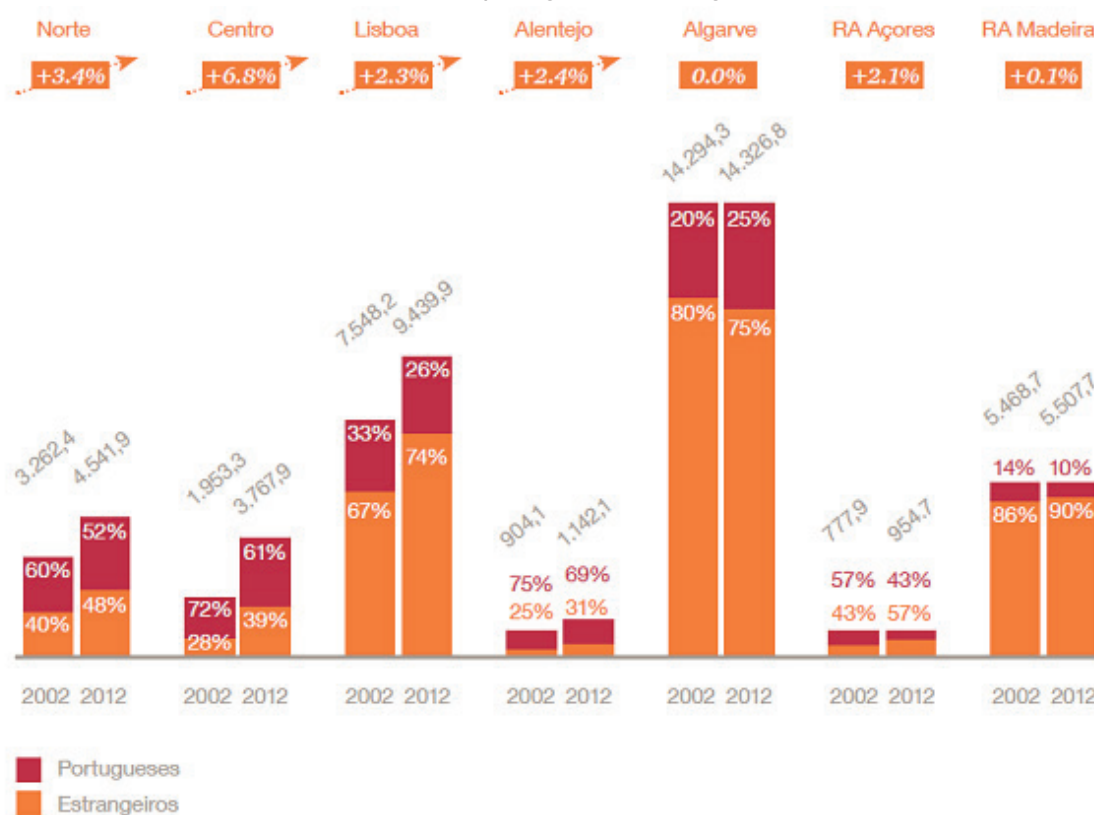
As viagens de avião tornaram as distâncias menores e levou à integração dos meios de transporte como se conhecem nos tempos atuais, já que muitas vezes os turistas utilizam mais de um modo para chegar ao seu destino final.

A combinação do avião com o comboio ou barco é muito comum quando se programa uma viagem, mas o transporte rodoviário (carros e autocarros) é cada vez mais usado para viagens mais curtas e deslocações dentro do próprio destino.

Em Portugal, as atividades do setor do turismo têm estado relacionadas com a criação de emprego e assumem particular importância no nosso país, uma vez que este território constitui um destino turístico importante para muitos dos nossos co-cidadãos comunitários.

Confirma-se, através dos dados estatísticos fornecidos por instituições como o INE e a POR-DATA, atualizados em 2016-10-12, que o total de pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros passou de 20107 indivíduos em 1966, para 48793 indivíduos em 2014, confirmando-se o crescimento do número de dormidas de portugueses e estrangeiros de 2002 a 2012 que aumentou na maioria das regiões turísticas de Portugal (Quadro 3).

Quadro 3: N° de dormidas de portugueses e estrangeiros – valores em milhares



Fonte: Turismo de Portugal

Embora muito vulneráveis às alterações da economia mundial, as atividades turísticas parecem continuar a oferecer boas perspectivas de emprego, na medida em que se assiste, hoje, ao desenvolvimento de novas formas de turismo.

Estas novas formas estão também relacionadas com a importância económica, cada vez mais reconhecida, das atividades ligadas à recuperação do património histórico, rural e paisagístico, também elas consideradas potenciais criadores de postos de trabalho.

1.1.1. O turismo e a sua complexidade

Dentro da complexidade do turismo em geral, incluindo as áreas protegidas, não se pode deixar de referenciar o modelo “Sustainable Livelihoods” de Caroline Ashley (1999), o qual nos chama a atenção, para a importância do levantamento, o mais exaustivo possível, dos ativos naturais, sociais, físicos, humanos e financeiros dos territórios.

O modelo tem uma “estratégia (ascendente) de desenvolvimento que parte do que uma população tem, não do que não tem” e vê “a cultura como uma das dimensões do capital local”, (Ashley and Carney, 1999 p.4) As autoras não se referem, em concreto, ao turismo, mas sim a todos os projetos de desenvolvimento dos territórios, nos quais o turismo pode estar incluído, ao recomendarem um quadro conceitual transdisciplinar para investigar qual o impacto do turismo nas suas comunidades.

O grande benefício deste quadro, encontra-se na capacidade de reconhecer e trabalhar com mudanças em sistemas (complexidades e incertezas), em contraste com os métodos de impacto tradicionais, baseados em abordagens com indicadores de avaliação linear. O quadro proposto destina-se a atuar como um ponto de partida para novas explorações de resiliência e sistemas complexos de pensamento no turismo, concebidos em área protegida.

Para as autoras, a resiliência é uma abordagem baseada em sistemas complexos que permite o reconhecimento explícito da incerteza e mudança e, como tal, o quadro conceptual proposto, está posicionado para agir e tirar proveito de sistemas emergentes.

De igual modo, Jennifer-Munro (2009) defende, que a resiliência contribui para uma análise mais explícita das interações dinâmicas entre as componentes sociais e ecológicas dum sistema, baseando-se, numa tradição empírica quantitativa das ciências ecológicas, em que as empresas que são capazes de inovar e adaptar-se através de uma ampla gama de pontos de criação de valor, tendem a ser mais resistentes às crises e às mudanças.

A autora alerta, para a “complexidade burocrática”, que contribui cada vez mais, para as preocupações tanto empresariais como para as populações locais, no que concerne ao turismo em geral e sobretudo em áreas protegidas.

Existe um excesso de regulamentações cada vez mais complexas e inflexíveis. Este excesso de regulamentação é uma preocupação reconhecida por todos os interessados, perante um mercado global, cada vez mais competitivo, no qual os custos e benefícios associados com os regu-

lamentos precisam ter um maior escrutínio. A autora, chama também a atenção para a variável “capital humano” a qual é suscetível de desempenhar um papel na promoção da resiliência. As questões acima referidas, poderão acontecer em todos tipos de territórios, mas a classificação de espaços geográficos coloca desafios particulares, principalmente em espaços protegidos, em que se levanta mais potencialidades turísticas, mas ao mesmo tempo também mais responsabilidades.

Para Jennifer-Munro (2009), o turismo em área protegida, tem que ter a noção de que os territórios têm recursos finitos, assim como o respeito pelas populações locais tem que ser um dever a observar (as identidades culturais constituem um património coletivo).

Por vezes a atividade turística é um domínio onde existem conflitos permanentes: entre operadores turísticos e populações locais; entre áreas protegidas e desenvolvimento turístico.

São numerosas as populações que manifestam a sua oposição às restrições a que obrigam as áreas protegidas. O que poderá parecer, à primeira vista, uma contradição, não o será. Na grande maioria dos casos, algumas dessas áreas estiveram, desde sempre, fora dos eixos de desenvolvimento dos países, ao serem consideradas áreas periféricas. Durante anos sem acessibilidades, foram áreas de intensos e permanentes fluxos migratórios, para o estrangeiro e internas, com índices de escolaridade reduzidos, e com um forte envelhecimento demográfico. Agora quando o “turismo as descobre” ou quando as populações locais descobrem que o turismo pode melhorar a sua qualidade de vida, é considerada uma área protegida, onde a legislação determina o que se deve ou não deve fazer.

Como gerir este conflito?

Provavelmente serão necessárias cedências de todas as partes interessadas, o que levará, além disso, algum tempo.

O fenómeno turístico, pela sua própria natureza, tem de ser observado de uma forma muito mais ampla e atenta, no qual a economia está, sempre presente, mas onde outras componentes têm de ser progressivamente valorizadas. É necessário não se perder de vista que a atividade turística é comandada por uma lógica que contém dentro de si imensas contradições.

Por um lado:

- promove o desenvolvimento local e regional, mas também pode acelerar a desterritorialização;
- promove a mobilidade (os milhões de turistas que viajam), mas exige “sítios” privilegiados de paragem que frequentemente consome e cada vez mais os devora. Existem, “sítios” onde os recursos estão sujeitos a um consumo tal que dificilmente poderão ser recuperados e além disso, a sua destruição pode pôr em causa a atividade que permitiu promover esses lugares (o turismo).

Fazer turismo é sinónimo de qualidade de vida de quem viaja, mas pode gerar impactos que acelerem a degradação ambiental e a decomposição do património natural, passando pelo património construído, e chegando às culturas locais, ao provocar por vezes, algumas alterações demasiado rápidas nos padrões de vida.

1.2. Turistas

Muitos serão grandes viajantes. Cada um deles, na sua época, com os meios e recursos disponíveis, cruzaram mares e conheceram novas terras, fazendo descobertas de grande importância para a sociedade, por vezes colocando em risco as suas próprias vidas. No entanto, esses viajantes serão turistas?

O desafio é descobrir o que diferencia o turista de outras categorias, para isso, iremos tentar estabelecer os conceitos de viagem e viajante, para saber o que é o “Turista”.

Como já referimos, turistas são aqueles que viajam no seu tempo livre, para locais diferentes da sua residência, com a intenção de retorno ao seu local de origem.

Merece destaque a questão do tempo livre e a intenção de retorno. Aqui aparecem as principais diferenças entre o turista e outro tipo de viajante qualquer como, por exemplo, o imigrante, que viaja para mudar o local de residência permanente, o político que em tempo de campanha eleitoral faz os seus comícios em diferentes regiões. Verifica-se assim, que a viagem é um deslocamento do seu lugar de origem a outro ponto da terra, sendo diferenciada de outros deslocamentos a partir das suas motivações, nas quais a atividade turística só ocorre quando o deslocamento se dá no tempo livre, ou seja, naquele tempo gasto fora do trabalho e em geral, compreende o viajante que está fora de seu local de origem por mais ou menos vinte e quatro horas e menos de um ano.

Já o conceito de tempo livre só apareceu depois da “Revolução Industrial”, com as mudanças na concepção de trabalho do tempo social e da evolução tecnológica, em especial nos transportes, que permitiram o deslocamento a longas distâncias num menor tempo, num menor custo e numa maior segurança.

Para se compreender melhor o tempo livre na sociedade moderna e a necessidade de lazer, será necessário entender como o trabalho industrial se transformou num disciplinador social; percebendo as suas consequências para a sociedade e ao mesmo tempo, como se tornou um auxiliar para o surgimento do turismo organizado, o qual por seu turno, levou a uma interdependência estrutural das atividades turísticas com os demais elementos do contexto social levando a que haja a necessidade dum estudo interdisciplinar para um melhor desenvolvimento sustentável de projetos turísticos.

Na atualidade, assistem-se a mudanças tanto por parte da procura como da oferta. Estas novas tendências, pelo lado da procura, são sustentadas numa adoção de práticas ecológicas de preservação ambiental. Nesse sentido, assistimos ao crescimento dos designados “novos turistas” e à formação de novos segmentos e nichos de mercado.

Para Luís Saias (2007) a sofisticação e a educação crescente dos clientes (consumidores particulares ou gestores de clientes organizacionais) têm vindo a proporcionar uma transformação das suas necessidades habituais, resultando assim em novas tendências da procura e no surgimento de novos tipos de consumidores, mais complexos.

Também a comunicação eletrónica começou a possibilitar que o desenvolvimento do turismo, tivesse uma maior transparência e estreitando a relação com o cliente final.

Hoje os clientes estão melhor informados, por isso, são mais críticos e exigentes, e esta situação torna mais árdua a sua fidelização, por parte da oferta.

Os consumidores possuem, nos nossos dias, um perfil que já não lhes permite prescindir de um juízo crítico a respeito da qualidade dos bens e serviços que consomem, constituindo um critério determinante nas decisões de compra. Por conseguinte, parece genericamente aceite, que a orientação pela qualidade não é uma moda, uma conceção passageira de gerir os negócios.

Para Kujala e Lillrank, (2004), deve-se aos consumidores o fato de a qualidade ser hoje concebida como total e de o objetivo último ambicionado pelas organizações ser a excelência.

Aliada à tendência de melhoria contínua, observa-se um crescente “movimento ambiental”, com os consumidores a tornarem-se mais conscientes da sua capacidade de decisão, e do poder que podem exercer no mercado.

É evidente o interesse do meio académico e científico pelo emergir de um “novo turista”, protagonista desta nova era da atividade turística que teve início na década de noventa do século XX.

O “novo turista” está mais apto a estabelecer comparações, é mais flexível, procura uma maior qualidade, assim como um bom nível de serviços, levando a que os seus valores o façam consumir um produto turístico de forma ética e orientada para o ambiente, o que também reflete que houve uma mudança no seu estilo de vida.

Para compreender melhor esta transformação, entre a nova procura e a velha procura turística, apresentamos um resumo que Auliana Poon (1993) organizou sobre a matéria (Quadro nº 4).

Quadro 4: Velho e Novo Turista.

	Velho Turismo	Novo Turismo
Consumidores	<ul style="list-style-type: none"> - Bronzear - Inexperiência - Segurança nos números 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter roupas vestidas - Maduros - Querem ser diferentes
Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> - Não são amigáveis - Utilizadores Limitados - Ficam sozinhos 	<ul style="list-style-type: none"> - Falam uns com os outros - Todos os Participantes são utilizadores - Muitas tecnologias integradas
Produção	<ul style="list-style-type: none"> - Competição através do preço - Economia de Escala - Integração vertical e horizontal 	<ul style="list-style-type: none"> - Competição através da inovação - Economia de escala e de alcance - Integração diagonal
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho é um custo da produção - Maximizar capacidades - Vender o que é produzido 	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho é a chave da qualidade - Gestão da qualidade - Ouvir os consumidores
Condições de Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação - Crescimento económico - Crescimento descontrolado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberalização - Reestruturação - Limitação do crescimento

Fonte: Adaptado de Poon (1993)

Para a autora, o turismo de massas foi ultrapassado por uma nova revolução do turismo marcada pelo sentido de responsabilidade e pela crescente procura da natureza e de culturas genuínas. Considera que o turismo internacional está a sofrer uma transformação rápida e radical, em direção a uma nova “atividade” baseada nas “novas práticas e no bom senso” tendo como forças motrizes os consumidores, a tecnologia, as técnicas de gestão, as práticas de produção e as condições estruturais.

Neste contexto, as novas práticas dos turistas, apresentam uma característica comum: o desejo de se distanciarem do turismo de massas, assistindo-se à designada “des-diferenciação” que, segundo Mowforth e Munt (1998), significa o marcar a diferença através da educação, pela inovação e pela criatividade. É neste enquadramento que surge o “ecoturismo” no início dos anos noventa, como motivação e produto turístico.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o ecoturismo é simplesmente a variante de turismo que mais cresce no mundo, apresentando um crescimento na casa dos 25% ao ano. Para que se tenha uma ideia do tamanho deste crescimento, a taxa de crescimento do turismo convencional está na casa dos 7,5% ao ano, o que dá a medida do tamanho da importância que o ecoturismo tem auferido junto às pessoas do mundo todo. Sendo expectável que esta tendência de crescimento sustentado se mantenha no futuro.

O ecoturismo, como forma alternativa de turismo, possui ao mesmo tempo um desejável efeito demonstrativo do valor e da viabilidade das boas práticas, valorizando produtos que minimizem impactos negativos.

Como referimos, o turismo é uma atividade que só ocorreu, pelas condições já descritas, a partir do século XIX, sendo um fruto da sociedade contemporânea. As alterações pelas quais a sociedade passou, tanto na área tecnológica como na forma de organizar o trabalho, acabaram gerando esse tempo livre que é utilizado para reposição das forças gastas no trabalho.

As viagens, que retiram as pessoas de seu dia a dia exaustivo, levam-nas para lugares e ritmos diferentes do quotidiano, tornando o turismo uma necessidade crescente para um grande número de pessoas, acabando por tornar-se um fenómeno de dimensões quase planetárias no século XX.

O “Novo Turista” pode ser entendido como o viajante, o indivíduo que se desloca para visitar destinos diferentes, por períodos de tempo limitados e variáveis, com o objetivo de lazer e o desenvolvimento de atividades propensas ao conhecimento e ao enriquecimento pessoal. Através de mecanismos de autoaprendizagem pelo contacto direto e fundamentado no respeito mútuo com as populações, culturas e ambientes naturais diferentes.

Como consequência natural, quando se desenvolve algo de novo em qualquer atividade, é necessário criar mecanismos reguladores, em especial quando as atividades englobam territórios e comunidades locais.

De fato, a atividade turística tem-se desenvolvido, criando ao mesmo tempo problemas novos e incorrendo em riscos, ao alargar-se para espaços vulneráveis, ao promover contatos com

pessoas com culturas e costumes diferentes. Talvez por isso, achamos interessante reforçar a ideia dum turismo sustentável e ético, através dos princípios que o “Código Ético Mundial para o Turismo” nos transmite e o qual passaremos a expor no ponto 1.3.

1.3. Código Ético Mundial para o Turismo

Através do “Código Ético Mundial para o Turismo” de 1999, apresentado e ratificado pela Organização Mundial do Turismo (World Tourism Organization – WTO) ¹, constata-se que este vai ao encontro dum turismo responsável.

O objetivo imediato deste código era regulamentar as práticas turísticas dos estados membros da World Tourism Organization(WTO) através da identificação de um conjunto de procedimentos a seguir pelos diferentes atores envolvidos na atividade turística, como agentes turísticos, turistas e comunidades de acolhimento.

Teria também como objetivo o desenvolvimento económico, social e cultural dos países com base na atividade turística, entendido como um meio de incentivo à paz a nível internacional e como um mecanismo privilegiado de entendimento entre as pessoas que viajam e as que recebem através da troca de experiências e conhecimento de novas culturas.

O código dá continuidade aos pressupostos contidos na “Conferência de Manila”, de 1980 e 1997, respetivamente sobre o turismo mundial e os seus impactos sociais do turismo e à Carta do Turista e ao Código do Turista aprovados em Sofia, em 1985, pela World Tourism Organization (WTO).

De imediato, iremos enumerar os artigos deste “Código” mais relevantes para a fundamentação da nossa investigação, em virtude dos seus artigos irem ao encontro daquilo que achamos fundamental para um bom desenvolvimento da atividade ecoturística, como seja, uma ética coletiva e pessoal, uma sustentabilidade, uma valorização do património cultural e uma regularização comportamental dos vários atores intervenientes:

ARTIGO I – CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O ENTENDIMENTO E RESPEITO MÚTUOS ENTRE HOMENS E MULHERES

- 1) *A compreensão e a promoção dos valores éticos comuns da humanidade, num espírito de tolerância e respeito da diversidade de crenças religiosas, filosóficas e morais são o fundamento e a consequência de um turismo responsável. Os agentes de desenvolvimento turístico e os próprios turistas prestarão atenção às tradições e práticas sociais e culturais de todos os povos, incluindo as das minorias nacionais e das populações autóctones e reconhecerão a sua riqueza.*
- 2) *As atividades turísticas organizar-se-ão em harmonia com as peculiaridades e tradições das regiões e países recetores e com respeito às suas leis e costumes.*
- 3) *Tanto as comunidades recetoras como os agentes profissionais locais terão de aprender a conhecer e respeitar os turistas que as visitam e a informar-se sobre a sua forma de vida, os seus gostos e as suas expectativas. A educação e a formação dos profissionais contribuirão*

1 Fonte: www.wto.org.

- para um recebimento hospitaleiro dos turistas.*
- 4) *As autoridades públicas têm a missão de assegurar a proteção dos turistas e visitantes e dos seus bens. Nesse sentido prestarão especial atenção à segurança dos turistas estrangeiros pela sua particular vulnerabilidade. Facilitarão o estabelecimento de meios de informação, prevenção, proteção, seguro e assistência específicos que correspondam às suas necessidades. Os atentados, sequestros ou ameaças dirigidas contra turistas ou trabalhadores do setor turístico, assim como a destruição intencionada de instalações turísticas ou de património cultural ou natural, em conformidade com a legislação nacional respetiva.*
 - 5) *Nas suas deslocações, os turistas e visitantes evitarão todo o ato considerado criminal pelas leis dos países que visitem e qualquer comportamento que possa chocar ou ferir a população local ou danificar o meio ambiente. Abster-se-ão do tráfico de drogas, armas, antiguidades, espécies protegidas, produtos e substâncias perigosas ou proibidas pelas regulamentações nacionais.*
 - 6) *Os turistas e visitantes têm a responsabilidade de receber informação, antes da deslocação, sobre as características do país que se dispõem visitar. Serão conscientes dos riscos relacionados com a saúde e segurança inerentes a toda a deslocação fora do ambiente habitual e comportar-se-ão de modo a minimizar esses riscos.*

ARTIGO 2 – O TURISMO, INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E Coletivo

- 1) *O turismo, que é uma atividade geralmente associada ao descanso, à diversão, ao desporto e ao acesso à cultura e à natureza, deve ser concebido e praticado como um meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo. Se levado a cabo com abertura de espírito necessária, é um fator insubstituível de autoeducação, tolerância mútua e aprendizagem das legítimas diferenças entre povos e culturas e da sua diversidade.*
- 2) *As atividades turísticas respeitarão a igualdade entre homens e mulheres. Assim mesmo encaminhar-se-ão a promover os direitos humanos e, em particular, os direitos específicos dos grupos mais vulneráveis, especialmente as crianças, as pessoas mais velhas e os deficientes, as minorias étnicas e os povos autóctones.*
- 3) *A exploração de seres humanos, em qualquer das suas formas, especialmente sexual e em particular quando afeta crianças, vulnera os objetivos fundamentais do turismo e constitui uma negação da sua essência. Portanto, em conformidade com o direito internacional, deve combater-se sem reservas com a cooperação de todos os Estados interessados e sancionar-se com rigor nas legislações nacionais dos países visitados e dos países dos autores desses atos, incluindo quando se cometeram no estrangeiro.*
- 4) *As deslocações por motivos de religião, saúde, educação e intercâmbio cultural ou linguístico constituem formas particularmente interessantes de turismo e merecem ser fomentadas.*
- 5) *Favorecer-se-á a introdução nos programas de estudos o ensino do valor dos intercâmbios turísticos, os benefícios económicos, sociais e culturais bem como os seus riscos.*

ARTIGO 3 – O TURISMO, FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 1) *Todos os agentes de desenvolvimento turístico têm o dever de salvaguardar o meio ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento económico planeado, constante e sustentável, que seja capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras.*
- 2) *As autoridades públicas nacionais, regionais e locais favorecerão e incentivarão todas as mo-*

- dalidades de desenvolvimento turístico que permitam aforrar recursos naturais escassos e valiosos, em particular, a água e a energia e evitar na medida do possível a produção de detritos.*
- 3) *Procurar-se-á distribuir, no tempo e no espaço, os movimentos de turistas e visitantes, em particular por meio de férias pagas e férias escolares, e equilibrar melhor a frequência com o fim de reduzir a pressão que a atividade turística exerce no meio ambiente e de aumentar os seus efeitos benéficos no setor turístico e na economia local.*
 - 4) *Conceber-se-á a infraestrutura e programar-se-ão as atividades turísticas de forma que se proteja o património natural que constituem os ecossistemas e a diversidade biológica, e que se preservem as espécies em perigo de fauna e de flora silvestre. Os agentes de desenvolvimento turístico, e em particular os profissionais do setor, devem admitir que se imponham limitações às suas atividades quando estas se exercem em espaços particularmente vulneráveis: regiões desérticas, polares ou de alta montanha, litorais, selvas tropicais ou zonas húmidas, que sejam idóneos para a criação de parques naturais ou reservas protegidas.*
 - 5) *O turismo de natureza e o ecoturismo reconhecem-se como formas de turismo particularmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o património natural e a povoação local e se ajustem à capacidade de ocupação dos lugares turísticos.*

ARTIGO 4 – O TURISMO, FATOR DE APROVEITAMENTO E ENRIQUECIMENTO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

- 1) *Os recursos turísticos pertencem ao património comum da humanidade. As comunidades em cujo território se encontram têm relativamente a eles direitos e obrigações particulares.*
- 2) *As políticas e atividades turísticas serão levadas a cabo com respeito ao património turístico, arqueológico e cultural que devem proteger e transmitir às gerações futuras. Conceder-se-á particular atenção à proteção e reabilitação de monumentos, santuários e museus, assim como a lugares de interesse histórico ou arqueológico, que devem estar amplamente abertos à frequência turística. Fomentar-se-á o acesso público a bens e monumentos culturais de propriedade privada respeitando os direitos dos proprietários, assim como edifícios religiosos sem prejuízo das atividades de culto.*
- 3) *Os recursos procedentes da frequência de locais e monumentos de interesse cultural deverão destinar-se preferencialmente, pelo menos em parte, à manutenção, à proteção, à melhoria e ao enriquecimento desse património.*
- 4) *A atividade turística organizar-se-á de modo que permita a sobrevivência e o florescimento da proteção cultural e artesanal tradicional, assim como do folclore, e que não conduza a sua normalização e empobrecimento.*

ARTIGO 5 – O TURISMO, ATIVIDADE BENÉFICA PARA OS PAISES E COMUNIDADES DE DESTINO

- 1) *As povoações e comunidades locais associar-se-ão às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios económicos, sociais e culturais que reportarão, especialmente na criação direta e indireta de emprego a que dão lugar.*
- 2) *As políticas turísticas organizar-se-ão de modo que contribuam para melhorar o nível de vida da população das regiões visitadas e respondam às suas necessidades. A conceção urbanística e arquitectónica e o modo de exploração das estações e dos meios de alojamento turístico tenderão à sua óptima integração no tecido económico e social local. Em igualdade de circunstâncias, dar-se-á prioridade à contratação de pessoal local.*

- 3) *Prestar-se-á particular atenção aos problemas específicos das zonas litorais e dos territórios insulares, assim como às frágeis zonas rurais e de montanha, onde o turismo representa com frequência uma das escassas oportunidades de desenvolvimento face ao declive das atividades económicas tradicionais.*
- 4) *Em conformidade com a legislação estabelecida por autoridades públicas, os profissionais do turismo, e em particular os investidores, levarão a cabo estudos de impacto dos seus projetos de desenvolvimento no ambiente e no meio natural. Assim, facilitarão com a máxima transparência e a objetividade pertinente toda a informação relativa aos seus programas futuros e suas consequências previsíveis e favorecerão o diálogo sobre o seu conteúdo com as populações interessadas.*

ARTIGO 6 – OBRIGAÇÕES DOS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

- 1) *Os agentes de desenvolvimento turístico têm obrigação de facilitar aos turistas informação objetiva e verídica sobre os lugares de destino e sobre as condições de viagem, receção e estadia. Assegurarão a absoluta transparência das cláusulas dos contratos que proponham aos seus clientes, relativos à natureza, ao preço e à qualidade das prestações que se comprometem a facilitar como as compensações financeiras que lhes incumbem em caso de rutura unilateral dos contratos.*
- 2) *No que depende deles, e em cooperação com as autoridades públicas, os profissionais do turismo velarão pela segurança, prevenção de acidentes, proteção sanitária e higiene alimentar dos que recorrem aos seus serviços. Preocupar-se-ão com a existência de sistemas de seguros e de assistência adequados. Assumirão a obrigação de prestar contas conforme as modalidades dispostas na regulamentação nacional e quando corresponda o pagamento de uma indemnização equitativa em caso de incumprimento das obrigações contratuais.*
- 3) *Quando depender deles, os profissionais de turismo contribuirão para o pleno desenvolvimento cultural e espiritual dos turistas e permitirão o exercício das suas práticas religiosas durante a deslocação.*
- 4) *Em coordenação com os profissionais interessados e suas associações, as autoridades públicas dos Estados de origem e dos países de destino velarão pelo estabelecimento dos mecanismos necessários para o repatriamento de turistas, em caso de incumprimento das empresas organizadoras das suas viagens.*
- 5) *Os governos têm o direito – e o dever – especialmente em caso de crise, de informar os seus cidadãos das condições difíceis, ou incluindo dos perigos que possam encontrar por ocasião da sua deslocação ao estrangeiro. Incumbe-lhes facilitar essas informações sem prejudicar de forma injustificada ou exagerada o setor turístico dos países recetores e os interesses dos seus próprios operadores. O conteúdo das advertências eventuais terá de ser discutido previamente com as autoridades dos países de destino e com os profissionais interessados. As recomendações que se formularem guardarão estrita proporção com a gravidade das situações reais e limitar-se-ão a zonas geográficas onde se tenham comprovado situações de insegurança. Essas recomendações atenuar-se-ão ou anular-se-ão logo que seja possível a volta à normalidade.*
- 6) *A imprensa, e em particular a imprensa especializada em turismo, e os meios de comunicação, incluindo os modernos meios de comunicação eletrónicos, difundirão informação verídica e equilibrada sobre os acontecimentos e situações que podem influenciar na frequência turística. Terão de facilitar indicações precisas e fiáveis aos consumidores de serviços turísticos. Para esse fim, desenvolver-se-ão e empregar-se-ão as novas tecnologias de comunicação e comércio eletrónico que, da mesma forma que a imprensa e os meios de comunicação, não facilitarão de modo nenhum o turismo sexual.*

ARTIGO 7 – DIREITO AO TURISMO

- 1) *A possibilidade de acesso direto e pessoal à descoberta de riquezas do nosso mundo constituirá um direito aberto, da mesma forma, a todos os habitantes do nosso planeta. A participação cada vez mais difundida no turismo nacional e internacional deve entender-se como uma das melhores expressões possíveis do contínuo crescimento do tempo livre e não se lhe oporá nenhum obstáculo.*
- 2) *O direito ao turismo para todos deve entender-se como consequência do direito ao descanso e ao ócio e, em particular, a limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas, que está consagrado no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no artigo 7 do Pato Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais.*
- 3) *Com o apoio das autoridades públicas, desenvolver-se-á o turismo social, em particular o turismo associativo, que permite o acesso da maioria dos cidadãos ao ócio, às viagens e às férias.*
- 4) *Fomentar-se-á e facilitar-se-á o turismo das famílias, dos jovens e dos estudantes, das pessoas mais velhas e dos deficientes.*

ARTIGO 8 – LIBERDADE DE DESLOCAÇÃO TURÍSTICA

- 1) *Com relação ao direito internacional e às leis nacionais, os turistas e visitantes beneficiarão da liberdade de circular pelo interior dos países bem como entre Estados, em conformidade com o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e poderá aceder a zonas de trânsito assim como a locais turísticos e culturais sem formalidades exageradas ou discriminações.*
- 2) *Reconhece-se aos turistas e visitantes a faculdade de utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, interiores e exteriores. Beneficiarão de um acesso fácil e rápido aos serviços administrativos, judiciais e sanitários locais e poderão pôr-se livremente em contato com as autoridades consulares do país de onde sejam cidadãos conforme os convénios diplomáticos vigentes.*
- 3) *Os turistas e visitantes gozarão dos mesmos direitos que os cidadãos do país que visitem no que respeita à confidencialidade dos dados sobre a sua pessoa, em particular quando essa informação se armazene em suporte eletrónico.*
- 4) *Os procedimentos administrativos de passagem de fronteiras estabelecidas pelos Estados ou por acordos internacionais, como os vistos e as formalidades sanitárias e aduaneiras adaptar-se-ão para facilitar ao máximo a liberdade das viagens e o acesso da maioria das pessoas ao turismo internacional. Fomentar-se-ão os acordos entre grupos de países para harmonizar e simplificar esses procedimentos.*
- 5) *Sempre que o permita a situação económica dos países de onde procedam, os viajantes poderão dispor de divisas convertíveis que necessitem para a sua deslocação.*

Resumindo: para que este código tenha aplicação, será necessário que, em conjunto, haja por parte das autoridades oficiais, empresários e outros organismos ligados ao setor turístico, uma consciência mais esclarecida sobre os problemas ambientais e da sua sustentabilidade.

Estudos mais recentes, demonstram que só com uma cultura ambiental e de sustentabilidade será possível que novos projetos turísticos, poderão ser bem-sucedidos a médio e longo prazo. Por isso, achamos interessante referir os pontos como o ambiente e a sustentabilidade, no capítulo seguinte.

I.4. Paradigma ambiental e sustentabilidade

A questão ambiental assume hoje uma inegável dimensão ética, e como tal, diversos aspetos da vida humana se entrelaçam nela. Além de questões ético-morais, ocorrem também a influência da política, da economia, da cultura e da religião sobre o homem e sua atuação em relação ao meio ambiente.

Ainda não se sabe o que acontecerá a longo prazo, mas algo pode afirmar-se: as ações do homem interferem no meio ambiente e no ecossistema. É patente que temos capacidade e poder de criação e destruição.

As questões envolvendo a ciência tornam-se complicadas pois ela não só aumenta o poder humano, mas intensifica também as imperfeições humanas. Se, por um lado, a tecnologia nos permite viver mais e ter um padrão de vida mais elevado, por outro, essa técnica pode causar destruição de nós mesmos e do planeta numa escala antes não imaginada.

Compreender os paradigmas sobre o ambiente e a adoção de crenças pró-ambientais será um esforço crítico que terá de ser feito neste século, devido ao aumento da degradação antrópica que ameaça a qualidade de vida humana, animal e vegetal, no planeta.

Uma mudança positiva sobre o ambiente não pode ocorrer até que os paradigmas favoráveis a esta mudança substituam os que se produzem na atualidade e resultam cada vez mais em ações ecológicas destrutivas.

Para modificar os paradigmas atuais, será necessário haver uma mudança que passará pelo indivíduo socializado com um paradigma anti ou não ambiental.

Acredita-se que se deverá investir numa maior educação e conhecimento sobre os problemas provocados pela ação do homem no seu habitat, para que se possa desencadear uma mudança para um paradigma pró-ambiental, os indivíduos ficarão neste caso mais recetivos e mais preocupados com as ecos crises.

Este tipo de indivíduos tendem a ter uma maior vontade de estar perto da natureza, para aprender tudo sobre ela e para puderem escapar às rotinas e problemas diários dos grandes centros citadinos.

Quanto à sustentabilidade turística, esta forma-se com a conjugação de diferentes variáveis. Entre elas, podem-se enumerar as que, porventura, serão as mais importantes, como a biodiversidade, com as suas diferentes forma de vidas existentes no meio ambiente e a educação ambiental, que promove um diálogo entre saberes científicos e populares e uma participação das populações locais através duma consciência social.

A conceção de estratégias socioeconómicas de desenvolvimento através da exploração dos recursos naturais, sobretudo em países com menos recursos económicos, foi e continua a ser realizada sem a execução mínima de diretrizes pré estabelecidas que considerem os impactos negativos a curto, médio e longo prazo.

Com o surgimento de vários sinais de degradação a ocorrerem no ambiente e com os elevados custos financeiros na mitigação das ações sociais exageradas, os governos, as organizações e a sociedade civil começaram a dar maior importância ao processo de planejamento na elaboração de seus projetos de desenvolvimento em escala territorial e administrativa, de modo, a contornar incertezas como os riscos que marcam as suas políticas territoriais.

Segundo Paulo Carvalho (2009), no desenvolvimento da atividade turística, o planejamento e gestão ambiental são condições necessárias para a viabilidade, a organização e sustentabilidade da própria atividade.

1.5. Novo paradigma ambiental

Quando discutimos a crise ambiental, culpamos com frequência os atuais meios de produção e consumo pela destruição dos recursos naturais do planeta. O diagnóstico pode ser correto, mas está incompleto. Pode existir um erro de percepção, que provoca um olhar afunilado sobre a realidade que nos cerca e legitima toda a nossa indiferença para com as leis do universo que regem a vida.

Na visão fragmentada da realidade que nos precipita na direção do abismo existencial e onde as coisas carecem de sentido, a soma das partes não explica o todo, e a ciência não cumpre a promessa de resolver os grandes problemas da humanidade.

Somos escravos de uma atitude reducionista, que relega muitas vezes à natureza a função de apenas nos suprir de alimentos, energia e matéria-prima. Desperdiçamos o patrimônio natural sem a percepção de que somos parte do planeta, de que o meio ambiente começa no meio da população a partir da nossa constituição física, onde a água, o ar, o solo e a luz solar são elementos fundamentais à manutenção da vida. O universo deve ser entendido como um complexo sistema de redes interdependentes, que interagem ininterruptamente.

Entender a vida na sua expressão mais holística e inter-relacional não constitui o único desafio do nosso tempo. É preciso comunicar esse saber, traduzi-lo sem o peso duma linguagem pouco compreensível sobre o ecológico-científico e torná-lo inteligível ao maior número possível de pessoas, a fim de que uma nova cultura se manifeste na direção da sustentabilidade.

Viver de forma sustentável, em equilíbrio com o meio ambiente, não é uma questão de estilo, mas de sobrevivência. Ou reconhecemos a nossa parcela de culpa nas grandes tragédias ambientais da atualidade, escassez de recursos hídricos, aquecimento global, desertificação do solo, crescimento geométrico de lixo, ou esgotaremos todas as possibilidades de projetar um futuro melhor para as gerações seguintes.

Será necessário num futuro questionar qual é a nossa função na sociedade, na natureza e na nossa própria vida.

Para uma melhor compreensão sobre a proposta dum novo paradigma, achamos interessante apresentar um resumo da autoria de Danah Zohar (1990) sobre o velho e novo paradigma

ambiental (Quadro 5) onde é possível extrair a existência de dois estilos de gestão, baseados nos dois paradigmas:

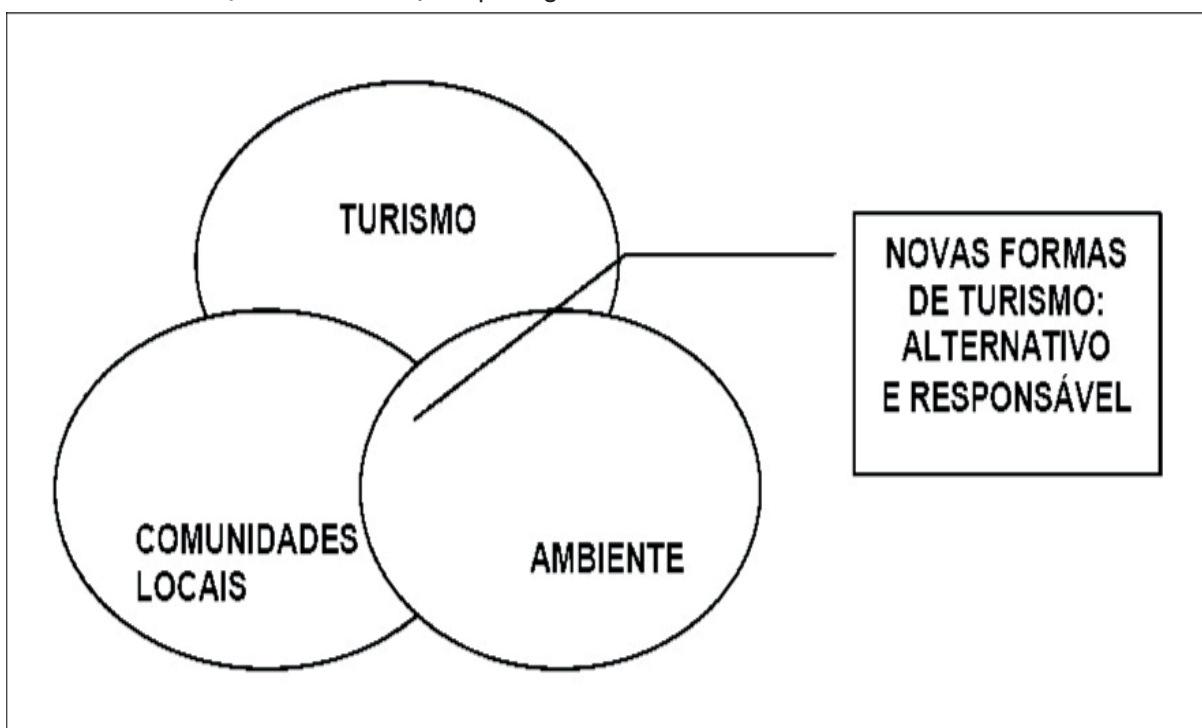
Quadro 5: Paradigma atual e o novo paradigma

PARADIGMA ATUAL	NOVO PARADIGMA
Certeza	Incerteza
Previsibilidade	Mudanças rápidas
Hierarquia	Redes não-hierárquicas
Divisão de trabalho e fragmentação de funções	Esforço integrado / holístico
O poder vem do centro ou do topo	O poder vem de vários centros
Empregados passivos	Empregados sócios
Uma única maneira correta	Vários pontos de vista
Competição	Compartilhar
Controle burocrático	Estruturas flexíveis
Eficiência	Relacionamento
Operação de cima para baixo (reativa)	Operação de baixo para cima (experimental)

Fonte: elaboração do autor, adaptado de Zohar (1990)

Transpondo o novo paradigma para a área turística, pode-se concluir que as atitudes ambientais e motivações dentro do turismo de natureza estão relacionadas, criando novos modos de turismo alternativo e responsável (Quadro 6), através de novas formas de influência mútua, entre o turismo as comunidades locais e o meio ambiente.

Quadro 6: Mudança de paradigma ambiental na área turística



Fonte: elaboração do autor

I.6. Sustentabilidade

A utilização da expressão “sociedades sustentáveis”, ao invés da ideia de desenvolvimento sustentável, supõe uma alteração substantiva no modo de conceber as formas de produção e de consumo. Esta abordagem fortalece a perspectiva e as práticas de uma educação ambiental popular, participativa, crítica, transformadora e emancipadora.

Muitos dos conflitos ambientais presentes na sociedade relacionam-se com a justiça ambiental, a defesa de relações comerciais mais equilibradas e equitativas e diferentes concepções de sustentabilidade. Nesta perspectiva, o meio ambiente é pensado como um espaço relacional. Com efeito, o ser humano interage no interior de uma complexa teia de relações e significados.

Já Ulrich Beck, na obra “Sociedade de Risco” (1992), considera as ameaças ecológicas, químicas, nucleares e genéticas à sociedade, tornaram o tema da sustentabilidade, crucial para se pensarem possíveis caminhos de combate aos riscos globais, ao exigir profundas mudanças nos estilos de vida e pensamento e nas formas de produzir e consumir .

Um dos autores que melhor procurou criar parâmetros para uma sustentabilidade do desenvolvimento foi Sachs (1981 e 1993), com o termo “ecodesenvolvimento”. Este evoca um novo estilo de vida baseado no comportamento sincrónico entre os fatores sociais, ambientais e económicos, deslocando a interpretação que enfoca o progresso social como subordinado ao aspeto da produção. A partir do conceito de ecodesenvolvimento, Sachs desenha um projeto para reconstituir a civilização, com base na integração solidária e na responsabilidade mútua dos povos, a partir de cinco dimensões da sustentabilidade do ecodesenvolvimento, assim resumidas:

a) **Sustentabilidade Social** – implica uma diminuição das diferenças sociais através da multiplicidade do desenvolvimento. Esta não existe se não houver um incremento do emprego e do rendimento e ainda, se a produção de bens não for dirigida prioritariamente às necessidades básicas;

b) **Sustentabilidade Económica** – alude ao aumento da produção e da riqueza social sem a dependência externa, com um controle eficiente de recursos, responsabilização das empresas por danos ambientais e que o resultado de um dia de trabalho seja suficiente para garantir a qualidade mínima diária ao trabalhador;

c) **Sustentabilidade Ecológica** – expressa o fortalecimento dos recursos potenciais do planeta, com a garantia de sua reprodução a partir da extração dos recursos mais renováveis e menos inofensivos ao ambiente;

d) **Sustentabilidade espacial / geográfica** – reforça o potencial do planeamento territorial, cujo objetivo é tornar-se o espaço uma instância de equilíbrio entre a sociedade e a natureza, com base na desconcentração de populações e atividades produtivas;

e) **Sustentabilidade Cultural** – que procura a preservação das raízes endógenas da produção, com soluções de desenvolvimento adaptadas a cada cultura.

Contudo, é preciso equacionar que a ideia de sustentabilidade pode criar alguns mitos, os quais em vez de resolver podem agravar as crises ambientais.

Esta abordagem, explica-nos que “Nem tudo o que parece é, e vice-versa. A sustentabilidade é um mundo de falácias, constantemente desmentidas pela ciência” (Ribeiro, 2016, p.70).

Este autor, justifica que muitas das vezes o que nos é dado como boas prática ambientais não passam de boas intenções que, por vezes, não resolvem, mas agravam ainda mais os problemas ambientais do planeta, dando como por exemplo os mitos que se criaram sobre:

- **A agricultura biológica, será melhor para o planeta do que a convencional?**

A recente meta-análise de 71 estudos, sobre os impactos da agricultura biológica realizada por investigadores da Universidade de Oxford, concluiu que, na maior parte dos casos, este tipo de produção tem efeitos mais nefastos no ambiente do que a convencional – sobretudo porque, sendo menos produtiva, necessita de mais espaço. Mas há outras vantagens, nomeadamente a não utilização de pesticidas, certo? Errado: ao contrário do que a maioria das pessoas julga, a agricultura biológica utiliza pesticidas. A única diferença é que estes não podem ser sintéticos. Essa não é, no entanto, garantia de inocuidade. O fato de um produto ser natural ou artificial não nos diz nada sobre a sua toxicidade. Além disso, uma vez que os pesticidas biológicos têm menos eficácia, são muitas vezes usados em maior quantidade para terem idêntico resultado, poluindo mais os solos (Ribeiro, 2016, p.70);

- **O carro elétrico não emite dióxido de carbono?**

É verdade que, localmente as emissões são zero. Mas a eletricidade tem de ser produzida de alguma maneira. Se tiver origem numa central a carvão, é poluente: o fumo não sai do (inexistente) tubo de escape, mas já saiu antes pelas chaminés da termoeletrica. Portanto, tudo depende do mix energético de cada país. No nosso caso, mais de 60% da energia elétrica é já produzida a partir de renováveis, o que significa que, grosso modo, um veículo elétrico polui apenas 40% do que um a gasolina (Ribeiro, 2016, p.72).

Desde a década de 60 do século passado, muitos territórios de baixa densidade populacional fizeram uma aposta no segmento económico como o turismo, porque este seria um dos fatores de desenvolvimento local. Segundo Faulkner e Tideswell (1997), muitas regiões têm investido na atividade turística, levando a que esta seja o principal motor de desenvolvimento. É preciso salientar que a atividade turística é considerada um dos maiores negócios do mundo, pelas suas implicações nos campos sociais, culturais, económicos e de políticas ambientais, apresentando uma enorme complexidade, não só porque engloba variáveis de cariz económico, geográfico, cultural e histórico como também um substancial investimento em capital humano.

Porém, a transversalidade do turismo, envolvendo as várias indústrias e serviços públicos locais, bem como o dualismo dos seus efeitos, por vezes perniciosos, levou a uma consciencialização cada vez maior sobre a necessidade de se minorar os seus efeitos negativos e maximizar os efeitos positivos, de forma a garantir a sua sustentabilidade.

Lidar com os vários tipos de riscos (sociais, ambientais ou económicos), tornou-se tão importante como a preservação da vida, já que a existência dos seres humanos no planeta Terra vem sendo determinada, na sua maior parte, pelas suas ações junto ao meio que os envolve.

Historicamente, o modelo de desenvolvimento económico e social estabelecido a partir da Revolução Industrial (final do século XVIII) potenciou um aumento qualitativo e quantitativo no processo de degradação da natureza, causando um dilatação dos vários tipos de risco, potenciadores de percas de ordem humana e material.

A intensificação de atividades humanas, em muitos processos naturais, passou a ocorrer com uma maior frequência, gerando por vezes processos de degradação que poderão induzir, acelerar e potencializar alterações decorrentes, como por exemplo, o uso e ocupação do solo.

Na atualidade, o aumento do número de pessoas que vivem em áreas de risco tem sido uma característica negativa do processo de urbanização e crescimento das cidades, verificando-se sobretudo nas regiões metropolitanas, devido a fatores económicos, políticos, sociais e culturais que contribuem para o avanço e a perpetuação deste quadro que não pode nem deve ser recomendado para um futuro que queremos mais equilibrado e sustentável.

Como outros segmentos económicos, durante muito tempo, o turismo foi considerado um negócio no qual não lhe eram imputados impactos negativos, do ponto de vista cultural, social ou ambiental. Mas, a partir da década de setenta, a realidade alterou-se e começaram a aparecer as primeiras vozes denunciando os efeitos negativos do turismo. Devido a isso, há que ter em conta que no desenvolvimento turístico o fator ecológico oferece os elementos fundamentais para a grande questão que é a sustentabilidade da sua exploração.

A conexão entre a paisagem (turismo) e a resiliência social como construção dum ecossistema, não é apenas o ponto de defesa das espécies ameaçadas pelas atividades humanas, mas constituem também a base da vida humana.

Os ecossistemas e os organismos que vivem nos territórios são indispensáveis para o nosso bem estar. Eles geram alimentos, fibras e medicamentos, purificam a água, reciclam nutrientes e polinizam as culturas, para citar apenas alguns “serviços ecossistémicos”. Além disso, como refere o Millennium Ecosystem Assessment (2005), os ecossistemas são essenciais para o nosso bem estar espiritual, como fontes de jogo, inspiração, compreensão, saúde física e sanidade mental.

Para Odum (1988, p.9) “Os organismos vivos e o seu ambiente não-vivo (abiótico) estão inseparavelmente inter-relacionados e interagem entre si. Chamamos de sistema ecológico ou ecossistema qualquer unidade (biosistema) que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto (a comunidade biótica) numa dada área, interagindo com o físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma reciclagem de materiais entre as partes vivas e não-vivas.

O ecossistema é a unidade básica na ecologia, pois inclui tanto os organismos quanto o ambiente abiótico; cada um destes fatores influencia as propriedades do outro e cada um é necessário para a manutenção da vida, como a conhecemos, na Terra.

Este nível de organização deve ser nossa primeira preocupação se quisermos que nossa sociedade inicie a implantação de soluções holísticas para os problemas que estão aparecendo agora ao nível do bioma e da biosfera.”.

Porém, existem obstáculos que criam incompatibilidades e resiliências no desenvolvimento e gestão de ecossistemas existentes. O primeiro será de origem espacial, como as fronteiras administrativas municipais ou outras. O segundo terá origem no tempo, isto é, a conciliação dos intervalos de tempo ecológicos e os seus ciclos são muitas vezes diferentes dos planos de gestão ou ciclos eleitorais. O terceiro dirá respeito ao foco que as autoridades dão sobre a maximização da exploração agrícola sobre a paisagem, ou na proteção de espécies únicas em habitats específicos por falta de preparação em lidar com alterações ocorridas quando existam mudanças, como a construção de uma estrada ou de edificações.

Daí a necessidade de aumentar a resiliência, ligando-a à gestão em todas as áreas geográficas, e melhorando o trabalho entre esferas ecológicas e processos de tomada de decisão das partes interessadas.

Verifica-se, deste modo, que não há vida sem as condições de reprodução dos ecossistemas e, por isso, as preocupações que emergem da ecologia quanto à sustentabilidade orientam-se na elaboração de propostas de conservação e manuseamento destes e, por outro lado, da formulação da problemática do crescimento demográfico humano como problema central da sustentabilidade.

Será esta questão que o desenvolvimento turístico, em especial o “Ecoturismo”, deverá ter em conta para que exista uma sustentabilidade tanto económica, como social e ambiental.

Julgamos que a crise ambiental, poderá ter estimulado a procura de ambientes mais livres e, por consequência, o aparecimento deste novo segmento turístico, mas há que ter em conta também o papel que a biodiversidade teve na motivação para o aparecimento do “Ecoturismo”.

Contudo, é necessário ter em atenção, que este tipo de turismo amigo do ambiente, pode por vezes ser um potencial risco para a biodiversidade, como poderemos constatar no subponto seguinte.

1.6.1. O papel da biodiversidade

O próprio termo (biodiversidade), já nos remete para um conceito das diferenças de vidas existentes no nosso meio ambiente, tais como a fauna, flora e fungos e as variedades genéticas. Hoje em dia é um assunto referenciado por biólogos, ambientalistas, líderes políticos ou cidadãos sensibilizados.

A biodiversidade está relacionada com a consciência da sociedade, com o aumento da preocupação sobre a extinção dos seres vivos.

A biodiversidade está sendo ameaçada por atividades humanas como, por exemplo, a destruição de florestas, recifes, corais e domesticação dos animais.

Será necessário que todos os intervenientes na atividade ecoturística tenham em atenção que

as suas ações com o meio ambiente devem ser sempre de cariz sustentável, para que haja garantia que os recursos ambientais se renovem.

A Biologia relata-nos que por ano são descobertas em média cerca de 13.000 novas espécies, estimando-se que existam mais de 1,7 milhões de espécies conhecidas no planeta. Mas, esses números ficam ainda distantes do que pode existir na realidade, pois não existe nenhuma lista geral de espécies e mesmo com todos os esforços possíveis, como a classificação e estudo das diversas espécies, é quase uma corrida contra o tempo, antes que o homem termine por destruir o que ainda nem é conhecido.

A degradação do meio ambiente prejudica não só a saúde, segurança e o bem-estar das comunidades, como afeta as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente.

A manutenção da biodiversidade é fundamental para a nossa sobrevivência, sendo imperativo planejar o uso e ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais, considerando que é indispensável ter, ao mesmo tempo, condições dignas de moradia, trabalho, transporte e lazer, com áreas destinadas à produção de alimentos e proteção dos recursos naturais.

Se existem inúmeros problemas que dizem respeito aos riscos ambientais, isto deve-se em parte ao fato de as pessoas não estarem sensibilizadas para a compreensão do frágil equilíbrio da biosfera e dos problemas da gestão dos recursos naturais.

As populações em geral não estão e não foram preparadas para delimitar e resolver de um modo eficaz os problemas concretos do risco ambiental imediato, isto porque a educação para o risco ambiental, como abordagem didática ou pedagógica, apenas apareceu recentemente (anos 80). Só a partir desta data, é que se teve consciência das situações que acarretam problemas no ambiente envolvente próximo ou para a biosfera em geral, podendo-se refletir melhor sobre as suas causas e determinando os meios ou as ações apropriadas na tentativa de resolvê-los, ao mesmo tempo levando à comunidade o conhecimento necessário para a construção de uma cidadania, envolvendo diferentes órgãos que asseguram os direitos e deveres de cada indivíduo na sociedade. No caso português, entre esses órgãos podemos citar, o corpo de bombeiros, a polícia, as autoridades sanitárias e as autarquias.

Para um melhor conhecimento dos problemas da biodiversidade, por parte de todos os atores intervenientes, achamos que se deve evidenciar mais os temas relacionados com a melhoria da biodiversidade e qualidade de vida da população, como por exemplo, aludir-se mais sobre:

- o lixo (redução, reutilização e reciclagem);
- a água (consumo, desperdício, poluição);
- as florestas (como preservá-las?);
- o fogo (prevenção, efeitos negativos ao meio ambiente);
- os agros tóxicos (riscos para a saúde, danos ambientais);
- a caça ilegal;
- o respeito pelos animais silvestres e domésticos;
- o plantio de árvores nativas.

A fauna, a paisagem e a cultura, podem ser uma atração muito importante, para os visitantes

num projeto ecoturístico, mas por outro lado pode ser um grande fator de risco para a sua biodiversidade. Podemos enumerar alguns exemplos, em que a ação do homem pode provocar sobre a biodiversidade do planeta:

- eliminação ou alteração do habitat pelo homem - é o principal fator da diminuição da biodiversidade. A retirada desordenada da camada de vegetação nativa para construção de casas ou para atividade agropecuária altera o meio ambiente. Em média, 90% das espécies extintas acabaram em consequência da destruição de seu habitat;
- super-exploração comercial - ameaça muitas espécies marinhas e alguns animais terrestres;
- poluição das águas, solo e ar - stressam os ecossistemas e matam os organismos;
- introdução de espécies exóticas - ameaçam os locais por predação, competição ou alteração do habitat natural

Temos “De fato, que o número e variedade de espécies possíveis de serem encontradas parecem ser fortes produtores de visitas turísticas” (Naido e Adamowicz, 2005 e Gordillo et al., 2008). Mas para que esta atração não entre em rutura com o sistema local de biodiversidade, e tenha uma sustentabilidade a médio e longo prazo, será necessário que haja um maior conhecimento e divulgação dos problemas ou seja, uma educação ambiental.

É de realçar a importância de estudos nos quais a componente “eco / turística” dá o valor enorme que os operadores do ecoturismo têm, ao estarem envolvidos em iniciativas e projetos de trabalho com a comunidade local através de programas de treino e educação sobre a natureza e o seu aproveitamento sustentado. A educação ambiental de visitantes e locais é um ponto fulcral para o desenvolvimento deste tipo de segmento turístico.

1.7. Educação ambiental

O “saber ambiental” caracteriza-se por uma racionalidade complexa que aproxima e confronta a teoria e a prática e promove o diálogo entre saberes científicos e populares. Esse saber e as práticas ligadas à ética e à cidadania ambiental contribuem para reinventar o território social e político, isto é, as contribuições da educação ambiental servem para criar uma vida mais democrática e mais intensa, como também para uma gestão política mais participativa e democrática, que frequentemente tomam os diversos atores e coletividades, de modo a promover o que poderíamos denominar de reinvenção da cidadania e conferindo à política do quotidiano as características emancipadoras necessárias às comunidades.

A consciência dos riscos sócio ambientais, abre possibilidades para processos pedagógicos, baseados no entendimento no qual os seres humanos poderão optar por comportamentos, atitudes e ações políticas do plano local ao global, em direção a um projeto de sociedade baseado

na eficiência económica, prudência ecológica e justiça social. Teremos assim, que a sociedade do futuro, sob a perspectiva da sustentabilidade ambiental, será cada vez mais reflexiva, mais dependente do conhecimento gerado e socializado. Por conseguinte, o investimento na educação e no interface natureza/sociedade será estratégico na construção desse projeto, como forma de consolidar e estimular as competências, valores e atitudes das populações no sentido de se projetar uma sociedade mais ativa, inovadora e ambientalmente culta, como defendem Beck (1997) e Giddens (1997).

A educação ambiental é uma ferramenta importante vinculada à teoria ecoturística mas que, por questões de ordem prática, tende a concentrar-se em ações pontuais, provocando por vezes, que o seu caráter dinâmico e, ao mesmo tempo, pouco profundo possa apresentar falhas na sua tentativa de despertar novas percepções e sentimentos em relação à natureza. Para que isso não aconteça, será necessário um processo mais intenso de educação ambiental, uma vez que ações como a construção de placas interpretativas, folhetos ou mapas, podem não alcançar os objetivos de sensibilização aos quais se propõem.

Acreditamos que para a questão ecológica evoluir num sentido sustentável, no caso português, será necessário que haja uma educação ambiental dirigida à sociedade em geral, através de parcerias entre diferentes organismos públicos e privados, nomeadamente escolas, administração central, regional e local, organizações não governamentais e outras entidades de diferentes representatividades geográfica.

Haverá que procurar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa entre a natureza e as transformações tecnológicas do planeta, ao analisar-se, de modo crítico, o princípio antropocêntrico que tem levado a destruições inconsequentes dos recursos naturais, criando polos potenciadores de catástrofes.

Será sempre importante lembrar que a natureza não é uma fonte inesgotável de recursos e que as suas reservas são finitas, devendo ser utilizadas de maneira mais racional.

A “Agência Portuguesa do Ambiente” no seu programa para a “Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020”, enuncia que os princípios diretivos dos programas de educação ambiental aprovados pela “Carta de Belgrado” devem ser os seguintes:

- A educação ambiental deve considerar o ambiente na sua globalidade, natural criado pelo homem, ecológico, político, económico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético;
- A educação ambiental deve ser um processo contínuo, ao longo da vida, tanto escolar como extraescolar;
- A educação ambiental deve adotar uma abordagem interdisciplinar;
- A educação ambiental deve sublinhar a importância duma participação ativa na prevenção e na solução dos problemas postos pelo ambiente;
- A educação ambiental deve perspetivar as questões ambientais mundiais, respeitando, no entanto, as diferenças regionais;
- A educação ambiental deve considerar as questões de desenvolvimento e de cresci-

mento, do ponto de vista do ambiente;

- A educação ambiental deve insistir na necessidade duma cooperação local, nacional e internacional para ir ao encontro dos problemas do ambiente.

Implicitamente, a educação ambiental, também se irá refletir nos consumos turísticos e nos comportamentos dos turistas, mais acentuadamente naqueles que escolhem o ecoturismo pela convergência dos pontos que partilham.

Para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o século XXI precisa ser o século da educação. Para que isso aconteça, é necessário que o grande paradigma desta educação deva ser o ensino da capacidade de pensar, de forma a desenvolver um pensamento auto-estimulado que evolui pela sua própria força, na medida em que se confronta com o existente enquanto conhecimento múltiplo milenarmente construído. Não bastará uma boa formação técnico-científica. Será necessário, uma das coisas mais preciosas que o/a professor/a pode dar ao/a aluno/a que é a capacidade de pensar de forma independente.

O cidadão do século XXI precisa saber resolver problemas concretos, não problemas fictícios. Necessita tomar decisões fundamentadas e, para isso, tem que saber fundamentar logicamente as suas decisões. Este é um requisito fundamental. Não pode fazer só contas, ou seja, mitigar os problemas, mas ter a capacidade de analisar dados, fatos e situações; conhecer o conjunto de serviços e de instituições que existem nas sociedades às quais os cidadãos podem e devem recorrer, e ao mesmo tempo ter a capacidade de relatar, o que está acontecendo, e ser capaz de transmitir isso aos outros. Portanto, tem que ter uma capacidade de gestão participativa e não apenas entender as tarefas, assim como uma capacidade de entender processos mais amplos, como por exemplo: ao receber uma informação através dos meios de comunicação, ter um distanciamento crítico, pois uma notícia pode ser um comentário manipulador. A capacidade de saber distinguir entre aquilo que é real e aquilo que é manipulação é fundamental para uma sociedade com um grau de cidadania elevado. O turismo, nomeadamente o ecoturismo, poderá ter de igual forma, um importante papel numa cidadania responsável e participativa baseados nos seus próprios princípios ambientais e sustentáveis.

A educação no século XXI precisa ser realizada numa parceria entre escola, família, sociedade e o Estado. É sempre bom lembrar uma frase em educação atribuída a Confúcio: “Tu me dizes, eu esqueço; tu me ensinas, eu lembro; tu me envolves, eu aprendo”.

Consideramos que uma reformulação dos “parâmetros curriculares” pode ser uma proposta a ser pensada por todos os que querem fazer uma educação para a cidadania e ter na escola um convívio mais ético.

Com todas estas referências sobre o problema educacional, chegamos aquela que nos mais interessa nesta investigação, ou seja, a educação sobre o ambiente como um dos pilares do ecoturismo. Esta deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de

ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

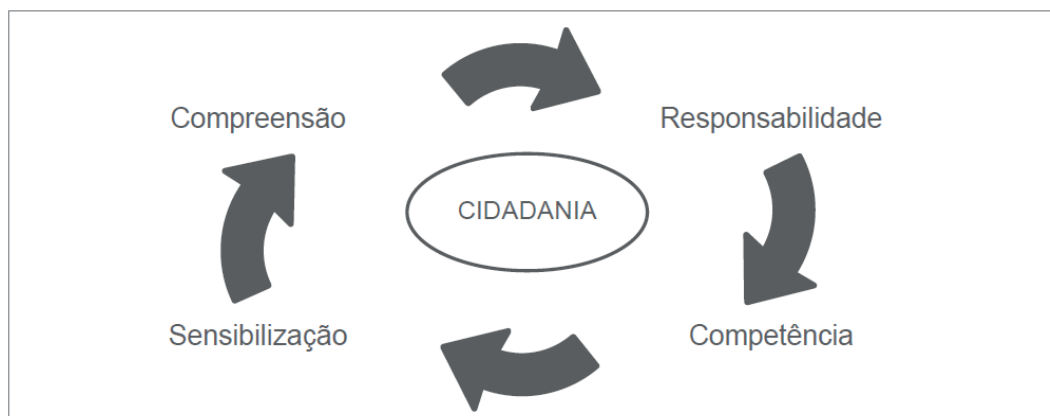
A fundamentação teórico-prática dos projetos deverá ocorrer por intermédio do estudo de temas geradores, que englobem palestras, oficinas e saídas de campo. Este processo oferece instrumentos vantajosos aos professores para atuarem de maneira a englobar toda a comunidade escolar na recolha de dados, ao fazer um levantamento da área de estudo e, por conseguinte, elaborar um levantamento dos problemas ambientais que os envolvem.

Os conteúdos elaborados serão necessários para o entendimento dos problemas e, a partir da recolha de dados, para a elaboração de pequenos projetos de intervenção, considerando, assim, a educação sobre o ambiente, um processo contínuo e cíclico.

Desta forma, teremos alguns princípios essenciais para uma educação ambiental, que passamos a enumerar (Quadro 7):

- Sensibilização: processo de alerta é o primeiro passo para alcançar um pensamento sistémico;
- Compreensão: conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem os sistemas naturais;
- Responsabilidade: reconhecimento do ser humano como protagonista;
- Competência: capacidade de avaliar e agir efetivamente dentro do sistema social;
- Cidadania: participar ativamente e resgatar direitos e promover uma nova ética capaz de conciliar o ambiente e a sociedade. A educação sobre o ambiente, como componente essencial no processo de formação e educação permanente, com uma abordagem direcionada para a resolução de problemas, contribui para o envolvimento ativo do público, torna o sistema educativo mais relevante e mais realista e estabelece uma maior interdependência entre estes sistemas e o ambiente natural e social, com o objetivo de um crescente bem-estar das comunidades humanas.

Quadro 7: Princípio para uma educação ambiental.



Fonte: Quadro construído para o trabalho realizado na unidade curricular “Relevância Ambiental e cultural de Risco” do 2º semestre do mestrado de “Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos”

Já no passado distante da República Helénica, Platão nas “Leis e das Cartas VII” dizia que: “o futuro do estado depende da qualidade da educação desde cedo”. Sobre o mesmo tema, Theodore Roosevelt (1909) escreveu: “Qualquer uma destas crianças (crianças dependentes) representa tanto um elemento potencial a acrescentar à capacidade produtiva e à cidadania iluminada da Nação como, se for deixada ao abandono, um elemento potencial a somar às forças destrutivas da comunidade.”

A educação ambiental, pode favorecer uma “vida democrática de alta intensidade” (Santos, 2003), promovendo espaços de (inter) locução e participação, como forma de ampliar a democracia, e de intervenção sociopolítica, para o combate coletivo da crise ambiental, como também, com o intuito de prevenir, atenuar ou eliminar riscos.

O chamado “campo ambiental” constitui-se como um espaço complexo de relações e interações sociais que contribuem para uma exposição pública dos diversos atores e interesses, com frequentes embates, conflitos e disputas de poder, criando desta forma, a produção de um “saber complexo” que encontra crescente legitimidade enquanto novo paradigma, capaz de articular conhecimentos e reinventar a intervenção educativa.

Os princípios e o plano de ação propostos pelo “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (1992) apontam para esse novo paradigma e uma outra sustentabilidade, pautada numa ética e estilos de vida que conduzam à construção de “sociedades sustentáveis”, a partir de uma educação voltada para a cidadania ambiental e de responsabilidade global.

A utilização da expressão “sociedades sustentáveis”, ao invés da ideia de desenvolvimento sustentável (que não é sequer mencionada no documento), supõe uma alteração substantiva do modo de conceber as formas de produção e de consumo que geram desigualdades sociais e acentuam a pobreza. Essa elaboração fortalece a perspectiva e as práticas de uma educação ambiental popular, participativa, crítica, transformadora e emancipadora.

Temos que muitos dos conflitos ambientais presentes na sociedade, relacionam-se com a justiça ambiental, na qual a defesa de relações comerciais sejam mais equilibradas, equitativas e com diferentes concepções de sustentabilidade.

O meio ambiente, nesta perspectiva, é pensado como espaço relacional, com o ser humano nele presente como agente que interage no interior de uma complexa teia de relações e significados. A ideia de sustentabilidade coloca a questão: é fundamental alterar já as formas de pensar e viver! Diante dos riscos, a preocupação contemporânea central não é mais como viver melhor amanhã, mas como garantir a sustentabilidade da vida aqui e agora.

O “saber ambiental” caracteriza-se por uma racionalidade complexa que aproxima e confronta a teoria e prática e promove o diálogo entre saberes científicos e populares. Esse saber e as práticas ligadas à ética e à cidadania ambiental contribuem para reinventar o território social e político.

As contribuições que a educação ambiental poderá oferecer, servirão para uma vida mais democrática e mais intensa, como também para uma gestão política mais participativa e democrá-

tica, que frequentemente tomam os mais diversos atores e coletividades, de modo a promover o que poderíamos denominar de reinvenção da cidadania, conferindo à política do quotidiano as características emancipadoras necessárias às comunidades.

A consciência dos riscos sócio ambientais derivados da alta modernidade abre possibilidades para processos pedagógicos baseados no entendimento de que os seres humanos podem optar por comportamentos, atitudes e ações políticas do plano local ao global, em direção a um projeto de sociedade baseado na eficiência económica, prudência ecológica e justiça social. A sociedade do futuro, sob a perspectiva da sustentabilidade, será cada vez mais reflexiva, mais dependente do conhecimento gerado e socializado.

Através de estudos feitos sobre o assunto, verifica-se que os resultados das investigações disponíveis parecem sustentar que é possível uma via de desenvolvimento “humana”, “social” e “ecologicamente sustentável”, distinta do modelo de competitividade liberal, que assenta em novos e mais vastos compromissos sociais que associem a negociação de regras e de proteção do ambiente.

A organização da economia, da produção e do trabalho apresenta uma complexidade e diversidade de configurações, “dinâmicas” e “tendências” que sugerem estarmos na presença de um processo no qual emergem, se confrontam e podem vir a consolidar-se diferentes modelos, implicando formas alternativas de mediação dos conflitos e interesses sociais.

Sendo assim, neste contexto, a prioridade à ampliação das oportunidades e à elevação dos níveis de educação e formação será uma via para promover a consolidação e desenvolvimento dos direitos de cidadania e, ao mesmo tempo, fomentar a competitividade das economias.

Outra forma de ajudar as comunidades locais, a desenvolver um projeto de sustentabilidade turística num determinado território nacional, será através do seu enquadramento jurídico, que achamos interessante enumerar no subponto seguinte.

1.8. Enquadramento da legislação nacional sobre a sustentabilidade turística

A “Carta Europeia de Turismo Sustentável” propõe o exercício de um turismo menos intenso e que seja capaz de integrar os aspetos ambientais, culturais e sociais com o desenvolvimento económico das regiões turísticas. Os objetivos traçados neste documento vão ao encontro de muitas das prioridades mundiais mencionadas na “Agenda 21”, estabelecida um ano antes, em 1992, durante a “Cimeira da Terra”, no Rio de Janeiro que, entre outras preocupações, chamava a atenção para a necessidade de políticas de desenvolvimento sustentável para a preservação de todo o planeta e para as gerações futuras.

A carta apresenta como principais objetivos:

- Conservar e valorizar o património;
- Promover o desenvolvimento social e económico, bem como a preservação e o melho-

ramento da qualidade de vida dos habitantes locais;

- A gestão dos fluxos de visitantes;
- O aumento da qualidade da oferta turística de maneira equilibrada, tal como sugerem as definições de turismo sustentável e do ecoturismo.

Em Portugal, foi a partir dos anos 70 que a preservação da natureza passou a aparecer no espaço legislativo e a classe política passou a voltar suas atenções para a criação de estratégias de preservação da natureza. O início foi com a Lei nº 9/70, de 19 de junho, que previa a proteção de espaços naturais e estabelecia a criação de áreas protegidas, reservas naturais e conjuntos de sítios e lugares classificados.

Com o caminhar dos anos, além de legislação, os governos estabeleceram a criação de órgãos de fiscalização e controlo tais como o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), pelo Decreto-Lei nº 49/83, de 31 de janeiro e dez anos depois, a criação do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), por meio do Decreto-Lei nº 193/93, de 24 de maio. Paralelamente, em 1978 tem início o percurso legal da prática de Turismo em Espaço Rural (TER) através do Decreto Regulamentar nº 14/78, de 12 de maio, que deu enquadramento legal ao alojamento de quartos particulares em moradias e apartamentos, o que depois de certa altura passou a ser chamado “Turismo de Habitação”, reconhecido pelo Decreto-Lei nº 423/83, de 5 de dezembro.

Entretanto, foram criadas regras para o chamado “Turismo de Natureza” com o Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de maio, que estabelece que todos os empreendimentos e operadores que promovem essa modalidade e que atuassem em território abrangido pela Rede Nacional de Áreas Protegidas deviam estar em conformidade com o referido decreto e a respeitar um código de conduta – estabelecido pela Portaria nº 651/2009, de 12 de junho – que impõe um conjunto de normas que visam assegurar a responsabilidade empresarial e boas práticas ambientais. O referido código de conduta contém oito itens no que se refere à “Responsabilidade Social” e dez itens que devem ser seguidos no que diz respeito às boas “Práticas Ambientais” e estabelece também os critérios e as informações que devem constar no “Logótipo” das referidas empresas, para orientar os seus clientes a respeitar a biodiversidade local e a manter os locais visitados limpos.

O “Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território” tem por obrigação manter as normas que regem o este segmento turístico, em conformidade com o que é indicado pela “União Europeia” e também com as necessidades que surgem com o passar dos anos, sobretudo questões como as alterações climáticas e a necessidade de políticas mais sustentáveis para todo o país.

Nesse sentido, Portugal possui um conjunto de diplomas legais que além de regulamentarem as práticas, criam formas de as promover de maneira saudável para as localidades que recebem visitantes, sem que para isso as mesmas tenham que abdicar das suas práticas sociais ao adquirir novos hábitos para se tornarem atrativas para os turistas de maneira que o turismo possa

gerar riquezas através da criação de novos postos de trabalho, evitando que os moradores locais abandonem os lugares ou optem para outras formas de desenvolvimento económico que não sejam tão sustentáveis para aqueles territórios.

O Turismo de Natureza, que de certa maneira está relacionado com o tema principal desta nossa investigação, representa em Portugal 6% das motivações primárias dos turistas. Segundo um levantamento prévio da publicação do “Plano Estratégico Nacional do Turismo” (PENT), as regiões onde esse produto é mais importante são os Açores (36%) e a Madeira (20%).

De forma a incentivar empreendimentos turísticos sustentáveis que demonstrem uma procura que supra carências de oferta e que se diferenciem da oferta existente, o Estado criou através do Decreto-Lei nº 174/2008, de 26 de agosto os projetos de “Potencial Interesse Nacional” (PIN’s). Para serem classificados como tal, os projetos necessitam atender/obedecer a uma série de condições impostas pela “Agência Portuguesa para o Desenvolvimento”, sendo as principais regras:

- Estar comprometido com a sustentabilidade ambiental;
- Respeitar as legislações referentes ao ordenamento do território e às regras ambientais em vigência. E ainda precisam que os projetos contenham pelo menos quatro dos seguintes requisitos:
 - 1- Produção de bens e serviços transacionáveis, de carácter inovador e em mercados com potencial de crescimento;
 - 2- Efeitos de arrastamento em atividades a montante ou a jusante, particularmente nas pequenas e médias empresas;
 - 3- Interação e cooperação com entidades do sistema científico e tecnológico;
 - 4- Criação e/ou qualificação de emprego;
 - 5- Inserção em estratégias de desenvolvimento regional ou contribuição para a dinamização económica de regiões com menor grau de desenvolvimento;
 - 6- Balanço económico externo;
 - 7- Eficiência energética e ou favorecimento de fontes de energia renováveis.

No início, era preciso que os projetos tivessem um investimento global superior a 25 milhões de euros. Entretanto, em 2011, com a publicação do Decreto-Lei nº 76/2011, de 20 de junho, o valor do investimento necessário baixou para 10 milhões de euros. Desta maneira, pretendeu-se simplificar e agilizar o processo de investimento empresarial em atividades que diversifiquem a base económica existente.

Acrescentou-se igualmente uma salvaguarda para valores inferiores caso o valor investido seja inferior ao montante estabelecido, mas que o projeto tenha um forte apelo para investigação e desenvolvimento, inovação aplicada ou de manifesto interesse ambiental ele também pode ser classificado como PIN. No entanto, como se pode verificar pela Figura 2, o decreto-lei não

veio colmatar as assimetrias nacionais.

Pela distribuição de PIN's a nível nacional constata-se que nas regiões Centro e Interior não há projetos considerados de “Potencial Interesse Nacional na Área do Turismo”. Estes estão sobretudo concentrados nas regiões do Alentejo e Algarve, seguidos pela região Norte e região entre Lisboa e Peniche, respetivamente.



Figura 2: Distribuição dos PIN'S na área do turismo. **Fonte:** Turismo de Portugal 2010

I.9. Participação social nas questões ambientais

O conhecimento já consolidado nas “Ciências Sociais” sobre a educação, sugere um potencial da efetiva confrontação, através das políticas sociais e educativas, com tensões e problemas inerentes à distribuição do rendimento indispensável à segurança material e condições de vida dignas e com a natureza dos bens e recursos formalmente certificados, assim como a uma afirmação do pluralismo e dos direitos culturais.

Segundo Giddens (2009), para ajudar a desconstruir os paradigmas atuais e a construir um novo paradigma, a sociologia ambiental poderá dar também um precioso contributo. Esta poderá ser definida, como o estudo das interações sociais e ambientais, embora esta definição apresente um problema talvez insolúvel à partida, que é separar as culturas humanas do resto do meio.

Embora o foco do campo seja a relação entre a sociedade e o meio ambiente em geral, os sociólogos ambientais normalmente colocam uma ênfase especial em estudar os fatores sociais que causam os problemas ambientais (impatos sociais desses problemas e os esforços para os resolver). Mas há que ter em atenção que uma parte considerável de estudos é construída para que os processos sociais sejam analisados de forma que certas condições ambientais se tornem por vezes socialmente definidas como problemas, muitas vezes criados por interesses obscuros.

Embora não houvesse debate entre os campos “construtivista” e “realista” dentro da sociologia ambiental na década de 1990, os dois lados têm encontrado um considerável terreno comum, segundo autores como Beck (1999) ou Giddens (2002).

Cada vez mais se aceita que a maioria dos problemas ambientais possui uma realidade material que se torna conhecida através de processos como o conhecimento científico, os esforços dos ativistas e a denuncia através dos média.

Deste modo, todos os problemas ambientais devem ser entendidos através de processos sociais, apesar de qualquer base material que possa ser externo aos seres humanos. Esta interatividade é agora amplamente aceite, mas muitos aspetos do debate continuarão a ser pesquisados.

A modernização ecológica e reflexiva aparece na década de 1980 como uma crítica ao “eco marxista”, tendo em conta os dados empíricos de países, principalmente na Europa Ocidental, como a Holanda, Alemanha e também no Reino Unido, que tentavam conciliar a proteção ambiental com o crescimento económico. Estes queriam demonstrar que o crescimento económico é possível se for bem organizado com o ambiente, dando como exemplos a agricultura orgânica, a ecologia industrial e certas vertentes de desenvolvimento sustentável.

O primeiro sociólogo que argumentou a partir do final dos anos de 1980, que a nossa sociedade de risco está potencialmente transformada pelos movimentos ambientais do mundo em mudança estrutural, sem rejeitar os benefícios da modernização e industrialização, foi Ulrich Beck, na obra “Sociedade de Risco” (1992).

Mais tarde, Beck (em 1997), tenta chamar a atenção para aquilo que apelou de “Modernização Reflexiva”, a qual nos conduz, para as transformações de instituições de todo o sistema político e económico, ao tornarem-se mais “racionais” com a “ecologia” em mente.

Esta “modernização reflexiva” contrariava o que se passava, como por exemplo, a “irresponsabilidade organizada”, que consistia numa política que criava “eco desastres” e hipocritamente responsabilizava os acidentes a alguém. No entanto, verificava-se que nada era corrigido porque podia desafiar a própria estrutura e desenvolvimento da economia.

Gustavo Cardoso (2016) sobre a morte recente de Beck, realça que este foi um sociólogo e investigador, mas também um intelectual europeu ativo. Foi-o quando aceitou em 2011 o convite de Martine Aubry, para escrever o livro “Pour changer de civilisation”, dissertando sobre a necessidade de políticas internas globais que rompam com as “cinco cegueiras” associadas normalmente às políticas nacionais na era de globalização:

- A primeira das “cinco cegueiras” políticas, segundo Beck, é a “cegueira global”, sintetizada na expressão “não se pode fazer política contra os mercados”, uma afirmação que esconde o fato de serem as próprias ações dos políticos que criam essa pretensa impotência política;

- A segunda é a cegueira “nacional”, ou seja, o excesso de confiança na ação ao nível nacional. Assenta na ideia de que será possível regressar a uma bem-sucedida gestão interna, através de políticas dirigidas exclusivamente ao espaço nacional;

- A terceira cegueira é a “neoliberal”, ou seja, acreditar que com o fim da Guerra Fria a globalização neoliberal solucionaria tudo – ideia profundamente arrogante e errada. Os riscos globais de mudança climática, as crises financeiras, o terrorismo e as catástrofes ecológicas, como as do Golfo do México, demonstram que essa perspetiva é um erro de proporções bíblicas;

- A quarta cegueira reside no “neo-marxismo”, ou seja, na defesa de princípios que nos impedem de ver o “novo”: por exemplo, a transferência de poder do Norte para o Sul do planeta, do Atlântico para o Pacífico, do dólar para o euro ou a quebra de estatuto do velho centro euro-americano enquanto exemplo e autoridade moral;

- E, por último, a “quinta cegueira”, a da ilusão tecnocrática, trocando processos por resultados e minorizando a importância da democracia e da liberdade.

Em resumo, Beck (2011) propõe uma “reflexibilidade”, através da qual haverá a uma participação social cada vez maior das comunidades em todas as suas atividades, como por exemplo, na questão ambiental, de forma a que a sociedade possa crescer dentro dum equilíbrio cada vez maior, sem ruturas de cariz humano e material e com uma maior consciência pública sobre os problemas de sustentabilidade

O turismo (ecoturismo) pode aparecer assim como, uma forma de participação ativa nas questões ambientais, a qual se enquadra perfeitamente no nosso objeto de estudo, “Ecoturismo – desenvolvimento turístico e sustentabilidade social”.

Iremos no ponto seguinte, enunciar o que achamos mais importante sobre a ajuda que a participação social, pode fornecer à construção dum turismo (ecoturismo), pretendido não só pelos turistas, mas sobretudo pelas comunidades recetoras

1.9.1. Reflexividade

O pavor e a ansiedade no mundo ocidental em relação aos riscos globais contemporâneos, têm estimulado as ciências sociais a repensarem as categorias tradicionais de compreensão da realidade social. Também os desvanecimentos das classes sociais e dos próprios sistemas sociais, levam a que muitos cientistas sociais revejam as suas teorias e conceitos, sobretudo com o surgimento dos temas ambientais e de outros, como o género e a etnicidade, ocupando estes novos temas cada vez mais os espaços no debate científico, como também nas políticas públicas.

Podemos verificar isso através de autores como Ulrich Beck (1997), Anthony Giddens (1997) e Scott Lash (1997) assim como, com a intensidade com que as descobertas das ciências sociais são transpostas para as práticas sociais, ao criarem novos quadros de referência sociológica.

Esta começa a aparecer na sociedade moderna pós-tradicional, ao mesmo tempo produtora e multiplicadora de riscos ambientais e tecnológicos, através duma autocrítica, isto é: ela coloca-se em perigo, mas reconhece os riscos que produz e reage perante isso. Esta questão levou estes autores a empreenderem um forte debate em torno do conceito da reflexividade.

Para Beck (1997), a modernização reflexiva é provocada por efeitos desenvolvidos e acumulados pelas sociedades industriais ocidentais. Ele distingue “reflexão”, que implica um conhecimento e controlo, da ideia de “reflexividade”, pensada como uma “auto confrontação” com os efeitos colaterais e inesperados oriundos da sociedade de risco. Para este autor, a “crise ecológica contemporânea” chama a atenção para a emergência de uma “sociedade reflexiva”, tornando-se ao mesmo tempo um tema e um problema para si. E acrescenta: “Na sociedade de risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da racionalidade” (Beck, 1997, p.19).

A teoria cognitiva da modernização reflexiva, reconhece Beck (1997), é otimista no sentido de possibilitar mais e melhores ações num mundo desarticulado. Ela produz mais reflexão, mais ciência, mais especialistas, mais autoconsciência, mais autocrítica e mais ampliação da esfera pública.

A teoria da reflexividade da modernidade, de Beck, diferente da perspectiva adotada por Giddens e outros, não traz o mesmo otimismo, mas por outro lado, não compartilha do pessimismo frankfurtiano apresentado, por exemplo, em “Dialética do Esclarecimento”, de Adorno e Horkheimer (1985).

O ideal emancipatório da modernidade iluminista defronta-se com vários processos contemporâneos, como sejam: a individualização, a globalização, o subemprego, a revolução de género, a turbulência dos mercados financeiros, os riscos globais da crise ambiental.

A sociedade industrial mostra-se obsoleta. Em seu lugar emerge uma sociedade de risco, fortemente marcada por incertezas e caracterizada pelos impatos da globalização capitalista e pela grave crise ambiental, gerada pelo crescimento económico descontrolado. Assim, esta

sociedade põe em movimento um tipo de reflexividade que considera a difusão dos riscos e incertezas que ela enfrenta.

Os riscos, concordando com Beck, são uma tentativa de tornar calculável o incalculável. Junto com eles surge um interesse social de preveni-los.

Os riscos e ameaças do nosso tempo constituem circuitos de uma auto-confrontação da modernidade com os resultados indesejados provocados por sua própria lógica. Ainda que percebamos contornos de uma ordem “pós-moderna”, Giddens (1991, p.13) assinala estarmos “alcançando um período em que as consequências da modernidade estão-se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes”.

Ao desenvolverem o conceito de reflexividade e a noção de risco na modernidade, Beck e Giddens fornecem elementos importantes para situar e problematizar as questões ambientais globais no mundo atual.

Na sociedade de risco identificada com a “alta modernidade” ou “modernização reflexiva”, os riscos e ameaças, como os de cariz ambiental, têm consequências desconhecidas a longo prazo, não podendo ser avaliadas com antecipação.

A modernização reflexiva coloca possibilidades de “autodestruição criativa”. Com ela, acontecimentos do quotidiano passam a explicitar novos significados nos quais a inovação e a transformação se condensam e emergem diversas linhas de conflitos ambientais e de políticas ambientais.

A crise ambiental “produz e cultiva uma consciência de Cruz Vermelha cultural”, sublinha Beck (1997, p.66), acrescentando que a crise ecológica transforma as coisas quotidianas, triviais e sem importância em testes de coragem nos quais o heroísmo pode ser exibido. “Longe de intensificar e confirmar a insipidez da modernidade, as ameaças ecológicas criam um importante horizonte semântico de impedimento, prevenção e ajuda. Este é um clima e um ambiente moral que se intensifica com o tamanho da ameaça, em que os papéis dramáticos dos heróis e dos vilões adquirem um novo significado quotidiano.” (Beck, 1997, p.66).

As pessoas, na sociedade de risco, são forçadas a repensar os seus valores, modos de vida e o modelo económico de desenvolvimento. Velhas práticas políticas sucumbem. Decisões políticas são tomadas fora dos espaços institucionais tradicionais da democracia representativa, não dependendo mais tanto dos parlamentos e governos eleitos.

Por vivermos na era dos resultados colaterais e imprevisíveis, Beck defende uma tese aparentemente paradoxal: “o não conhecimento é o meio da modernização reflexiva, e não o conhecimento!” Essa afirmação remete para a ideia de reflexividade como algo que foge ao controlo (diferente da reflexão, que se baseia em conhecimento e controlo), se bem que haja auto-confrontação com os efeitos indesejados da sociedade de risco.

O estado de ambivalência da modernidade faz com que a própria sociedade de risco considere as incertezas e riscos que ela própria produz. Temos assim, “quanto mais avança a modernização das sociedades modernas, mais ficam dissolvidas, consumidas, modificadas e ameaçadas as bases da sociedade industrial” (Beck, 1997, p.210).

Ocorre também uma complexificação da vida social. Como consequência, há uma reinvenção da sociedade e da política, e a questão ambiental ocupa agora um espaço importante na chamada “subpolítica” ou política do cotidiano. Beck afirma que ela atravessa os mais diversos campos ocupacionais “e se faz sentir em controvérsias substantivas em relação aos métodos, procedimentos de avaliação, normas, planos e rotinas” (Beck, 1997, p.64).

Por sua vez, Lash refere-nos que “o deslocamento da modernidade ‘precoce’ ou ‘simples’ para a modernidade ‘tardia’ ou ‘reflexiva’ envolve um deslocamento correspondente da política ‘emancipatória’ e centralizada para a ‘política da vida’ ou “subpolítica” (Lash, 1997, p.235).

Contudo, convém considerar vários aspetos da reflexividade que estão germinando, em que certas circunstâncias, a reflexividade é emancipadora e, noutras, acentua a estratificação.

Num contexto em que as coletividades difusas são os agentes políticos emergentes, a educação ambiental representa uma porta de entrada para um novo tipo de participação política na sociedade reflexiva, abrindo possibilidades concretas ao reinventar a qualidade do universo político e exercer influência no processo de formação das decisões políticas, ao contribuir com um valor significativo na construção de um trabalho pedagógico e político contra-hegemónico. “Se se mantiver as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos, este planeta alcançará os limites de seu crescimento no curso dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial” (Meadows, 1973, in Dias 2003, p. 32).

Perante este fatos, verifica-se que o desenvolvimento sustentável transformou-se num princípio para um planeamento entre o setor político e a iniciativa privada, nomeadamente por sugerir um novo rumo nas relações humanas e ambientais, que além de propor um novo modelo de integração e auto sustentabilidade fundamentado na participação coletiva visando o desenvolvimento, mas respeitando as características de cada comunidade.

Em consequência dessa discussão, a atividade turística também sofre críticas negativas por ser uma atividade económica com um grande impacto na sua forma de desenvolvimento. Essa nova exigência acelerou as mudanças na atividade turística e como resultado o turismo passou a ser concebido nos moldes do desenvolvimento sustentável, surgindo como referência aos princípios e práticas desse conceito, o Ecoturismo.

Este será um tipo de turismo com um risco para quem o experiencia, mas também um turismo com um risco para os lugares/comunidades de acolhimento, colocando a eterna dialética entre a procura e a oferta.

Capítulo II

O ecoturismo e as áreas protegidas. Apresentação do estudo de caso (Parque Natural da Serra da Estrela e Concelho de Seia)

O estado de arte sobre ecoturismo, diz-nos que este tem como princípios chave: preservar o ambiente e a cultura local com qualidade e respeito, oferecendo uma experiência positiva para quem visita e para quem recebe, proporcionando benefícios financeiros diretos para a conservação do território e para o desenvolvimento da comunidade local, ao promover a melhoria das políticas de meio ambiente das localidades visitadas.

Segundo “The International Ecotourism Society” (TIES 2010), o ecoturismo é a realização de uma viagem responsável para áreas naturais na qual se preserve o meio ambiente e promova o bem-estar da localidade visitada. Ou seja, trata-se da ideia de fazer turismo aliando conservação, troca de experiências e sustentabilidade.

Embora o ecoturismo esteja diretamente relacionado com o meio ambiente, tal como é verificado na sua definição, ele vai além do chamado turismo de natureza.

Podemos referenciar o “Turismo Natureza” como o precursor do “Ecoturismo”. Segundo Ceballos-Lascuráin (1991), pode-se considerar que “Heródoto, foi um dos primeiros turistas de natureza. As suas extensas viagens incluíram visitas ao Mar Negro, Egito, sul da Itália, Atenas e Mar Egeu”. As suas inferências, a partir de observações, mostram que estava interessado não só na história, mas também na geografia e no ambiente natural, assim como em monumentos antigos (ex: pirâmides do Egito).

Também Aristóteles praticou o turismo de natureza. Depois de não conseguir tornar-se mestre da Academia, após a morte de Platão, em 347 AC, foi para a ilha de Lesbos, no Mar Egeu, onde passou o seu tempo, estudando animais marinhos. Outros notáveis do turismo natureza foram Pytheas, Estrabão e Plínio o Velho, que viajaram movidos por um desejo de verem o ambiente natural e cultural do mundo.

Ainda segundo Ceballos-Lascuráin (1991), em tempos posteriores, Marco Polo, Bernardino de Sahagún, Joseph de Acosta e Eusebio Kino deixaram-nos relatos vívidos das novas terras que eles descobriram. Mais recentemente, sábios e exploradores como James Cook, Alexander von Humboldt, Louis-Antoine de Bougainville, Charles Darwin, John L. Stephens, Henry Bates, Alfred Russell Wallace, David Livingstone, Sven Hedin, e Carl Lumholtz dedicaram-se a viajar para áreas remotas com o propósito fundamental de descobrir, estudar e descrever paisagens, formas de vida e culturas diferentes.

No entanto, estes exploradores do passado eram pessoas de exceção, dotadas de energia e força de vontade ao comprometerem-se com as suas viagens, numa forma individual, muitas vezes enfrentando privações e dificuldades.

Há que sublinhar que no século XIX, estudar a natureza era considerado o passatempo de uma elite.

O turismo de natureza só pode ser considerado como hoje o vemos, a partir dos finais do século XIX, na sequência também do alargamento das cartografias turísticas para além da linha de costa (embora, também aqui, possa existir ecoturismo, nas cidades, como por exemplo o ecoturismo urbano).

Para Jake, (1985), citado por Butler, (1992), a natureza das viagens durante o século XIX foi essencialmente uma busca por um cenário espetacular e único.

Durante este tempo foi criado o conceito de parque nacional, no qual os fundadores desejavam proteger o meio ambiente, em vez de criar grandes empreendimentos turísticos, e o turista ao mesmo tempo pressionava para formas de lazer diferentes das oferecidas.

Até meados do século XX, este género de turismo só foi possível para uma determinada elite, mas com as revoluções tecnológicas na comunicação e nos transportes, estas vieram permitir que um número cada vez maior de pessoas de diferentes estratos sociais e diferentes partes do mundo, pudessem realizar viagens a destinos exóticos remotos, ou até próximos do região onde habitavam, mas que anteriormente estariam inacessíveis para o viajante comum. A massificação do turismo ocorreu em múltiplas áreas e tipologias de turismo.

As primeiras excursões organizadas em torno de algum interesse especial começaram a aparecer por volta de 1920, especialmente na Europa, como por exemplo, a castelos, catedrais, museus, jardins e áreas montanhosas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a indústria do turismo expandiu-se em todo o mundo, mas com os números a aumentaram, a imagem do turismo deteriorado também começou por aparecer.

Quando o turismo de massas explodiu no século XX, outro tipo de turista (eco) surgiu de uma forma menor, mas com uma reputação diferente.

Durante os anos 60 do século XX, principalmente em países industrializados, a preocupação pública com o meio ambiente aumentou. Organizações de conservação da natureza foram formadas para pressionar os governos a criar lugares reservados para reserva de certas espécies da fauna vegetal e animal, com a finalidade de preservar a integridade natural de ecossistemas inteiros de maneira que os turistas as pudessem visitar mas não interferirem-se com os sistemas naturais. “Estas manifestações críticas têm raízes profundas. No entanto são o reflexo dos sinais negativos que resultaram das pressões humanas sobre os ecossistemas, durante as três décadas de crescimento acelerado ocorridas no mundo desenvolvido desde do fim da II Guerra Mundial, mas também em fases de maior aceleração das economias noutras partes do globo. Deste ponto de vista, a mediatização de algumas crises ambientais desempenhou um importante papel na difusão da consciência ecológica” (Fernandes, 2012, p.88)

Pode-se dar como exemplo, a indústria de observação de baleias nos EUA, desenvolvida em resposta a uma preocupação cada vez maior, sobre a escassez mundial, relativamente às populações desta espécie. Segundo Butler (1992), por volta de 1966, a publicidade feita a essas atividades (observação) e uma pressão sobre a opinião pública que a comunidade científica criou, foi o suficiente para que a baleia “Jubarte” se tornasse uma espécie totalmente protegida,

segundo-se a proteção da baleia azul em 1967. Para este autor, este período temporal marca o nascimento do ecoturista.

Confirma-se assim que as áreas protegidas, precisam de um número de apoiantes que apreciam e compreendam que a sua sobrevivência a longo prazo deve ser assegurada.

Naquela época, este desenvolvimento turístico (atividades de conservação) era naturalmente mais forte, se os turistas conhecessem uma área reservada a espécies ameaçadas de extinção, em primeira mão. De forma irónica, houve um aumento do interesse sobre a natureza, mas as viagens para esses locais levaram a problemas de uso excessivo e perturbação territorial.

Na verdade, o uso excessivo, pode resultar numa degradação do meio ambiente, com a perda dos benefícios económicos devido aos danos provocados nos recursos naturais ou na comunidade local, com o perigo de rutura das culturas ou valores locais, que muitas vezes são citados como desvantagens para este tipo de turismo (ecoturismo). Mas é preciso sublinhar que, se o turismo está a prejudicar um recurso natural (seja ele uma espécie ou um espaço protegido), então não pode ser considerado como “ecoturismo”, porque o verdadeiro ecoturismo pode ser de fato uma das ferramentas mais importantes, para a proteção do meio ambiente.

Para Barreto e Tamanini (2003), o termo ecoturismo denomina o deslocamento de pessoas para espaços naturais delimitados e protegidos pelo estado ou controlados em parceria com associações locais e ONG'S. Pressupõe sempre uma utilização controlada de uma área com planeamento sustentável do uso dos seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e de suporte do local, monitoramento e avaliações constantes, com um plano e sistema de gestão responsável, muito semelhante com o turismo de natureza, no qual as pessoas procuram espaços naturais, com ou sem equipamentos, motivadas pelo desejo de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspetos cénicos em volta.

Segundo estes autores, para a prática do ecoturismo, não é necessária a existência de infraestruturas complicadas, porque a motivação principal do ecoturista é um maior contato com a natureza e a observação passiva. A diferenciação, no ecoturismo, entre viajantes e turistas, não se sustentaria devido ao carácter inclusivo do turismo (que absorve viagem - seja pelo consumo de serviços, seja pela experiência dos sujeitos que se deslocam, pela especialização e preocupação especial com o cliente dentro da lógica pós-fordista, ou da flexibilidade do capitalismo, nas configurações mais recentes).

O interesse pelas tradições, etnias e pela natureza, a nostalgia em relação a estilos e formas antigas das viagens verificados no ecoturismo, estão também inseridos na motivação dos ecoturistas, uma vez que tal interesse é matriz do próprio turismo, de um lado, e que o marketing turístico contribui para a (re)invenção dessas mesmas tradições.

Depois duma revisão da literatura, sobre a classificação aos vários tipos de ecoturistas, verifica-se que não foram feitas muitas pesquisas até agora, para identificar e segmentar ecoturistas ou outros tipos de turistas. Por isso, ainda se vai aplicando a classificação que Lindenberg fez em 1991. Segundo Lindenberg (1991) os ecoturistas podem ser classificados como:

- **O ecoturista ocasional** é aquele que decide por uma viagem ecoturística de forma acidental, como parte de uma viagem mais longa. Não se desloca de propósito com esse interesse;
- **O ecoturista de monumentos naturais** é aquele que se desloca para fazer uma visita aos atrativos naturais, mas não tem este hábito como usual. Tanto tem interesse por ambientes naturais, como por ambientes urbanos, desejando experiências diferentes, sejam elas urbanas ou não;
- **O ecoturista interessado** já se desloca à procura da natureza, porque tem um interesse especial pelos temas, como o meio ambiente, a conservação e sustentabilidade. Tem preocupações conservacionistas e procura produtos ecoturísticos responsáveis;
- **O ecoturista dedicado** é aquele que viaja motivado por interesses científicos ou porque tem uma forte vocação ambientalista. A viagem vai-lhe proporcionar aprendizagens e, por isso, executa voluntariamente tarefas como sejam: limpeza e recolha de lixo. Para ele, o ecoturismo é um instrumento de conservação da natureza, não sendo um fim em si mesmo, mas sim um dos meios para se alcançar a conservação.

Esta tipologia sobre o ecoturista é importante, quando se pensa propor a prática ecoturística como uma alternativa sustentável a um determinado território, poluído ou não.

É preciso salientar que os ecoturistas de monumentos naturais são os mais exigentes no que toca aos meios hoteleiros e infraestruturas.

Devido a isso, o ecoturismo necessita ser visto como um segmento turístico diferente na ótica da sua oferta, posto que existe uma obrigatoriedade de seguir um novo paradigma mais sustentável do que em outros segmentos turísticos.

Este novo paradigma ambiental, que o ecoturismo necessita para o seu desenvolvimento, será o que vamos enumerar no subponto seguinte.

2.1. O ecoturismo como um novo paradigma ambiental

Durante os últimos anos, a popularidade de ecoturismo aumentou bastante, como se constata pela cobertura que recebeu em várias publicações da especialidade como no, “Gold list 2016 – Luxury Travel Magazine” ou “Tourism Journal – Peer Reviewed – High Impact Articles”, que dedicam por vezes, edições inteiras ao ecoturismo.

Segundo Swanson (1992), são os paradigmas sociais que explicam esta popularidade. Este autor, começa por nos referir que, entre 1950 e 1960, o paradigma social dominante seria declarar que o progresso e a prosperidade eram mais importantes do que a natureza. Esta era considerada como um risco aceitável se pudessemos levá-la a um patamar de criação de riqueza, reconhecendo, ao mesmo tempo, que existem limites para o seu crescimento. O autor referia que a sociedade então existente foi superior a todas as sociedades que a precederam, ao criar

uma forte dependência de especialistas em desenvolvimento de mercados em expansão.

Swanson, de seguida, passa a descrever um novo paradigma ambiental, que surgiu na década de 1970, em grande parte, em reação às desilusões e fracassos engendradas pela anterior que tinha começado na década de 1950 a 1960.

O autor refere-nos que este novo paradigma se baseou em duas grandes construções:

1ª - Valorizar a natureza para seu próprio bem. Para isso, seria necessário planejar e agir de maneira a controlar o risco, tanto pessoal como local, reconhecendo sempre os limites reais para o seu crescimento;

2ª - Estimular a participação da população local, mas tendo sempre o cuidado, para que esta não esteja demasiadamente envolvida com mercados ou organismos estatais.

Ele acredita, que o ecoturismo tem o potencial necessário para encarnar o novo paradigma ambiental, em particular reconhecendo e envolvendo, quatro grupos, a saber:

1º - Operadores de ecoturismo;

2º - População local;

3º - Gestores de áreas protegidas;

4º - Os eco turistas.

Desta forma, o ecoturismo pode-se tornar uma força importante para a conservação e desenvolvimento responsável de certos territórios.

Segundo os últimos dados fornecidos, em 2013, pela Organização Mundial de Turismo (OMT), sobre os conflitos nefastos no meio ambiente, esta relata-nos que a maioria da população mundial está mais sensibilizada no sentido de não prejudicar o ambiente que os rodeia.

Cada vez mais se recicla o papel, o vidro, os plásticos, se utilizam mais os transportes públicos para a deslocação para o trabalho, se opta por comprar frutas e legumes produzidos localmente e sem produtos químicos, e pressiona-se mais sobre a forma de proibir a produção de sprays de aerossol (por exemplo).

Devido a esta nova atitude e práticas, haverá também que oferecer novas e criativas abordagens turísticas, mais amigas do ambiente para os “tempos” de férias/lazer. Assim, novas formas alternativas de turismo estão a tornar-se mais populares em todo o mundo, como o “Ecoturismo”.

Existem muitas definições e conceitos aproximados, para esta nova forma de turismo como sejam: turismo responsável, turismo alternativo, turismo sustentável, turismo de natureza, turismo de aventura, turismo educacional e muito mais, mas na realidade, o “Ecoturismo” envolve provavelmente um pouco de todas elas.

Neste novo paradigma ambiental, não é suficiente oferecer um novo segmento turístico amigo do ambiente. É necessário ter em atenção que um projeto deste género deve ser bem planeado, para que se garanta um nível de sustentabilidade a médio e longo prazo.

Na introdução do ecoturismo numa área, o sucesso da implementação dum bom plano econó-

mico e social será uma das principais preocupações.

Segundo Agrawal e Redford (2006), os empregos locais gerados e os rendimentos obtidos, são os mais comuns “indicadores de sucesso”. Mas chegaram também à conclusão que, para a criação de oportunidade de trabalho e execução bem-sucedida neste tipo de negócio, é preciso que haja um número suficiente de turistas que visitem o território. Este fato pode provocar que um grande número de turistas que visitam certa área provoque uma temporada alta e uma temporada baixa nessa região, ou ainda pode ser devido, por exemplo, às restrições das autoridades dos parques, durante os períodos de reprodução animal, ou por condições de tempo e outras situações especiais. Nestes casos, durante a temporada baixa, o fluxo financeiro desaparece e os membros da comunidade que estão envolvidos na atividade do ecoturismo auferem menos rendimentos.

Esta flutuação turística é uma desvantagem para aquelas famílias que não podem beneficiar de rendimentos de outras atividades produtivas, como a agricultura e outros negócios antigos que deixaram de fazer e ter. A súbita queda no rendimento irá criar um grande transtorno para a comunidade, manifestando-se sob a forma de desemprego.

Para que o problema seja ultrapassado, os autores recomendam que a população local deve aceitar o negócio do ecoturismo como um trabalho temporário e manter o seu trabalho tradicional como emprego permanente.

Na maioria das áreas de ecoturismo, o trabalho é sazonal devido às próprias características deste tipo de turismo e, por isso, as pessoas que se envolvem com este tipo de negócio terão que equacionar que estarão ocupadas quando é temporada alta, mas quando vem a temporada baixa eles ficam livres e, em consequência, desempregados. Devido a esta sazonalidade, a população afeta a este tipo de turismo, deve manter o seu trabalho familiar e envolver-se no negócio do ecoturismo como trabalho temporário. Na temporada baixa todos os membros da família participam no trabalho familiar (agricultura, comércio e outros) e na temporada alta alguns membros da família com habilitações e conhecimentos sobre este tipo de turismo, podem-se envolver nesta atividade.

Temos o exemplo de “Frontera Corozal no México onde a temporada alta coincide com as férias na escola da comunidade. Assim, os membros mais jovens da família podem ajudar nas tarefas domésticas como, por exemplo, cuidar dos animais, dos jardins das casas e ajudando nas várias atividades agrícolas.”, *Jornal de Pesquisa e de Desenvolvimento Ambiental*, (2009).

Outro problema de desemprego associado à atividade turística, é descrito por Valene Smith (1989). Para esta autora, a entrada do turismo em geral num determinado território, pode beneficiar economicamente a população local, mas com o desenvolvimento económico associado, frequentemente este serve como um atrativo que atrai trabalho de fora da área. Ela exemplifica que quando em Cancun foi desenvolvida a atividade turística, indivíduos com maior sofisticação e experiência na indústria de viagens rapidamente reconheceram a oportunidade para novos trabalhos e mudaram-se para Cancun, provocando um aumento do desemprego na população local.

Dentro desse contexto, Valene Smith (1989, p.109) faz uma seleção de fatores “Custo–Benefício” sobre o ecoturismo, conforme se poder ver na sua análise (Quadro 8):

Quadro 8: Custo – benefícios do turismo

Aspetos positivos Económicos	Aspetos negativos Económicos
*Influxo de dinheiro	*Sazonalidade (épocas altas e baixas)
*Efeito multiplicador	*Esgotamento económico
*Indústrias de serviços com trabalho intensivo	*Imigração de estrangeiros como mão de obra
*Melhor infraestrutura: estradas, água, esgotos, aeroportos, recreação.	*Custo de segurança como o crime
*Gastos dos residentes com o uso de atrações criadas pelo desenvolvimento	*Perda de rendimentos devido a crises económicas externas
Sociocultural	Sociocultural
*Ampliação da perspectiva social	*Coca-coalização
*Preservação de laços familiares	*Perda da identidade cultural na comunidade global
*Mobilidade incrementada	*Transformação dos turistas em “coisas”
*Apreciação do património e da identidade étnica	*Deterioração de sítios históricos devido ao uso exagerado
*Estimulo do folclore; criação de museus	*Medo de terrorismo e crime
	*Simplificação da cultura
Ambientais	Ambientais
*Conscientização da necessidade de conservação	*Custos de preservação
*Estabelecimento de marcas ecológicas	*Transformação de parques nacionais e zoológicos
*Conscientização dos limites dos recursos globais	*Perda das áreas selvagens
*Estabelecimento dos limites de uso de terras	*Poluição
	*Uso exagerado do habitat devido a febre do ecoturismo

Fonte: Adaptado de (Smith, 1989, p.100)

Para Valene Smith (1989), o turismo em excesso, ou uma escolha errada do segmento turístico, pode esvaziar uma comunidade e marginalizar os seus residentes numa ótica no qual o principal estímulo para o desenvolvimento do turismo será de ordem económica.

“O confronto do turismo com o desenvolvimento das populações e dos territórios remete o debate para quatro questões essenciais: o turismo e a criação de mais-valias; o grau de dispersão social e de territorialização in situ da riqueza criada; a perenidade temporal da atividade turística; e o ordenamento do turismo para a gestão das respetivas externalidades (paisagísticas, ambientais, sociais, políticas, económicas e sociais)” (Fernandes, 2013, p.115).

“Os vários segmentos turísticos requerem uma considerável quantidade de mão de obra e

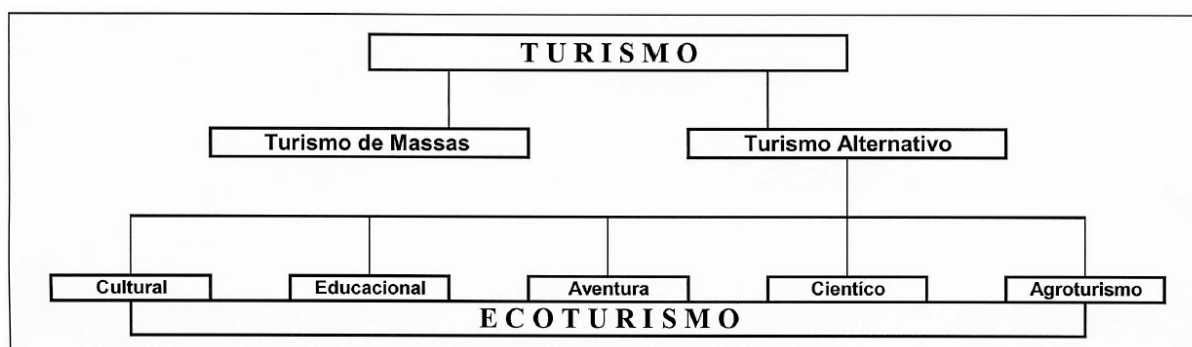
uma reserva de trabalhadores minimamente especializados. À parte de terem grande importância como instrumento de desenvolvimento, podem provocar grandes desigualdades económicas entre anfitriões e convidados, como por exemplo: o aparecimento de uso de drogas; a possibilidade de os turistas serem vítimas de roubos ou ações terroristas, não por se dever à sua qualidade de turistas, mas sim, por serem presas mais fáceis” (Smtih, 1989, pp.23-24).

Para a população visitada, o turismo pode ser considerado uma bênção pela criação de novos postos de trabalho e incremento do fluxo de dinheiro constante. Porém os próprios turistas podem converter-se em uma carga física e social.

Contra-pondo-se ao turismo de massa, o segmento turístico (ecoturismo) aparece como uma crescente apreensão com a iminente redução dos recursos disponíveis na natureza que começa a efervescer na sociedade e que, diante desse panorama, deu início a uma procura de alternativas para providenciar um equilíbrio entre as atividades económicas e a crise ambiental que se desenvolveu. Assim, neste tipo de turismo alternativo, no qual, entre outras, se podem integrar diversas modalidades (turismo cultural, agroturismo, turismo científico) pode-se reconhecer, como um símbolo dum turismo sustentável.

No (Quadro 9), Mieczkowski (1995, p.459) mostra-nos como esses conceitos foram evoluindo.

Quadro 9: Turismo alternativo.



Fonte: Adpatado de (Mieczkowski, 1995, p.459)

Nesta linha de pensamento, aparece-nos Fennell (2002, p.41), afirmando que: “Como uma extensão ou apêndice do turismo alternativo, o ecoturismo cresceu como uma consequência da insatisfação com as formas convencionais de turismo que, num sentido geral, ignoraram os elementos sociais e ecológicas de regiões em países estrangeiros, em favor dum enfoque mais antrópocêntrico e concentrado estritamente no lucro dos produtos de turismo oferecidos”. Quanto ao surgimento deste segmento turístico, segundo Wearing & Neil (2000, p.VII), assume-se que o Ecoturismo, ou seja, a ideia de que o turismo baseado na natureza poderia proporcionar benefícios sociais e ambientais, “brotou na consciência do final da década de 1990, tornando-se praticamente um fenómeno na década de 90. Para este autor, “Em diversos países, o ecoturismo transformou-se em um importante tema de debate. Gerando um sem número de conferências e novos cursos e estimulando políticas de desenvolvimento em todos os níveis de governo, na indústria do turismo e no movimento ambientalista”.

Constata-se assim que, o ecoturismo, na sua essência, se concentra no reencontro da relação “homem-natureza”, de forma que haja interação e desta forma permitir vivências e experiências diretas com o meio.

Dentro das inúmeros conceitos que foram criados, três características estão a ser refletidas, seja de forma literal ou nas entrelinhas. Como afirmam Faco & Neiman (2010), estas podem ser consideradas “o tripé da sustentabilidade” dentro da atividade:

- 1- Garantia da conservação do meio ambiente;
- 2- Educação ambiental;
- 3- Benefícios às comunidades receptoras.

Será pertinente referir também que este “tripé da sustentabilidade” pode ser aplicado noutros contextos, por exemplo, ao turismo no espaço urbano, uma vez que este também pode incorporar características que possam minimizar os seus impactos.

O turismo sustentável, não será apenas apanágio do ecoturismo, deve estar presente em todas as formas de turismo, só que ao ecoturismo se acrescenta a ideia de ‘formação e pedagogia’ em interação com a natureza.

Na atualidade, o ecoturismo é alvo de constantes ações de diversos setores, podendo-se observar o envolvimento, de forma significativa e efetiva, de organizações não governamentais (ONGs). Estas viram no ecoturismo uma forma de orientar e padronizar ações a planear a atividade e da própria sociedade como um todo, tentando reestabelecer os vínculos com a natureza.

Da mesma forma, teremos que levar em consideração a crescente capacidade dos gestores em turismo tanto a nível técnico, assim como, o aumento dos eventos científicos sobre o setor, o que leva a um maior incentivo nas investigações e debates e criando ao mesmo tempo novos canais para o intercâmbio de experiências e pesquisas sobre a matéria.

Um item estruturante das definições de ‘ecoturismo’ é a possibilidade de gerar benefícios económicos para as populações locais (Beaumont, 2011; Weaver, 2005; Lindberg *et al.*, 1996). Porém, os resultados obtidos na pesquisa foram pouco estimulantes. Os turistas frequentaram, em grande número, a restauração, mas uma parte significativa dos mesmos não tinha qualquer preocupação em optar pela gastronomia com produtos autóctones.

Interessante seria saber se os restaurantes adotaram ‘práticas verdes’. De acordo com Schubert *et al.* (2010), estas práticas são alcançadas através da aquisição de equipamentos para poupar energia, compra de produtos locais, participação em programas de proteção ambiental e pagamento de uma taxa para compensar as emissões de dióxido de carbono. Entre estes itens, a compra de produtos locais é uma realidade forte.

Ainda sobre as ‘práticas verdes’, Schubert *et al.* (2010) observaram que em 455 restaurantes norte-americanos, no estado de Ohio, os clientes estavam preocupados com as questões da proteção do ambiente e mostraram-se disponíveis para pagar mais para compensar os custos associados às ‘práticas verdes’.

No que concerne ao turismo ecológico de montanha, este oferece uma alternativa ao rendimento das comunidades, que por vezes usam de uma forma insustentável os seus recursos naturais, como seja, o uso excessivo de pastagens de montanha a caça selvagem, “as drenagens, a poluição de águas e a deposição de lixos, os efeitos diretos e indiretos das atividades de recreio, a construção de infraestruturas e a exploração de inertes estão na longa lista de atividades e circunstâncias que ilustram o modo como, numa área protegida de baixas densidades populacionais, afinal ocorrem múltiplas formas de apropriação” (Fernandes, 2012, p.151). Estas poderão ser reduzidas e melhor controladas através da introdução duma filosofia adjacente a este novo segmento turístico.

Devem-se procurar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com a natureza e as transformações tecnológicas do planeta para auxiliar as populações locais a analisar criticamente o que tem levado à destruição inconsequente dos recursos naturais e de várias espécies e à criação de polos potenciadores de catástrofes, ao fazê-las compreender:

- Que a natureza não é fonte inesgotável de recursos, as suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira racional, evitando o desperdício e considerando a reciclagem como processo vital;
- Que as demais espécies que existem no planeta merecem o nosso respeito. A manutenção da sua biodiversidade é fundamental para a nossa sobrevivência;
- Que é necessário planear o uso e ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais, tendo em conta que é necessário ter condições dignas de moradia, trabalho, transporte e lazer, com áreas destinadas à produção de alimentos e à proteção dos recursos naturais.

Existem também análises que realçam que, embora o trânsito de pessoas e veículos possa ser, por vezes, agressivos ao estado natural desses ecossistemas, os defensores da sua prática argumentam que o ecoturismo contribui para a preservação dos mesmos, permitindo a integração e desenvolvimento económico das comunidades locais em áreas de preservação ambiental, por ser um dos principais meios de educação ambiental.

Uma abordagem importante para o sucesso do ecoturismo passará por parcerias com as redes e alianças a nível nacional e internacional.

Uma rede pode ser um indicador de sucesso em empreendimentos e iniciativas pessoais, no campo da inovação, crescimento e desenvolvimento da atividade turística numa ótica sustentável, como passaremos a explicar no subponto seguinte.

2.2. Redes e alianças

O turismo é considerado uma das maiores atividades do mundo pelas suas implicações nos campos sociais, culturais, económicos. É também uma atividade que apresenta uma elevada complexidade, não só porque engloba variáveis de cariz económico, geográfico, cultural e histórico, como também um substancial envolvimento com o capital humano.

Com a globalização dos produtos, serviços e mercados, o setor do turismo europeu foi afetado no-

meadamente com a pressão nas pequenas e médias empresas, as quais apresentam algumas dificuldades em formar unicidade num destino e em distribuir os seus produtos numa forma abrangente. No relatório europeu “Association for Culture and Tourism Exchange – Council of Europe – 11 January 2011”, observa-se que há uma nítida noção dum grande número de semelhanças entre os vários países membros da união, o que leva à necessidade dum aprendizagem que seja partilhada.

Verifica-se que os empreendedores têm por norma atingir um alvo individualista posto que a motivação é a rentabilidade do negócio, podendo haver, por vezes, uma variante ao objetivo inicial, como a criação de um negócio para a sua família mais alargada.

Este nível de motivação individualista tem sido evidente nas economias onde o empreendedorismo tem sido visto como um elemento essencial na construção livre de economias de mercado. Porém, a cooperação entre os empresários na partilha de conhecimentos, serviços e criação de estruturas de autoajuda, tem sido tratado com algum menosprezo.

O individualismo é visto como estando mais em sintonia com os valores económicos liberais relacionadas com o livre mercado, apesar do fato de ignorar o rico património de cooperação económica que tem sido um tema forte em muitas economias da Europa Ocidental e da América do Norte.

Uma série de estudos e experiências nesta área, mostra esta falta de vontade de trabalhar numa base coletiva, o que como já citamos é, em si, visto como um conceito muito negativo, provando ser uma grande desvantagem no desenvolvimento da atividade turística de pequena escala, onde temos um forte foco na sustentabilidade ambiental.

Portanto, um fator significativo no desenvolvimento do turismo sustentável são programas que devam articular a força e coesão dos empreendedores individuais.

Para Porter (1998), a competitividade num mundo cada vez mais global deve focar-se nos recursos existentes a nível local e nos conhecimentos e relações que os competidores não consigam imitar. Mesmo nos países mais desenvolvidos, esses “clusters” locais, geralmente identificáveis a nível regional, assumem um papel muito importante, sendo bem articulados a nível interno, ao mesmo tempo apoiados por uma série de fatores externos que ajudam a obter uma posição competitiva nos mercados globais.

Segundo a OECD (1995), trabalhar em parceria começou a desenvolver-se ao mesmo tempo que surgiu um interesse crescente a nível teórico pela interação entre stakeholders como, por exemplo no turismo rural, o qual possui características semelhantes com o ecoturismo.

As parcerias locais são cada vez mais reconhecidas como uma medida apropriada, particularmente como resposta na sua capacidade de conseguir juntar uma gama de grupos de interesse no desenvolvimento coerente de um planeamento sustentável.

Num setor como o turismo, é fundamental que haja uma criação de redes para que a inovação proporcione e promova o *networking*. Só assim será possível que todas as empresas turísticas, em conjunto e em simultâneo (em cacho ou cluster), beneficiem das vantagens da inovação implementando novos processos por efeito de imitação, evitando os inconvenientes da aplicação

de procedimentos ainda não testados.

Para (Rosa Pires, 2014, p.10) “as atuais políticas europeias proporcionam condições muito interessantes que merecem ser apoiadas. A Europa 2020, com a sua estratégia tríplice de um “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, aponta claramente na direção de uma “nova economia”, de uma “economia social de mercado para o século XXI”, uma nova economia com uma relação diferente com a natureza, por isso mais sustentável, mas também com uma outra relação com a sociedade, mais inclusiva e promotora de um novo modelo de desenvolvimento, em que a inovação, não seja apenas uma inovação de base científica, mas também a inovação baseada no conhecimento dos saberes locais, pelo que é imprescindível pensar as estratégias de desenvolvimento local com as pessoas, não perdendo a visão de bottom-up que tem suportado o desenvolvimento das áreas rurais nos últimos 20 anos.

Esta surge como uma peça central da política social, o que lhe confere mesmo o carácter de pré-requisito na aprovação do que agora se designa por Acordo de Parceria (Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2013, Diário da República, 1ª série, nº 96, 20-05-2013. O Acordo de Parceria que Portugal propôs à Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, data de 14-01-2014. Este Acordo organiza-se em quatro domínios temáticos: i) competitividade e internacionalização; ii) inclusão social e emprego; iii) capital humano; iv) sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

Também a importância da cooperação para o desenvolvimento dos territórios foi trazida à colação, como uma cooperação “informada, com um propósito reconhecido e uma orientação coletiva que não esmague o interesse dos cooperantes”, particularmente importante na vertente intermunicipal, mas também transregional e transfronteiriça. Existe desde os anos 90 um bom exemplo de cooperação transfronteiriça na euro região Galiza-Norte de Portugal, com forte envolvimento intermunicipal (hoje 34 municípios), por via do trabalho desenvolvido no contexto do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (<http://www.eixoatlantico.com/>), com o qual tivemos o grato prazer de colaborar durante mais de uma década, na equipa coordenada pelo Prof. Xosé Manuel Souto Gonzalez”.

Vemos pelo exemplo acima referido, que a aplicação de comportamentos inovadores serão mais fáceis se forem concretizados através de redes, aproveitando as inovações já aplicadas e criando sinergias para a implementação de outras porventura mais exigentes em investimento e custos operacionais.

A administração pública portuguesa tem um papel crucial ao apoiar a criação dessas redes de inovação locais e dinamizar os empresários para que assumam os riscos inerentes a esse processo, por exemplo, criando redes de inovação entre empresas prestadoras de serviços turísticos, potenciando os efeitos positivos dos drivers da inovação e promovendo o encontro entre dirigentes e gestores em fóruns para troca de experiências.

Uma das principais lições descritas, de experiências de sucesso a longo prazo para o ecoturismo, será a criação de redes e alianças que envolvem todos os atores, ou seja, a comunidade local, as organizações de proteção da natureza, autoridades locais e operadores de turismo,

sendo ele, em conjunto, um dos fatores chave para um desenvolvimento bem conseguido. Isto significa que devem ser tomadas ações para desenvolver mais a cadeia de valor de mercado do ecoturismo, quer entre os agentes locais ou entre agentes nacionais e operadores internacionais. Além disso, o apoio complementar das autoridades locais é muitas vezes necessário para a regulação e fiscalização deste tipo de turismo.

As empresas de turismo podem desempenhar um papel fundamental para o sucesso do ecoturismo local, através do desenvolvimento de “marketing”, o qual poderá ser fundamental para este tipo de negócio que, por vezes, é negligenciado nestes projetos de turismo.

É possível que devido às próprias características das entidades de proteção da natureza, estas não possam apoiar os projetos de ecoturismo por ainda não estarem familiarizadas com as dificuldades do negócio a desenvolver.

Em contraposição ao não sucesso de alguns projetos “eco”, podemos enumerar alguns exemplos de ecoturismo bem-sucedido, nos quais existem fortes relações entre as comunidades locais e nacionais e operadores turísticos internacionais.

Os projetos bem elaborados facilitam a comercialização e gestão de vendas, em conjunto com uma análise de mercado e desenvolvimento de novos produtos e serviços, os quais vão, por sua vez, aumentar a produção e difusão de material de marketing.

Stronza (2008) cita o exemplo de “Canodros SA”, uma empresa privada envolvida no desenvolvimento do turismo “natureza” e “cultural”, que proporcionou o capital necessário para a construção de alojamentos, serviços técnicos, operações de gestão e comercialização do destino, para a comunidade “Achuar” do Equador.

Essa parceria funcionou por mais de dez anos, até que foi transferida a gestão para a comunidade local, em 2008. A formação fornecida por “Canodros SA” à comunidade construiu as competências de gestão suficientes para o bom desenvolvimento deste nicho de mercado naquele território, podendo a comunidade Achuar estar a gerir o negócio quase completamente por conta própria.

Na mesma linha, assinala-se a colaboração entre a comunidade local de “Infierno”, no Peru, e um operador de turismo baseado na natureza, a “Rainforest Expeditions”. Esta ajudou a construir uma capacidade ecoturística local. Para que tal acontecesse, “as partes assinaram um acordo de dez anos para a “Pousada Amazonas”, em 1996, o que obrigou o operador turístico a ser o responsável pelo financiamento, construção e operação do novo empreendimento, se bem que quarenta por cento dos lucros fossem para a comunidade. Após o acordo expirar, a comunidade assumiu a titularidade da “Pousada Amazonas” e optou por continuar a trabalhar com o mesmo parceiro” Gordillo, Hunt e Stronza, (2008).

Observa-se assim que as redes e alianças são importantes para o sucesso do ecoturismo nas comunidades locais. No entanto, os projetos de esforços de cooperação devem equilibrar os diferentes interesses da melhor maneira possível.

Existe, por vezes, instituições externas de apoio, que podem criar uma estrutura de incentivos inadequados, que facilmente desintegram o capital social, minam a ação coletiva e dificultam

institucionalmente o projeto a programar. Segundo Marie *et al.*, (2009), por vezes, o conhecimento deficiente sobre as comunidades locais impede o cumprimento das necessidades de desenvolvimento das comunidades e, portanto, a obtenção de sucesso da conservação das características locais.

Para Adams e Hutton, (2007), as alianças entre as comunidades locais e as entidades de conservação da natureza, podem ser difíceis de conseguir se os interesses das comunidades locais, mesmo dentro dum quadro de paisagem florestal, diferem dos defensores da biodiversidade que promovem a sobrevivência de todas as espécies. Estas divergências afetam, em geral, a desejada escala do projeto ecoturístico e o grau de participação da comunidade local.

Já Koenig e Juska (2006) apresentam o caso de uma iniciativa entre o ecoturismo local da comunidade de Uaxactún, Guatemala, e da Wildlife Conservation Society (WCS). O envolvimento da comunidade nos planos de desenvolvimento do ecoturismo foi mínimo, o que implicou poucas oportunidades para os membros da comunidade desenvolver as capacidades e as habilidades necessárias para sustentar o negócio do ecoturismo uma vez que a ONG cortou habitualmente o financiamento.

Através da análise de Gordillo *et al.*, (2009), verifica-se que existe outro exemplo negativo, como seja, o excessivo envolvimento de instituição ambientalista na organização e gestão de projetos de ecoturismo, porque podem ter efeitos prejudiciais nas comunidades locais, quando estas se acostumam a pouco envolvimento e ao clientelismo, isto é, as comunidades habituam-se a receber benefícios de parceiros externos, esperando algo em troca, não participando de modo ativo na conservação da joint venture.

Combinando os conceitos de redes em turismo com os perceções fornecidos pela gestão do conhecimento, podem-se desenvolver novos processos teóricos, que garantam o compartilhar e a adaptação do conhecimento em turismo, através de redes.

Por outras palavras, deve-se aprender a construir redes de turismo, caracterizando processos de sinergias, criação e fluxo de conhecimento entre organizações. Este é o futuro para um turismo de desenvolvimento sustentável e pode ser uma possível solução para evitar derivas estratégicas que, por vezes, ficam muito dispendiosas.

Na Europa, o ecoturismo ainda se encontra num estado embrionário, havendo contudo destinos de Turismo Natureza que baseiam o seu desenvolvimento na configuração de clusters como em:

- Itália - Toscana, Alpes Piemonteses, Dolomites Abruzzo, Lagos do Norte, Sicília;
- Espanha - Andaluzia, Norte Pirenéus, Estremadura, Galiza;
- França - Midi-Pirenéus A cadeia dos Puy Bretonha Provença-Alpes Ródano-Alpes;
- Irlanda - Shannon Causeway Coast Glens NorthWest and Lakelands Ring of Kerry Wicklow Mountains Midlands.

Outra variável a equacionar no âmbito dum ecoturismo sustentável, será a dos riscos (físicos e materiais) que este tipo de turismo poderá proporcionar, tanto para os turistas como para os seus patrocinadores.

No subcapítulo seguinte, tentaremos evidenciar alguns possíveis riscos inerentes à especificidade deste segmento turístico.

2.3. O ecoturismo e os riscos físicos e materiais

Neste subcapítulo, chamaremos a atenção para os riscos que podem acontecer tanto para as organizações turísticas, como para os seus consumidores e populações locais, dentro da atividade ecoturista, riscos esses que se podem prevenir através duma segurança ativa e passiva de maneira a evitar acontecimentos nefastos que, por vezes, têm elevados custos humanos e materiais.

Vários riscos podem estar relacionados com algumas práticas que o turismo em ambientes naturais ocasiona, em especial no ecoturismo e no turismo de aventura, posto que o grau de contacto com elementos da natureza é elevado.

Outro objetivo deste subcapítulo, é chamar a atenção para o debate de políticas de normalização, principalmente num sistema de gestão da segurança, tão necessário num quadro de turismo na natureza.

Constata-se tanto a nível internacional como nacional, a necessidade de profissionalizar e qualificar o segmento de Turismo na Natureza (Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo de Natureza) porque é neste segmento que se evidencia mais, a existência de dificuldades específicas ao seu desenvolvimento, que podem comprometer este setor nos seus níveis de crescimento, tais como:

- Empresas irregulares;
- Baixa qualificação dos profissionais afetos a este segmento;
- Falta de fiscalização do setor;
- Alto índice de acidentes e incidentes;
- Risco das atividades.

O risco adquire papel importante no que se relaciona a satisfação com a experiência, tendo em vista que a vontade de participar de certa atividade pode diminuir se os riscos não existirem, do mesmo modo que o excesso de risco numa aventura pode acarretar a diminuição da satisfação, e até mesmo resultar numa desistência da participação nessa atividade.

Deste modo, é possível perceber a intensa relação entre a aventura e os riscos, de maneira que o fato de “aventurar-se” acarreta a exposição a riscos recorrentes na prática desta.

Na ótica do turista, a segurança é a forma mais indicada para minimizar esses fantasmas em torno do risco, evidenciando a importância de uso das técnicas e equipamentos específicos, além da manutenção dos ambientes em que se inserem.

Deve-se estabelecer um processo sistemático para a identificação de perigos e análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos associados com a prática de atividades deste tipo de turismo. Este processo de controlo dos riscos deve estar incorporado na

gestão da organização, de forma a assegurar que as atividades de turismo de aventura sejam praticadas de modo seguro e responsável.

Em termos gerais, a gestão de risco deverá ser estabelecida e promover a identificação dos perigos e riscos associados com cada atividade de turismo de aventura que está envolvida. Isto implica identificar o que pode acontecer, o porquê, como, com que probabilidade e com quais consequências, a fim de servir de base para a análise de riscos.

Para isso, a organização responsável pela realização das atividades de aventura necessita realizar uma análise dos riscos que envolvem os procedimentos de cada atividade específica, a fim de assegurar que as suas práticas sejam realizadas de um modo seguro.

Neste âmbito, Spink *et al.* (2004, p.82) afirmam: “Tendo em vista que o risco está sempre presente no turismo de aventura, os monitores especialistas devem assumi-lo no lugar dos clientes. A tecnologia é condição *sine qua non*, mas não é considerada suficiente para garantir a segurança. Cabe aos monitores fazer um levantamento dos riscos objetivos, deixando aos utentes dos serviços apenas a sensação de riscos: a emoção, a adrenalina, enfim, o risco subjetivado”.

2.3.1. Conceito de Risco

Um dos aspetos mais impressionantes no tempo que vivemos é a distância que existe entre a percepção geral e o que nos dizem os fatos, os números ou os acontecimentos mais prováveis. O risco pode ser definido de forma ampla, como uma condição na qual existe a possibilidade de pessoas ou propriedades poderem experimentar consequências adversas. Numa perspetiva de avaliação, normalmente define-se o risco em termos de: “Probabilidade de um evento de uma determinada magnitude que ocorrerá em um determinado local dentro de um determinado período de tempo, descrevendo as consequências esperadas que o evento vá infligir sobre as pessoas, propriedade e função social. Em que os tomadores de decisão podem transmiti-la tanto à população em situação de risco como aos responsáveis pela proteção da população em risco”².

2.3.1.1. As três grandes classes de risco existentes

As três grandes classes de riscos que podem ter influência negativa na atividade turística, mais precisamente no que concerne ao ecoturismo, são (Quadro 10):

- Os “riscos naturais” que compreendem os riscos atmosféricos, geológicos, hidrológicos e os riscos biológicos (associados à fauna e à flora). O desastre natural que provoca maior número de vítimas em Portugal são os incêndios, segundo o Emergency Disasters Data Base (EM-DAT 2004);

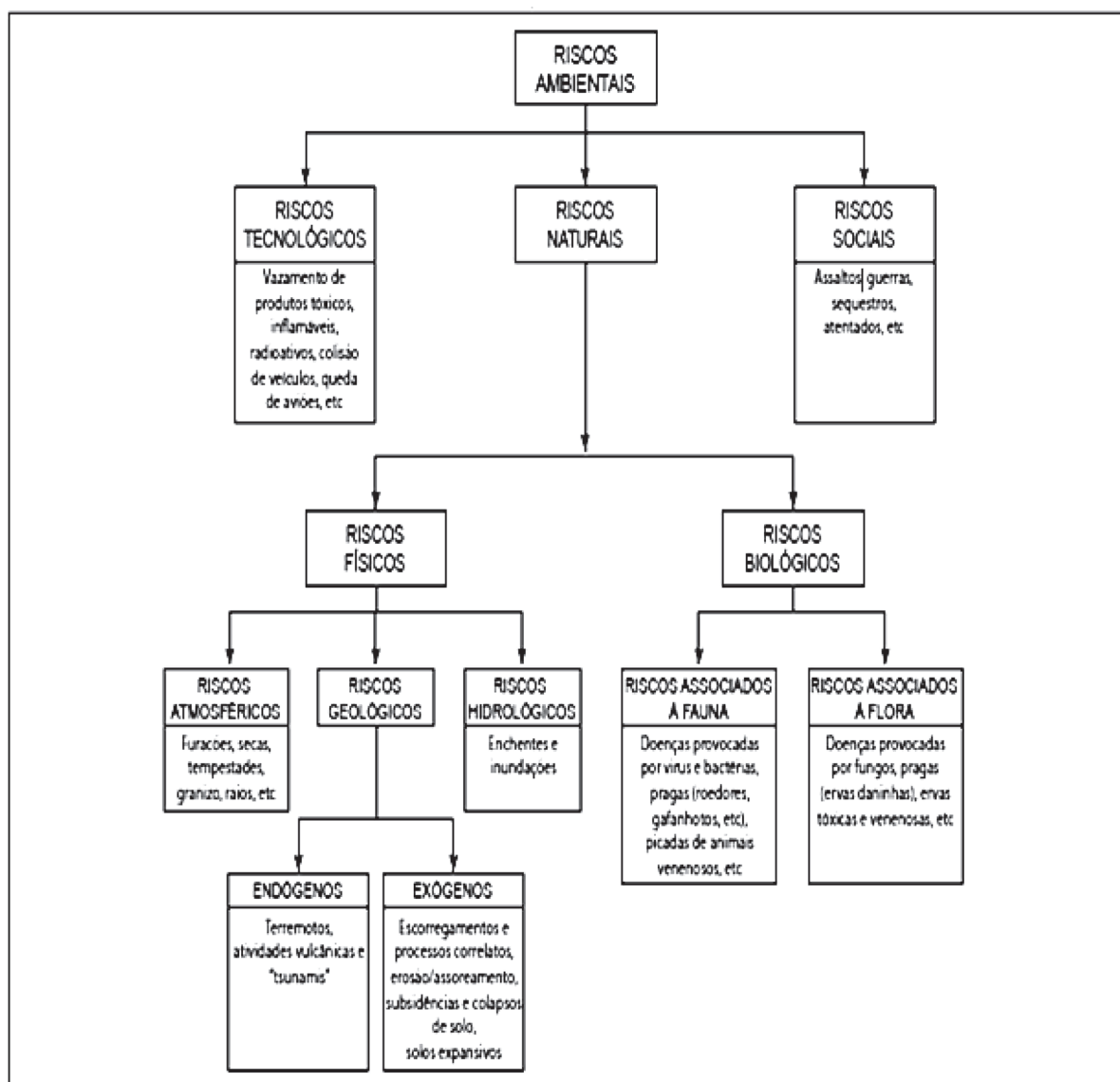
- Os “riscos tecnológicos” são aqueles relacionados com todo o tipo de tecnologia, em espe-

2 Fonte: WWW. URL: http://www.ec.europa.eu/echo/civil_protection/civil [online]

cial, vazamento de produtos tóxicos, colisão de veículos, queda de aviões e naufrágio de navios em rios e mares;

- Os “riscos sociais” que compreendem os roubos a transeuntes, veículos e residências, além de sequestros e atentados terroristas. Em Portugal conhecem-se cada vez mais os desacatos entre populações de bairros, com grandes problemas socioeconómicos e as entidades policiais. Este tipo de risco, avolumou-se nas nossas grandes metrópoles, ou mesmo em cidades de porte médio, com a ampliação recentemente, devida à crise social e económica que assola o país e a Europa.

Quadro 10: As três grandes classes de riscos ambientais



Fonte: Quadro construído para o trabalho realizado na unidade curricular “Relevância Ambiental e Cultural de Risco” do 2º semestre do mestrado de “Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos” por Santos (2011).

Um exemplo a nível nacional sobre os riscos na atividade turística, é o do “Destino Turístico Madeira”, em particular os riscos decorrentes das atividades de turismo de natureza e avenu-

ra, sobretudo nos percursos pedestres “Veredas e Levadas”.

Na atualidade, a vulnerabilidade no turismo é uma variável incontornável, uma vez que cada vez mais os turistas efetuam uma análise criteriosa na escolha do destino em função da imagem de segurança a nível físico, psicológico e material.

A segurança é uma área vital para a compreensão do fenómeno turístico da Madeira, posto que nos últimos tempos se têm verificado cada vez mais acidentes, mortais ou não, citados não só pela imprensa nacional como pela imprensa internacional.

Por isso, reforçamos que se deve equacionar a segurança no turismo de natureza e aventura e o seu valor atribuído na gestão do risco pelas “Empresas de Animação Turísticas”, devido ao potencial impacto na economia dos territórios, por vezes, tão fortemente dependentes destas atividades turísticas.

Há também a considerar os riscos pelos impactos negativos que o ecoturismo pode proporcionar, se for mal-organizado, como sejam:

- Diminuição na abundância e diversidade de flora (florestas inundadas, diminuição da espessura dos seus solos e dos seus arbustos);
- Diminuição na abundância e diversidade da fauna (ou seja, aves aquáticas, vida aquática, animais selvagens), com mudanças por vezes nos seus comportamentos;
- Diminuição da qualidade do ar;
- Diminuição da qualidade da água (aumento da contaminação da água por resíduos domésticos como, por exemplo, a descarga de resíduos de esgotos, em particular na época de cheias, devido às dificuldades na introdução e promoção de gestão de resíduos, como a sua separação);
- Destruição de habitats naturais para peixes, répteis e mamíferos, na sua vida selvagem;
- Diminuição da sensibilidade dos ecossistemas (poluição sonora), erosão do solo e deslizamento de terras, possíveis mudanças de regime hidrológico de rios e seus sistemas de abastecimento através de riachos;
- Deterioração de sítios arqueológicos, monumentos patrimoniais e culturais devido à baixa capacidade de carga destes locais específicos.

2.3.2. Paradigma psicométrico sobre os riscos

Para ajudar a compreender alguns acidentes que têm existido na atividade turística, entendemos que o paradigma psicométrico sobre os riscos poderá dar algumas pistas para a resolução desses acontecimentos, por vezes tão nefastos para esta atividade como, por exemplo, as mortes causadas pelas levadas na Madeira.

Através duma análise feita sobre o assunto, constatamos que autores como Sjoberg, Moen e Runduro (2004) tinham concluído que no trabalho que elaboraram sobre os fatores de risco

investigados, e a percepção de risco que as pessoas têm, fornecia a seguinte conclusão:

1 - O risco tecnológico é sobrestimado no nível de “timing”, isto é, se ele tiver um potencial que possa causar danos mortais, mesmo num grupo grande de pessoas, dentro de um curto período de tempo, ele será sobrestimado em relação um risco do mesmo género, com um mesmo valor dos danos mortais, mas com um período de tempo mais extenso;

2 - Quase sempre os riscos são superestimados se disserem respeito à “him-herself” do entrevistado;

3 - Os riscos são subestimados quando são tomados de forma voluntária, ou se as pessoas acharem que podem influenciar o resultado da sua própria ação. Nestes casos, a maioria das pessoas é irrealista ou tem uma atitude otimista, por que acham que eles estão mais seguros do que a média em geral;

4 - Os riscos naturais são subestimados em relação aos riscos tecnológicos. As pessoas tendem a aceitar os riscos inevitáveis, mas superestimam os riscos em que há um réu que pode ser encontrado.

Verifica-se que a dimensão que os riscos têm, sejam eles naturais ou antrópicos, na atividade turística ou ecoturística, irão porventura interferir no seu desenvolvimento sustentável, afetando a comunidade local do território atingido. Devido a este último fator, concluímos que se devem desenvolver esforços para minimizar o risco e aumentar a segurança das comunidades locais, sempre dentro dum enquadramento sociocultural.

A vulnerabilidade social decorrente dos riscos, segundo Mendes (2007), reflete o grau de exposição e depende da capacidade de resistência e resiliência dos indivíduos que, por sua vez, estão correlacionados, entre outros fatores, com o nível de conhecimento e adaptação em situações adversas. Deste modo, consideramos que o incremento da resiliência cognitiva que se pode alcançar através duma educação na população mais jovem, resultará numa atenuação do alter negativo daqueles que pensam que o “mal” só acontece aos outros, contribuindo para uma diminuição da vulnerabilidade social.

De igual modo, e mais especificamente na questão ecoturística, uma prevenção de prováveis riscos na atividade, será obtida através da certificação deste segmento turístico.

Será uma das formas de sustentabilidade do setor que, ao mesmo tempo, poderá prevenir e diminuir acidentes que, tantas vezes, são tão nefastos para o meio ambiente, para turistas e população local. Por isso se irá explanar, no ponto seguinte, como se desenvolve a certificação ecoturística em Portugal.

2.4. Certificação Ecoturística em Portugal

A sociedade tem dado uma grande importância à sustentabilidade da atividade turística, o que se pode traduzir numa implementação de diversos programas de certificação que atendam a parâmetros ambientais, sociais e económicos.

Havendo uma crescente preocupação com a conservação/gestão dos recursos, a certificação do setor turístico advém também da existência de um “novo turista”, que seleciona o seu destino de férias com base em critérios ambientais, sociais e no valor da experiência.

Embora o segmento turismo/natureza já constituísse uma regra, o “Ecoturismo” veio demonstrar algumas diferenças, sobretudo no que diz respeito à atitude do turista. A crescente procura por experiências turísticas em ambientes naturais ainda não explorados, fez com que o Ecoturismo se tornasse o segmento do mercado internacional de turismo, com um dos maiores índices de crescimento. Pode-se explicar este crescimento, devido ao fato deste tipo de turismo respeitar a tradição local e a paisagem envolvente, evitando o desperdício e a produção industrial.

O “Ecoturismo” transformou-se num segmento turístico desejado, sendo atualmente utilizado por vezes de uma forma abusiva por inúmeras operadoras de turismo. Por outro lado, existe o consumidor (ecoturista) com uma vontade de aprender sobre o destino visitado, principalmente sobre os aspetos ambientais, culturais, históricos.

É neste sentido que a “Certificação Ambiental” se revela um importante instrumento de política ambiental, auxiliando o consumidor na escolha de produtos e serviços menos nocivos ao meio ambiente, e servindo de instrumento de marketing para as empresas que diferenciam os seus produtos neste mercado crescente.

Podemos enumerar as vantagens e as dificuldades da implementação de certificação dum segmento turístico como o “Ecoturismo”:

VANTAGENS:

- Otimização dos processos tecnológicos das empresas;
- Diminuição dos consumos específicos de energia, matérias-primas e recursos naturais;
- Minimização do impacto ambiental das atividades das empresas;
- Melhoria da imagem perante a opinião pública;
- Acesso a determinados mercados e concursos em que a certificação ambiental é obrigatória;
- Melhoria da posição competitiva face aos concorrentes não certificados;
- Melhoria da organização interna;
- Aumento da motivação e envolvimento dos colaboradores internos;
- Redução de riscos e redução de auditorias por parte de outras entidades.

DIFICULDADES:

- Cumprimento dos requisitos legais (base de qualquer Sistema de Gestão Ambiental);
- Sensibilização/formação interna para a necessidade de alterar hábitos (desde a gestão de topo às bases da organização);

- Questões que não dependem das próprias empresas: formalização e celeridade dos licenciamentos.

2.4.1 Programas de Certificação e Rótulos Ecológicos em Portugal

Exemplificam-se de seguida alguns programas de rótulos e certificação ecológicos em Portugal, assim como uma breve referência/descrição de cada um deles, com informação retirada de fontes diversas, como “Tourism Certification - An analysis of Green Globe 21 and other tourism certification programmes, WWF, 2000.”, “Tourism eco-labelling in Europe – moving the market towards sustainability, The Visit Initiative, 2004 ECEAT, ECOTRANS.” e “Rótulo Ecológico para Serviços de Alojamento Turístico – Manual de Candidatura, Ministério da Economia e da Inovação, 2005” (Quadro 11).

Quadro 11: Rótulos e certificações ecológicas em Portugal

	<p>Habitualmente o rótulo ecológico é atribuído a produtos cujas características lhes permitem contribuir para a melhoria ambiental. Neste âmbito, foram recentemente aprovados os requisitos para a atribuição do rótulo ecológico a serviços de alojamento turístico, tornando-se no primeiro setor de serviços a beneficiar das vantagens deste rótulo. Para lhes ser atribuído o rótulo, os serviços de alojamento turístico devem ser abrangidos pela definição do respetivo Grupo de Produtos e satisfazer os critérios ecológicos constantes da Decisão da Comissão 2003/287/CE, de 14 de Abril de 2003.</p>
	<p>Rótulo Ecológico dos Países Nórdicos (Suécia, Dinamarca, Islândia, Finlândia e Noruega). Este símbolo implica que o “eco hotel” tenha um programa ambiental de longo-termo que inclui, por exemplo, valores limites para o consumo de água, energia e produtos químicos.</p>
	<p>O modelo do Eco Hotel consiste numa certificação ambiental pouco exigente em termos burocráticos. Este sistema visa facilitar a iniciação de uma política eficaz de proteção ambiental, constituindo uma base sólida para obter a certificação ISO 14000. Esta certificação, para além de hotéis, aplica-se também a restaurantes, albergues, parques de campismo e outros tipos de alojamentos.</p>
	<p>Green Globe 21 (GG21) - Tem como base a Agenda 21 e os princípios de desenvolvimento sustentável acordados na Convenção das</p>

Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992). A GG21 certifica empresas e comunidades tendo em conta um nível standard global. Existem atualmente quatro Green Globe 21 standards:

- Um para as empresas;
- Outro para as comunidades;
- Outro específico para a área do Ecoturismo Internacional;
- Um para avaliar o design & construção.



A APCER criou em Portugal uma especificação de requisitos de serviço que define um modelo de qualificação para o Turismo no Espaço Rural, tendo por base a ISO 9001:2000 bem como outros referenciais normativos, adaptados ao TER, nas modalidades de cariz familiar - Turismo de Habitação, Agroturismo, Turismo Rural e Casas de Campo.



A certificação BIOTUR foi desenvolvida para responder às expectativas de quem procura uma unidade de turismo rural, de restauração ou atividades complementares a que esteja associada a agricultura biológica. Esta iniciativa nacional partiu da SATIVA, uma empresa constituída para operar de forma integrada na área do controlo e certificação da produção agrícola e florestal e dos produtos agroalimentares.

Fonte: elaboração do autor

A existência de vários programas de certificação ambiental na área do turismo, será importante para se proceder a uma comparação entre eles e reconhecer quais os que têm potencial para poderem estar associados a um turismo mais “sustentável”.

Todavia, o fato de uma empresa obter certificação por estes programas, não significa que haja uma sustentabilidade. O cumprimento dos objetivos ambientais pode indicar melhoria contínua ambiental. No entanto, se estes objetivos não estiverem relacionados com a capacidade de carga do ambiente envolvente e a sua aptidão para absorver e assimilar o impacto numa perspetiva médio-longo prazo, não indica sustentabilidade por si só.

Tendo em conta que os padrões de certificação diferem consoante o tipo de programa específico, os benefícios em termos ambientais serão sempre positivos, porque as empresas serão encorajadas a desenvolver respostas mais sustentáveis. As relações com o público também serão melhoradas, assim como o uso de um logótipo demonstrará o grau de com-

promisso das empresas.

Em Portugal, embora o processo de certificação ambiental se encontre numa fase de algum crescimento, o grau de evolução é ainda reduzido para aquilo que seria desejável num país com alguns problemas a nível ambiental, onde a implementação de sistemas de gestão/controle ambiental seriam um suporte e melhoria para um melhor desempenho ambiental.

2.4.2 Exemplos de Ecoturismo certificado em Portugal

Depois do descrito no ponto anterior, será interessante enumerar quatro exemplos, dos mais significativos, sobre um “ecoturismo certificado” em território nacional ³, em que a escolha teve em linha de conta a minimização da pegada ecológica, através de seis tipos de critérios:

- utilização sustentável dos recursos naturais (boas práticas de gestão da água, energia e resíduos);
- reabilitação de edifícios, assegurando a manutenção da paisagem;
- utilização de técnicas e/materiais de construção ancestrais com poupança de recursos e de características locais;
- suporte às comunidades e à economia local (promoção de comércio local com recuperação de atividades em degradação e dinamizando compras de alimentos locais preferencialmente em modo biológico de produção);
- o alojamento possuir certificações;
- uma distribuição geográfica (diversos locais do País, incluindo uma Região Autónoma).

1º Quinta Vale do Homem

A poucos quilómetros do Gerês, encontra-se a Quinta Vale do Homem, um complexo turístico desenhado para os hóspedes poderem usufruir de um descanso absoluto e aproveitar diversas atividades de lazer”. Esta Quinta fica situada em Rendufe, próxima do Mosteiro de Santo André, um dos locais mais aprazíveis do Concelho de Amares e próxima do Rio Homem.

A Quinta Vale do Homem de origem secular era uma antiga quinta de lavoura, constituída pela Casa-Mãe, a residência principal, pela Casa da Eira, e por vários campos onde eram cultivados cereais como o milho e o centeio e com uma grande extensão de vinha. A Quinta foi remodelada, abrindo ao público como Quinta de Turismo Rural em Junho de 2003. Os restauros foram cuidadosamente efetuados de modo a proporcionar o conforto da atualidade e todas as áreas foram decoradas com as alfaias da quinta mantendo a traça. O nome da quinta deve-se à sua localização no Vale do rio Homem.

Pode-se encontrar a tradição em todos os locais da Quinta Vale do Homem, pois recuperou-se todas as ferramentas agrícolas da quinta. Ao chegarem à Quinta Vale do Homem, os clientes são acompanhados numa visita onde são explicadas as diversas alfaias (carros de bois, semeador, grade, sulfatador). Mostram-se os lagares ainda intatos assim como os pìpos e o alambique e descreve-se a feitura do vinho. Diz a tradição que as uvas eram pisadas por homens descalços e calças arregaçadas até aos joelhos formando um cordão em toda a largura do lagar. “Dentro da casa, encontram-se devidamente identificados alguns utensílios tradicionais tais como rasas cântaros, regadores, foices, serras, máquina de costura e malho.

3

Fonte: <http://protectnatureblog.blogspot.pt/2013/02/ecoturismo-definicao-e-exemplos.html>.

2º Zmar

Zmar – Eco Campo Resort & Spa, alia o conforto oferecidos em resorts e spas, sem deixar de lado as preocupações ambientais, que demandam em adoção de medidas mais ecológicas.

O Zmar está instalado na freguesia de Zambujeira do Mar, numa área com 81 hectares, com 130 quartos construídos em madeira e espaço para tendas de campismo. No total, o empreendimento tem capacidade para receber três mil hóspedes.

O empreendimento abriu as portas ao público em Julho de 2009, entretanto, o processo de construção começou anos antes. Como está localizado dentro do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, apenas o processo para obter todos os licenciamentos necessários para iniciar as obras durou quatro anos, mesmo sendo classificado como um projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN).

O Zmar definiu como Grandes Objetivos da sua Política de Eco Resort:

- Garantir que a sua estadia ou visita se faça de forma sustentável com um impacto sobre o ambiente reduzido nunca esquecendo a qualidade dos serviços de hotelaria e serviços complementares;
- Assegurar a utilização racional dos recursos e energia;
- Obter satisfação, confiança e preferência dos clientes e visitantes;
- Garantir a segurança alimentar;
- Garantir a segurança dos equipamentos de diversão e desporto;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis ao serviço assegurados pelo empreendimento;
- Melhorar continuamente nível de formação e desempenho dos colaboradores, ao nível da qualidade, ambiente e segurança alimentar;
- Procurar a melhoria contínua do Resort através de definição de objetivos e metas e o seu seguimento periódico.

3º Figueirinha Ecoturismo

A Figueirinha Ecoturismo não se limita a ser um local de estadia, de usufruto da natureza em parcela de terreno inserida na Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000”. É, sobretudo, uma casa familiar onde o espírito de hospitalidade e de trato afável é fundamental para o bem-estar de quem procura um regresso às origens, à simplicidade do dia-a-dia.

Numa área de 1,975 hectares, no local denominado Herdade da Figueirinha dos Condados, Freguesia de Relíquias, Concelho de Odemira, há espaço para retiros retemperadores, para convívios gastronómicos com base na cozinha mediterrânica e incursões turísticas nas mais belas e selvagens praias do planeta, na Costa Vicentina.

4º Aldeia da Cuada, Flores, Açores

Casa do Luís, Casa de Esméria, Palheiro do Fagundes... Cada uma das dezassete habitações da Aldeia da Cuada, na ilha açoriana das Flores, tem o nome do seu último residente. A atenção para com a memória do local não se fica por aqui. Também se mantém a traça rural das casas de pedra desta aldeia, abandonada nos anos 60, que começou a ser recuperada há 25 anos, ainda o turismo rural não tinha o charme de hoje.

É difícil prestar atenção aos caminhos de pedra que rasgam a aldeia quando tudo à volta exige atenção. De um lado, contempla-se a natureza selvagem da ilha; do outro lado, absorve-se o azul do Atlântico. A apenas dois quilómetros da Fajã Grande, a freguesia mais ocidental da Europa, a Aldeia da Cuada proporciona uma estada despida de artificios e onde o maior luxo é a experiência da autenticidade. A decoração campestre das casas (T1 a T6), com pitorescas janelas de guilhotina, transporta os visitantes para um tempo de horas mais lentas, sem distrações televisivas ou eletrónicas além da telefonia. A irregularidade do caminho até à sala do pequeno-almoço abre o apetite para a primeira refeição

do dia, em que não faltam mel, geleias e compotas caseiras. E, se nas aldeias se vive ao ar livre, há bicicletas à disposição e pátios em cada casa para preguiçar e, claro, para sentir de perto a natureza.

Os exemplos acima referidos, tiveram em linha de conta os seguintes critérios:

- A utilização sustentável dos recursos naturais (boas práticas de gestão da água, energia e resíduos; reabilitação de edifícios ou aldeias, assegurando a manutenção da paisagem; utilização de técnicas e/ou materiais de construção ancestrais com poupança de recursos e de características locais; produção de alimentos nas instalações), o suporte às comunidades e à economia local (promoção de comércio local com recuperação de atividades em degradação; dinamização de compras de alimentos locais preferencialmente em modo biológico de produção; apoio e intervenção em projetos das comunidades em que se insere); o alojamento possuir certificações ou nomeações e, por fim, a diversidade de tipologias, um conjunto variado em termos de preços e uma ampla distribuição geográfica (áreas urbanas e rurais, diversos locais do País, incluindo Regiões Autónomas).

“Em Portugal, as áreas protegidas têm sido alvo de uma crescente procura. O turismo, os tempos livres e o lazer constituem parte importante desse assédio” (Fernandes, 2012, p.274). Por isso, neste capítulo, achamos de todo o interesse descrevermos algum enquadramento legal em Portugal sobre a questão ambiental assim como a legislação sobre a formação dos parques naturais no país, para de seguida fazermos uma descrição tanto do plano de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela como da sua caracterização física.

2.5. Ambiente – Constituição Portuguesa

Quando referimos questões ambientais em Portugal, não podemos deixar de referenciar a Constituição.

Ao analisarmos a Lei Fundamental Portuguesa, percebe-se que a matéria ambiental é tratada de uma forma generalizada, conforme o enunciado do artigo 66º, no que respeita ao “Ambiente e qualidade de vida”:

Artigo 66.º (Ambiente e qualidade de vida)

1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.

2. Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:

- a)** prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;
- b)** ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem;

- c) criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;*
- d) promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;*
- e) promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas;*
- f) promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito setorial;*
- g) promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;*
- h) assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida.*

Para que houvesse uma consciência ambiental correta, como o disposto no referido artigo, no nº 2 alínea g, seria fundamental a participação de todos os cidadãos, o que por vezes não acontece.

Do nosso ponto de vista e numa perspetiva de uma futura nova metodologia, as escolas deveriam ter neste processo um papel fundamental, pois estas podem influenciar os jovens a pensar numa educação pautada pelos riscos que podem advir da alteração do meio ambiente e assim, mitigar, através de uma cultura de segurança, a degradação ambiental, que aumenta duma maneira significativa em grande parte do país.

Será preciso educar e esclarecer os alunos para as consequências dum desenvolvimento económico que, muitas vezes, leva à degradação e destruição do ambiente à sua volta e podem trazer consequências indesejáveis para a sociedade em geral.

Esta prática educativa poderia ser aplicada de maneira interdisciplinar nas nossas escolas, e de forma pouco pesada, através de uma melhor educação sobre os riscos/danos ambientais.

No nosso pensamento, partimos da hipótese de que, pela educação, podemos aprender a prevenir e enfrentar os riscos globais, com profundas mudanças nas formas de pensar e nos estilos de vida.

Longe de enfatizar cenários catastróficos, devem-se procurar compreender os dois lados da questão (a modernidade e a necessidade de políticas públicas educacionais) capazes de enfrentar os grandes desafios, a partir de uma perspetiva sistemática.

Para melhor enquadrar a área estudada, será necessário enunciar a legislação específica que regula este território, como seja a legislação sobre Parques Naturais e o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.

2.6. Legislação sobre Parques Naturais: Extratos do Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de janeiro

Artigo 1.º

Princípios gerais

1- A conservação da Natureza, a proteção dos espaços naturais e da paisagem, a preservação das espécies da fauna e da flora e dos seus habitats naturais a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a proteção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação constituem objetivos de interesse público, a prosseguir mediante a implementação e regulamentação de um sistema nacional de áreas protegidas.

2 - Devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e as águas interiores e marítimas em que a fauna, a flora a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de degradá-las

Artigo 2.º

Rede Nacional de Áreas Protegidas

1-A Rede Nacional de Áreas Protegidas é constituída pelas áreas protegidas especificadas ao abrigo do presente diploma.

2-As áreas protegidas são de interesse nacional, regional ou local, consoante os interesses que procuram salvaguardar.

3-As áreas protegidas de interesse nacional classificam-se nas seguintes categorias:

- a) Parque nacional;
- b) Reserva natural;
- c) Parque natural;
- d) Monumento natural.

4-Classificam-se como paisagem protegida as áreas protegidas de interesse regional ou local.

5-Podem ainda ser classificadas áreas de estatuto privado, designadas «sítio de interesse biológico».

6-Compete ao Serviço Nacional de Parques, Reserva e Conservação da Natureza adiante designado por SNPRCN assegurar a coordenação e a representação internacional em matéria de áreas protegidas, nomeadamente junto das instituições comunitárias.

Artigo 3.º

Objetivos

A classificação de áreas protegidas visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) A preservação das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;
- b) A reconstituição das populações animais e vegetais e a recuperação dos habitats naturais das respetivas espécies;
- c) A preservação de biótopos e de formações geológicas, geomorfológicas ou espeleológicas notáveis;
- d) A preservação ou recuperação dos habitats da fauna migratória;

- e) *A investigação científica indispensável ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos e o estudo e a interpretação de valores naturais, fornecendo elementos para a melhor compreensão dos fenómenos da biosfera;*
- f) *A preservação dos sítios que apresentam um interesse especial e relevante para o estudo da evolução da vida selvagem;*
- g) *A proteção e a valorização das paisagens que, pela sua diversidade e harmonia, apresentem interesses cénicos e estéticos dignos de proteção;*
- h) *O estabelecimento de reservas genéticas, garantido a perenidade de todo o potencial genético, animal e vegetal;*
- i) *A promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interação entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade da vida das populações;*
- j) *A valorização de atividades culturais e económicas tradicionais, assente na proteção e gestão racional do património natural.*

Artigo 4.º

Gestão das áreas protegidas

As áreas protegidas de interesse nacional são geridas pelo Serviço Nacional de Parques, Reserva e Conservação da Natureza.

As áreas protegidas de interesse regional ou local são geridas pelas respetivas autarquias locais ou associações de municípios.

O Serviço Nacional de Parques, Reserva e Conservação da Natureza, pode cometer a gestão de uma área protegida de âmbito nacional às delegações regionais do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, mediante protocolo a celebrar com as mesmas, o qual é submetido a aprovação do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais.

Artigo 7.º

Parque Natural

Uma área destinada à proteção de habitats da flora e da fauna. Esta classificação tem por efeito possibilitar a adoção de medidas que permitam assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos espécies comunidades bióticas ou aspetos físicos do ambiente, quando estes requerem a intervenção humana para a sua perpetuação.

Deve-se salientar que, “que apesar do estatuto de proteção e de refúgio, na maior parte dos casos as áreas protegidas nunca deixaram de ser espaços abertos e de relação, o que tem dado origem a múltiplos conflitos de natureza ambiental. Muita da conflitualidade ecológica ocorrida no longo percurso de construção do conceito sustentável, tem-se concretizado nas áreas protegidas” (Fernandes, 2012, p.143).

2.7. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Extratos do Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da “Serra da Estrela” pretende estabelecer os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixar os usos e o regime de gestão, com vista a garantir a

manutenção e a valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade biológica da respetiva área de intervenção.

Assim, sem prejuízo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) tem como **objetivos gerais**:

- a) assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a Conservação da Natureza;
- b) enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;
- c) assegurar a participação ativa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes;
- d) definir modelos e regras de ocupação do território, por forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) tem ainda como **objetivos específicos**:

- a) promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda dos aspetos geológicos e das espécies da flora e fauna com interesse científico ou paisagístico;
- b) promover o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de estímulo e valorização das atividades económicas tradicionais que garantam a evolução equilibrada das paisagens e da vida da comunidade;
- c) salvaguardar o património edificado, levando a efeito ações de reabilitação, bem como promovendo uma construção integrada na paisagem;
- d) apoiar a animação sociocultural, através da promoção da cultura, hábitos e tradições populares;
- e) promover o recreio, de forma que a Serra da Estrela seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente.

2.8. Parque Natural da Serra da Estrela

“Foi o Decreto-Lei n.º 557/76 de 16 de Julho, que classificou o maciço da Estrela como Parque Natural, referindo tratar-se de uma região com características de economia de montanha e onde subsistem refúgios de vida selvagem com formações vegetais endémicas de importância nacional” (Figura 4) ⁴.

O Parque Natural Serra da Estrela (PNSE) tem uma área demarcada e protegida de 101.060 hectares, divididos entre os distritos de Castelo Branco e Guarda, abrangendo a totalidade do concelho de Manteigas e parte dos municípios de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda e Seia.

4 Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse/class-carac>

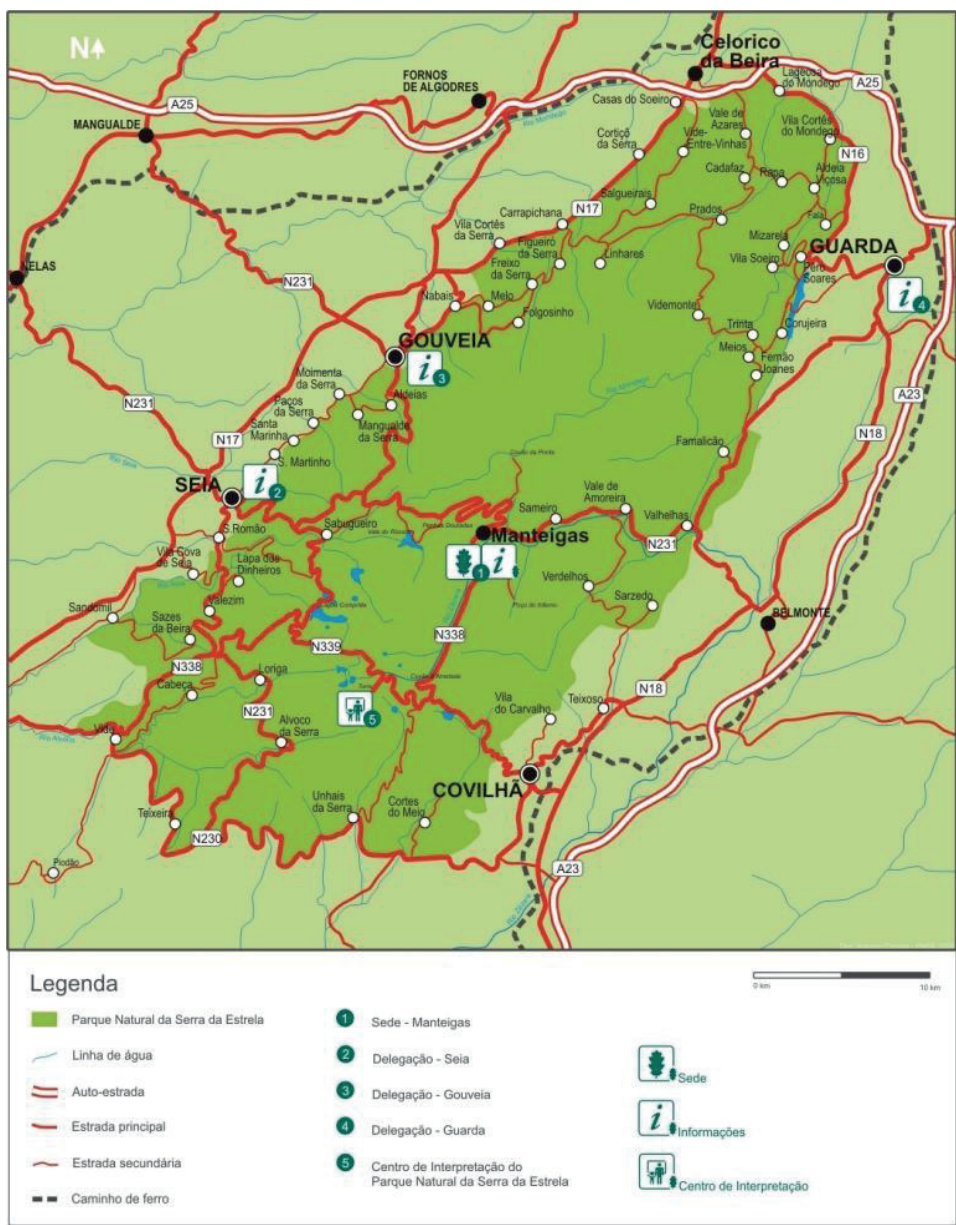


Figura 4: Território do Parque Natural da Serra da Estrela. **Fonte:** <http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/D5C14D2F-2772-4508-A12124B7801406B/6877/MapaPNSEsite6.jpg>

Quanto à população residente nestes concelhos (Quadro 12), ela distribui-se da seguinte forma:

Quadro 12: População residente nos concelhos do PNSE

Concelho	Nº de indivíduos residentes
Manteigas	3 430
Celorico da Beira	7 693
Covilhã	51 797
Gouveia	14 046
Guarda	42 541
Seia	24 702

Fonte: INE, 2011

São concelhos com atividades económicas semelhantes, nos quais predomina o setor terciário, seguido pela agricultura, artesanato, setor turístico e do setor industrial. Este último setor já se posicionou como principal recurso do território. No entanto, o choque petrolífero na década de 70 do século XX e o aparecimento de países com mão de obra mais barata, levou à passagem da indústria para a terceira posição nas atividades económicas da região.

A nível turístico, o “Estudo de avaliação da atratividade dos destinos turísticos de Portugal continental para o mercado interno” Brandia Central, (2009), chegou à conclusão, que a Serra da Estrela é definida pelo binómio inverno/neve. É o clima de inverno que dá identidade e significado à serra.

O contexto de consumo da Serra da Estrela, segundo o estudo, está ligado a atividades de neve, seja ele o esqui, a diversão simples, ou mesmo a contemplação. Ainda segundo os autores do estudo, a caracterização da Serra da Estrela está muito relacionada com o território “Torre” e a “Estância de Esqui”.

Esta associação implica que, de fato, as motivações e contextos de consumo sejam limitados e não se explorem mais potencialidades que a serra pode oferecer.

A limitação da abrangência geográfica da “marca” leva a que parte do território da serra seja ignorada pelos visitantes.

Outra característica administrativa do Parque é o grande número de freguesias que o compõem. Estas são mais numerosas nas áreas periféricas do maciço central, como nos concelhos da Guarda, Gouveia, Celorico, Seia e Covilhã.

As freguesias que englobam o Parque, têm pontos em comum como a:

- Paisagem;
- Agricultura específica de montanha;
- Pastorícia (nos últimos tempos, em regressão).

Na área central e na vertente oeste do Parque, as freguesias dos concelhos de Celorico da Beira, Gouveia, Manteigas e Seia, são aquelas que mais exploram a manufatura artesanal, ou industrial, do famoso e certificado “queijo da Serra da Estrela”, promovendo-o de igual forma, através de feiras temáticas anuais, levando a sua divulgação tanto a nível nacional como no estrangeiro.

Para o nosso estudo-caso, foi escolhido o concelho de Seia pelas suas características serem muito semelhantes à maioria dos concelhos que compõem o Parque (excetuando o concelho de Manteigas) e por termos algum conhecimento anterior território (tese de mestrado).

Procuremos fazer uma descrição o mais aprofundada possível sobre o concelho escolhido para a investigação, de maneira a contextualizar melhor, toda a nossa pesquisa empírica.

Começaremos uma contextualização do território que foi escolhido para o nosso estudo caso (concelho de Seia), nas suas vertentes geográficas, demográficas e socioeconómica (Figura 5).

observado desde a segunda metade do século XX, não só no concelho, mas como em toda a região que constitui a NUT III da Serra da Estrela.

Pode-se constatar, pelo (Quadro 13) que, entre 1991 e 2011, Seia sofreu um decréscimo populacional na ordem dos 5 721 habitantes (-19%). Só na última década, a queda na população residente foi cerca de 12,5%.

Nota-se também um envelhecimento populacional (+24%) no grupo etário superior a 65 anos.

Quadro 13: Evolução do efectivo populacional para o concelho de Seia entre 1991 e 2011

INDICADOR	1991	2001	2011	Varição (1991 - 2011)
<i>Efectivo populacional total (nº de habitantes residente)</i>	30 362	28 144	24 702	-19%
Homens	14 637	13 500	11 759	-20%
Mulheres	15 725	14 644	12 943	-18%
0 - 14 Anos	6 081	3 930	2 760	-55%
15 – 24 Anos	4 547	3 967	2 473	-46%
25 -64 Anos	14 496	14 311	12 966	-11%
65 ou mais anos	5 238	5 936	6 503	24%

Fonte: INE, 2011

Verifica-se também que a evolução do efetivo populacional, desde 2006 a 2013, diminui em cerca de 2 419 residentes (Figura 6).



Figura 6: Evolução do efetivo populacional para o concelho de Seia entre 2006 e 2013. Fonte: INE, 2013

Quanto ao “Índice de envelhecimento” o concelho de Seia demonstra que existe um declínio populacional devido à baixa fecundidade, conjugado com o baixo índice de mortalidade e a deslocação para outras regiões do país ou migração para o estrangeiro. Por outras palavras, a baixa taxa de natalidade conjugada com o alto índice de envelhecimento, leva o território para uma situação na qual o rejuvenescimento da população se mostra pouco provável.

O índice de envelhecimento do concelho, ao longo de 1991, 2001 e 2011 apresenta os seguintes valores (Quadro 14):

Quadro 14: Índice de envelhecimento no concelho de Seia

1991		2001		2011
8,6%		15,1%		23,6%

Fonte: INE, 2011

Este “índice de envelhecimento” foi apurado com base no número de indivíduos com 65 ou mais anos que existem por cada 100 indivíduos sobre aqueles com menos de 15 anos numa dada população:

$$IE = \frac{\text{População com 65 ou mais anos}}{\text{População com menos de 15 anos}} \times 100$$

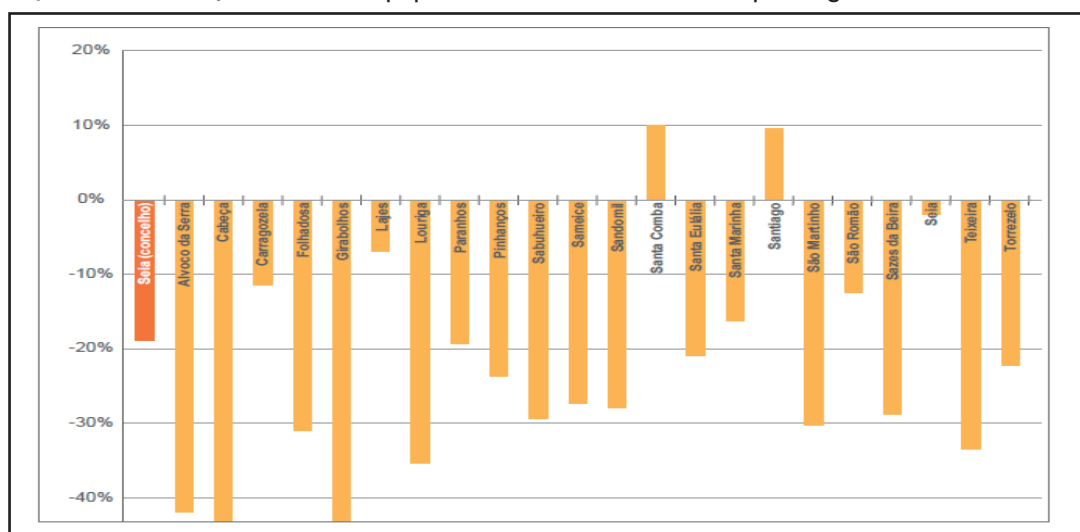
Este “índice de envelhecimento” do concelho de Seia, é ligeiramente superior ao índice nacional. Segundo os indicadores demográficos relativos ao envelhecimento apurado pelo INE (2015), o peso relativo da população idosa em Portugal, aumentou 11 p.p., passando de 9,7% em 1970 para 20,3% em 2014.

As freguesias mais afetadas com a variação do efetivo populacional foram as localizadas na encosta mais montanhosa como Girabolhos, Cabeça e Alvoco da Serra, devido ao maior rigor climático que apresentam, a dificuldades orográficas, acessibilidades e mobilidade, enquanto as freguesias de Santiago e Santa Comba apresentaram evoluções demográficas positivas (Quadro 14).

A freguesia de Seia demonstra praticamente uma estagnação da população residente, em contraponto com os lugares com um relevo mais acentuado e por consequência com menor número populacional.

As localidades mais próximas das principais vias de comunicação são aquelas que apresentam mais população residente, em concreto, Seia (6 342) e São Romão (2 743).

Quadro 15:Variação do efectivo populacional do concelho de Seia por freguesia entre 1991 e 2011



Fonte: INE, 2011

Para compreender melhor as variações populacionais neste concelho do parque natural, há que analisar a evolução dos setores económicos fornecidos pelo INE e Pordata (2015) de 1960 a 2011, conforme a agregação dos ramos de atividade económica estabelecidos.

Para que se possa caracterizar os ramos de atividade numa forma mais sintética, costumam-se adotar os seguintes critérios:

- a) Setor Primário – Consiste na agregação das seções da CAE referentes à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Pesca e Indústrias Extrativas, isto é, o somatório das seções A, B e C;
- b) Setor Secundário – É constituído por setores referentes à Indústria Transformadora, Produção e Distribuição de Água e Eletricidade e Construção;
- c) Setor Terciário – É constituído pelo conjunto dos serviços.

No caso do concelho de Seia, constata-se que houve alterações ao longo de mais de cinco décadas (Figura 7), que apontam para uma perda de representatividade do setor primário na ordem dos -53%, em favor de um reforço, bastante relevante, das atividades secundárias 4% e terciárias 50%.

Com efeito, a partir dos anos 60 do século passado, as atividades pastoris, que detinham a primazia neste território através dos movimentos transumantes, entraram em recessão, assinalando um profundo enfraquecimento nos efetivos caprinos e ovinos o que, de grosso modo, também se associou a uma depressão demográfica.

Mesmo assim, a atividade económica da região está muito arraigada à agricultura. Este território ainda se afirma pelos seus produtos tradicionais, sendo esses valorizados e reconhecidos nacional e internacionalmente.

No concelho de Seia, à semelhança do que “sucedeu em outras áreas do país”, como refere Cravidão *et al.*, (1998), também aqui se verificou uma progressiva terciarização da população, embora de nível inferior, ligado frequentemente ao comércio e prestação de serviços conectados com empresas locais, e também com alguma relação à atividade de natureza social - saúde, educação e cultura (Figura 8).

Na atualidade, é o setor terciário no concelho, que tem vindo a manifestar uma maior dinâmica de crescimento, através dos serviços de apoio à população como, autarquia, tribunais, finanças, escolas, organismos de saúde e com uma contribuição menor aparece o turismo.

O setor terciário é o que emprega a maior parte da população (66%). A administração pública e a educação são os principais empregadores nesta categoria.

O setor secundário representa 32% dos ativos empregados no concelho de Seia.

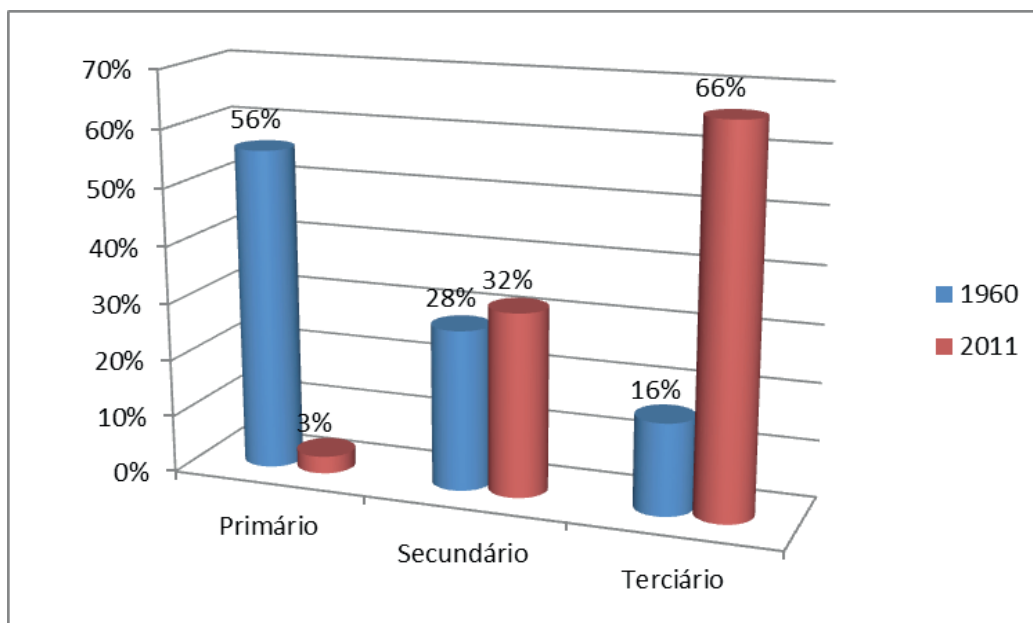


Figura 7: Variação da atividade económica do concelho de Seia, entre 1960 e 2011 (%)
Fonte: Entidades: INE, PORDATA - última atualização 2015/09/01.

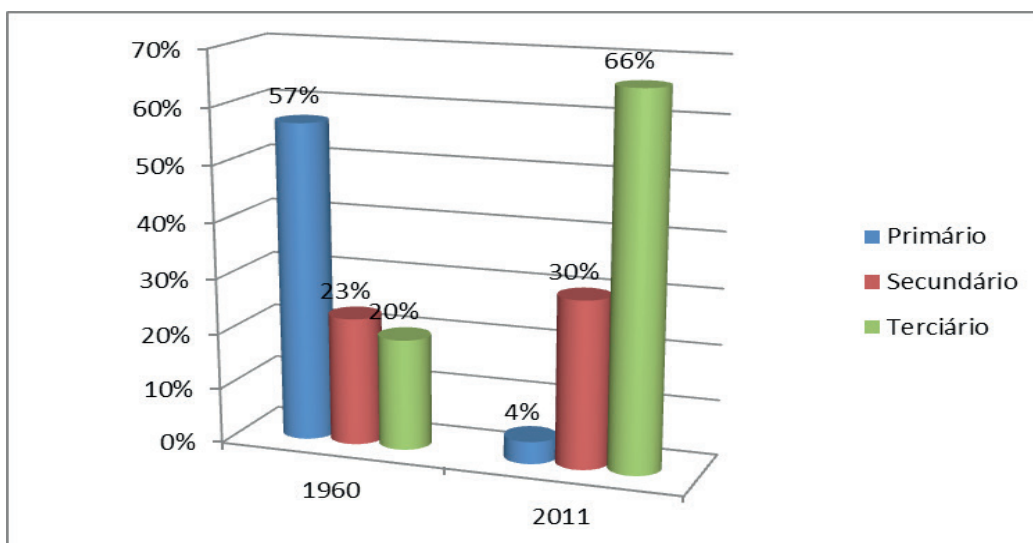


Figura 8: Variação da atividade económica da Zona Centro entre 1960 e 2011 (%)
Fonte: Entidades: INE, PORDATA - última atualização 2015/09/01.

O que se passa nestes três setores de atividade económica, entre 1960 e 2011, à escala local, é semelhante à evolução geral destes três setores a nível nacional no mesmo período de tempo, no qual o setor terciário cresce bastante, assim como o setor secundário, com o setor primário a cair.

Apesar de se refletir neste concelho o que se passa no país, verifica-se que existe um pequeno desvio na percentagem do setor secundário no concelho de Seia em relação à região em que

este território está integrado Região Centro.

Enquanto na Região Centro há um crescimento de 7% no setor secundário, no concelho de Seia, o crescimento neste setor é só de 4%.

No mesmo período de tempo, o setor terciário neste território cresce percentualmente com o mesmo valor do nacional 66%, o que demonstra uma terciarização grande das populações e dos territórios.

No que se refere ao número de freguesias, segundo a Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2015 (Figura 9), o concelho de Seia é composto por vinte e uma freguesias:

- Alvoco da Serra;
- União das freguesias de Vide e Cabeça;
- União das freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge;
- União das freguesias de Torrozelo e Folhadosa;
- Girabolhos;
- União das freguesias de Tourais e Lajes;
- Loriga;
- Paranhos;
- Pinhanços;
- Sabugueiro;
- União das freguesias de Sameice e Santa Eulália;
- Sandomil;
- Santa Comba;
- União das freguesias de Santa Marinha e São Martinho; Santiago;
- União das freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros;
- Sazes da Beira;
- Teixeira;
- Travancinha;
- Valezim;
- Vila Cova à Coelheira.



Figura 9- Freguesias do concelho de Seia. **Fonte:** CAOP – 2015

Devido ao novo regime jurídico de reorganização administrativa territorial autárquica (Lei nº 22/2012 de 30 de Maio) no concelho de Seia houve a criação de sete uniões de freguesias. Cada freguesia, ou união de freguesias, apresenta os seguintes valores agregados, em relação à população residente e população presente (Quadro 15).

Quadro 16: População Residente e População Presente do concelho de Seia por freguesia em 2011.

Zona Geográfica	População residente			População presente		
	Total	H	M	Total	H	M
	2	3	4	5	6	7
1						
Concelho de Seia	24 702	11 756	12 946	23 768	11 189	12 579
Alvoco da Serra	466	214	252	415	190	225
União das freguesias de Vide e Cabeça	761	363	398	733	349	384
União das freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge	629	294	335	599	273	326
União das freguesias de Torrozel e Folhadosa	808	367	441	722	330	392
Girabolhos	317	151	166	307	143	164
União das freguesias de Tourais e Lajes	1 713	802	911	1 633	758	875
Loriga	1 053	521	532	1 004	493	511
Paranhos	1 503	706	797	1 504	696	808
Pinhanços	716	352	364	696	345	351
Sabugueiro	478	247	231	458	232	226
União das freguesias de Sameice e Santa Eulália	638	301	337	615	290	325
Sandomil	917	433	484	892	415	477
Santa Comba	834	392	442	792	371	421
União das freguesias de Santa Marinha e São Martinho	1 629	801	828	1 525	736	789
Santiago	1 205	575	630	1 193	563	630
União das freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	9 379	4 452	4 927	9 072	4 251	4 821
Sazes da Beira	283	131	152	288	130	158
Teixeira	187	90	97	177	84	93
Travancinha	472	219	253	457	212	245
Valezim	310	150	160	302	145	157
Vila Cova à Coelheira	404	195	209	384	183	201

Fonte: Elaboração própria a partir do INE, 2011, devido à união de freguesias.

Já quanto à densidade da população por freguesia (Figura 10) com o novo regime jurídico de reorganização administrativa territorial autárquica (Lei nº 22/2012 de 30 de Maio) esta ficou da seguinte maneira:

- união de freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros e união de freguesias de Santa Marinha e São Martinho, com mais de 100 hab/km²;
- união de freguesias de Tourais e Lajes, Paranhos, Santa Comba, união de freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge, união de freguesias de Torrozel e Folhadosa e Sandomil com 61 a 99 hab/km²;
- união de freguesias de Sameice e Santa Eulália, Travancinha, Vila Nova a Coelheira e Sazes da Beira com 31 a 60 hab/km²;
- Valezim e Loriga com 15 a 30 hab/km²;
- Girabolhos, Sabugueiro, Alvoco da Serra, Teixeira e a união de freguesias de Vide e Cabeça, com menos de 15 hab/km².

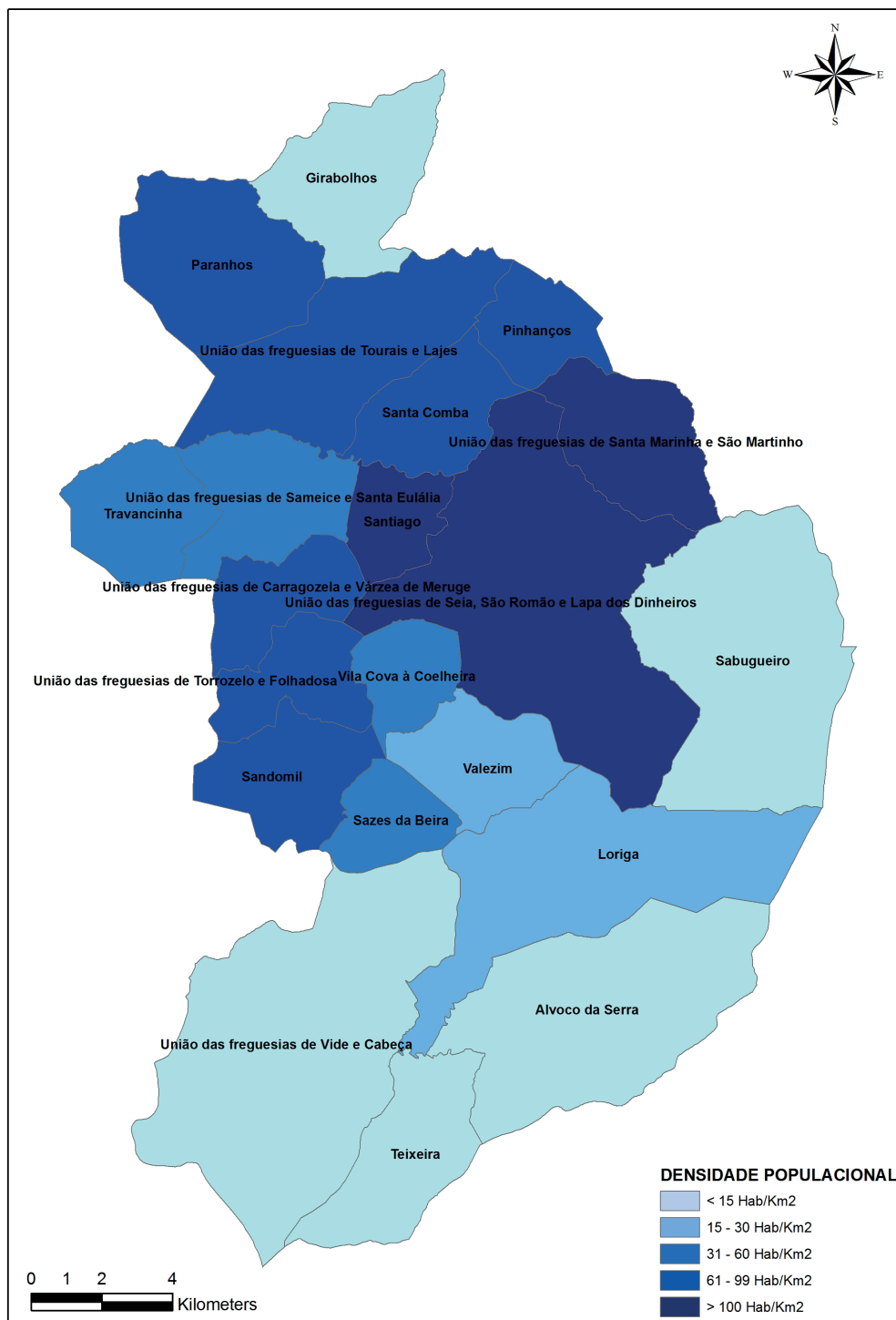


Figura 10: Densidade da população por freguesia. Fonte: CAOP – 2015

2.9. Concelho de Seia (infraestruturas e instituições)

O concelho de Seia, como consequência normal de proximidade, sofre de uma influência de outros centros urbanos vizinhos com níveis de desenvolvimento superiores, tais como Guarda, Viseu, Coimbra e Covilhã. Devido a isso, este concelho oferece uma oferta complementar de

serviços e emprego, principalmente no setor terciário, bem como outras áreas, como a educação, formação e saúde.

Neste concelho, temos a destacar o Hospital Distrital de Seia, a sede de Círculo Judicial, e a escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia (polo do Instituto Politécnico da Guarda), serviços que confere ao município uma influência supramunicipal.

Este território é atravessado por três vias de acessibilidade terrestres, a EN17, que circunda o perímetro norte do Parque Natural da Serra da Estrela e dá acesso ao litoral e a Espanha pelo IP5/A25, a EN339 que atravessa de norte a sul todo o concelho e o Parque Natural, nomeadamente a freguesia de Seia, que dá acesso ao IP2/A23, e a EN231, que atravessa a vila de São Romão e faz ligações a outros eixos viários principais já referidos (EN17 e EN339).

Quanto às infraestruturas relevantes do ponto de vista económico, existem três espaços industriais: zona industrial de Seia (polo I e II) e o espaço industrial de Vila Chã.

Do ponto de vista social, importa salientar a existência de trinta Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que cobrem valências como: centro de atividades ocupacionais, A.T.L, creche, jardim-de-infância, lar para idosos com centro de dia e serviço de apoio domiciliário.

No campo cultural, é possível identificar inúmeras unidades e estabelecimentos no município, sendo de destacar a Biblioteca Municipal, o Conservatório de Música, o Museu Natural da Eletricidade, o Museu do Pão, o Museu do Brinquedo, o Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), que promove o conhecimento e a divulgação do património ambiental da Serra da Estrela, e a Casa Municipal da Cultura, que engloba o Cineteatro, o salão de Congressos e galerias municipais para exposições.

A nível de apoio ao turismo, o município de Seia dispõe de um posto de informação turística no centro da cidade.

Outras infraestruturas relevantes existentes neste concelho, ao nível do desporto e lazer, são: o complexo desportivo da Quinta da Nogueira, que engloba o Estádio Municipal de Seia, com cerca de 17 mil lugares sentados, pista de atletismo e dois courts de ténis; a estância de esqui situada no centro do parque Natural da Serra Estrela (freguesia do Sabugueiro); o gimnodesportivo municipal Padre Martinho e o Parque Municipal de Seia, que é considerado o espaço verde urbano de maior referência, dotado de piscinas descobertas. O município é também dotado de um complexo de piscinas cobertas que serve de apoio a Clubes de Natação e escolas municipais. Ao nível de segurança e proteção civil, o concelho encontra-se equipado com três postos da GNR (Seia, Paranhos e Loriga), três corporações de Bombeiros Voluntários (Seia, São Romão e Loriga) e duas extensões, com serviço de ambulância.

No que diz respeito à Educação (Quadro 16), o concelho conta, na atualidade, com dois agrupamentos de escolas públicas e uma instituição escolar particular, com 2º e 3º Ciclos, com contrato de associação e paralelismo pedagógico.

Neste concelho é prestado um serviço de educação que engloba os vários níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino superior.

No Agrupamento de Escolas de Seia ou no Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de

Carvalho, existe uma perspetiva de unidade do Ensino Básico, assegurada com a articulação entre os vários níveis de ensino, através duma sequencialidade progressiva, na qual cabe, a cada ciclo, a função de complementar, aprofundar e alargar o ciclo anterior.

Quadro 17: Estabelecimentos de Ensino/Formação do concelho de Seia

Rede Pública	Ensino Particular e Cooperativo
Agrupamento de Escolas de Seia	Escola Evaristo Nogueira
Agrupamento de Escolas Guilherme Correia Carvalho	Escola Profissional Serra da Estrela
Centro de Emprego e Formação Profissional de Seia	Conservatório de Música de Seia
Escola Superior de Hotelaria e Turismo	
Rede Privada (Jardim-de-Infância)	
Centro Paroquial de Seia	
Santa Casa da Misericórdia de Seia	
Fundação Aurora Borges	
Patronato da Sagrada Família	
Centro de Assistência Paroquial de Loriga	
Centro Paroquial de Alvôco	
Centro de Assistência Social Nossa Senhora de La Salette	

Fonte: Município de Seia

No concelho existe uma rede particular de Educação Pré-Escolar, constituída por sete estabelecimentos: Patronato da Sagrada Família (São Romão), Santa Casa da Misericórdia de Seia, Centro Paroquial de Seia, Centro Social Nossa Senhora de La Salette (Paranhos da Beira), Fundação Aurora Borges (Santa Marinha), Centro Paroquial de Assistência, Formação de Alvoco da Serra (Alvoco) e Centro Paroquial de Loriga.

Além destes estabelecimentos de ensino, faz ainda parte do parque escolar, a Escola Evaristo Nogueira (2º e 3º CEB), escola do ensino particular e cooperativo que funciona em regime de contrato de associação com autonomia e paralelismo pedagógico, cuja área de influência engloba as Freguesias de Valezim, Lapa dos Dinheiros, Vila Cova, Folhadosa, Várzea, Sandomil, Torrozelo, Carragosela e São Romão. Apesar de não se encontrar agrupada, tem uma definição da missão e visão da escola partilhada, dinamizando atividades que promovem a articulação com as escolas do 1.º CEB da sua área pedagógica.

Dentro da oferta da rede privada, ainda é de referir a Escola Profissional Serra da Estrela, que oferece cursos de educação e formação, cursos profissionais, cursos de especialização tecnológica e cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA).

Quanto à oferta pública, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Seia oferece cursos de dupla certificação, dando resposta aos jovens através dos cursos de aprendizagem e cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA). Vocacionada desde março de 1988 para um serviço a uma região delimitada pelos concelhos de Seia e Gouveia, tem por finalidade a formação nas áreas de construção civil e obras públicas; eletricidade e eletrónica; madeiras; metalurgia e metalomecânica; reparação e manutenção de veículos; têxtil e vestuário; serviços administrativos e de informática ⁵.

5 **Fonte:** (<https://beira.pt/diretorio/centro-de-emprego-e-formacao-profissional-de-seia/>).

O Conservatório de Música de Seia, escola do ensino vocacional especializado de música, desenvolve paralelamente ao ensino regular uma componente vocacional do ensino básico, funcionando em regime articulado com as escolas do 2º e 3º CEB.

Por fim, faz ainda parte do parque escolar do concelho, a Escola Superior de Turismo e Hotelaria, ligada ao Instituto Politécnico da Guarda (IPG). Esta é a única unidade de investigação que funciona fora da cidade capital de distrito. É uma escola pública do ensino superior que forma e fornece quadros superiores com vista ao desempenho de atividades profissionais nas áreas do Turismo, da Hotelaria e da Restauração para toda a região. A percentagem de recém-diplomados da escola que estão registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional como desempregados (7,7%) é semelhante à de nível nacional com (7,2%)⁶.

Grande parte da informação foi retirada do “Relatório elaborado para o Município de Seia no âmbito da Agenda 21 Local de Seia. pp.88.” - Elaborado pela “Universidade Católica Portuguesa, 2012”: Estado de Sustentabilidade de Seia 2012.

Em relação ao grau de escolaridade do concelho de Seia, podemos constatar através do (Quadro 17), o nível de instrução da população do concelho, por género e grau.

Quadro 18: População residente segundo o nível de instrução atingido, sexo e taxa de analfabetismo

INDICADOR	VALOR	%
População Residente HM - nenhum nível ensino	4.175	14,8%
População Residente H - nenhum nível ensino	1.582	5,6%
População Residente M - nenhum nível ensino	2.593	9,2%
População Residente HM - 1º Ciclo ensino Básico	12.697	45,1%
População Residente H - 1º Ciclo ensino Básico	6.218	22,1%
População Residente M - 1º Ciclo ensino Básico	6.479	23,0%
População Residente HM - 2º Ciclo ensino Básico	3.089	11,0%
População Residente H - 2º Ciclo ensino Básico	1.649	5,9%
População Residente M - 2º Ciclo ensino Básico	1.440	5,1%
População Residente HM - 3º Ciclo ensino Básico	2.793	9,9%
População Residente H - 3º Ciclo ensino Básico	1.558	5,5%
População Residente M - 3º Ciclo ensino Básico	1.235	4,4%
População Residente HM - ensino Secundário	3.216	11,4%
População Residente H - ensino Secundário	1.622	5,8%
População Residente M - ensino Secundário	1.594	5,7%
População Residente HM - ensino Médio	115	0,4%
População Residente H - ensino Médio	51	0,2%
População Residente M - ensino Médio	64	0,2%
População Residente HM - ensino Superior	2.059	7,3%

6 Fonte: <http://infocursos.mec.pt/dges.asp?code=3095&codc=9484&pg=1#.WadXpzbrvIU>

População Residente H - ensino Superior	820	2,9%
População Residente M - ensino Superior	1.239	4,4%
População Residente HM - analfabetos com 10 ou mais anos	2.995	10,6%
População Residente H - analfabetos com 10 ou mais anos	975	3,5%
População Residente M - analfabetos com 10 ou mais anos	2.020	7,2%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (resultados definitivos)

Denota-se, neste concelho do Parque Natural da Serra da Estrela, uma taxa de analfabetismo significativa (25,4%). Em estudos demográficos (com resultados não definitivos) mais recentes, a taxa tem vindo a melhorar em todos segmentos etários.

2.10. Plano Estratégico do Concelho de Seia em relação ao Turismo – Relatório Final / Janeiro 2009

Apesar de existirem revisões mais recentes ao plano estratégico do concelho de 2009, como o “Plano Diretor Municipal (PDM)” em 2015 e “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano” (PEDU) em 2016, estes não alteram o “Plano Estratégico do Concelho de Seia” de de 2009, no que respeita ao turismo.

Este refere, que o concelho possui uma grande parte do seu território inserido no Parque Natural da Serra da Estrela e que Seia constitui um destino com inúmeras potencialidades, decorrentes sobretudo da sua localização e das suas características geográficas.

Para além de abranger a cota mais elevada de Portugal Continental, “A Torre”, com quase dois mil metros de altitude, o concelho tem um enorme número de atrativos turísticos com características peculiares, como sejam: a neve e a prática de desportos de Inverno, as paisagens serranas, a gastronomia, os produtos tradicionais, a cultura e as suas tradições locais, as aldeias de montanha, as praias fluviais ou os monumentos e outros edifícios de valor patrimonial.

Para além destes recursos, é citado, no referido documento, que este município tem criado nos últimos anos um conjunto de equipamentos museológicos na sede de concelho, que têm contribuído para uma maior animação turística local. Entre eles, citam-se:

- O Museu do Pão, de iniciativa privada, inaugurado em 2002;
- O Museu do Brinquedo, criado e gerido pela autarquia, também com impactes bastante positivos;
- O CISE – Centro de Interpretação da Serra da Estrela, o qual está na origem de diversas atividades de animação e divulgação turística;
- O Museu da eletricidade nas instalações da Central Hidroelétrica de Nossa Senhora do Desterro, resultado de uma parceria estabelecida entre o município e a Eletricidade de Portugal.

Deve-se referir ainda a criação e programação regular de eventos culturais de escala supraconce-

lhia, da iniciativa da Câmara Municipal de Seia. É o caso do Festival Seia Jazz & Blues, cuja a última edição se realizou de 7 a 12 de Março de 2016, e do Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Ambiente, que este ano teve a sua 21^a. edição, a qual decorre de forma ininterrupta, desde 1995. Segundo o Plano Concelhio, a criação destes equipamentos e eventos tem contribuído para uma redistribuição um pouco mais equilibrada do fluxo anual de visitantes ao concelho.

Relativamente ao setor do turismo, foi nos bastante difícil, recolher dados concretos, que traduzissem o estado atual deste ramo de actividade. No entanto, conseguimos através das entrevistas e dos questionários aplicados, confirmar que a afluência turística continua a ser caracterizada por uma forte sazonalidade, sendo a época alta durante os meses de Inverno, com picos de maior atividade nos períodos do Natal, Ano Novo e Carnaval. Tal pode ser demonstrado através do registo estatísticos de dormidas em estabelecimentos hoteleiros publicado pela Pordata em 2015, em que se verifica que as dormidas no concelho de Julho a Setembro em 2014 não ultrapassaram os 30%. A promoção da Serra da Estrela como um destino turístico de Inverno tem contribuído para reforçar este fenómeno, prejudicando a estabilidade e sustentabilidade das empresas que mais dependem do turismo (hotelaria e alojamentos, animação e restauração), as quais entendem que os recursos naturais e culturais da região não têm sido suficientemente valorizados e promovidos da forma mais adequada.

Por outro lado, o plano afirma que apesar da vocação turística deste concelho, a oferta de alojamentos é relativamente limitada. Segundo a Câmara Municipal de Seia, existem atualmente licenciados 3 empreendimentos turísticos, 18 unidades de Turismo em Espaço Rural e 8 alojamentos particulares. Ainda assim, segundo dados divulgados pela Pordata, em 2016 a capacidade de alojamento era de 270 camas, valor que apenas é superado, nas NUTS III Serra da Estrela, Cova da Beira e Beira Interior Norte, pelos concelhos de Covilhã (849 camas) e Guarda (745 camas).

O turismo em espaço rural tem vindo a assumir, cada vez mais, um importante papel na captação da procura turística em Seia e em toda a Serra da Estrela, disseminando os impactes do atividade pelo território. Entre as unidades de turismo em espaço rural existentes no concelho, encontram-se algumas das unidades pioneiras desta atividade em Portugal, assim como projetos muito recentes, caracterizados por uma forte aposta na imagem e na qualidade das instalações e do serviço, vocacionados para clientes com um nível superior de exigência.

No capítulo “Síntese do Diagnóstico e de Oportunidades” do Plano, elaborou-se uma reflexão sobre a situação atual do concelho de Seia, sobre as características do território, como o estado das infraestruturas e equipamentos e a situação do tecido social e económico local, assim como o seu entorno conjuntural e estrutural. Mais abrangente que uma análise SWOT, este exercício teve por objetivo identificar as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que caracterizam e condicionam o futuro do concelho, mas também colocar estes fatores sob as perspetivas de elementos estruturantes do desenvolvimento local, procurando ainda identificar prioridades que permitam renovar Seia como um polo regional de competitividade.

Esta reflexão permitiu a definição de uma visão prospetiva que identificou os atuais pilares estruturantes do desenvolvimento social e económico do concelho e que deverão estruturar a base

económica das próximas duas décadas:

- **Indústria** – Principal impulsionador do desenvolvimento social e económico durante o século XX, continua a ter uma grande relevância na geração de emprego e de riqueza, apesar das crises que enfrentou nas últimas duas décadas resultantes da perda de competitividade do setor têxtil. Há, no entanto, sinais de renovação, diversificação e de afirmação destacando-se, neste quadro, o setor agroalimentar que denota crescente reconhecimento no mercado nacional constituindo uma alavanca do desenvolvimento local em virtude das relações que estabelece com o território e com as atividades primária;
- **Comércio e Serviços** – Inserida num sistema urbano polinucleado e relativamente periférico face às principais centralidades regionais (Guarda, Viseu, Coimbra e Covilhã) e à rede de acessibilidades estruturante da Região Centro, Seia desenvolveu um tecido terciário mais qualificado do que a generalidade das cidades da sua dimensão, capaz não só de amortecer as crises do setor industrial, como de afirmar a cidade como um polo estruturante da Beira Serra. O comércio, os serviços públicos (ensino superior, serviços de saúde, ...) e os serviços privados conquistaram ao longo dos últimos decénios um papel central na estrutura de emprego e denotam alguma capacidade de renovação e ampliação. Todavia, os ganhos de acessibilidade previstos para breve, em resultado da concretização do IC7 e do IC37, constituirão um desafio para a modernização e especialização do comércio e dos serviços pessoais;
- **Território** – Heterogéneo e rico em contrastes paisagísticos e culturais, o concelho encerra diversas oportunidades de desenvolvimento económico, cuja concretização colide ainda com as persistentes debilidades infraestruturais e a tendência negativa dos fenómenos demográficos. A zona da Serra, com evidentes condições para assumir um papel relevante nos setores do turismo de montanha e de natureza, constitui a principal marca do concelho e o grande atrativo turístico. No entanto, padece de uma insuficiente dotação de infraestruturas turísticas, ao mesmo tempo que os principais lugares denotam uma evidente desqualificação urbanística;
- **Cidade** – Principal polo de desenvolvimento socioeconómico do concelho, a cidade de Seia tem conseguido captar e reter população ativa e investimentos públicos e privados, pese embora a rapidez do seu crescimento tenha implicado alguma descaraterização arquitetónica e originado diversas desarticulações funcionais;
- **Conhecimento** – Os saber-fazer nas agro-industriais tradicionais e no setor têxtil constituem um dos principais capitais dos recursos humanos do concelho e uma das suas principais mais-valias. Todavia, a população ativa revela grandes défices ao nível do conhecimento formal, expressos pelos baixos níveis de qualificações, que limitam severamente a atracção e o desenvolvimento de outras atividades mais avançadas;
- **Turismo** – Vocação emergente e com larga margem de progressão, tem evoluído muito paulatinamente, não assumindo ainda um papel central na estrutura de emprego em virtude da elevada sazonalidade da procura e do insuficiente desenvolvimento dos serviços turísticos. As recentes alterações na geografia de acessibilidades à Serra da Estrela, em resultado da construção da A23 e da A25, reduziram o protagonismo turístico de Seia como porta da Serra, face à Guarda e à Covilhã, que viram a oferta hoteleira e os serviços de animação turística aumentar expressivamente.

Para além da leitura que sintetiza e analisa as forças e oportunidades, importa destacar a existência de um vasto leque de oportunidades, desde as atividades agroalimentares, ao turismo de natureza e de Inverno ou à economia social, entre outras, relativamente às quais o tecido socioeconómico de Seia estará bem posicionado para as concretizar.

No plano estratégico do concelho, também houve o cuidado de criar um capítulo para identificar as fraquezas (debilidades) que devem ser superadas, bem como ameaças, decorrentes sobretudo de fatores externos, que devem ser reconhecidas atempadamente e evitadas.

Dessa análise salientam-se as preocupações com a evolução demográfica e da situação social (sobretudo nas áreas rurais), com os baixos níveis de competitividade da maioria das explorações agropecuárias e com a baixa qualificação dos recursos humanos.

Chama também a atenção às ameaças externas, com muitas delas a terem um nível elevado de vi-rem a acontecer e fazerem sentirem os seus efeitos negativos como sejam as: alterações climáticas, deslocalização industrial, litoralização, o que deverá criar orientações estratégicas melhor focadas na minimização dos seus impactes, como sejam:

- **Despovoamento e Envelhecimento** – *Um elemento basilar para a sustentabilidade de qualquer estratégia de desenvolvimento regional é a existência de recursos humanos que suportem as atividades sociais e económicas nesse território, e que constituam uma massa crítica que justifique investimentos e lhe confirmem escala e maior dimensão política. No entanto, em Seia os indicadores demográficos confirmam a evidência de um fenómeno de despovoamento que se prolonga, pelo menos, desde a década de 50, em linha com as tendências observadas nos restantes concelhos da Serra da Estrela. E, ao que tudo indica, esta tendência deverá manter-se, agravada pela concentração populacional na sede de concelho em detrimento das aldeias de montanha e dos centros rurais. As implicações do despovoamento são bastante conhecidas, tendo efeitos diversos, nomeadamente:*
 - *No funcionamento dos sistemas produtivos locais, nomeadamente na agropecuária e na silvicultura, com impactes na manutenção das paisagens;*
 - *Na gestão dos riscos, na proteção civil e na preservação da biodiversidade;*
 - *No envelhecimento da população e consequente no aumento dos encargos sociais e na perda de vitalidade social e económica;*
 - *Na perda de ativos jovens e qualificados, resultando em menores índices de competitividade e capacidade de atracção de investimentos.*

Perante este quadro, considera-se fundamental para o desenvolvimento dos territórios de montanha estancar e reverter a perda de efetivos populacionais, designadamente através de ações que procurem atacar as causas profundas do despovoamento e, simultaneamente, de políticas ativas de fixação e atracção de residentes.

Como é conhecido, as primeiras causas do despovoamento são de ordem económica, relacionadas com a falta de oportunidades de emprego, o declínio das atividades tradicionais e a legítima ambição da população ativa mais jovem por melhores condições de vida. Por sua vez, a persistência deste fenómeno conduz ao seu agravamento e à aceleração dos seus efeitos, com a diminuição dos indicadores de fertilidade e natalidade, o envelhecimento médio da população residente e a progressiva dificuldade em assegurar a regeneração demográfica.

Afigura-se assim essencial, em primeiro lugar, intervir no sentido de travar os movimentos migratórios para fora do concelho, promovendo a criação de postos de trabalho e o empreendedorismo empresarial, fomentando também a criação de autoemprego. Para a fixação da população local, importa ainda prosseguir os investimentos na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, em especial nas

aldeias de montanha e outros núcleos rurais, procurando a sua qualificação em termos de infraestruturas e de equipamentos e serviços públicos e privados.

Complementarmente, estas intervenções poderão ser acompanhadas de políticas ativas de atração de investidores e novos residentes, que implicam necessariamente uma abordagem de “braços abertos” ao acolhimento de todos os que aqui se pretendam fixar e desenvolver os seus projetos de vida. Noutras regiões de montanha europeias, designadamente na Escócia, na Noruega e em Espanha, estas políticas têm passado, por exemplo:

- Pelo desenvolvimento de iniciativas para a atração de jovens talentos;
- Pela concessão de incentivos fiscais à fixação de empresas e criação de empregos no interior.
- Pela criação de gabinetes de apoio ao estabelecimento e emprego de novos residentes;
- Pela promoção de cursos da língua nacional para estrangeiros e de formação “à distância” para colmatar a falta de estabelecimentos de ensino de nível médio e superior;
- Pela implementação de estratégias de marketing territorial com o objetivo de estimular o interesse de potenciais novos residentes e promover marcas locais de excelência, valorizando o património natural e cultural da região;
- Pela criação de centros locais de negócios para a instalação de pequenas empresas baseadas no conhecimento;
- Pelo registo e disponibilização de informação sobre potenciais novos residentes que se tenham candidatado a empregos na região e pelo acompanhamento de empresas que pretendam deslocar a sua atividade para o interior a partir de regiões metropolitanas.

- **Desenvolvimento Agroindustrial** – Mais do que atividades económicas, a agricultura, a silvicultura, a pecuária e a indústria alimentar representam para Seia a base do modo de vida tradicional, o fundamento maior da cultura e da identidade local e são indissociáveis da imagem exterior do concelho. De fato, foram estas atividades que moldaram a paisagem das encostas e o caráter das gentes da serra e colocaram Seia, literalmente, nas bocas do mundo.

Noutras comunidades de montanha europeias, para o desenvolvimento destas atividades tem sido incentivado o investimento, por parte dos produtores e com apoios públicos, na promoção da qualidade e valorização dos produtos. O objetivo é aumentar as mais-valias dos produtos, de modo a que a maior parte dessas mais-valias fique retida nas regiões produtoras. Este esforço passa, entre outros aspetos, pela certificação dos processos produtivos, pela definição de áreas geográficas de origem controlada, pela estimulação do associativismo e geração de economias de escala, por investimentos em branding, labeling e marketing, pela promoção exterior dos produtos e a sua integração nos mercados internacionais.

Em 2004, a Euro montana promoveu um estudo sobre os produtos alimentares de montanha na Europa 4, que identificou um conjunto de ideias chave para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento destes produtos, tendo em consideração tanto as características dos produtos em questão como as iniciativas e os recursos investidos pelos stakeholders.

- **Turismo Sustentável** – Dotadas de grande riqueza paisagística, de património natural e construído razoavelmente preservado, de qualidade ambiental, de recursos naturais ímpares e de cultura e tradições singulares, as regiões de montanha oferecem atrativos que permitem o desenvolvimento de múltiplos segmentos da atividade turística, como sejam o turismo de natureza, o turismo em espaço rural, o turismo cultural ou os turismos ativos.

No entanto, nas regiões montanhosas com ocorrência de neve ou neves perpétuas, a indústria turística tende a especializar-se na exploração deste recurso, descurando outras potencialidades que poderiam ser desenvolvidas complementarmente.

De fato, também na Serra da Estrela a atividade turística está quase exclusivamente orientada para

o turismo de Inverno e, portanto, muito dependente das condições climáticas, exposta às flutuações da procura e, cada vez mais, à concorrência de outros destinos.

Acresce que a sustentabilidade do turismo de neve na Serra da Estrela é cada vez mais posta em causa por novas realidades, resultantes das profundas alterações atualmente em curso nos mercados turísticos internacionais e nas próprias condições naturais que potenciam o seu desenvolvimento. Com efeito, se o desenvolvimento do turismo de Inverno nesta região se deve, sobretudo, à singularidade do recurso neve a nível nacional e à sua procura interna, devido à melhoria do nível de vida da população portuguesa a partir de meados da década de 80, com a massificação do turismo, a banalização do transporte aéreo e o advento do low-cost, o turismo da Serra da Estrela tem vindo cada vez mais a enfrentar o desafio da concorrência com outros destinos de Inverno à escala ibérica e europeia.

Por outro lado, o aquecimento das temperaturas médias na Europa, decorrente das alterações climáticas à escala global, representa uma ameaça premente ao ambiente de montanha e ao desenvolvimento do turismo de Inverno. As evidências destas previsões para a evolução do turismo de Inverno têm sido amplamente demonstradas pela comunidade científica internacional, como atestam os seguintes relatos:

- Segundo especialistas do World Radiation Centre (Suíça), em estâncias de esqui de baixa altitude como Klosters (junto a Davos, a 1.200m de altitude) daqui a uma década já não se deverá registar ocorrência de neve;

- Na Escócia, onde duas das maiores estâncias de esqui (Glencoe e Glenshee) foram postas à venda em 2004 após sucessivos prejuízos de grande monta, enquanto outras três enfrentavam grandes dificuldades para continuar em funcionamento. Especialistas do Centre for Ecology and Hydrology de Aberdeenshire acreditam que a indústria do turismo de Inverno deverá sobreviver apenas cerca de 20 anos. O prolongamento dos Verões, a diminuição da área coberta de neve e a sua regressão para altitudes mais elevadas condicionam já a atividade turística de Inverno e deverão incrementar a pressão que exerce sobre o ambiente, passando a estar concentrada numa área menor e durante um período mais reduzido.

Para mais, eventuais intervenções no sentido de repor as condições para a prática de desportos de Inverno, nomeadamente a artificialização das pistas de esqui, estas poderão acarretar impactes ambientais negativos em termos do aumento do consumo de energia e água, da perturbação de ecossistemas ou da introdução de fertilizantes, fatores que importa compreender e prevenir.

Para superar todas estas novas dificuldades e num reforço da sustentabilidade da atividade turística e ao mesmo tempo intensificar o seu potencial para o desenvolvimento socioeconómico regional, parece inevitável que os territórios de montanha como Seia terão de constituir produtos turísticos mais diversificados e flexíveis, que contrariem a sazonalidade do turismo de Inverno e sejam geradores de estadias mais prolongadas, que valorizem os recursos endógenos e desenvolvam sinergias positivas com as atividades económicas tradicionais.

Segundo o Plano, seja qual for o modelo de turismo a desenvolver em Seia (Turismo de Natureza vs. Turismo de Inverno), importa também continuar a apostar na superação das debilidades que subsistem ao nível da profissionalização e qualificação dos recursos humanos nos setores da hotelaria, da restauração e da animação turística, procurando que a qualidade e diferenciação dos serviços prestados constituam igualmente vantagens competitivas no mercado global.

2.11. Infraestruturas e iniciativas turísticas do Concelho de Seia

Oficialmente, o concelho de Seia considera-se, ao nível turístico, um “Concelho para quatro estações”. O município assume-se como um local privilegiado do encontro com a natureza.

A Serra da Estrela, considerada a montanha mais alta de Portugal continental, inserida na cordilheira central, marca por si só, a transição entre o Norte e Sul do país, no que diz respeito ao clima, à vegetação e à ocupação humana.

No site sobre Turismo do concelho de Seia ⁷, este revela-nos as suas características:

- o ar puro, os horizontes vastos, as encostas íngremes e os vales férteis são alguns dos encantos que o concelho de Seia oferece, em qualquer altura do ano, a quem o visita". Os dias longos e amenos, da Primavera e Verão, são os que melhor permitem desfrutar a Natureza, convidando à prática de pedestrianismo e outros desportos de natureza. As praias fluviais, entre outras áreas balneares criadas nas ribeiras e rios, de águas ou-ras e cristalinas constituem escolhas refrescantes no calor do Verão. No Outono, a serra apresenta uma vistosa vegetação e no Inverno, a queda regular de neve permite observar belas paisagens e praticar desportos de neve.

No sopé da montanha, alojadas em vales cavados por rios e ribeiras de águas correntes e límpidas, descobrem-se um conjunto de aldeias de montanha, tradicionais e acolhedoras, detentoras de características únicas, aglomerados representativos de um riquíssimo património histórico/cultural e ambiental. Este património coletivo, oferece ao longo de todo o ano um conjunto de atividades, os denominados serões e vivências d'aldeia, que em colaboração com toda a comunidade dão a conhecer as tradições mais importantes, os locais, a identidade das aldeias.

O concelho está também dotado de equipamentos culturais que permitem adquirir um maior conhecimento da história do território. Destacam-se o Museu do Brinquedo, o Museu Natural da Eletricidade, o Museu do Pão, o Centro de Interpretação da Serra da Estrela e o Museu Etnográfico do Rancho Folclórico de Seia.

O site acrescenta que o concelho dispõe de: "monumentos de interesse histórico e arquitetónico e de paisagens de rara beleza, onde a montanha, a água e aldeias de montanha adotam um papel relevante, assim como, os produtos locais (Queijo da Serra da Estrela, Requeijão, Pão, Broa, Bolo Negro de Loriga, Vinho, Enchidos e o Cabrito) a par dos equipamentos culturais são também fatores de grande atração".

E sublinha que o concelho é: "uma referência ambiental" com produtos certificados (Eco2Seia) que são produzidos "num sistema que visa o contínuo aumento da eficiência energética, com recurso cada vez maior a fontes de energias renováveis.

Podemos acrescentar que o concelho teve, durante a nossa investigação de campo, várias atividades socioculturais a nível privado ou institucional como foram a:

- **Seia Aromaterapia em workshop na Serra da Estrela**

O Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), em Seia, no sábado um workshop de aromaterapia, que tem o objetivo de proporcionar aos participantes conhecimentos sobre o poder dos óleos essenciais das plantas e as suas aplicações. A iniciativa tem início pelas 10H00 e será orientada por Raquel Carvalho. Segundo uma nota do CISE, a formação será realizada com um número mínimo de 12 pessoas e um máximo de 18. Os interessados em participarem no workshop podem inscrever-se na página da internet do CISE. ⁸

- **Seia - Mil ovelhas sobem à serra acompanhadas por pastores e turistas**

Cerca de mil ovelhas do concelho de Seia vão subir no sábado para a Serra da Estrela, acompanhadas por pastores e turistas, durante a terceira edição da Festa da Transumância e dos Pastores, foi ontem anunciado. Os rebanhos partem do largo da Câmara [no centro da cidade de Seia] às 07H30, prosseguindo a viagem pelos seculares caminhos da transumância, em direção àquela que é a aldeia dos pastores, o Sabugueiro", adianta a organização.

⁷ Fonte: <http://www.cm-seia.pt/turismo>

⁸ Fonte: www.cise.pt (<http://www.ointerior.pt/breakingnews/news.asp?Id=7168> - 20-02-2015 15:57)

A Festa da Transumância e dos Pastores é organizada pela Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha em parceria com o município de Seia, e em articulação com os pastores locais, “que todos os anos sobem à montanha em busca de melhores pastos, uma tradição secular que no concelho de Seia ainda se mantém”. No percurso entre Seia e a Serra da Estrela haverá degustações gastronómicas para os participantes como a típica “merenda do alforge”, servida na aldeia de Póvoa Nova, e um almoço com os pastores, na Senhora do Espinheiro.

A organização lembra que a subida dos rebanhos à Serra da Estrela, onde vão passar os meses de verão, acontece depois da tradicional romaria da bênção das ovelhas, que ocorreu no domingo, na aldeia de Folgosa da Madalena.

Juntamente com a Festa da Transumância e dos Pastores, a ADIRAM vai promover, entre sexta-feira e domingo, o Festival Músicas do Bosque “na tentativa de criar uma oferta turística mais alargada e diferenciada”. No festival, a realizar na aldeia de Lapa dos Dinheiros, vão estar presentes, entre outros, os grupos Pensão Flor, Mancinnes, Yanan Dans, Tranglomango e Dorahoag. A organização desafia o público a subir à montanha e a “deixar-se levar por uma autêntica sinfonia de homem e natureza, onde não há lugar para os espetáculos comuns.”⁹

- **Percursos pedestres na Serra da Estrela**

O Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), com sede em Seia, vai realizar em agosto três percursos pedestres pelos caminhos da rede das Aldeias de Montanha”. O primeiro percurso será realizado, no dia 12 de agosto, e tem lugar na Rota da Caniça, na aldeia de Lapa dos Dinheiros, seguindo-se, no dia 19, o trajeto pela Rota do Pastoreio, que se desenvolve na vertente sul do maciço superior da Serra da Estrela.

O terceiro percurso, a realizar no dia 26 de agosto, levará os participantes até à Rota do Vale do Rossim, também na Serra da Estrela.

“A rede de percursos pedestres das Aldeias de Montanha, denominada Caminhos de Montanha, tem cerca de 100 quilómetros e contempla um total de 14 trajetos.”¹⁰

- **Observar aves na Serra da Estrela**

No âmbito de mais uma edição do Fim de semana Europeu de Observação de Aves, o Município de Seia, através do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), e o CERVAS/ Associação Aldeia organizam nos dias 3 e 4 de Outubro a atividade As Aves da Serra da Estrela”.

Destinada ao público em geral, a atividade pretende contribuir para o conhecimento e divulgação da avifauna da serra da Estrela e contempla a realização de duas saídas de campo para observação das espécies de aves no seu habitat natural a vários locais nos concelhos de Seia, Gouveia, Manteigas e Covilhã. As visitas decorrem, em ambos os dias, entre as 08H30 e as 18H00, num circuito automóvel intercalado com múltiplas paragens e passeios a pé, proporcionando-se oportunidades, com recurso a binóculos e telescópios, de observação de algumas das muitas espécies de aves que nesta época do ano ocorrem na região. A participação no evento é gratuita, mediante inscrição prévia no CISE.

A nível nacional, o evento tem vindo a suscitar, de ano para ano, um maior interesse e adesão, tendo no ano passado registado a participação de mais de 620 pessoas.¹¹

- **Turismo solidário com a região da Serra da Estrela**

A Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (ADIRAM), com sede em Seia, anunciou ontem que está a elaborar um projeto de turismo solidário para aquela região da Serra da Estrela”.

Célia Gonçalves, coordenadora técnica da Rede das Aldeias de Montanha, disse à Lusa que a ideia de assumir as aldeias de montanha como “destino de turismo solidário” constituiu “uma aposta inédita a nível nacional”. Os turistas terão a possibilidade de “fazer a diferença, participando ativamente no desenvolvimento dos terri-

9 Fonte: Diário das Beiras de 24/06/2015

10 Fonte: Diário das Beiras de 03/08/2015

11 Fonte: <http://beira.pt/portal/noticias/fim-de-semana-europeu-de-observacao-de-aves-na-serra-da-estrela/> - 29-09-2015

tórios de baixa densidade”, acrescenta.

A oferta inovadora das Aldeias de Montanha destina-se a turistas “que buscam mais do que aventura, mas também a empresas com políticas de responsabilidade social, das quais se espera um compromisso de longo prazo com a região”.

Primeira reunião dia 6 Célia Gonçalves adiantou que já foi feito um diagnóstico que estudaram dinâmicas a nível internacional, nacional, regional e local, seguindo-se a fase de envolvimento dos agentes locais, a definição do modelo de negócio, a implementação de um projeto-piloto, a criação do portfólio de produtos e a definição da estratégia de continuidade.

Para o dia 6 de Novembro, para as instalações do Centro de Interpretação da Serra da Estrela, em Seia, está marcada uma primeira reunião, onde os promotores irão “auscultar necessidades e mapear tipologias de projeto” para apresentar às empresas e interessados naquele tipo de turismo.

A coordenadora técnica da Rede das Aldeias de Montanha explica que, de uma forma simples, o turismo solidário “combina uma viagem de lazer com uma oportunidade de ajudar a comunidade no destino turístico”. “A pessoa pode vir passar um fim de semana e ajudar na aldeia na apanha da lenha ou das pinhas”, disse, a título de exemplo.

Novidades em relação à responsabilidade social das empresas, será possível “criar um projeto que passe pela adoção de caminhos de montanha”, pois a região disponibiliza vários percursos pedestres. “Espera-se que em breve seja possível participar num programa que inclua visitar as Aldeias de Montanha e ajudar os habitantes nas tarefas agrícolas, participar nos trabalhos de decoração da Aldeia Natal, provar a gastronomia local e ajudar o pastor a cuidar dos rebanhos, visitar a Serra da Estrela e participar na sua reflorestação, ficar num turismo rural e dar apoio a idosos”, conclui.

“A Rede de Aldeias de Montanha envolve as localidades de Alvoco da Serra, Loriga, Sabugueiro, Sazes da Beira, Teixeira, Valezim, Lapa dos Dinheiros, Vide e Cabeça, no município de Seia, distrito da Guarda.”¹²

- **Fundação Vodafone investe 300 mil euros na primeira ‘Aldeia Inteligente de Montanha’**

Projeto-piloto foi desenvolvido no Sabugueiro e passa pela implementação de soluções tecnológicas, ao nível da eficiência energética, mobilidade e saúde. Num investimento de 300 mil euros, a Fundação Vodafone, em parceria com a Câmara Municipal de Seia, e outros parceiros, criou um projeto-piloto, designado por Aldeia Inteligente de Montanha (Smart Mountain Village), que passa pela implementação de diversas soluções tecnológicas, ao nível da eficiência energética dos edifícios e domicílios, mobilidade, saúde, iluminação pública e recursos hídricos na aldeia do Sabugueiro, Seia, na Serra da Estrela, fazendo deste território uma montra de boas práticas e inovação. O objetivo é que as tecnologias contribuam para a melhoria da qualidade de vida da Comunidade, e sejam uma alavanca para a melhoria do desempenho ambiental e desenvolvimento económico deste espaço rural, uma das nove aldeias de montanha. O projeto, que foi apresentado ontem, no Abrigo da Montanha, no Sabugueiro, começou a ser desenhado há quatro anos, e foi implementado de forma faseada, sendo já possível afirmar que originou poupanças significativas no consumo energético da aldeia. No terreno, deu-se a instalação, por exemplo, de soluções M2M (Machine to Machine) ou IoT (Internet of Things) que permitem responder eficazmente a algumas das necessidades e desafios que hoje se colocam à sociedade. Para Mário Vaz, presidente da Fundação Vodafone, “este é um projeto de sucesso, que se enquadra na preocupação da fundação na responsabilidade social”, acreditando que “permitiu colocar a tecnologia de ponta ao serviço da comunidade”. O responsável sublinhou a instalação de fibra ótica, numa aldeia até então isolada, e que, atualmente está mais acessível e admitiu a intenção de expandir o projeto a outras aldeias. Já o Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, lembrou que este projeto “é pioneiro e uma antevisão do que vão ser as nossas cidades”. Disse considera-lo “fascinante por estar baseado na disponibilização de aplicações, de forma intuitiva e fácil, para pessoas comuns, tendo um potencial enorme, pois é uma verdadeira revolução digi-

tal”. O governante disse ainda que este é um projeto que deve ser replicado e que o Governo ambiciona, ainda este ano, apoiar alguns projetos semelhantes. O projeto tem várias vertentes: no caso da eficiência energética em edifícios domésticos, foram instalados 40 equipamentos de medição em residências, o que corresponde a 10% do edificado do Sabugueiro. A ideia é monitorizar e controlar os consumos energéticos a partir do display ou de qualquer dispositivo com acesso à internet. A grande vantagem é o fato de “permitir aos utilizadores uma consulta aos seus consumos em tempo real, obter dicas de eficiência energética, comparar os consumos atuais com o histórico e perceber qual o impacto das medidas corretivas tomadas têm na sua fatura energética”, disse Paulo Mendonça, Chefe de Divisão de Infraestruturas, Vias, Obras Municipais e Ambiente da autarquia de Seia, durante a apresentação, frisando que a mudança de hábitos gerou economias que facilmente chegam aos 20%. O mesmo equipamento foi instalado no lar/residência sénior da associação de beneficência do Sabugueiro, escolhido por ser o que mais energia consome na aldeia, cerca de 70 mil kWh ano. “O sistema permite à associação, conhecer a realidade energética do edifício, caracterizando as várias áreas, alocar custos por zonas e centros de custo e atuar de modo a otimizar o sistema, explicou, acrescentando que uma das vantagens da utilização desta plataforma foi “a de conhecer o perfil de consumos do edifício através da instalação de pontos de medição independentes, permitindo separar zonas de consumo que tinham diferentes características”. O resultado foi uma poupança de 30% no consumo do edifício em dois anos, com a cozinha, que, na data de instalação, era responsável por um consumo médio diário significativo de 68 kWh, a reduzir o mesmo, atualmente, para os 40 kWh. Foi ainda promovida a eficiência energética na iluminação pública, com a substituição para lâmpadas LED de 24 luminárias, o que se refletiu numa redução diária de consumo de energia de cerca de 2,4 kWh, menos 8,8% de consumo. Paulo Mendonça deu ainda conta que o projeto incluiu também um sistema de eficiência hídrica no abastecimento de água e de águas residuais, que passou pela instalação de um equipamento de telegestão hídrica, o que permitiu a diminuição significativa do tempo de resposta em casos de anomalias, uma redução das perdas originadas por fugas, precisão dos dados estatísticos e uma recolha de dados fiáveis para disponibilização à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR. De frisar que um dos mais emblemáticos pontos deste projeto é a vertente Monitorização dos Sinais Vitais, e que passou pela instalação de 20 unidades do sistema de monitorização dos sinais vitais do equipamento One Care Sensing, posto ao dispor de 40 utentes, escolhidos num conjunto de famílias da aldeia do Sabugueiro, bem como dos utentes do lar/residência sénior da associação, e que, explicou, “possibilita um acompanhamento contínuo do estado de saúde do utente permitindo a deteção precoce de situações de risco, de modo a permitir uma intervenção atempada e eficaz, por parte dos prestadores de cuidados.”¹³

- **O Centro de Interpretação da Serra da Estrela - CISE**

Vai realizar, durante o mês de março, dois percursos dirigidos a todos os amantes do pedestrianismo, utilizando os Caminhos de Montanha da rede de percursos pedestres das aldeias de montanha.”

O primeiro percurso decorre no dia 23 de março e tem lugar na Rota da Ribeira de Loriga. A rota está classificada com um grau de dificuldade médio e percorre um vale extenso e encaixado, estabelecendo a ligação entre Loriga e Casal do Rei, num total de 8,5 km. De traçado sinuoso, segue por caminhos antigos e acompanha as levadas para rega dos campos armados em socacos. “Na ribeira sobressaem as marmitas de gigante, cavidades circulares naturais, e os poços de broca, abertos pelo engenho do homem para aproveitamento agrícola do vale”. No dia 30 de março, o CISE propõe a realização da Rota das Canadas, um trajeto circular com início e término em Alvoco da Serra, com 6164 m. A rota desenvolve-se na cabeceira do vale de Alvoco, a montante de Alvoco da Serra, entre matos e afloramentos graníticos enquadrados pelos cimos da Torre. Neste anfiteatro natural, atravessado por uma rede densa de canadas, confluem diversas ribeiras, que contribuem para a fertilidade dos campos agrícolas da aldeia. A participação em ambas as caminhadas está limitada a 14 participantes, realizando-se com um mínimo de 6, e tem um custo associado de 5€, valor que inclui seguro e transporte, a partir do CISE, com partida às 9h e regresso às 16h. Os interessados em participar podem fazer

a inscrição on-line (www.cise.pt), ou contactando diretamente o CISE pelo telefone 238 320 300 ou correio eletrónico cise@cise.pt.¹⁴

- **CIM Beiras e Serra da Estrela quer ser referência na área do turismo de natureza**

A Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE) pretende valorizar o potencial ambiental da região para que seja uma das “grandes referências” em termos nacionais e internacionais na área do turismo de natureza.”

“Está por fazer uma verdadeira revolução, no bom sentido, relativamente ao valor que as economias verdes podem ter na nossa região.”Temos economia verde na energia, mas podemos ainda ir muito mais longe do que isso.

“Podemos e devemos ir mais longe nessa expressão”, disse o presidente da CIM-BSE.

Paulo Fernandes, que falava na cerimónia de tomada de posse do conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal, realizada no auditório da Câmara da Guarda, referiu que o ambiente é um pilar fundamental para a região, a par da competitividade e da coesão.

“Temos hoje turismo de natureza, seguramente, mas podemos ir ainda mais longe”, disse. Paulo Fernandes considera que a região pode “ganhar valor” neste setor, onde já existem as “peças fundamentais”, que são as denominadas “comunidades vivas”. “Felizmente, somos um território que tem comunidades vivas, que tem pessoas extraordinárias que, para além de ser um exemplo já ancestral de resistência e de resiliência, são um poço de conhecimentos e de saberes absolutamente únicos e absolutamente insubstituíveis”, justificou.

A CIM-BSE é constituída por 12 municípios do distrito da Guarda – Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Guarda, Gouveia, Manteigas, Meda, Pinhel, Seia, Sabugal e Trancoso e por três do distrito de Castelo Branco - Belmonte, Covilhã e Fundão.

Comunidade marcada pela diversidade:

1- A CIM-BSE tem 23% do território de áreas classificadas

2 – “50 Representantes de entidades públicas, instituições, associações e sindicatos da região, formam conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal.”¹⁵

Destaca-se igualmente, dentro deste âmbito, uma unidade hoteleira na freguesia de Travancinha, com características muito próximas duma proposta eco, denominada “Chão do Rio”.

Numa quinta de 8 hectares, com árvores antigas, grandes maciços em granito, cogumelos, flores raras. Existem seis casas recuperadas em pedra com telhados de colmo, em que cada uma das casas possui uma personalidade distinta, sugerida pela diferente decoração que é refletida no nome de cada uma (Cumeada, Loba, Cotovia, Ribeira, Pastor e Churra).

O que mais realça neste empreendimento turístico é: as casas encontrarem-se em volta duma piscina biológica de águas cristalinas. O grande fator positivo é ser a natureza a purificar a água do tanque, como, aliás, decorre no meio natural. Nem cloro nem qualquer outro desinfetante, o tratamento é realizado a nível biológico, ou seja, aproveita-se a atividade natural dos seres vivos que, através de processos de autodepuração da água, garantam a sua qualidade balnear durante todo o ano. Depois, devido às plantas aquáticas ou da beira de água, que fazem parte deste processo natural, esta piscina bio é uma continuação natural do jardim que a rodeia, num compromisso entre um lago decorativo e um local onde se frua e contacte com a água.

14 Fonte: <http://www.cm-seia.pt/noticias/item/1216-cise-realiza-2-percursos-pedestres-em-marco>.

15 Fonte: <http://diariodigitalcastelobranco.pt/detalhe.php?id=37297>- 2016-03-23 13h49min.

Capítulo III

Metodologia e Desenvolvimento da Investigação

Começou-se por uma “revisão bibliográfica” sobre as várias temáticas que interessam à investigação, como o turismo, parques naturais, ecoturismo, sustentabilidade, parque natural da “Serra da Estrela”, e desenvolvimento social e económico em territórios de baixas densidades. De seguida, passou-se a uma abordagem que consiste numa “análise quantitativa e qualitativa” de dados, através de questionários aplicados aos turistas que se deslocam aquele território, assim como, à população do concelho investigado (Seia).

Para maior recolha de informação sobre o território investigado, usou-se também a técnica da “observação”. Esta foi concretizada ao longo do tempo no qual fomos aplicando os inquéritos no concelho de Seia, acrescentando assim mais algum conhecimento empírico do território investigado.

A investigação qualitativa “assenta nesta ideia central: a de dar voz às pessoas que se disponibilizam para colaborar de diferentes modos e diferentes graus com o (s) investigador (es), o que se traduz, afinal, numa outra perspetiva de ciência, assente em exigências éticas específicas de que sobressai o respeito pela vida e expressão do outro, e numa relação interpessoal que convoca o individual e o coletivo, o local e o universal, o pessoal e o político. Mais uma vez, isto alerta-nos para o fato de que o grande instrumento neste tipo de investigação é o próprio investigador! E as suas qualidades e sentimentos como o bem-estar pessoal, a surpresa, a ansiedade, a empatia, o conhecimento, o rigor e a honestidade, tanto podem condicionar a recolha e a natureza dos dados como podem ser fonte de informação. Compreender isso é importante, para que a atitude fundamental de quem faz investigação no terreno se caracterize por uma enorme prudência que leve a fazer as escolhas fundamentadas de estratégias e procedimentos, por uma atitude de permanente autocrítica e por muito bom senso e que não se confunda com senso comum. Em tudo isso, ganham expressão os “pontos fortes” e as “fragilidades” da investigação qualitativa.” (Amado, 2013, p.421).

Os dados “qualitativos”, foram obtidos em conversas informais com os vários interlocutores locais como empresários, população e entidades oficiais. As conversas informais, decorreram sobretudo entre Janeiro a Dezembro de 2015.

Quanto aos dados “quantitativos”, estes obtiveram-se através da aplicação dum questionário aos turistas que visitaram os museus ou pernoitaram em hotéis, no concelho de Seia, com a finalidade de avaliar as várias perceções que estes possuem sobre o território e suas práticas turísticas.

Quase em simultâneo, aplicou-se um questionário à população do concelho de Seia, de forma a avaliar as várias perceções que tem sobre questões como o turismo e o seu desenvolvimento na sua área de vivência e o que pensam sobre a implementação dum novo segmento como o “ecoturismo”. A aplicação dos questionários realizou-se entre Maio de 2015 e Fevereiro de 2016.

O debate quantitativo-qualitativo nas ciências sociais é ainda um debate aberto. Segundo Minayo e Sanches (1993), alguns elementos de diferenciação entre as duas abordagens, em que a investigação quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem com campo de práticas e objetivos trazer à luz fenómenos, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenómenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. Estes autores consideram que, do ponto de vista metodológico, não há contradição assim como não há continuidade entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. Consideram ainda que, do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa não se torna “objetiva” e, portanto, “melhor”. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade de um determinado fenómeno. Em resumo, pode ser dito que ambas são de natureza diferenciada, não excludentes e podem ou não ser complementares uma à outra na compreensão de uma dada realidade. Se a relação entre elas não é de continuidade, tão-pouco elas se opõem ou se contradizem. Somente quando as duas abordagens são utilizadas dentro dos limites de suas especificidades é que podem dar uma contribuição efetiva para o conhecimento.

Do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. Nas sociedades atuais, a procura de informações que ajudem à construção de tomadas de decisão, é fundamental. A maior parte das vezes, essas informações são de carácter quantitativo, como os índices de inflação, taxa de desemprego, número de homens e mulheres, habilitações literárias. Mas, em todos estes exemplos, ter acesso à informação desejada seria impraticável sem se recorrer à seleção e análise, através de uma amostra.

A nível teórico, as amostras dividem-se em probabilistas ou não probabilistas.

As amostras probabilistas podem ser:

- Aleatórias simples (cada membro da população tem a mesma probabilidade de ser incluído);
- Sistemática (a população é colocada em ordem e certos números serão sorteados);
- Por área geográfica;
- Por clusters (cachos, conglomerados ou grupos). Neste caso a unidade não é um indivíduo, mas um grupo tal como escolas, empresas;
- Por estágios múltiplos (combinação dos tipos anteriores em etapas diferentes);
- Multifases (ao contrário da multiestágio trabalha-se sempre com a mesma unidade amostra). Com esta amostra, podem-se reduzir custos e permitir encontrar variáveis de estratificação;
- Ou seguir o método de Kish o qual é composto por uma tabela de números aleatórios para determinar quem deve ser integrado na amostra.

As amostras não probabilistas não trabalham com seleção aleatória, e dividem-se da seguinte maneira:

- Amostra intencional (aquela na qual os seus participantes serão escolhidos por experiência, conhecimento ou participação em determinado processo);
- Por tipicidade (subgrupos que representam a experiência usual de uma comunidade);
- Por quotas (estratificada não aleatória) onde o/a investigador/a é quem monta os conglomerados, segundo atributos escolhidos.

O tamanho de cada tipo de amostra deve obedecer a lógicas diferenciadas. Para isso, as amostras probabilistas são definidas a partir de cálculos matemáticos com o auxílio de um cálculo estatístico.

Para definir uma amostra, precisamos saber quantos indivíduos serão necessários e suficientes para realizar o estudo de um fato ou fenómeno.

Para o caso dos questionários a aplicar aos habitantes do concelho de Seia, seguimos o seguinte método:

- Numa população de 24 702 habitantes existentes no concelho de Seia (INE 2011), composta por 11 759 homens e 12 943 mulheres, para se poder extrair uma amostra representativa dessa população, à volta de 2%, calculou-se que se deveriam obter os seguintes valores, que o Quadro 18 expressa.

Quadro 19: Cálculo de valores para estudo da população local

SEXO	POPULAÇÃO	AMOSTRA (2%)
Masculino	11 759	235
Feminino	12 943	259
Total	24 702	494

Fonte: INE (2011): elaboração própria

Ressalva-se que os valores apresentados no Quadro 19 são meramente indicativos.

Constatou-se que, com o decorrer da investigação, ocorreram pequenos desvios percentuais, em virtude de condicionantes fora do alcance do investigador como, por exemplo, a maior disponibilidade dum dos géneros.

Exemplos desta técnica de amostragem aplicam-se em pesquisas eleitorais por região, cidades pequenas e grandes, área urbana e área rural, sexo, faixa etária, faixa de rendimento entre outras. As amostras não probabilistas, numa lógica de pesquisa qualitativa, obedecem ao princípio da “saturação”, isto é, para-se quando se esgotarem os contatos, os quais devem ser diversificados em termos de origem social, porque, como se sabe, os estudos qualitativos não estudam a generalização, mas o aprofundamento de processos e vivências. Para tal, entabularam-se conversações tanto com representantes do poder autárquico ligado ao setor da cultura e turismo, como com vários empresários ligados à hotelaria e restauração, assim como a vários habitantes do concelho de Seia, com vários níveis de habilitações literárias e etárias e residentes em

diferentes freguesias do concelho.

As amostras em múltiplos estágios que elaboramos, sobre a população local e visitantes, foram selecionadas de forma que fossem representativas, estatística e qualitativamente, no universo da qual foram extraídas. Sendo assim, fizeram-se duas amostras em múltiplos estágios, em que foi equacionado que mais de 494 inquéritos seriam suficientes para a amostra à população local para que a sua margem de erro tivesse um valor só de 5%, conforme nos indica o “Quadro Auxiliar Para Determinação dos Tamanhos das Amostras de H.Arkin e Colton, Tables of Statistics” (anexo I).

A informação oficial que usamos sobre a amostra à população foi extraída dos Censos da População de 2011 (resultados definitivos) do INE.

Quanto à amostra sobre os visitantes ao concelho de Seia, o seu cálculo baseou-se nos dados fornecidos pelo “Posto de Turismo de Seia” com referência ao ano de 2014 (anexo II).

O numero de visitantes registados foi de 3309, englobando tanto nacionais como estrangeiros, sendo que o valor indicativo para a nossa amostragem se baseou só no número de visitantes nacionais (2162).

Conforme o estabelecido no início da nossa investigação, tínhamos definido que só nos interessaria para esta investigação, as perceções construídas sobre esta região, de turistas nacionais, em virtude de se fazer um levantamento o mais exaustivo possível, do valor das perceções dos nacionais, muito pouco referenciadas cientificamente no que se refere a este território. As perceções sobre o território de visitantes estrangeiros, poderá ser fruto duma futura investigação que poderá acrescentar uma mais/valia, numa época na qual se discute a internalização do turismo português.

É preciso ressaltar que, houve uma dúzia de inquiridos que preencheram o questionário e que nós validamos, porque nasceram em países da comunidade lusófona, mas estavam naquela época a residir em Portugal por razões profissionais ou outras.

Seguindo igualmente, o “Quadro Auxiliar Para Determinação dos Tamanhos das Amostras de H.Arkin e Colton, Tables of Statistics” (anexo I), calculamos que seriam suficiente 345 inquiridos na amostra aos turistas, para obtermos também, uma margem de erro de apenas 5%.

3.1. Pesquisa e recolha bibliográfica para a construção da parte teórica e empírica da investigação

Uma visão holística levou-nos a pesquisar o estado da arte, dentro de quatro grandes áreas: ambiental/educacional; social/económica; ecológica e turística.

A pesquisa implicou uma comparação entre vários exemplos de ecoturismos já no terreno para calibrar a eficácia e a escala de impacto de estratégias de gestão, a fim de se fazer, uma lista de critérios que poderão ser quantitativamente mensuráveis.

A seleção das leituras obedeceu a uma série de critérios, como a ligação à pergunta de partida, e uma atenção especial, à dimensão razoável de procura de textos, de maneira a evitar uma so-

brecarga de leituras e privilegiar interpretações e análises que incluíssem abordagens diversificadas para a investigação de maneira que não fossem apenas meras descrições.

Com a recolha bibliográfica fez-se um balanço dos conhecimentos relativos à questão de partida. Após a determinação destes critérios, foi possível uma comparação, entre o que já foi feito no território investigado e o que se poderá fazer numa abordagem como a ecoturista.

A bibliografia consultada sobre o “Ecoturismo” levou-nos para campos ambientais /educacionais, que indicaram que este tipo de turismo incentiva os viajantes a comportarem-se de uma forma ambiental responsável, dando como exemplo: os operadores deste segmento turístico, ao oferecerem informações e conselhos relevantes, sobre como os viajantes podem minimizar o seu impacto sobre o território a visitar, bem como a forma como podem contribuir para a proteção dos ecossistemas frágeis, vão proporcionar aos viajantes a oportunidade de participar em projetos de conservação/preservação e uma maior consciência / preocupação em relação às questões ambientais e práticas ambientais responsáveis.

De igual modo, ao informar-se os viajantes sobre a cultura e hábitos de população local, irá evitar o conflito ou ofensas que possam existir, entre as interações dos locais e os viajantes, que podem ser causados por equívocos ou falta de informação.

Também na literatura consultada, verificou-se o nível sócio/económico que o “Ecoturismo” pode ter no que respeita ao envolvimento da comunidade local em aspetos de planeamento, tomadas de decisão e gestão, que incentivem o desenvolvimento de competências dos residentes, sobretudo em áreas protegidas.

O “Ecoturismo”, ao empregar a população local e sempre que possível pagando salários justos, evita a exploração e beneficia a economia local, impedindo a saída de receitas produzidas através deste segmento turístico.

Efetuamos também recolhas bibliográficas sobre abordagens ao turismo sustentável e ecoturismo em Portugal, para que se pudesse compreender melhor a situação nacional deste segmento turístico, tentando ao mesmo tempo, perceber a importância que o turismo tem à escala internacional e em particular no contexto nacional, através dos seus conceitos e dos seus impactos na economia dos territórios. Dando particular atenção ao segmento específico que nos propomos investigar nesta dissertação: o ecoturismo num parque natural português.

3.2. Dados Qualitativos

É sobretudo no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem/qualitativa. A compreensão das relações e atividades humanas com os significados que as animam são radicalmente diferentes do agrupamento dos fenómenos, sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas experimentações e pela descoberta de leis que ordenam o social. Esta abordagem realiza uma aproximação com a intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações se tornam significativas.

Como forma de complementar à pesquisa, efetuaram-se entrevistas exploratórias aos vários interlocutores locais como empresários, população e entidades oficiais, para ajudar à constru-

ção dum investigação mais conclusiva.

Através das entrevistas pretendeu-se descobrir aspetos a ter em conta para um alargamento ou retificação do campo investigado nas leituras. Para tal, as entrevistas necessitaram decorrer de uma forma aberta e flexível, para que levassem a encontrar caminhos de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho e não só verificações preestabelecidas.

3.2.1. Observação Indireta

Por meio do método de observação, seja ela direta ou indireta, os comportamentos podem ser melhor aprendidos no seu ambiente natural, sendo necessário, para que tal aconteça, que a observação seja a mais discreta possível, para que os comportamentos observados sejam os mais espontâneos. Os comportamentos humanos quando são observados no seu cenário natural proporcionam resultados mais ricos e fidedignos.

Na recolha dos questionários feita aos turistas, existiu quase sempre em simultâneo, uma recolha de opiniões informais (observação indireta), com os vários interlocutores, tanto a turistas como aos que faziam a sua distribuição/receção (empresários, rececionistas hoteleiros, funcionários autárquicos) questionando-os sobre o que achavam sobre o desenvolvimento turístico no concelho de Seia assim como, a hipótese de desenvolvimento dum segmento turístico novo como o Ecoturismo naquele território.

É preciso sublinhar, que segundo o site do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ¹⁶, não existe naquele território nenhum empreendimento ecoturístico certificado.

Optamos por uma observação indireta, por ser um método no qual, segundo Quivy et Campehoudt, (1995), o investigador dirige-se ao sujeito para obter mais informação e ao responder às perguntas este também intervém na produção da informação. A informação não é recolhida de forma direta, sendo, portanto, menos objetiva. Na realidade, há aqui dois intermediários entre a informação procurada e a informação obtida: o sujeito, a quem o investigador pede que responda, e o instrumento constituído pelas perguntas a colocar. Estas são duas fontes de deformações e erros que será preciso controlar para que a informação obtida não seja falseada, de modo voluntário, ou não.

Por isso, tentou-se que as pessoas interrogadas se exprimissem de forma o mais livre possível acerca dos temas sugeridos dentro de um número restrito de perguntas amplas, para obter um maior campo aberto de respostas diferentes daquelas que o investigador teria podido prever no seu trabalho de construção.

As perguntas ficaram abertas e não induziram as respostas nem as relações que pudessem existir entre elas de maneira a retirar a informação mais aproximada do que os intervenientes sentem sobre o turismo e o aparecimento dum novo segmento turístico (ecoturismo) naquele território. Sempre em atenção, para que não houvesse demasiados formalismos que pudessem

levar a comportamentos condicionados por parte dos vários intervenientes.

Por opção do investigador, não foram gravadas as entrevistas com os vários atores participantes, para não formalizar demasiado os contatos e inibir os respondentes, optando-se por apontar, no seu caderno de trabalho de campo, as várias conversas com os participantes, das quais se fará um breve relato na análise às entrevistas.

As entrevistas informais, servem para obter informações que podem ocorrer em todos os ambientes e ocasiões.

O que se deve levar sempre que se faz uma abordagem destas?

- um pequeno caderno de anotações e uma caneta.

De qualquer maneira convém ter em mente, perguntas mais ao menos adequadas ao objeto do estudo. No nosso caso, as perguntas foram as mesmas, tanto para as entidades oficiais e empresariais, como à população local:

- A trajetória do turismo naquele território?
- Quais as ideias-chave que deverão definir o turismo naquele território no futuro?
- O que pensavam sobre o “Ecoturismo”?

3.3. Dados Quantitativos

Foi realizada uma extensa e aprofundada pesquisa, seleção e análise da literatura existente para tratamento dos resultados das duas amostras desenvolvidas entre 2015 e 2016, que envolveram 780 inquiridos (turistas e população local) com idades compreendidas entre 24 e mais de 65 anos.

Por norma, a perceção das paisagens é descrita pelas respostas dos visitantes através de questionários, o que torna difícil descrever a variação espacial e do fator de perceção da paisagem. Para superar esta dificuldade, existe na atualidade um modelo de análise que vai ao encontro dum bom planeamento ecoturístico, num de determinado território.

Na aplicação dos questionários, aos turistas nacionais e à população do concelho de Seia, utilizamos o método da amostragem aleatória estratificada.

Quando existe uma população heterogénea não se deve usar uma amostra aleatória simples, devido à baixa precisão das estimativas obtidas. A melhor maneira de obter uma amostragem representativa, sem vieses, é selecionar os participantes da população de uma forma aleatória. A amostra aleatória garante que todos os membros da população têm a mesma possibilidade de serem seleccionados. Assim, a oportunidade de que apenas determinadas pessoas, por exemplo, os que ganham salário mais baixo (ou outras) seriam selecionadas, seria mínima em termos estatísticos. Contudo, obter uma amostragem representativa não é simples. Muita atenção tem sido dispensada à questão da validade das generalizações que os investigadores fazem em relação aos comportamentos humanos. Essa questão torna-se ainda mais importante quando o investigador deseja generalizar através do género ou etnia.

Na amostragem aleatória simples, qualquer membro da população tem oportunidade igual de ser selecionado para a amostra. Por exemplo, se a população de uma cidade é de 2 milhões de habitantes, cada membro tem uma probabilidade de 1 em 2 milhões de ser selecionado.

A amostragem aleatória simples é ideal em alguns casos, pois é a maneira menos enviesada de se selecionar os participantes.

Mas, a amostragem aleatória simples nem sempre garante que a amostra selecionada seja de fato representativa. Por exemplo, suponhamos que o investigador está interessado em estudar a população duma cidade hipotética e sabe que a composição étnica local é de 75% de caucasianos, 10% de afro-americanos, 10% hispânicos e 5% de asiáticos. Pelo uso da genuína amostragem aleatória simples, os asiáticos teriam menor oportunidade de serem selecionados para o estudo, enquanto os caucasianos têm maior oportunidade de seleção. Portanto, o investigador que quisesse fazer uma amostra de 200 pessoas, teria uma grande probabilidade de que a amostra contivesse uma grande maioria de participantes do primeiro grupo.

Sendo assim, o que um investigador deve fazer?

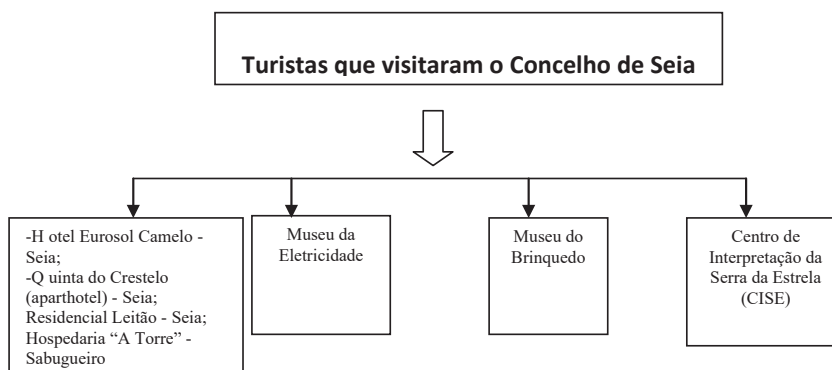
- Deve optar por uma amostragem estratificada, a qual assegura que a amostra coincida com a população com determinadas características, como gênero, etnia ou qualquer outro fator que seja conhecido sobre a população. No exemplo dado, conhecendo-se a composição da cidade, dever-se-ia selecionar os participantes aleatoriamente, de cada camada étnica, até ter uma amostra que refletisse a população. Por exemplo, seriam selecionadas de forma aleatória 159 caucasianos, 20 afro-americanos, 20 hispânicos e 10 asiáticos, totalizando uma amostra de 200 pessoas, com cada grupo étnico representativo proporcionalmente.

Para colmatar esta situação nesta investigação dividiu-se a população em subpopulações de forma que, dentro dessas subpopulações, houvesse homogeneidade, sendo cada subpopulação um estrato. Na prática, a população pode já apresentar-se estratificada, ou então depender da estratificação a ser realizada. Utilizaram-se, para isso, critérios baseados nos conhecimentos que o investigador tinha sobre a população adquirido num anterior estudo, durante o mestrado.

Como a população se divide em subconjuntos, convém que o sorteio dos elementos leve em consideração tais divisões, para que os elementos da amostra sejam proporcionais ao número de elementos desses subconjuntos.

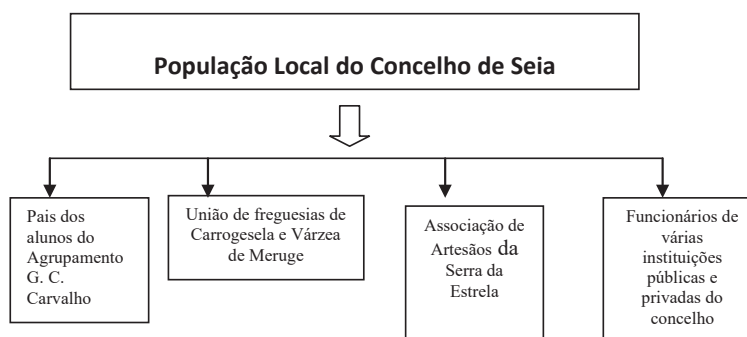
Na investigação, elaboramos uma divisão de subconjuntos, conforme os Quadros 20 e 21:

Quadro 20: Subconjuntos Turistas



Fonte: elaboração própria

Quadro 21: Subconjuntos população local



Fonte: elaboração própria

Como já se afirmou, estes subconjuntos foram elaborados de maneira a representar, o mais aproximado possível, as perceções sobre turismo e ecoturismo no concelho de Seia. Por isso, em relação aos turistas, era necessário dividi-los em dois grupos: aqueles que pernoitam ou tomem as suas refeições (hotéis) e aqueles que visitem o concelho e as suas infraestruturas culturais mais relevantes (museus, centro de interpretação).

Já quanto à população local era necessário ter vários pontos de recolha de questionários, para uma melhor representação das várias classes sociais, etárias e profissionais. Para isso, contactamos um agrupamento de escolas, onde poderíamos ter uma boa amostra, tanto em quantidade como qualidade da população local (pais, professores, pessoal auxiliar) e, para não haver um enviesamento de dados, contactamos outros locais para aplicação do questionário, nomeadamente: uma junta de freguesia rural, onde as características dos inquiridos seriam diferentes das escolas e pela mesma razão uma associação de artesãos e várias instituições públicas e privadas. Tivemos também o cuidado, como se verá no Capítulo 4 (Análise dos dados empíricos), de cruzar variáveis que nos transmitissem uma variância sistemática, isto é, a diferença observada nos dados da variável dependente em decorrência da articulação da variável independente. Na verdade, é esta a razão para a condução da investigação. Para que tal aconteça, o investigador deverá articular a variável independente e esperar que essa articulação cause uma mudança na medida da variável dependente. Uma variação sistemática é a desejada, já que revela que a variável independente teve um efeito. Tivemos também o cuidado de controlar a variância

secundária e de erro, para que se pudessem controlar os efeitos indesejados, que afetariam a capacidade do investigador de tirar conclusões sobre os resultados que resultam de fatores externos que, muitas vezes, são difíceis de reconhecer ou controlar.

Para a recolha de informação, tanto junto dos turistas como da população local, optámos por dois questionários:

- “Turistas” (anexo III);
- “População Local” (anexo IV).

O questionário pode ser definido como, “uma interrogação particular acerca de uma situação, englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar” (Ghiglione e Matalon, 1992, p.2). Para estes autores, trata-se de um instrumento estandardizado, tanto na redação que deve ser dada às questões como na ordem pela qual são colocadas. Quanto às vantagens desta técnica, prendem-se com a forma simples de se aplicar, podendo ser realizado em praticamente qualquer lugar, não implicando gastos excessivos, nem sendo necessários aparelhos complicados.

No sentido de garantir a comparabilidade das respostas dadas por todos os indivíduos, é indispensável assegurar a equidade nas condições em que é aplicado, ou seja, o mesmo tipo de abordagem deve ser aplicado a cada pessoa, sem adaptações nem explicações suplementares resultantes da iniciativa do investigador.

Na nossa investigação, foi assegurado a todos os participantes que os dados recolhidos seriam apenas utilizados neste trabalho e seriam respeitadas todas as normas éticas e deontológicas, quer no tratamento estatístico, quer na apresentação final dos resultados, no que se refere ao sigilo e à confidencialidade de todas as informações disponibilizadas.

Como tínhamos delineado (ver quadro nº 20), deveríamos aplicar os questionários à população local, num agrupamento de escolas, onde iríamos ter um leque variado e grande da população daquele território, através de pais, professores e funcionários auxiliares. Assim, contactámos o “Agrupamento de Escola Guilherme Correia de Carvalho” por ser um agrupamento que nos proporcionava um número razoável de escolas, com uma dispersão territorial adequada, tanto no meio rural como na área citadina do concelho e ainda porque no passado já tínhamos afe-rido através da aplicação de questionários na dissertação do nosso mestrado, tendo obtido um bom resultado no número de questionários válidos.

Em consequência de se ter que realizar em meio escolar a aplicação dos questionários, houve que pedir autorização prévia da tutela, cujos procedimentos estão discriminados na página eletrónica da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, os quais foram integralmente acatados na realização desta investigação (ver anexo V e VI).

A investigação, através de questionários (turistas e locais) começou, por uma aplicação de pré-testes, no início de fevereiro de 2015, a alguns turistas que demonstraram disponibilidade para o seu preenchimento, em vários pontos de Seia, assim como, por uma amostragem aleatória

a alguns habitantes dos lugares de Maceira e Santiago em Seia , que demonstraram estarem recetivos ao seu preenchimento.

Só depois dum feedback positivo dos pré-testes e algumas correções, se partiu para a distribuição dos questionários, no final do mês de março de 2015, até meados do mês de março de 2016 para os questionários aos “Turistas”, e no início de maio 2015 a meados de março de 2016, para o questionário aos “Locais”.

As perguntas foram redigidas numa linguagem acessível ao nível do público-alvo (tanto aos turistas como aos locais), para que as explicações orais fossem reduzidas ao máximo.

A aplicação dos questionários foi feita em contextos variados:

I - Os questionários aos turistas nacionais começaram a ser distribuídos a nível de hotelaria, no final de março 2015, em vários pontos do concelho de Seia. Começando cronologicamente a ser distribuídos no concelho de Seia pelo “Hotel Eurosol Camelo”, “Complexo Turístico do Crestelo (Aparthotel)”, “Residencial Leitão” e, à posteriori, na hospedaria “A Torre”, no Sabugueiro.

No final de maio 2015, depois da autorização superior por parte da vereação do pelouro da Cultura da Câmara de Seia (ver anexo VII), foram distribuídos questionários pelo “Museu da Eletricidade” na Nossa Senhora do Desterro, “Museu do Brinquedo”, em Seia, e no “Centro de Interpretação de Serra da Estrela, em Seia” (CISE).

A recolha dos questionários preenchidos foi feita pelo investigador, pelo menos uma vez por mês, sendo validados 333 questionários na amostra feita aos turistas;

II – Os questionários à população local começaram a ser aplicados pelo investigador no início de maio 2015, até meados de março de 2016. Para a sua concretização, o investigador deslocou-se desde maio/2015 a março/2016 ao concelho de Seia, uma vez por mês, normalmente às sextas-feiras.

Começaram-se por aplicar os questionários na sede da “Associação de Artesãos da Serra da Estrela”, nomeadamente aos seus funcionários e aos formandos dos vários cursos administrados naquela associação.

Depois duma autorização por parte do Presidente da “União de freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge”, começou-se igualmente a aplicar os questionários à população residente nessa união de freguesias.

No princípio do mês de junho de 2015, começou-se a distribuição dos questionários pelas “Escolas do Agrupamento de Escolas Guilherme C. Carvalho” em Seia, nomeadamente na “Escola EB I Torrozelos”, “São Romão”, “Seia” e “Sandomil”, sendo validados 453 questionários na amostra à população local.

De seguida, para o tratamento dos questionários válidos, quer à população local como aos turistas, socorremo-nos duma ferramenta informática muito utilizada em Ciências Sociais, tanto a

nível internacional como a nível nacional, chamada Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

3.3.1. Software utilizado “IBM Statistical Package for Social Sciences (SPSS)” no tratamento dos dados fornecidos pelos questionários (Turistas e Locais)

A “IBM SPSS” é uma ferramenta para análise estatística de dados, muito utilizada em Ciências Sociais. O conjunto de dados SPSS tem uma estrutura de tabela bidimensional, onde as linhas representam casos (como indivíduos ou agregados familiares) e as colunas representam medições (tais como idade, sexo ou renda familiar).

Começou-se por construir um ficheiro de dados de qualidade, como um passo imprescindível para que o mesmo funciona-se como uma base sólida para o momento seguinte: análise dos dados (ver anexos VIII e IX “Codebook Locais” e “Codebook Turistas”)

Quanto mais completo e descritivo estiver o ficheiro de dados, mais fácil se tornará o raciocínio do investigador no delineamento da sua estratégia analítica e mais facilitada será a leitura dos resultados obtidos no Output. Apesar de grande cuidados por parte do investigador, nos ficheiros de dados surgiram erros ou inconsistências que tiveram de ser corrigidas antes de se avançar para uma análise dos dados. Por outras palavras, a deteção e correção de erros e incongruências no ficheiro de dados é fundamental para que os resultados obtidos sejam de qualidade e confiança “independente de irem ou não ao encontro das hipóteses da investigação formulada”. (Martins, 2011, p.42).

Este instrumento de análise de dados é composto por:

Output – que é o documento produzido automaticamente pelo “IBM SPSS” e onde estão representados os resultados das análises estatísticas efetuadas no ficheiro de dados (recorrendo ao menu Analyze);

Syntax - é o documento que apresenta, sob forma de programação, as análises que se fez a partir do menu “Analyze”. Trata-se, portanto, de um documento intermédio entre o pedido de análise que fizemos no “Analyze” e o “Output”, onde irão surgir os respetivos resultados. O capítulo da “Análise Exploratória de Dados” consistiu num conjunto de procedimentos estatísticos que nos permitissem examinar se variáveis intervalares que, à partida, são adequadas para estatística paramétrica, se o são de fato. Foi nesta fase que analisámos os três pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos: escala de medida da(s) variáveis(eis) dependente(s); normalidade da(s) distribuição(ões) e homogeneidade das variâncias.

Num mundo ideal, todas as hipóteses de investigação seriam confirmadas como uma probabilidade de $p < .001$. Uma vez mais, isto só acontece no mundo ideal. Na vida real, tal não acontece, o que é habitualmente motivo de grande preocupação e angústia para os investigadores. Para

todos os que se revêm nestas afirmações, aqui ficam umas palavras que se pretendem tranquilizadoras: uma investigação vale pela sua robustez metodológica e não pelo fato de confirmar todas as hipóteses da investigação.

Por outras palavras, não é a quantidade de resultados estatísticos significativos que dita a qualidade de um estudo. É sim, a qualidade das suas hipótese de investigação e a respetiva adequação ao enquadramento teórico, é o rigor com que foram selecionados os instrumentos e procedimentos de avaliação, é a seriedade com que foram recolhidos os dados, é o cuidado com que foi construída a base de dados, é a segurança e a precisão na tomada de decisão no que toca à análise dos dados, é a redação clara e rigorosa dos resultados obtidos, sejam estes significativos ou não, é a postura ética dos investigadores ao longo de todos os passos do processo de investigação científica.

Claro que quando partimos para uma investigação, estamos com esperança “saudável” de ver confirmadas todas as hipóteses e, desse modo, trazer importantes contribuições para o domínio da investigação em causa. É esta esperança e crença que move os investigadores, em especial, os principiantes. No entanto, com a maturidade científica e experiência vem o realismo. Na maioria dos estudos, não vamos encontrar resultados significativos. “Ainda assim, estaremos a dar um contributo à ciência” (Martins, 2011, pp.243-244)

Através desta ferramenta, efetuaram-se várias estatísticas descritivas simples ou cruzadas entre algumas variáveis que achamos mais pertinentes para a investigação, usando de igual forma a “Tabela de Likert”, para análise do agrupamento de questões em vários itens dos questionários.

3.3.2. Agrupamento de Escolas (amostra à população local)

O Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho (AEGCC). Criado no final do ano letivo 2010/2011, em 1 de agosto de 2011; possui uma estrutura vertical abrangendo estabelecimentos de ensino do pré-escolar ao 3.º ciclo.

Foi o escolhido para a nossa amostragem devido a juntar várias escolas, não só no núcleo central do concelho, mas também em algumas freguesias mais distantes, abrangendo assim, um leque maior e diferenciado de questionados com densidades populacionais diferenciadas.

O Agrupamento é constituído pela Escola EB 2,3 Dr. Guilherme Correia de Carvalho, “Escola Sede”, onde funciona o 2.º e 3.º ciclo; a Escola Dr. Reis Leitão, que inclui todos os níveis de ensino.

As Escolas Básicas de Seia (CES), de São Romão (CESR), de Vide e de Torrozelos integram o pré-escolar e o 1.º Ciclo. Na localidade de Sandomil, o pré-escolar e o 1.º Ciclo funcionam em edifícios separados.

Por uma questão de operacionalidade foi acordado com o diretor do agrupamento, que só seriam realizadas amostras em quatro estabelecimentos do agrupamento:

Centro Escolar de Seia (CES)

O Centro Escolar de Seia, é um edifício novo no qual, no 1º Ciclo frequentaram 272 alunos no ano letivo 2014/2015 e, nas três salas para a Educação Pré-Escolar, 63 alunos. Existe ainda uma sala mais uma área espaçosa, para as atividades extracurriculares, (Figura 11).



Figura 11: Centro Escolar de Seia. **Fonte:** elaboração própria

A densidade populacional desta freguesia da área pedagógica do agrupamento é de 320,8 (habitantes/Km²) (Quadro 21):

Quadro 22 – População Residente na área do CES – elaboração própria

FREGUESIA	ÁREA/Km ²	POPULAÇÃO RESIDENTE		TOTAL	DENSIDADE POPULACIONAL (Hab/Km ²)
		Homens	Mulheres		
Seia	19,77	2.993	3.349	6.342	320,8

Fonte: INE 2011

Centro Escolar de São Romão (CESR)

O Centro Escolar de São Romão, no concelho de Seia, foi requalificado recentemente e ampliado, ficando este equipamento com oito salas para o 1º Ciclo (118 alunos) e duas para a Educação Pré-Escolar (45 alunos), no ano letivo 2014/2015 (Figura 12).



Figura 12: Centro Escolar de São Romão. **Fonte:** Elaboração própria

A densidade populacional desta freguesia da área pedagógica do agrupamento é de 153,1 (habitantes/Km²) (Quadro 22):

Quadro 23 – População Residente na área do CESR – elaboração própria

FREGUESIA	ÁREA/Km ²	POPULAÇÃO RESIDENTE		TOTAL	DENSIDADE POPULACIONAL (Hab/Km ²)
		Homens	Mulheres		
São Romão	17,92	1.324	1.419	2.743	153,1

Fonte: INE 2011

Escola de Torrozel

A escola de Torrozel, no concelho de Seia, é composta por Pré-Escolar e 1º Ciclo. É um edifício já com alguns anos, mas em razoável estado de conservação e algum equipamento moderno, possuindo ainda um logradouro com uma área considerável.

É composto por duas salas de aulas para o 1º Ciclo, uma para o 1º e 2º anos (11 alunos) e ainda uma sala para a Educação Pré-Escolar (6 alunos) no ano letivo (2014/2015) (Figura 13).



Figura 13: Escola de Torrozel. Fonte: Elaboração própria

A densidade populacional desta freguesia da área pedagógica do agrupamento é de 96,8 (habitantes/Km²) (Quadro 23):

Quadro 24 – População Residente na área da escola de Torrozel – elaboração própria

FREGUESIA	ÁREA/Km ²	POPULAÇÃO RESIDENTE		TOTAL	DENSIDADE POPULACIONAL (Hab/Km ²)
		Homens	Mulheres		
Torrozel	4,97	228	253	481	96,8

Fonte: INE 2011

Escola de Sandomil

A escola de Sandomil, no concelho de Seia, é composta por dois edifícios já com alguma idade, mas que foram remodelados. Ambos possuem logradouros com alguma área considerável e uma biblioteca.

Um dos edifícios é para a Pré-Escolar (9 alunos) e um outro para o 1º Ciclo também com 9 alunos no ano (2014/2015) (Figura 14).



Figura 14: Escola de Sandomil. Fonte: Elaboração própria.

A densidade populacional desta freguesia da área pedagógica do AEGCC é de 64,2 (habitantes/Km²) (Quadro 24):

Quadro 25 – População Residente na área da escola de Sandomil – elaboração própria

FREGUESIA	ÁREA/Km ²	POPULAÇÃO RESIDENTE Homens	Mulheres	TOTAL	DENSIDADE POPULACIONAL (Hab/Km ²)
Sandomil	14,28	433	484	917	64,2

Fonte: INE 2011

3.3.3. União de freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge (amostra à população local)

Esta união de freguesias (Figura 15) pode-se descrever da seguinte forma:

- **Carragosela** a componente artesanal é a referência principal desta aldeia do concelho de

Seia, onde todo se destaca o artesanato local, com as rendas e bordados regionais, a alfaiataria e a confeção artesanal do queijo da serra;

- **Várzea de Meruge** está localizada perto da margem direita do rio Mondego, a 12 Km da sede do concelho e tem por vizinhas as aldeias de Folhadosa (3 Km), Torrozelos (4 Km), Carragozela (3 Km), Santa Eulália (3 Km), Meruge (2 Km - concelho de Oliveira do Hospital). Possui, entre outros valores de interesse cultural, azenhas para moagens e indústria de laticínios.



Figura 15: União de freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge. **Fonte:** Elaboração própria

A densidade populacional da freguesia de Carragozela é de 93,8 (habitantes/Km²) (Quadro 25):

Quadro 26 – População Residente na área de Carragozela – elaboração própria

FREGUESIA	ÁREA/Km ²	POPULAÇÃO RESIDENTE		TOTAL	DENSIDADE POPULACIONAL (Hab/Km ²)
		Homens	Mulheres		
Carragozela	4,05	172	208	380	93,8

Fonte: INE 2011

A densidade populacional da freguesia de Várzea de Meruge é de 42,2 (habitantes/Km²) (Quadro 26).

Quadro 27 – População Residente na área de Várzea de Meruge – elaboração própria

FREGUESIA	ÁREA/Km ²	POPULAÇÃO RESIDENTE		TOTAL	DENSIDADE POPULACIONAL (Hab/Km ²)
		Homens	Mulheres		
V.de Meruge	5,90	122	127	249	42,2

Fonte: INE 2011

3.3.4. - Associação de Artesãos da Serra da Estrela (amostra à população local)

A.A. S. E (Associação de Artesãos da Serra da Estrela) foi criada em 1992 por iniciativa de um pequeno grupo de artesãos do concelho de Seia. Pretendia-se na altura identificar e organizar a capacidade de oferta dos artesãos do concelho. Dada a dinâmica que rapidamente a A.A.S.E. criou quer na organização de participações conjuntas em feiras internacionais, quer na promoção dos seus artesãos e das suas produções rapidamente se transformou em associação de cariz regional da Serra da Estrela, viragem caracterizada pelo Presidente da Direção no seguinte comentário. “Não era possível virar as costas a tantos colegas que não conseguiam dar o passo que nós demos.” A A.A.S.E. é neste momento a Associação representante da Federação Portuguesa de Artes e Ofícios para a Região Centro. Passam pela Associação de Artesãos todos os processos de candidatura à Carta de Unidade Produtiva Artesanal localizada na Região Centro. “A associação é responsável desde 1993 pela realização anual da Mostra de Atividades Artesanais da Serra da Estrela”, que pretende agora ver transformada num evento de nível nacional. A Associação de Artesãos tem sede em Seia, possuindo já uma funcionária a tempo inteiro que permite à Associação ter um horário de atendimento das 14h às 18h, de Segunda a Sexta-Feira. Conta atualmente com cerca de 300 associados, dos quais mais de meia centena já apresentou os seus processos para o reconhecimento de Artesão/ U.P.A. As atividades da Associação são comunicadas a todos os sócios com uma regularidade mensal, assim como lhes é transmitida informação sobre nova legislação, da organização de feira e mostras e também informações da própria associação¹⁷. (Figura 16)



Figura 16: Associação de Artesãos da Serra da Estrela. **Fonte:** Construção de imagem do autor

3.3.5. Indústria hoteleira (amostra aos turistas)

De vários estabelecimentos hoteleiros contactados previamente no concelho, foram só os quatro abaixo descritos, que se disponibilizaram para a aplicação dos questionários aos turistas.

1 - Hotel Eurosol Camelo (Seia)

*O Hotel Eurosol Seia Camelo disponibiliza 79 quartos incluindo cinco suítes, com casa de banho completa, Ar condicionado e aquecimento central, TV – LCD e telefone com ligação direta à linha exterior, Minibar nas suítes.*¹⁸ (Figura 17)



Figura 17: Hotel Eurosol Camelo – Seia. **Fonte:** Construção de imagem do autor

2 - Complexo Turístico do Crestelo (Seia)

A Quinta do Crestelo está integrada numa quinta de 22 hectares, num vale verdejante no sopé da Serra da Estrela (Lado Norte)”. O próprio símbolo do aparthotel reflete o contexto em ambiente natural, mantendo a traça original da antiga quinta agrícola que deu origem ao que hoje se apresenta: um espaço com história, repleto de tradição, com autenticidade e uma variedade de fauna e flora autóctones.

O Aparthotel é composto por 5 T2, 17 T1 e 7 TO. Estão todos equipados por kitchenette, televisão, telefone, aquecimento central/ar condicionado e estão devidamente equipados.

Os apartamentos estão equipados:

*Kitchenette, Micro-ondas, Placa, míni frigorífico, Louça de cozinha, Lareira, Aquecimento central, Ar condicionado, Televisão Cabo, Telefone, Secador de cabelo, Instalações preparadas para acessibilidade condicionada, Internet Wireless (serviço gratuito), Limpeza de Apartamentos.*¹⁹ (Figura 18)

¹⁸ Fonte: Website: <http://www.eurosol.pt>

¹⁹ Fonte: Website: <http://www.quintadocrestelo.pt/>



Figura 18: Complexo Turístico do Crestelo (Aparthotel) – Seia. **Fonte:** Elaboração própria

3 - Residencial Leitão (Seia)

Os alojamentos de custo controlado dispõem de várias tipologias de acomodações: quartos duplos, triplos e suítes. Todos eles têm à disposição dos nossos hóspedes, casa de banho privativa, climatização e televisão com receção digital via satélite. O número de quartos são 11.²⁰ (Figura 19)



Figura 19: Residencial Leitão (Alojamentos) – Seia. **Fonte:** Elaboração própria

4 - Hospedaria “A Torre” (Sabugueiro)

Uma unidade de qualidade no centro da rua principal. A hospedaria possui quartos com casa de banho privativa, aquecimento, TV, chão e teto forrados em madeira. Dispõe também de uma acolhedora sala de estar com TV e ar condicionado. O pequeno-almoço inclui produtos regionais. No rés-do-chão existe um estabelecimento comercial especializado em vestuário de vários tipos de pele assim como, outros produtos em pele. Além disso dispõe de um pequeno bar, artesanato e produtos regionais como queijo da serra, presuntos e enchidos. O número de quartos são 4.²¹ (Figura 20)

20 **Fonte:** Website: www.residencial-leitao.com

21 **Fonte:** http://www.sabugueiro.pt/hotel_detalhe.php?id=7



Figura 20: Hospedaria “A Torre” – Sabugueiro. Fonte: Cedência de imagem pela hospedaria

3.3.6. Instituições da Autarquia de Seia (amostra aos turistas)

Após uma reunião com a Exm.^a Senhora vereadora da cultura da Câmara de Seia, chegou-se a uma solução operacional para aplicação dos questionários aos turistas em instituições daquela autarquia, sendo disponibilizados três locais;

- Centro de Interpretação de Seia (CISE);
- Museu do Brinquedo;
- Museu da Eletricidade.

O Posto de Turismo no centro da cidade, ficou excluído, devido ao fato de não ser o local ideal para a aplicação do questionário – é um lugar onde os turistas passam muito rapidamente, apenas para receberem informações.

Nos os outros locais, pelo contrário, os turistas ficam mais tempo, logo poderiam ter disponibilidade para preencher os questionários.

I - Centro de Interpretação de Seia (CISE)

Situado na quinta do Carvalho, no centro da cidade de Seia, o Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) apresenta um conjunto de equipamentos didáticos e científicos numa área ambiental com cerca de três hectares. Focalizado na descoberta da Serra da Estrela, o CISE exhibe uma exposição permanente e interativa, onde é possível viajar por toda a Serra da Estrela. A própria quinta do Carvalho, com a sua biodiversidade e percurso pedagógico ambiental convidam a momentos de lazer, por entre azevinhos, medronheiros, carvalhos e cedros. A área científica é composta por um centro documental, uma sala de Sistema de Informação Geográfica, laboratórios de geologia, arqueologia, fauna e flora, fotografia e um banco de sementes, que complementam a estrutura, potenciando o desenvolvimento de programas científicos e de educação ambiental. Promovem-se ainda, durante todo o ano, saídas de campo e exposições temáticas de caráter temporário e permanente.²² (Figura 21).



Figura 21: “Centro de Interpretação de Seia” – Seia. **Fonte:** Elaboração própria

2 - Museu do Brinquedo – Seia

O Museu do Brinquedo de Seia apresenta uma coletânea de cerca de 8000 brinquedos de Portugal e do mundo, do passado ao presente e assim, serve como uma lembrança da nossa infância e de como crescemos como indivíduos e comunidades transformando-nos na sociedade atual. Este nasceu, não com a pretensão de reunir a melhor coleção de brinquedos, mas sim com o objetivo de popularizar o seu conhecimento entre o grande público e muito especialmente entre as jovens gerações, relembrando a todos aqueles que o visitam, que os brinquedos, além de serem fonte de alegria são, também, um elemento valioso para o pleno desenvolvimento da criança. ²³ (Figura 22).



Figura 22: “Museu do Brinquedo” – Seia. **Fonte:** Elaboração própria

3 - Museu da Eletricidade – Seia

O Município de Seia inaugurou a 11 de Abril de 2011 o **Museu Natural da Eletricidade**, espaço museológico que nasce a partir da centenária Central da Senhora do Desterro, e que pretende divulgar o património tecnológico, natural, social e cultural que lhe está associado. Localizado na Senhora do Desterro, o Museu Natural da Eletricidade transporta-nos até 1907, ano em que se iniciou a construção do primeiro, dos quatro existentes sobre o rio Alva, aproveitamento hídrico (Central da Senhora do Desterro) a ser instalado pela Empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela (EHSE), hoje EDP. Tal feito permitiu que a 23 de Dezembro de 1909 a energia elétrica chegasse a Seia pela primeira vez. Antecessora daquilo que são hoje os serviços da EDP, pelo processo de nacionalização que decorreu em 1975, a EHSE foi um marco no desenvolvimento da região. Estes acontecimentos foram de grande relevo para o concelho e marcaram o início de uma era de parcerias que o Município de Seia viria a estabelecer com a EDP. Uma dessas parcerias é a utilização e fruição de cerca de 140 ha de terreno, área designada por Mata do Desterro que conflui com o Museu Natural da Eletricidade.²⁴ (Figura 23)



Figura 23: “Museu Natural da Eletricidade” – Nossa Senhora do Desterro. **Fonte:** Elaboração própria

Capítulo IV

Resultados e análise dos questionários e entrevistas

4.1. Amostra à população do concelho de Seia

4.1.1. Respondentes por local de recolha do questionário.

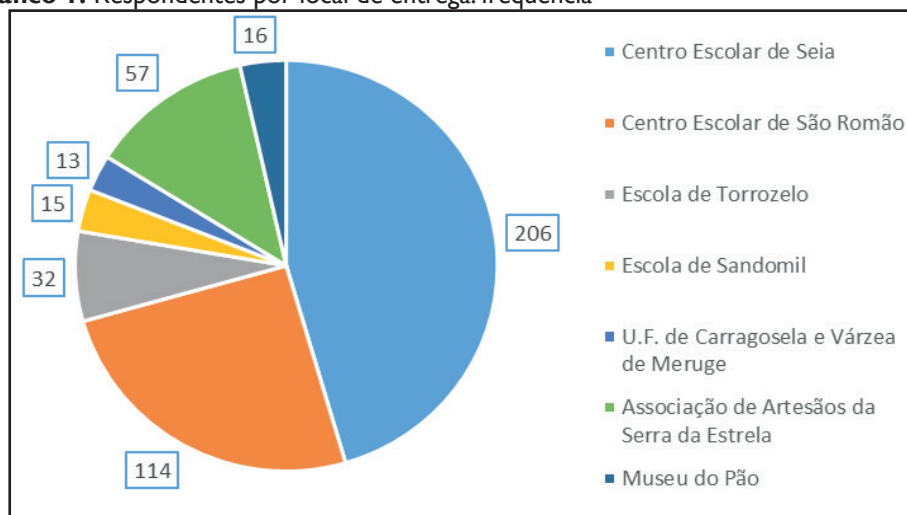
De acordo com os dados constantes do Quadro 28 e Gráfico I, podemos afirmar que os dois locais mais representados (70.6%) na amostra são: o Centro Escolar de Seia (45,5%), seguido do Centro Escolar de São Romão (25,2%). Nos outros locais de entrega, a maior percentagem de resposta foi na Associação de Artesãos da Serra da Estrela (12,6%), seguida pela Escola do Torrozel (7,1%), Museu do Pão (3,5%), Escola de Sandomil (3,3%) e, finalmente, pela União das Freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge (2,9%).

Quadro 28: Respondentes por local de recolha: frequências e percentagens

	Frequência	%	% válida	% acumulativa
Centro Escolar de Seia	206	45,5	45,5	45,5
Centro Escolar de São Romão	114	25,2	25,2	70,6
Escola de Torrozel	32	7,1	7,1	77,7
Escola de Sandomil	15	3,3	3,3	81,0
U.F. de Carragosela e Várzea de Meruge	13	2,9	3,1	83,9
Associação de Artesãos da Serra da Estrela	57	12,6	12,6	96,5
Museu do Pão	16	3,5	3,5	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico I: Respondentes por local de entrega: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.2. Respondentes por género / local de recolha do questionário.

No que se refere à variável “género”, verificou-se que a maioria dos respondentes são mulheres com 68,2%, e os sujeitos masculinos somente 31,8%.

Quando cruzamos esta variável com o “local de recolha do questionário” (cf. Quadro 29 e Gráfico 2), verifica-se que existe uma percentagem elevada de respondentes femininos no Centro Escolar de Seia (76,2%), seguido do Centro Escolar de São Romão (74,6%).

Constata-se também, que a distribuição por “género” é equitativa em outros três locais de recolha - Escola de Sandomil, Museu do Pão e na Escola de Torrozelo - havendo apenas a destacar nestes locais, uma ligeira preponderância para o género feminino com +1 ou +2 respondentes. Já o contrário, verificou-se na Associação de Artesãos da Serra da Estrela e na União das freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge, onde a percentagem feminina foi inferior à masculina, mas mesmo assim, pouco significativa (-3 e -1 respetivamente).

A superioridade observada de respondentes femininos nas duas maiores escolas do concelho, poderá ser explicada da seguinte forma:

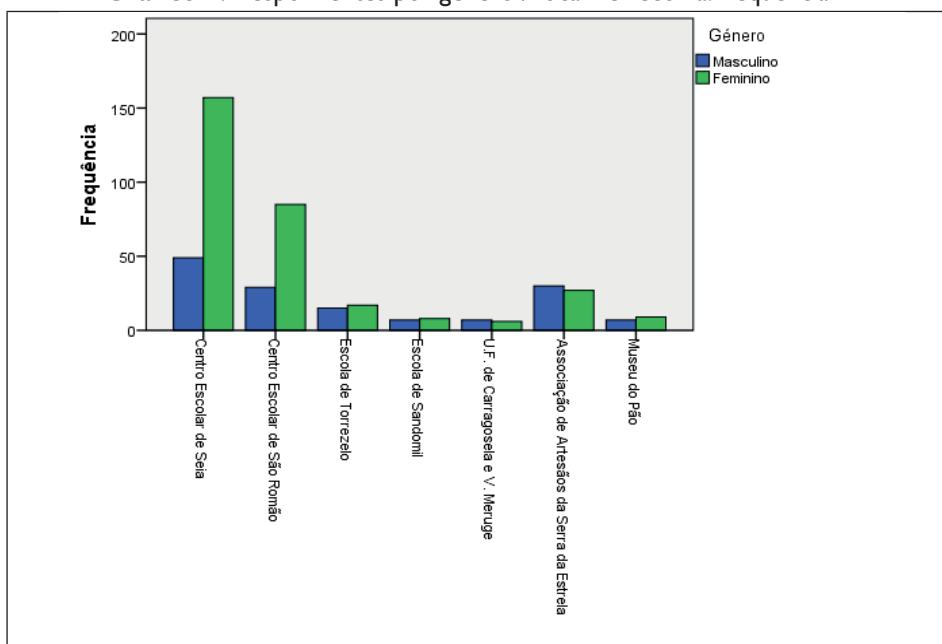
- Primeiro, porque estatisticamente, se constata que a população feminina é superior neste concelho em 1 187 indivíduos (4,8%) (INE, 2011);
- Segundo, porque a grande percentagem de funcionários no sistema educativo/formativo, tanto a nível docente como auxiliar que preencheram os questionários, é composto na sua maior parte por sujeitos do género feminino;
- Terceiro, porque tanto a nível nacional como local, são as “figuras femininas” que acompanham, na maioria das famílias portuguesas, os trabalhos escolares dos educandos. Neste contexto, os questionários terão sido entregues pelos educandos mais às mães dos que aos pais para o seu preenchimento.

Quadro 29: Respondentes por género / local de recolha: frequências e percentagens

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Centro Escolar de Seia	Frequência	49	157	206
	%	23,8%	76,2%	100,0%
Centro Escolar de São Romão	Frequência	29	85	114
	%	25,4%	74,6%	100,0%
Escola de Torrezelo	Frequência	15	17	32
	%	46,9%	53,1%	100,0%
Escola de Sandomil	Frequência	7	8	15
	%	46,7%	53,3%	100,0%
U. F. de Carragosa e V. Meruge	Frequência	7	6	13
	%	53,8%	46,2%	100,0%
Associação de Artesãos da Serra da Estrela	Frequência	30	27	57
	%	52,6%	47,4%	100,0%
Museu do Pão	Frequência	7	9	16
	%	43,8%	56,3%	100,0%
Total	Frequência	144	309	453
	%	31,8%	68,2%	100,0%

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 2: Respondentes por género / local de recolha: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.3. Respondentes por grupo etário / local de recolha.

Na distribuição de respostas por “grupo etário” cruzadas com o “local de recolha” (Quadro 30 e Gráfico 3), destaca-se o grupo dos “24 a 39 anos” com a percentagem maior de respondentes (51,7%) no total, distribuídos do seguinte modo por local de recolha:

- Centro Escolar de Seia (57,3%);
- Centro Escolar de São Romão (55,3%);
- Escola de Torrezelo (46,9,0%);
- Escola de Sandomil (60,0%);

- União de freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge (30,8%).

Enquanto que no grupo dos “40 a 55 anos”, com uma percentagem de 34,9% no total, o maior peso de respondentes é no Museu do Pão com 62,5%. Já na Associação de Artesãos da Serra da Estrela, a distribuição foi igual tanto no grupo dos “24 a 39 anos” como no grupo dos “40 a 55 anos” com 35,1%.

No grupo de “< 24 anos” verifica-se uma percentagem muito baixa (4,4%) no total. Esta é formada por uma percentagem nula de respondentes, tanto na Escola de Torrozel, como na União de freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge, seguida pelo Centro Escolar de Seia (1,0%) e Centro Escolar de São de Romão (4,4%). Pelo contrário, existe neste grupo etário uma forte percentagem na Escola de Sandomil (13,3%), na Associação de Artesãos da Serra da Estrela (17,5%) e finalmente no Museu do Pão (6,3%).

No grupo de “> 55 anos”, o terceiro valor dentro os grupos etários, com uma percentagem total de 9,1%, a distribuição foi a seguinte: as maiores percentagens foram na União de freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge (46,2%) e na Escola de Torrozel (28,1%), os outros locais tiveram percentagens menores, como o Centro Escolar de Seia (3,4%), Centro Escolar de São Romão (9,6%), Escola de Sandomil (6,7%), Associação de Artesãos da Serra da Estrela (12,3%), e finalmente, com uma percentagem nula, o Museu do Pão (0,0%).

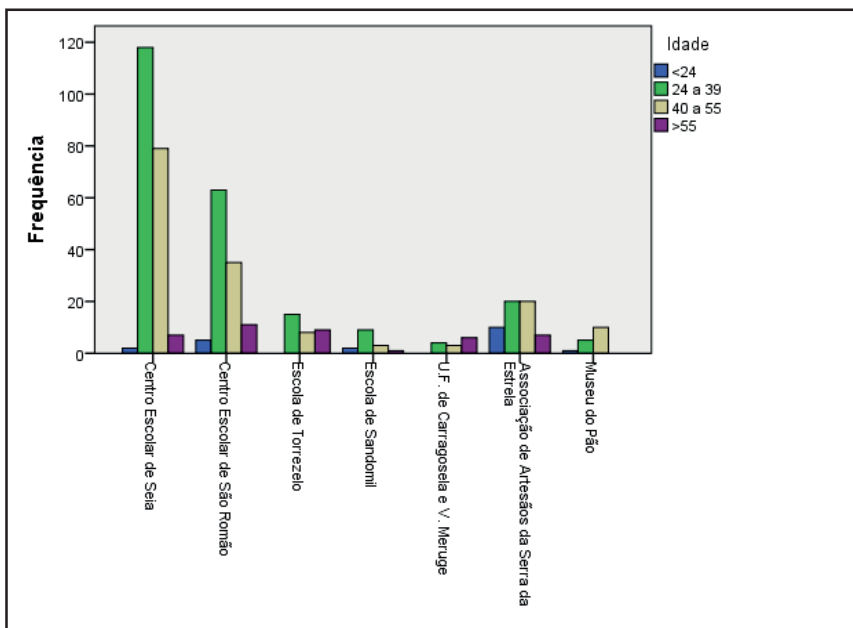
Estes valores obtidos, poderão ser explicados em parte, se confrontarmos estes grupos etários com o Quadro I do capítulo 5. Verifica-se neste quadro que o grupo de idades (>55) foi aquele que sofreu uma menor variação (-11%) na década (1991 – 2011), segundo o INE (2011). Os outros grupos, como o dos 0 e 14 anos, teve uma variação de (-55%), seguido do grupo dos 15 aos 24 com (-46%). O grupo de 65 ou mais anos, foi o único que aumentou (24%).

Quadro 30: Respondentes por grupo de idades / local de recolha: frequências e percentagens

		Idade				Total
		<24	24 a 39	40 a 55	>55	
Centro Escolar de Seia	Frequência	2	118	79	7	206
	%	1,0%	57,3%	38,3%	3,4%	100,0%
Centro Escolar de São Romão	Frequência	5	63	35	11	114
	%	4,4%	55,3%	30,7%	9,6%	100,0%
Escola de Torrozel	Frequência	0	15	8	9	32
	%	0,0%	46,9%	25,0%	28,1%	100,0%
Escola de Sandomil	Frequência	2	9	3	1	15
	%	13,3%	60,0%	20,0%	6,7%	100,0%
U. F. de Carragosela e V. Meruge	Frequência	0	4	3	6	13
	%	0,0%	30,8%	23,1%	46,2%	100,0%
Associação de Artesãos da Serra da Estrela	Frequência	10	20	20	7	36
	%	17,5%	35,1%	35,1%	12,3%	100,0%
Museu do Pão	Frequência	1	5	10	0	57
	%	6,3%	31,3%	62,5%	0,0%	100,0%
Total	Frequência	20	234	158	41	453
	%	4,4%	51,7%	34,9%	9,1%	100,0%

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 3: Respondentes por grupo de idades / local de entrega: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.4 Estado Civil, Concelho de Nascimento e Residência, Permanência de Residência na mesma Freguesia, Habilitações Literárias e Situação Profissional.

Passamos a apresentar os resultados referentes às variáveis de caracterização sociodemográfica dos sujeitos da nossa amostra, como sejam, o “Estado civil”, “NUTS de nascimento”, “Concelho de residência”, “Permanência de residência na mesma freguesia” e “Habilitações literárias”.

Estão nestes casos as seguintes perguntas:

- “Estado Civil”

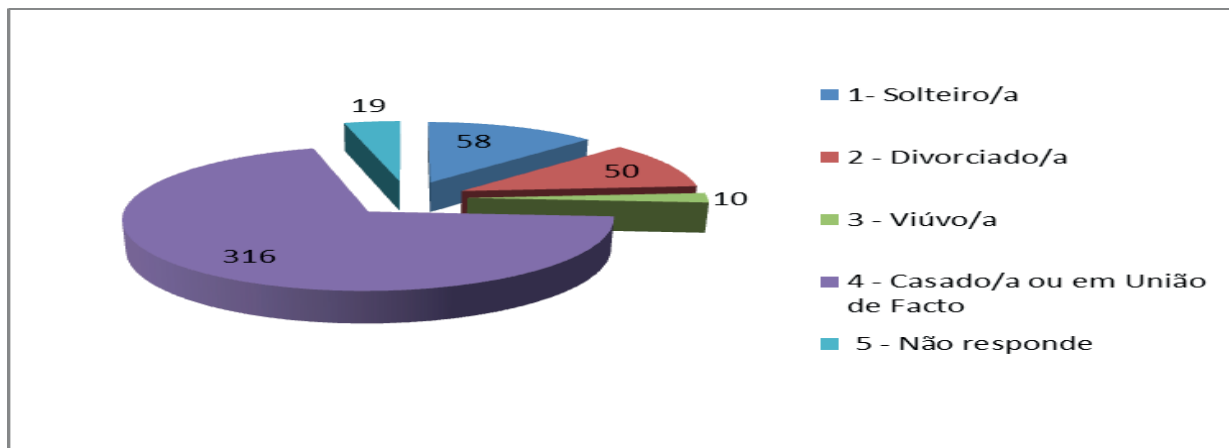
No que se refere ao estado civil, de acordo com os resultados obtidos (cf. Quadro 31 e Gráfico 4), 69,8% dos sujeitos da nossa amostra, afirmam que estavam “Casado ou em união de fato”, o que mostra como esta variável está perfeitamente integrada na formação do contexto social fornecido pelos dados do INE de 2011, seguindo-se os “Solteiros” com 12,8%, os “Divorciados” 11,0%, os “Viúvos/as” com 2,2%. Não responderam 4,2%.

Quadro 31: Estado civil dos respondentes: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
1 - Solteiro/a	58	12,8	12,8	12,8
2 - Divorciado/a	50	11,0	11,0	23,8
3 - Viúvo/a	10	2,2	2,2	26,0
4 - Casado/a ou em União de Fato	316	69,8	69,8	95,8
5 - Não responde	19	4,2	4,2	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 4: Estado civil dos respondentes: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

• **“Naturalidade”**

Relativamente ao NUTS de nascimento (cf. Quadro 32, Figura 24 e Gráfico 5), 66,2% dos sujeitos afirmaram que nasceram no “NUTS III Beiras e Serra da Estrela”, o que denota que a maioria dos inquiridos tem uma ligação e um conhecimento muito grande com o território.

A seguir encontram-se os que nasceram no “NUTS III Região de Coimbra” com 13,7%, os que nasceram no “NUTS III Área Metropolitana de Lisboa” com 5,3%, os que nasceram no “NUTS III Viseu Dão Lafões” com 3,3% e logo de seguida com a mesma percentagem 1,1% vêm os que nasceram nos “NUTS III Área Metropolitana do Porto” e “NUTS III Douro”.

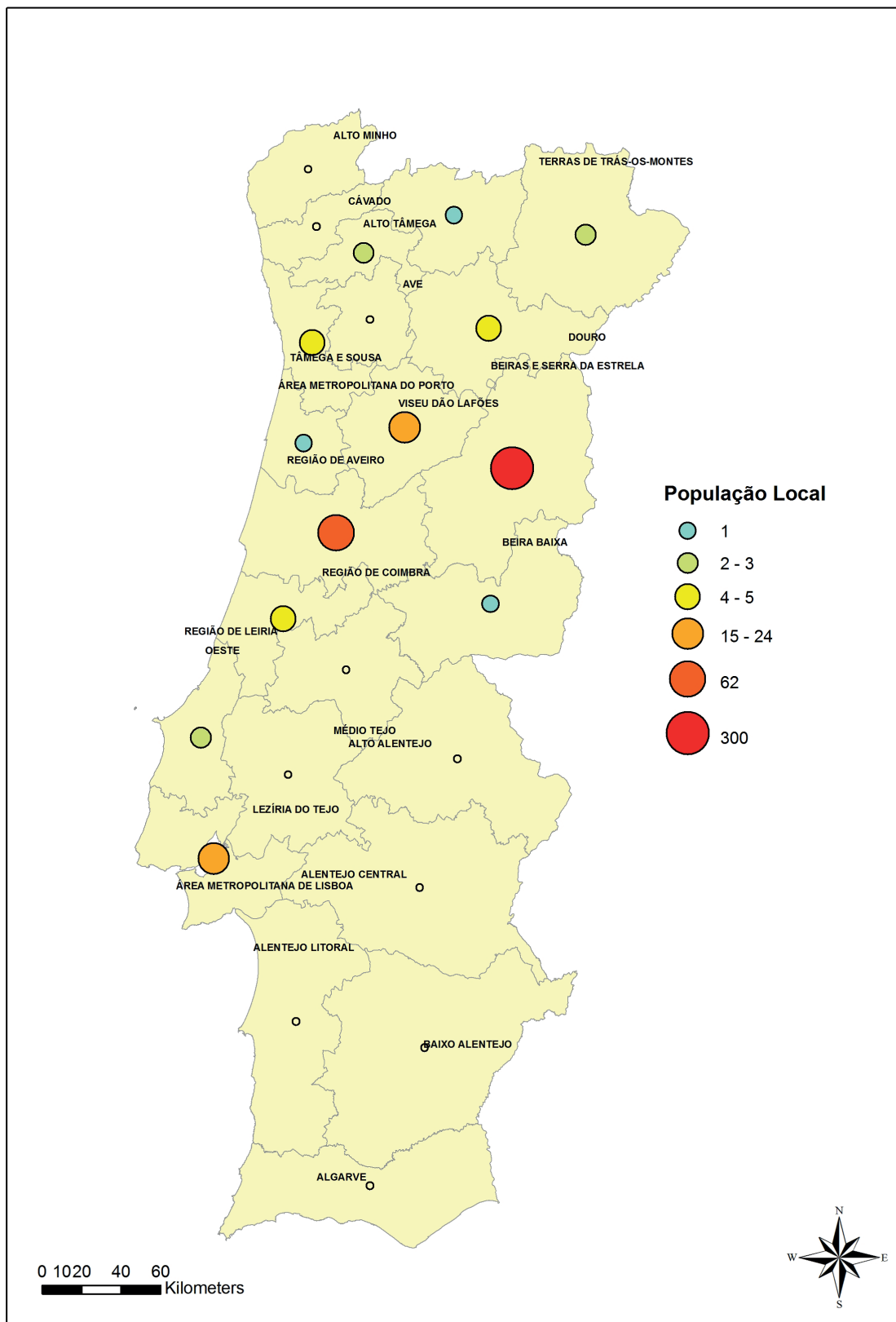
Nas outras áreas do território nacional, os nascimentos dos sujeitos da nossa amostra não apresentam valores significativos, excetuando-se aqueles que nasceram fora do território nacional como “Angola” com 2,2%.

Quadro 32: Naturalidade: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Nuts III Ave	3	,7	,7	,7
Nuts III Área Metropolitana do Porto	5	1,1	1,1	1,8
Nuts III Alto Tâmega	1	,2	,2	2,0
Nuts III Douro	5	1,1	1,1	3,1
Nuts III Terras de Trás-os-Montes	2	,4	,4	3,5
Nuts III Oeste	2	,4	,4	4,0
Nuts III Região de Aveiro	1	,2	,2	4,2
Nuts III Região de Coimbra	62	13,7	13,7	17,9
Nuts III Região de Leiria	4	,9	,9	18,8
Nuts III Viseu Dão Lafões	15	3,3	3,3	22,1
Nuts III Beira Baixa	1	,2	,2	22,3
Nuts III Beiras e Serra da Estrela	300	66,2	66,2	88,5
Nuts III Área Metropolitana de Lisboa	24	5,3	5,3	93,8
Angola	10	2,2	2,2	96,0
Congo Belga	4	,9	,9	96,9
Moçambique	3	,7	,7	97,6
Canada	2	,4	,4	98,0
França	4	,9	,9	98,9
Alemanha	2	,4	,4	99,3
Brasil	1	,2	,2	99,6
Luxemburgo	1	,2	,2	99,8
Argentina	1	,2	,2	100,0
Total	453	100,0	100,0	

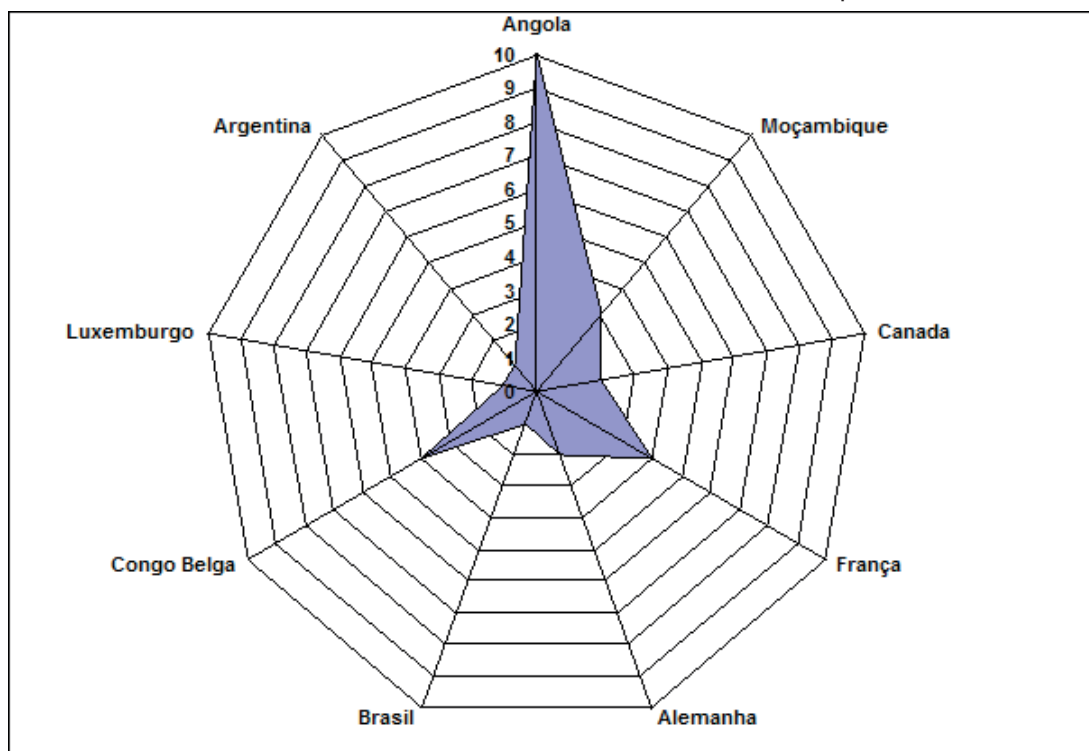
Fonte: Inquiridos / população local

Figura 24: Naturalidade



Fonte: CAOP – 2015

Gráfico 5: Naturalidade fora do território nacional: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

- **“Concelho de Residência”**

Dos sujeitos inquiridos, 98,5% afirmaram que têm residência no concelho de Seia, o que vai ao encontro do objetivo da investigação (maioria da população residente naquele território). Só 1,5% dos inquiridos é que respondeu que herdou ou tem uma segunda habitação no concelho. Estão nestes casos os respondentes que tem residência em simultâneo na Guarda, Gouveia, Oliveira do Hospital e Celorico da Beira.

Pelos dados obtidos e expressos no Quadro 33 e Figura 25, verifica-se que a grande maioria dos respondentes se concentram sobretudo na “União de freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros” (64,9%), seguindo-se, com percentagens mais baixas “Santiago de Seia” (4,2%), “União de freguesias de Carragosela e Várzea de Meruge” (4,0%), “Sandomil” (3,1%), “Vila Nova à Coelheira” (2,9%), com a mesma percentagem “Loriga e União de Tourais e Lages” (2,4%), “Santa Comba” (2,2%), “União de freguesias de Sameice e Santa Eulália” (2,0%), com a mesma percentagem “União de freguesias de Santa Marinha e São Martinho e Sabugueiro” (1,8%), com a mesma percentagem “Valezim e União de freguesias de Torrozelo e Folhadosa” (1,5%).

As outras freguesias, apresentaram ou valores baixos ou nulos. Estão neste grupo, as freguesias de “Girabolhos”, “Paranhos”, “Travancinha”, “Sazes da Beira”. “Alvoco da Serra” e “Teixeira”. Estas freguesias localizam-se nos extremos norte como sul do concelho (Gráfico 9) por isso, a nossa dificuldade em obter respostas da população residente.

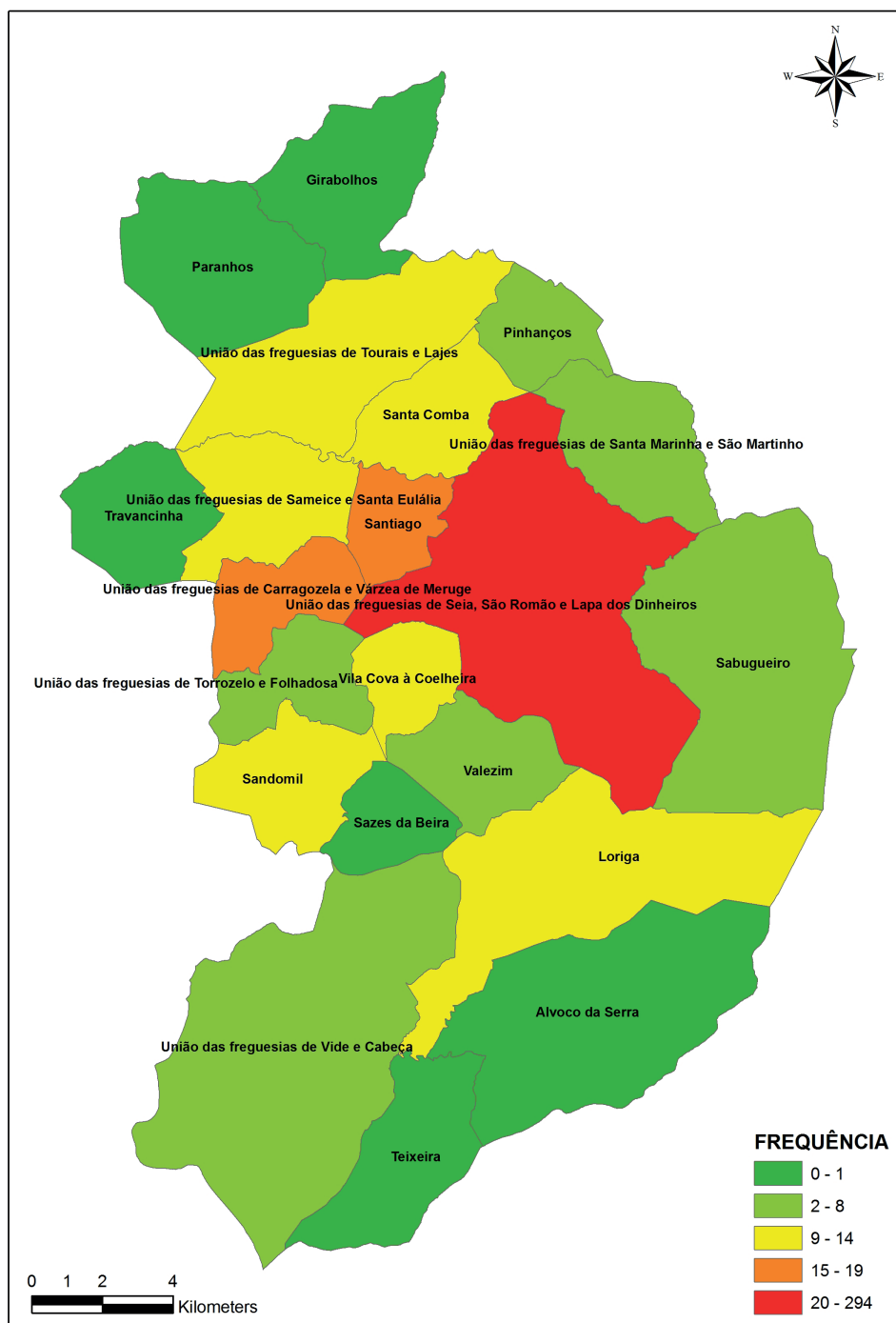
Quadro 33: Concelho Residência: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	294	64,9	64,9	64,9
Sandomil - Seia	14	3,1	3,1	68,0
Loriga - Seia	11	2,4	2,4	70,4
Carragosela e Várzea de Meruge - Seia	18	4,0	4,0	74,4
Torrozelo e Folhadosa - Seia	7	1,5	1,5	75,9
Lajeosa	1	,2	,2	76,2
Valezim - Seia	7	1,5	1,5	77,7
Santiago de Seia	19	4,2	4,2	81,9
Gouveia	8	1,8	1,8	83,7
Vide e Cabeça - Seia	4	,9	,9	84,5
Tourais e Lages - Seia	11	2,4	2,4	87,0
Santa Marinha e São Martinho - Seia	8	1,8	1,8	88,7
Sameice e Santa Eulália - Seia	9	2,0	2,0	90,7
Marinha Grande	1	,2	,2	90,9
Vila Cova à Coelheira - Seia	13	2,9	2,9	93,8
Santa Comba - Seia	10	2,2	2,2	96,0
Alvoco da Serra - Seia	1	,2	,2	96,2
Pinhanços - Seia	4	,9	,9	97,1
Sabugueiro - Seia	8	1,8	1,8	98,9
Celorico da Beira	1	,2	,2	99,1
Oliveira do Hospital	1	,2	,2	99,3
Guarda	3	,7	,7	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Acrescenta-se que estas percentagens, refletem a estrutura de povoamento deste concelho, com as estatísticas do INE (2011). Observa-se na sede do concelho (União de freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros) uma maior percentagem de respondentes, diminuindo à medida que os respondentes residem em freguesias mais afastadas.

Figura 25: Concelho de Residência



Fonte: CAOP – 2015

- **“Sempre Residiu na mesma freguesia”**

É preciso salientar que o objetivo da pergunta nº 6, especificamente “Sempre residiu na mesma freguesia” era avaliar as mobilidades. Os dados obtidos (cf. Quadro 34) indicam uma diferença de apenas 7,8% entre as duas possibilidades de resposta (sim ou não) existindo um valor apro-

ximado entre as respostas dos inquiridos.

Há um grupo de sujeitos que sempre residiu na mesma freguesia (46,1%) e outro grupo que diz que já morou em outras freguesias do concelho ou mesmo fora deste concelho (53,9%). Esta diferença deste valor, pode mostrar que pode haver uma visão do território diferente e por conseguinte uma diferença de escala.

Quadro 34: Sempre residiu na mesma freguesia: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Sim	209	46,1	46,1	46,1
Não	244	53,9	53,9	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

- **“Habilitações Literárias”**

A maioria dos respondentes possui o 12º ano (37,5%), seguindo-se os licenciados com (28,3%) (cf. Quadro 35, Gráfico 6). Com exceção do 3º ciclo (16,6%), os outros níveis de ensino, tem uma percentagem baixa.

Nesta pergunta, denota-se que a população residente em quase uma década e meia evolui o seu nível de ensino superior, atingindo percentagens maiores e ligeiramente mais baixa na percentagem do ensino médio.

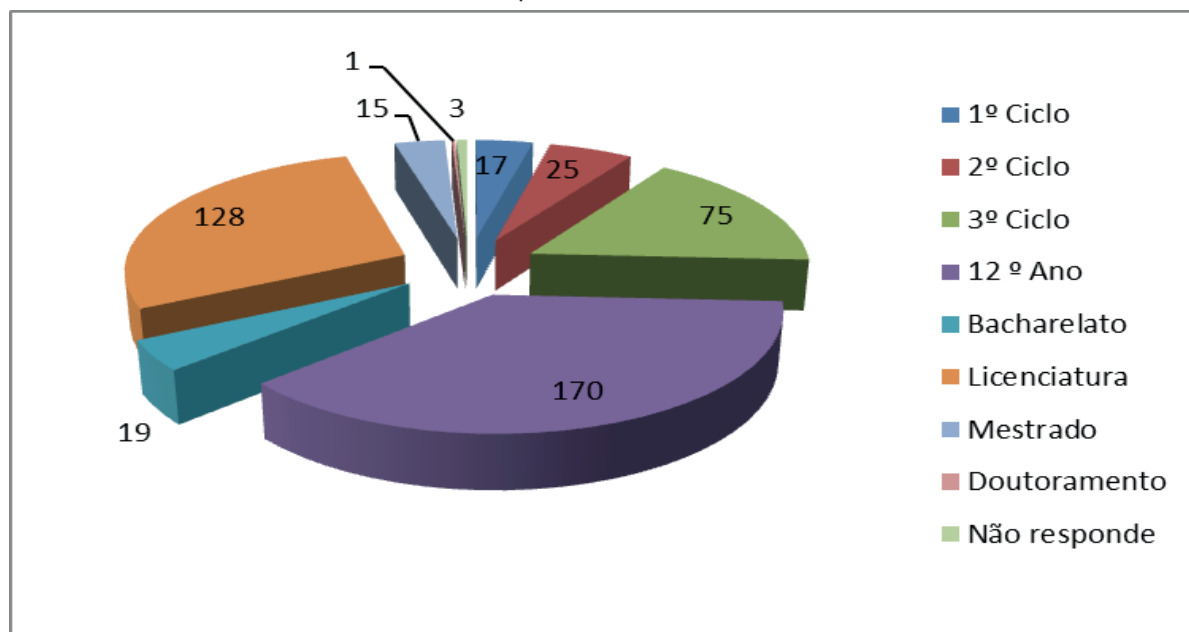
Em 2001, a percentagem do ensino superior tinha níveis de 7,4%, agora é de 31,8%, enquanto nos níveis do básico e secundário, houve um decréscimo, de 77,4% para 63,4%, INE (2011).

Quadro 35: Habilitações Literárias: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
1º Ciclo	17	3,8	3,8	3,8
2º Ciclo	25	5,5	5,5	9,3
3º Ciclo	75	16,6	16,6	25,8
12º Ano	170	37,5	37,5	63,4
Bacharelato	19	4,2	4,2	67,5
Licenciatura	128	28,3	28,3	95,8
Mestrado	15	3,3	3,3	99,1
Doutoramento	1	,2	,2	99,3
Não responde	3	,7	,7	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 6: Habilitações Literárias: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

- **“Situação Profissional”**

No que se refere à situação profissional dos sujeitos (pergunta nº 8 do questionário) (Quadro 36, Gráfico 7), verificou-se que a maioria dos respondentes está no ativo, é “trabalhador” (78,8%) por conta própria ou doutrem, seguindo-se por ordem decrescente os “desempregados” (11,5%), os “estudantes” (4,2%), os “reformados” (3,8%) e finalmente as “domésticas” com (1,1%).

No cruzamento da variável “Situação profissional” com a variável “Idades” verificou-se que as tendências das respostas a estas variáveis eram expectáveis para o grupo de “Estudantes” com “<24” anos (2,9%) e entre os “24 e 39” anos (1,3%) e com 0% nos grupos etários seguintes. Para o grupo que “Trabalha” com “<24” anos (0,9%), com “24 a 39” anos, a maior percentagem (45,0%) e no grupo dos “40 a 55” anos a segunda maior percentagem (29,4%), seguindo o grupo de “>55” com (3,5%). Nos “Reformados”, a tendência foi inversa à dos “Estudantes”, com os grupos de <24 anos e de 24 a 39 com 0% de respostas, mas já no grupo etário dos “40 a 55” houve uma percentagem de (0,2%) e no grupo de “>55” anos (3,5%).

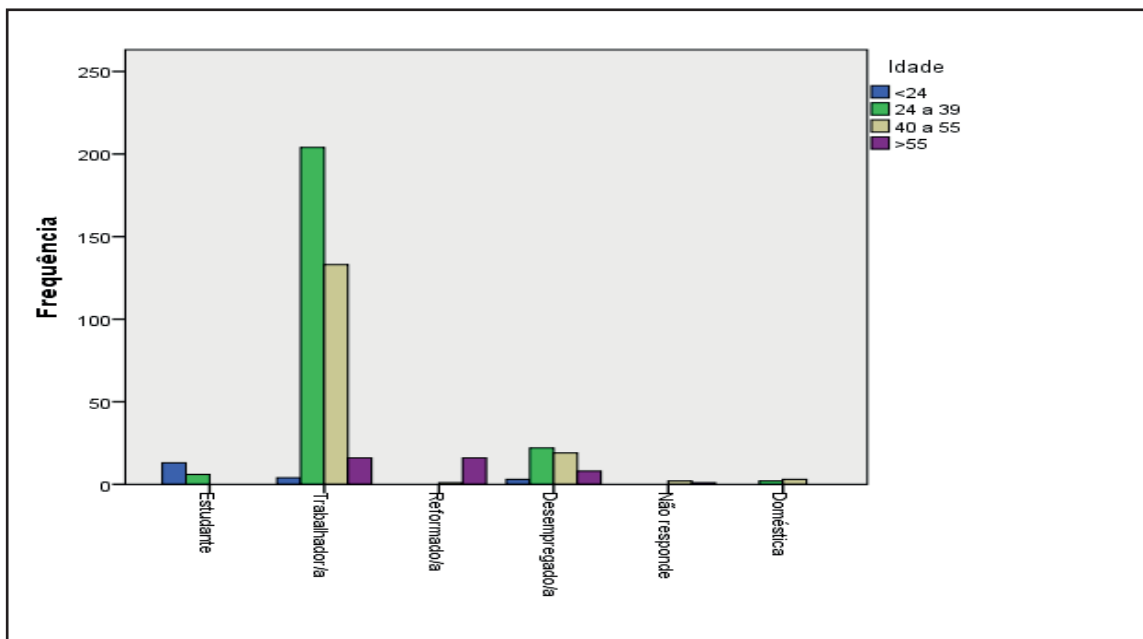
Quanto aos “Desempregados”, existe uma percentagem constante entre todos os grupos etários, nos quais a maior percentagem é no grupo dos “24 aos 39” anos (4,9%) seguindo-se o grupo etário dos “40 aos 55” anos (4,2%), com (1,8%) no grupo dos “>55” anos e finalmente uma percentagem menor no grupo dos “<24” anos (0,7%). Quanto às respostas das “Domésticas” e daqueles que “Não respondem” as percentagens são irrelevantes.

Quadro 36: Situação Profissional cruzada com a idade dos respondentes: frequências e percentagens

		Idade				Total
		<24	24 a 39	40 a 55	>55	
Estudante	Frequência	13	6	0	0	19
	% do Total	2,9%	1,3%	0,0%	0,0%	4,2%
Trabalhador/a	Frequência	4	204	133	16	357
	% do Total	0,9%	45,0%	29,4%	3,5%	78,8%
Reformado/a	Frequência	0	0	1	16	17
	% do Total	0,0%	0,0%	0,2%	3,5%	3,8%
Desempregado/a	Frequência	3	22	19	8	52
	% do Total	0,7%	4,9%	4,2%	1,8%	11,5%
Não responde	Frequência	0	0	2	1	3
	% do Total	0,0%	0,0%	0,4%	0,2%	0,7%
Doméstica	Frequência	0	2	3	0	5
	% do Total	0,0%	0,4%	0,7%	0,0%	1,1%
Total	Frequência	20	234	158	41	453
	% do Total	4,4%	51,7%	34,9%	9,1%	100,0%

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 7: Situação Profissional, cruzada com a idade: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.5. Qualidade global do setor turístico no Parque Natural da Serra da Estrela

A pergunta nº 9 – **Como avalia o setor turístico no Parque Natural da Serra da Estrela**, tinha como objetivo avaliar a perceção que a população local tem, sobre a qualidade do setor turístico naquele território, nomeadamente saber se o consideram mau, razoável, bom ou excelente.

Os resultados encontram-se representados nos Quadros 37.1, 37.2, 37.3 e 37.4 e Gráfico 8, onde se constata, que os respondentes consideram que o setor turístico não é mau, 89% (Quadro 37.1), que é razoável, 53,4% (Quadro 37.2), mas também dizem que não é bom 69,1% (Quadro 37.3) nem excelente 94,0% (Quadro 37.4).

Dos 453 inquiridos, 242 dizem que é razoável e 140 que é bom, o que indica que uma grande maioria (84,3%) tem uma perceção positiva, embora não seja boa nem excelente, sobre o setor turístico no Parque Natural da “Serra da Estrela”.

Quadro 37.1 – Mau: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Sim	50	11,0	11,0	11,0
Não	403	89,0	89,0	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Quadro 37.2 – Razoável: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Sim	242	53,4	53,4	53,4
Não	211	46,6	46,6	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Quadro 37.3 – Bom: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Sim	140	30,9	30,9	30,9
Não	313	69,1	69,1	100,0
Total	453	100,0	100,0	

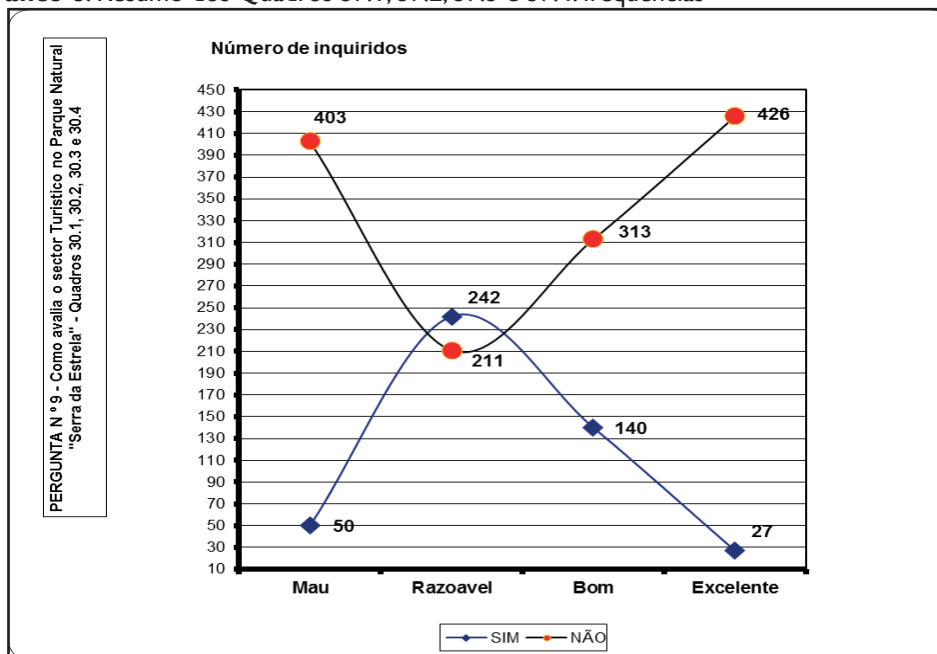
Fonte: Inquiridos / população local

Quadro 37.4 – Excelente: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Sim	27	6,0	6,0	6,0
Não	426	94,0	94,0	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 8: Resumo dos Quadros 37.1, 37.2, 37.3 e 37.4: frequências



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.6. Impato do setor turístico no Parque Natural da Serra da Estrela na qualidade de vida dos residentes

Os resultados obtidos na pergunta nº 10 – **Qual é sua percepção sobre o impato que o setor turístico provoca na qualidade de vida da população do Parque Natural da Serra da Estrela** encontram-se representados nos Quadros 38.1, 38.2, 38.3 e 38.4 e no Gráfico 9.

De acordo com esses resultados podemos afirmar que os inquiridos não têm uma percepção negativa, uma vez que 94,9% consideram que o setor turístico não tem um impato mau na qualidade de vida dos residentes (Quadro 38.1).

Na questão se tem um impato razoável já só 51,4% dizem que não, mas e 48,6% dizem que sim (Quadro 38.2).

Quando se pergunta se terá um bom impato, 58,3% dizem que não, e 41,7% dizem sim (Quadro 38.3). Ou seja, menos de metade dos residentes avalia o impato como razoável ou positivo. No caso dum excelente impato, 95,4% dizem que não (Quadro 38.4).

Podemos concluir que dos 453 inquiridos, o impato que o setor turístico provoca na qualidade de vida da população do Parque, nos seus extremos (Mau e Excelente), não terá grande impato, mas também não será (razoável nem bom), o que indica que os inquiridos consideram que o impato turístico no Parque não terá uma grande projeção positiva na sua qualidade de vida.

Quadro 38.1 – Mau: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	430	94,9	94,9	94,9
Sim	23	5,1	5,1	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Quadro 38.2 – Razoável: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	233	51,4	51,4	51,4
Sim	220	48,6	48,6	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Quadro 38.3 – Bom: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	264	58,3	58,3	58,3
Sim	189	41,7	41,7	100,0
Total	453	100,0	100,0	

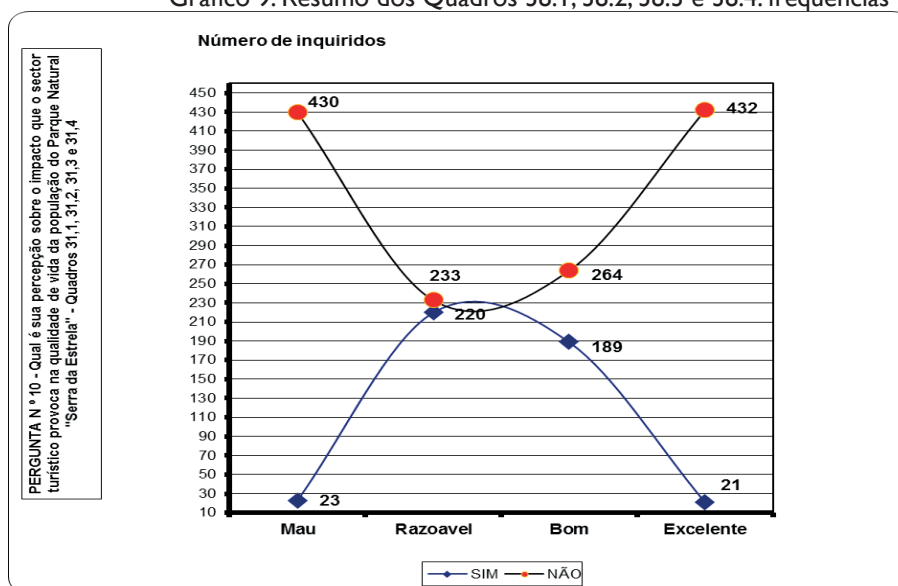
Fonte: Inquiridos / população local

Quadro 38.4 – Excelente: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	432	95,4	95,4	95,4
Sim	21	4,6	4,6	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 9: Resumo dos Quadros 38.1, 38.2, 38.3 e 38.4: frequências



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.7. Impato do setor turístico no Parque Natural da Serra da Estrela

Os resultados das estatísticas descritivas, à pergunta nº 11 - **O setor turístico no Parque Natural da Serra da Estrela contribui para:** (cf. Quadro 39 e Gráfico 10), obtidos através duma escala de Likert, que vai de 1 (discordo completamente) a 5 (concordo totalmente) e

em que o ponto 3 é aquele em que há uma mudança do sentido da resposta dos sujeitos de negativo para positivo ou vice-versa, dão-nos os seguintes valores:

O item I “Maior divulgação” é o que apresenta o valor médio mais alto com 4,09. A população local, considera que é muito importante que haja uma maior divulgação do território. É um item com uma média muito boa, próxima do valor máximo 5;

Já quanto aos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7 que se referem à “Melhoria de vida”, “Aumento de emprego”, “Aumento da qualidade de vida”, “Mais riqueza”, “Aumento de bens e serviços” e “Melhoria nas ligações viárias”, a população local compreende que estes itens contribuem positivamente para o território considerando-os como pontos superiores à média, com 3,66, 3,63, 3,58, 3,85, 3,64 e 3,39 respetivamente, mas ficando abaixo dos dois pontos positivos superiores 4 e 5;

Os itens 8, 9, 10 e 11 referentes às “Aumento da degradação do ambiente” “Diminuição da segurança” “Interferências nos costumes” e à “Diminuição da preservação das espécies”, a população local considera-os como pontos fracos com 2,71, 2,50, 2,74 e 2,70 respetivamente, significando que discordam mais do que concordam com a existência destes impactos negativos.

Quadro 39: O setor turístico no Parque Natural da Serra da Estrela contribui para: média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Maior divulgação	453	1	5	4,09	,722
2 - Mais riqueza	453	1	5	3,85	,852
3 - Melhoria nível	453	1	5	3,66	,858
4 – Aumento bens e serviços	453	1	5	3,64	,786
5 - Aumento Emprego	453	1	5	3,63	1,002
6 - Aumento Qualidade Vida	453	1	5	3,58	,873
7 - Melhoria Viárias	453	1	5	3,39	1,041
8 – Interferência nos Costumes	453	1	5	2,74	,983
9 – Aumento Degradação Ambiental	453	1	5	2,71	1,017
10 – Diminuição Preservação da Espécies	453	1	5	2,70	,985
11 - Diminuição Segurança	453	1	5	2,50	,921
N válido (de lista	453				

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 10: O setor turístico no Parque Natural da Serra da Estrela contribui para: médias



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.8. Trabalho no setor turístico no Parque Natural da Serra da Estrela

Utilizamos as perguntas nº 12 e 12.1 - **Tem algum membro da sua família que trabalhe no setor turístico do Parque Natural da Serra da Estrela. - Se sim, quantos**, para verificar qual o grau de ligação familiar haveria entre a população do concelho e o grupo de trabalhadores afetos à atividade turística no parque.

Os resultados obtidos (cf. Quadros 40 e 40.1) indicam, que a maioria dos residentes desta amostra, não tem familiares a trabalhar neste setor (92,5%) e que só 7,5% têm familiares a trabalhar na atividade turística.

O setor turístico não é um fator (mão de obra) predominante nas famílias do concelho. Constatamos o mesmo, nas nossas entrevistas informais. Normalmente perguntávamos aos colaboradores das unidades hoteleiras onde tinham adquirido a sua formação profissional e se tinham nascido no concelho. Registamos nos nossos apontamentos, que mais de 90,0% tinham tirado a sua formação em escolas de hotelaria e restauração fora do concelho e tinham nascido em concelhos como a Guarda, Coimbra e Lisboa. Havia três que tinham tirado a sua formação profissional na escola de hotelaria de Seia, mas tinham nascido em concelhos limítrofes, como Oliveira do Hospital e Gouveia.

Dos 7,5% que referem que tem familiares a trabalhar no setor turístico, 5,5% dos respondentes dizem que tem um único elemento ligado ao setor, já 1,5% tem dois, 0,2% tem três e finalmente 0,2% tem cinco.

Quadro 40: Membros familiares a trabalhar no Setor Turístico: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	419	92,5	92,5	92,5
Sim	34	7,5	7,5	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

Quadro 40.1: Se sim, quantos?: frequências e percentagens

Elementos	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
0	419	92,5	92,5	92,5
1	25	5,5	5,5	98,0
2	7	1,5	1,5	99,6
3	1	,2	,2	99,8
5	1	,2	,2	100,0
Total	453	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / população local

4.1.9. Promoção do setor turístico no Parque Natural da Serra da Estrela

As respostas dadas à pergunta nº 13 - **No seu entender, quais são os principais promotores de desenvolvimento turístico no Parque Natural da Serra da Estrela**, apresentadas no Quadro 41 e Gráfico 11, permitem-nos organizar as respostas da população local quanto às suas representações sobre os principais promotores de desenvolvimento turístico no Parque, em três grupos:

O 1º grupo acha que há promotores que não investem nada no desenvolvimento turístico do parque, como “Outra” (96,7%), “Governo” (94,3%), “Investidores Nacionais” (89,6%) e a “Turistrela” (72,0%);

Depois vem um 2º grupo em que o “Não” se aproxima do “Sim” como as “Empresas Locais” (51,9% não - 48,1% sim) ou o “Parque Natural” (53,9% não - 45,1% sim).

É preciso salientar que os respondentes têm uma noção do “Parque Natural” como promotor turístico, o que não corresponde às funções formais que lhe são legalmente atribuídas (preservação do território). Este não tem como função promover o turismo, mas sim salvaguardar os fins para o qual foi criado;

No 3º grupo aparecem aqueles que acham que os grandes promotores do turismo no parque são as “Câmaras Municipais” (66,4%).

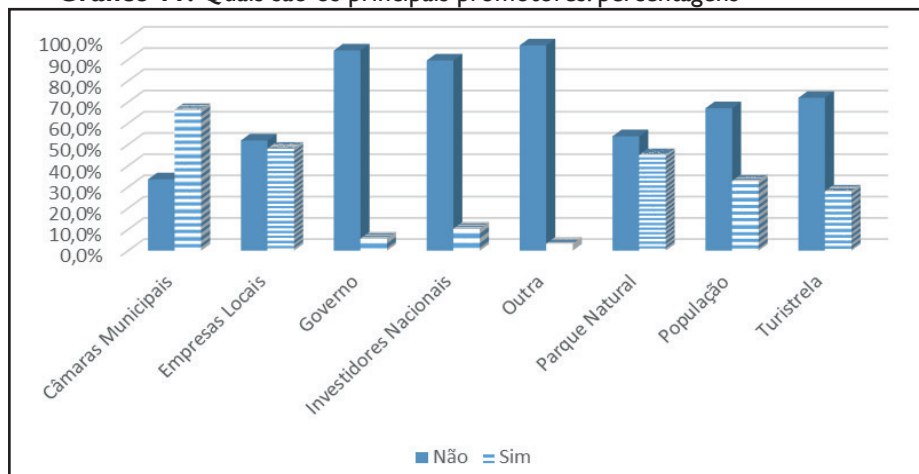
Na opção “Outra” (3,3%), os “sim” repartem-se da seguinte maneira: o “CISE” com 0,7%, as “Redes Sociais” com 0,2%, a “Associação de Artesãos da Serra da Estrela” com 0,2%, as “Juntas de Freguesia” com 0,2%, a “E.S. de Turismo e Hotelaria” com 0,2%, a “A Internet” com 0,2%, e finalmente aqueles que dizem que não há nenhum plano de promoção com 0,2%.

Quadro 41: Quais são os principais promotores: frequências e percentagens

	Não		Sim	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
População	304	67,1%	149	32,9%
Câmaras Municipais	152	33,6%	301	66,4%
Turistrela	326	72,0%	127	28,0%
Empresas Locais	235	51,9%	218	48,1%
Investidores Nacionais	406	89,6%	47	10,4%
Governo	427	94,3%	26	5,7%
Parque Natural	244	53,9%	209	45,1%
Outra	438	96,7%	15	3,3%

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 11: Quais são os principais promotores: percentagens



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.10. Qualidade dos componentes do Parque Natural da Serra da Estrela

No Quadro 42 e Gráfico 12, encontram-se os resultados das estatísticas descritivas, da pergunta nº 14 - **Como caracteriza o parque Natural enquanto destino turístico, em relação a certos itens**, em que os sujeitos responderam, numa escala de Likert, em que 1 é (Muito Fraco) e 5 (Excelente) e o ponto 3 aquele em que há mudança do sentido da resposta dos sujeitos, de negativo para positivo ou vice-versa. O resultado das respostas dos sujeitos aos itens, ficou assim distribuído:

Os itens com o valor mais alto são os 1 “Tranquilidade” e 2 “Hospitalidade”, que apresentam um valor médio de 4,10 e 4,06 respetivamente. A população local considera-os como pontos fortes para o parque;

Sobre os itens 3 “Ambiente” com 3,99 e 9 “Gastronomia” com 3,95, a população local considera que eles são bons, ficando com uma média estatística acima do ponto intermédio 3 e próxima de 4. É preciso salientar que os respondentes no item 3 “Ambiente”, nenhum dos sujeitos indicou “Muito Fraco” o que indica que o item ambiente é um ponto forte para a população local;

Existem dois itens, o 5 “Clima” com 3,87 e o 6 “Segurança” com 3,77, com valores semelhantes, em que a população os classifica como relativamente bons, embora afastados do máximo possível de obter 5;

Quanto aos itens 7, 8 e 9 que se referem ao “Artesanato”, à “Área protegida” e “Desportivo”, a população local, consideram-nos como pontos superiores à média, com 3,63, 3,58 e 3,22 respetivamente, mas ficando afastados do valor máximo possível de obter 5;

Os itens **10** e **11** referentes aos “Empreendimentos turísticos” e às “Infraestruturas” a população local consideram-nos como pontos fracos 2,99 e 2,73 respetivamente.

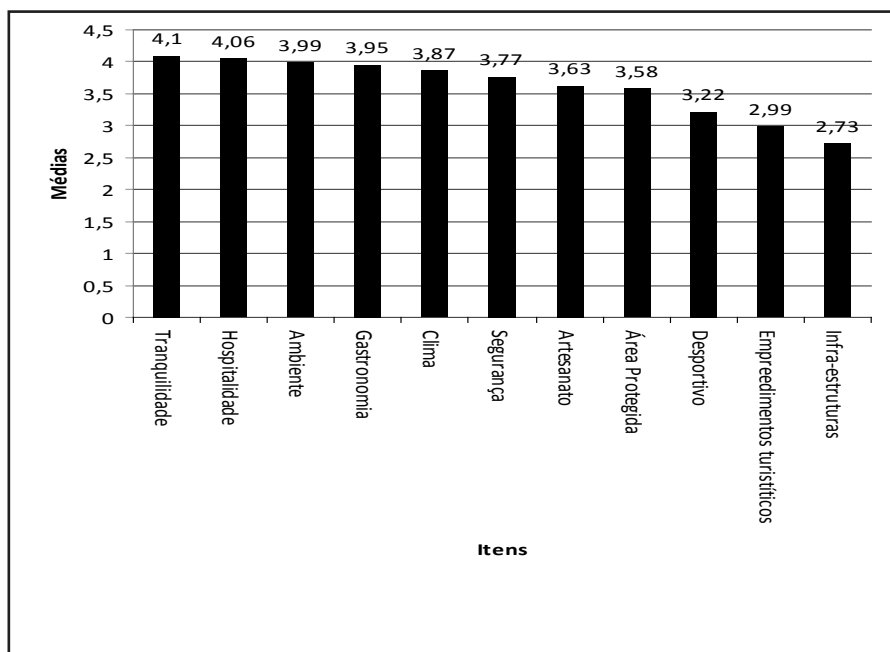
Em ambos, a média fica abaixo do ponto intermédio 3 que indica a mudança de sentido de respostas positivas para negativas.

Quadro 42: Como caracteriza o Parque Natural enquanto destino turístico em relação a certos itens?: médias

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Tranquilidade	453	1	5	4,10	,766
2 - Hospitalidade	453	1	5	4,06	,789
3 - Ambiente	453	2	5	3,99	,723
4 - Gastronomia	453	1	5	3,95	,798
5 - Clima	453	1	5	3,87	,728
6 - Segurança	453	1	5	3,77	,751
7 - Artesanato	453	1	5	3,63	,806
8 - Área Protegida	453	1	5	3,58	,788
9 - Desportivo	453	1	5	3,22	,933
10 - Empreendimentos turísticos	453	1	5	2,99	,885
11 - Infraestruturas	453	1	5	2,73	,901
N válido (de lista)	453				

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 12: Como caracteriza o Parque Natural enquanto destino em relação a certos itens?: médias



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.11. Conhecimento sobre o “Ecoturismo”

Analisámos as respostas da população local à pergunta nº 15 - **Conhece a designação Ecoturismo** - tanto em função do género (Quadro 43, Gráfico 13), como com a idade (Quadro 44, Gráfico 14), como ainda com as habilitações literárias (Quadro 45, Gráfico 15), para chegarmos a uma análise mais fina sobre o conhecimento que têm sobre este tipo de turismo.

No global, há um total de 35,3% que dizem que conhecem bem a designação “Ecoturismo”, 52,5% que conhecem um pouco e 12,1% que desconhecem completamente.

Os resultados obtidos, considerando o cruzamento com as variáveis acima indicadas, foram os seguintes:

- **Conhecimento do ecoturismo em função do género**

A maioria dos respondentes foi do género feminino, como era de prever (cf. descrição da população local ponto 7.1.2 - Género), com 309 respondentes contra 144 do género masculino. Verificou-se que o género masculino tem uma percentagem ligeiramente superior na opção “conheço bem” com 38,9%, ficando o género feminino com 33,7%.

No item “conheço pouco”, os dois géneros têm percentagens quase iguais com o género masculino com 52,1% e o género feminino com 52,8%.

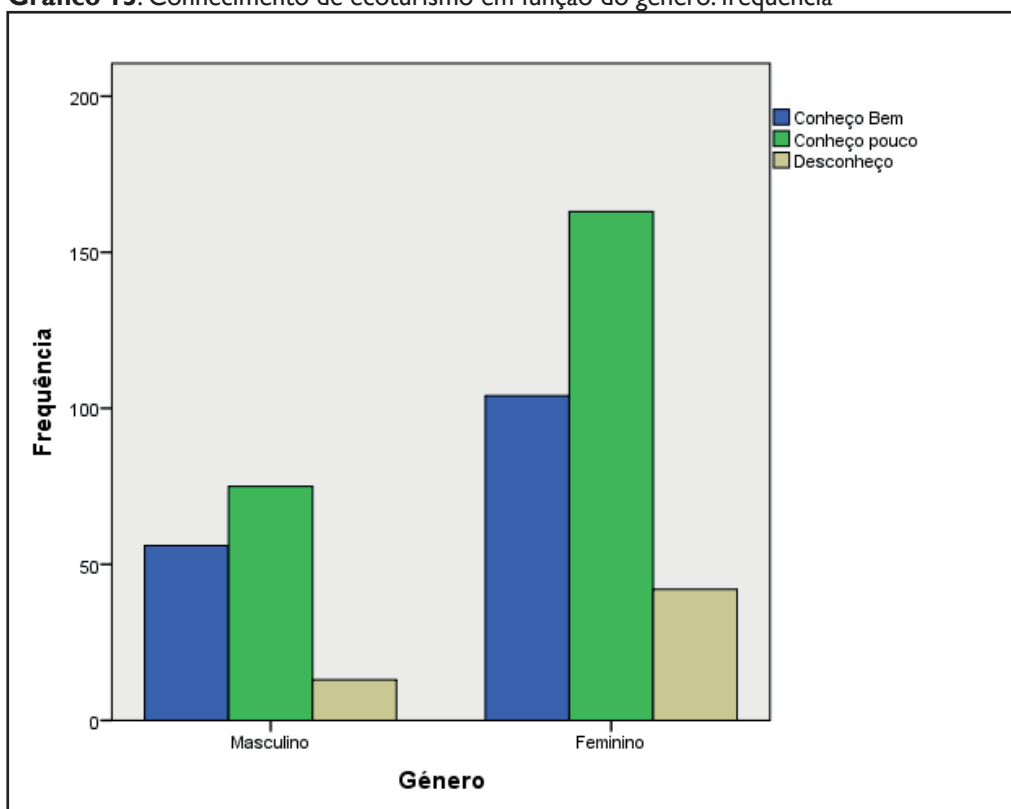
Já na opção “desconheço”, há uma maior percentagem no género feminino (13,6%) do que o género masculino (9,0%), o que aponta para o fato do género feminino estar menos familiarizado com o ecoturismo.

Quadro 43: Género * Conhece a designação Ecoturismo: frequências e percentagens

		Conhece a Designação			Total
		Conheço Bem	Conheço pouco	Desconheço	
Masculino	Frequência	56	75	13	144
	% Género	38,9%	52,1%	9,0%	100,0%
Feminino	Frequência	104	163	42	309
	% Género	33,7%	52,8%	13,6%	100,0%
Total	Frequência	160	238	55	453
	% Género	35,3%	52,5%	12,1%	100,0%

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 13: Conhecimento de ecoturismo em função do género: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

- **Conhecimento do ecoturismo em função da idade**

A maioria dos respondentes situa-se na faixa etária dos “24 a 39” anos, com 234 respondentes. Verificámos esta superioridade etária anteriormente na descrição da população local no ponto 7.1.3. Seguiu-se a faixa etária do “40 aos 55” anos com 158 respondentes.

As faixas etárias do “<24” e “>55” tiveram valores muito baixos, com 20 e 41 respondentes respetivamente.

Quando analisamos as respostas em função da idade, constata-se que a faixa etária dos “40 aos 55” anos é aquela que apresenta uma maior percentagem de respostas na opção “conheço bem” a designação com 38,0%, segue-se as faixas etárias dos “24 aos 39” anos, “>55” anos e dos “<24” anos, com valores muito semelhantes 35,9%, 35,3% e 35,0% respetivamente.

Na opção “Conheço pouco” destaca-se a faixa etária dos que tem “< 24” anos com 65,0%, seguindo-se as faixas etárias dos “24 aos 39” anos, dos “40 aos 55” anos e dos com “>55” anos com 53,0%, 51,9% e 46,3% respetivamente.

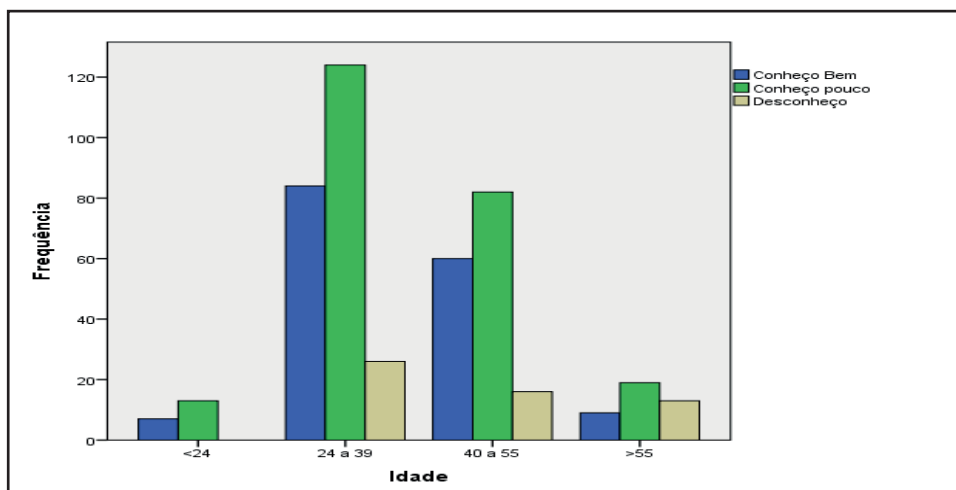
No que respeita à opção “Desconheço”, há uma maior percentagem na faixa etária dos que tem “>55” anos com 31,7%, seguindo-se as faixas etárias dos 24 aos 39 anos e dos “40 ao 55” anos com 11,1% e 10,1% respetivamente e, finalmente, com 0,0%, a faixa etária dos que tem “< 24 anos”.

Quadro 44: Idade * Conhece a designação: frequências e percentagens

		Conhece a Designação			Total
		Conheço Bem	Conheço pouco	Desconheço	
<24	Contagem	7	13	0	20
	% em Idade	35,0%	65,0%	0,0%	100,0%
24 a 39	Contagem	84	124	26	234
	% em Idade	35,9%	53,0%	11,1%	100,0%
40 a 55	Contagem	60	82	16	158
	% em Idade	38,0%	51,9%	10,1%	100,0%
>55	Contagem	9	19	13	41
	% em Idade	22,0%	46,3%	31,7%	100,0%
Total	Contagem	160	238	55	453
	% em Idade	35,3%	52,5%	12,1%	100,0%

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 14: Cruzamento entre a pergunta e idade: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

- **Conhecimento do ecoturismo em função das habilitações literárias**

Quando analisamos os resultados obtidos pelo cruzamento das variáveis “Habilitações literárias” e conhece a designação “Ecoturismo”, na opção “Conheço bem” temos: o 1º Ciclo com 5,9%, o 2º Ciclo com 4,0%, o 3º Ciclo com 18,7%, o 12º Ano com 31,2%, o Bacharelato com 47,4%, a Licenciatura com 54,7%, o Mestrado com 73,3% e o Doutoramento com 100,0%. Na opção “Desconheço” passa-se o inverso: 52,9%; 16,0%; 17,3%; 13,5%; 5,3%; 3,9% e 0,0% respetivamente.

Deste modo, verifica-se que o conhecimento sobre o ecoturismo, aumenta com o nível de escolaridade.

No cruzamento da opção “Conheço pouco”, com a variável “Habilitações literárias”, verifica-se uma distribuição um pouco diferente da “Conheço bem” e mais próxima da “Desconheço”. Aqui o fator explicativo pode ser a idade dos respondentes, isto é, devido à população mais velha ter tido acesso a alguma informação sobre problemas ambientais, a quando à criação do

Parque Natural da “Serra da Estrela”, levaram a que os mais velhos tenham ganho mais sensibilidade, sobre os problemas ambientais e suas consequências, mas estes a não ficarem bem consolidados. As percentagens dos respondentes forneceram os seguintes resultados: o 1º Ciclo com 41,2%, o 2º Ciclo com 80,0%, o 3º Ciclo com 64,0%, o 12º Ano com 55,3%, o Bacharelato com 47,4%, a Licenciatura com 41,4%, o Mestrado 26,7% e o Doutoramento com 0,0%.

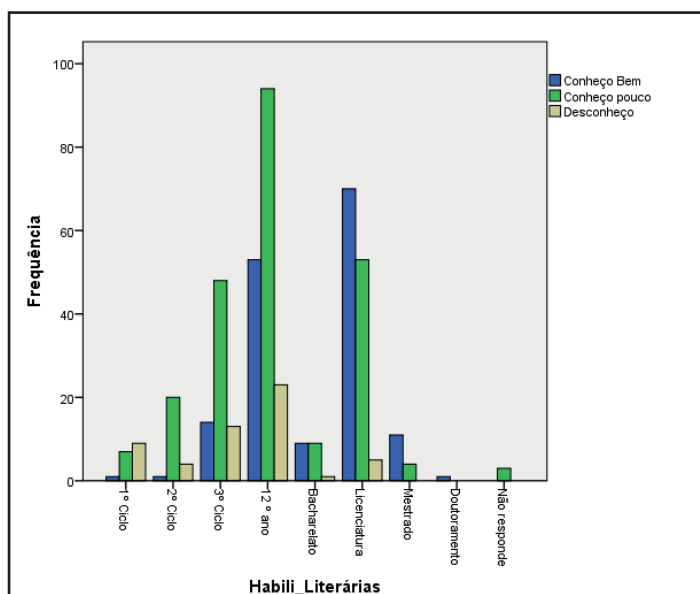
O número dos que não responderam foi mínimo, três no item “Conheço pouco”, num universo de 453 sujeitos.

Quadro 45: Habilitações Literárias * Conhece a designação: frequências e percentagens

		Conhece a Designação			Total
		Conheço Bem	Conheço pouco	Desconheço	
1º Ciclo	Frequência	1	7	9	17
	% Habilitações Literárias	5,9%	41,2%	52,9%	100,0%
2º Ciclo	Frequência	1	20	4	25
	% Habilitações Literárias	4,0%	80,0%	16,0%	100,0%
3º Ciclo	Frequência	14	48	13	75
	% Habilitações Literárias	18,7%	64,0%	17,3%	100,0%
12º Ano	Frequência	53	94	23	170
	% Habilitações Literárias	31,2%	55,3%	13,5%	100,0%
Bacharelato	Frequência	9	9	1	19
	% Habilitações Literárias	47,4%	47,4%	5,3%	100,0%
Licenciatura	Frequência	70	53	5	128
	% Habilitações Literárias	54,7%	41,4%	3,9%	100,0%
Mestrado	Frequência	11	4	0	15
	% Habilitações Literárias	73,3%	26,7%	0,0%	100,0%
Doutoramento	Frequência	1	0	0	1
	% Habilitações Literárias	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Não responde	Frequência	0	3	0	3
	% Habilitações Literárias	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
Total	Frequência	160	238	55	453
	% Habilitações Literárias	35,3%	52,5%	12,1%	100,0%

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 15: Cruzamento entre a pergunta e as habilitações literárias: frequência



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.12. Importância atribuída ao turismo ecológico e sustentável

Com a **pergunta nº 16 - Qual a importância que atribui a este tipo de turismo ecológico e sustentável**, queríamos conhecer qual o grau de importância que os inquiridos davam à escala local, a este tipo de turismo.

De acordo com os resultados obtidos (cf. Quadro 46 e Gráfico 16), podemos afirmar que os respondentes consideram que este tipo de turismo não é importante para o este território. De fato, nos itens “importante”, “muito importante” e “extremamente importante” a percentagem de resposta “não” é sempre superior a “sim”.

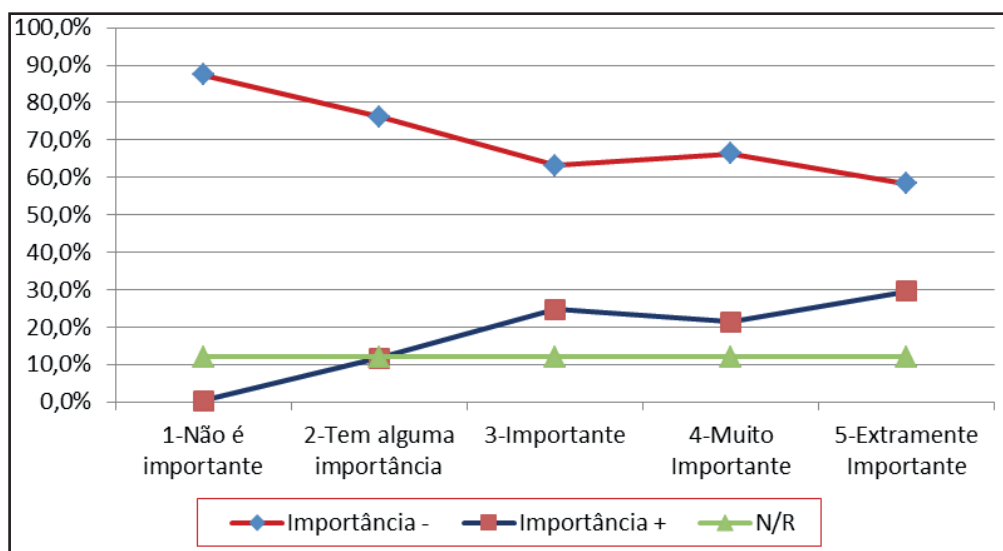
Os que não responderam foram na ordem de grandeza de 55 entre 453 respondentes, o que dá uma percentagem de 12,1%.

Quadro 46: Qual a importância que atribui a este tipo de turismo ecológico e sustentável: frequências e percentagens

	Não		Sim		N/R	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
1-Não é Importante	396	87,4%	2	0,4%	55	12,1%
2-Tem Alguma Importância	345	76,2%	53	11,7%	55	12,1%
3-Importante	286	63,1%	112	24,7%	55	12,1%
4-Muito Importante	301	66,4%	97	21,4%	55	12,1%
5-Extremamente Importante	264	58,3%	134	29,6%	55	12,1%

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 16: Qual a importância que atribui a este tipo de turismo ecológico e sustentável: percentagem



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.13. Ações de promoção do ecoturismo

No Quadro 47 e no Gráfico 17 encontram-se os resultados das estatísticas descritivas para as respostas que os inquiridos deram, numa escala de Likert, em que o 0 é (não respondem) e 1 é (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente), considerando o ponto 3 como aquele no qual há mudança do sentido da resposta dos sujeitos, de negativo para positivo ou vice-versa, relativamente a diferentes ações de promoção do ecoturismo, avaliadas com a pergunta nº 17 - **Diga se discorda ou concorda com as várias ações de promoção a desenvolver no âmbito da implementação dum Ecoturismo**, podemos fazer as seguintes constatações quanto aos resultados obtidos:

Quanto aos itens **1, 2, 3, 4, 5 e 6** que se referem a “Mais riqueza para o território”, “Maior divulgação do território”, “Aumento da qualidade de vida”, “Aumento do emprego”, “Mais riqueza para a território”, “Maior divulgação do território”, e “Melhoria viária”, a população local concorda que estes itens são importantes para a valorização do território, por isso, consideram-nos como pontos superiores à média, com 3,36, 3,38, 3,50, 3,47 e 3,08 respetivamente, mas ficando sempre abaixo dos dois valores superiores possíveis de obter 4 e 5;

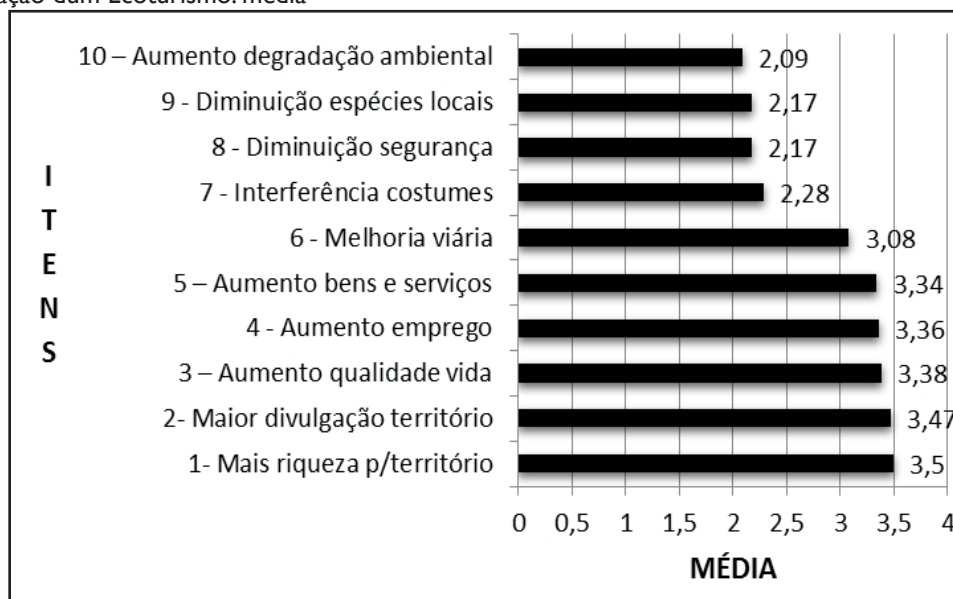
Já os itens **7, 8, 9, e 10** os quais se referem ao “Aumento da degradação ambiental”, “Diminuição da segurança”, “Interferência nos costumes” e “Diminuição das espécies locais”, a população local considera-os improváveis que venham a acontecer, por isso, a média é fraca, ficando abaixo do ponto intermédio 3 que indica a mudança de sentido, como percentagens de 2,28%, 2,17%, 2,17% e 2,09%.

Quadro 47: Diga se discorda ou concorda com as várias ações a desenvolver no âmbito da implementação dum ecoturismo: média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1- Mais riqueza p/território	453	0	5	3,50	1,443
2- Maior divulgação território	453	0	5	3,47	1,429
3 – Aumento qualidade vida	453	0	5	3,38	1,453
4 - Aumento emprego	453	0	5	3,36	1,466
5 – Aumento bens e serviços	453	0	5	3,34	1,384
6 - Melhoria viária	453	0	5	3,08	1,423
7 - Interferência costumes	453	0	5	2,28	1,213
8 - Diminuição segurança	453	0	5	2,17	1,166
9 - Diminuição espécies locais	453	0	5	2,17	1,195
10 – Aumento degradação ambiental	453	0	5	2,09	1,189
N válido (de lista)	453				

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 17: Diga se discorda ou concorda com as várias ações de promoção a desenvolver no âmbito da implementação dum Ecoturismo: média



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.14. Benefícios e prejuízos do ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela

No Quadro 48 e Gráfico 18, encontram-se os resultados das estatísticas descritivas para as opções a que os sujeitos responderam numa escala de Likert, em que o 0 é (não respondem) e 1 é (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente), relativas à pergunta nº 18 - **Qual é a sua opinião sobre os potenciais benefícios e prejuízos do Ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela.** Considerando o ponto 3 como aquele em que há mudança do sentido da resposta dos sujeitos, de negativo para positivo ou vice-versa, podemos fazer as seguintes constatações quanto aos resultados obtidos:

O itens **1 e 2** que se referem “Aumento de receitas regionais” e “Gerar benefícios sociais” a população local, considera-os benéficos, com valores superiores à média, com 3,45 e 3,43. Apresentam valores acima da média 3, mas ficam abaixo dos dois valores superiores possíveis de obter 4 e 5;

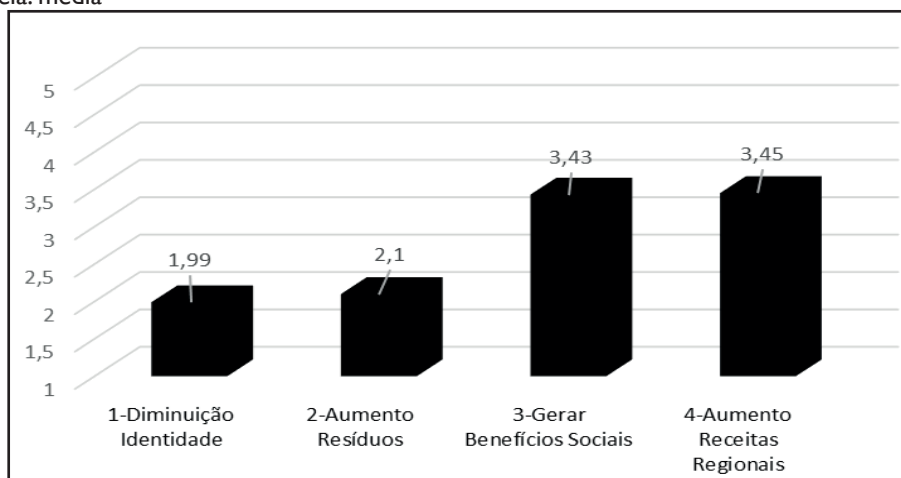
Quanto aos itens **3 e 4**, que se referem aos “Aumentos dos resíduos” e à “Diminuição de identidade”, a população local diz-nos que estes itens não vão ter uma grande relevância naquele território, por isso, as médias são inferiores a 3, com 2,10 e 1,99 respetivamente, ficando assim, bastante abaixo do ponto intermédio 3 que indica a mudança de sentido.

Quadro 48: Qual é sua opinião sobre os potenciais benefícios e prejuízos do Ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela: média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Aumento Receitas Regionais	453	0	5	3,45	1,424
2 - Gerar Benefícios Sociais	453	0	5	3,43	1,415
3 - Aumento Resíduos	453	0	5	2,10	1,193
4 - Diminuição Identidade	453	0	5	1,99	1,082
N válido (de lista)	453				

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 18: Qual é sua opinião sobre os potenciais benefícios e prejuízos do Ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela: média



Fonte: Inquiridos / população local

4.1.15. Importância de ações de reabilitação na implementação do ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela

No Quadro 49 e Gráfico 19, encontram-se os resultados das estatísticas descritivas para os itens a que os sujeitos responderam numa escala de Likert, de 0 (não respondem) e de 1 (não é importante) a 5 (extremamente importante), à pergunta nº 19 - **Acha importante ou não, as ações de reabilitação ambiental, económica e de promoção sociocultural, identificadas na implementação dum Ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela.** Considerando o ponto 3 como aquele em que há mudança do sentido da resposta dos sujeitos, podemos fazer as seguintes constatações quanto aos resultados obtidos:

Quanto aos itens **1, 2, 3, 4, e 5** que se referem a “Controle da poluição”, “Desenvolvimento estratégico”, “Valorização turística”, “Apoio social à população” e “Reabilitação urbanística” a população local compreende que estes itens são importantes para a valorização do território, pois os resultados médios obtidos são superiores à média, com 3,35; 3,34; 3,30; 3,25 e 3,08 respetivamente, mas ficando abaixo dos valores máximos

possíveis de obter 4 e 5;

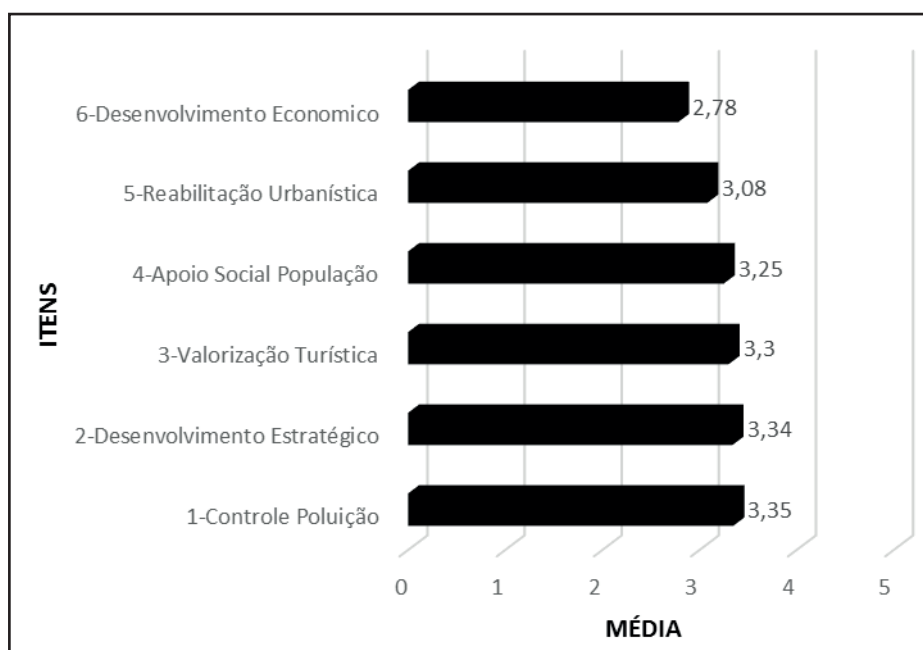
O item com o valor mais abaixo é o item 6, o qual se refere ao “Desenvolvimento económico” em que apresenta um valor médio de 2,78. A população local considera que este segmento turístico não será o mais importante para o território, por isso, a média é fraca, ficando abaixo do ponto intermédio 3 que indica a mudança de sentido. Este resultado vai ao encontro da nossa observação indireta, na qual já tínhamos verificado que a população local, acha que devem ser vários e diversos os vetores de desenvolvimento económico para o território. O ecoturismo poderá ser um deles, mas não será o único nem o mais importante.

Quadro 49: Acha importante ou não, as ações de reabilitação ambiental económica e de promoção sociocultural, identificadas na implementação dum Ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela: média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Controle Poluição	453	0	5	3,35	1,512
2 - Desenvolvimento Estratégico	453	0	5	3,34	1,514
3 - Valorização Turística	453	0	5	3,30	1,472
4 - Apoio Social População	453	0	5	3,25	1,492
5 - Reabilitação Urbanística	453	0	5	3,08	1,405
6 - Desenvolvimento Economico	453	0	5	2,78	1,380
N válido (de lista)	453				

Fonte: Inquiridos / população local

Gráfico 19: Acha importante ou não, as ações de reabilitação ambiental, económica e de promoção sociocultural, identificadas na implementação dum Ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela: média



4.2. Amostra dos Turistas

4.2.1 Respondentes por local de entrega do questionário

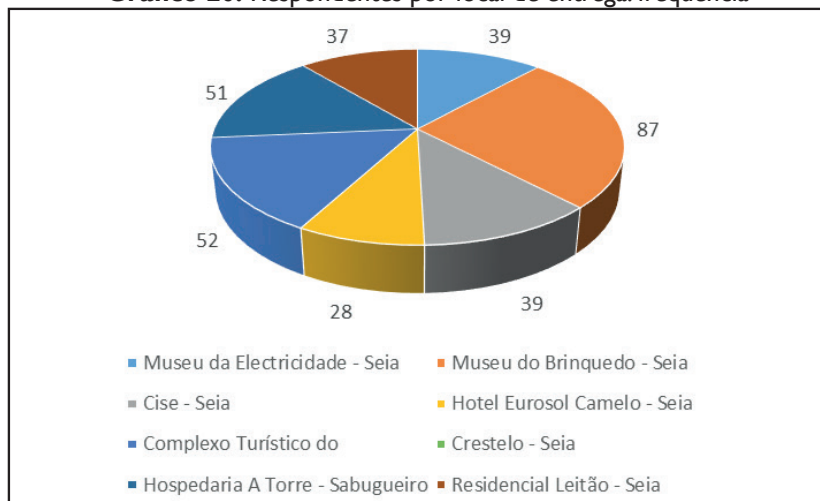
De acordo com os dados do Quadro 50 e Gráfico 20 verifica-se que, há um local de receção do questionário que se destaca, é o “Museu do Brinquedo” com 26,1%. Segue-se dois locais com percentagens semelhantes: o “Complexo Turístico do Crestelo” com 15,6% e a “Hospedaria A Torre” com 15,3% respetivamente. Em seguida vêm dois locais de receção com percentagens iguais: “Museu da Eletricidade” 11,7% e o “Cise” 11,7%, logo seguidos pela “Residencial Leitão” com 11,1% e por fim o “Hotel Eurosol Camelo” com 8,4%.

Quadro 50: Respondentes por local de entrega: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Museu da Eletricidade - Seia	39	11,7	11,7	11,7
Museu do Brinquedo - Seia	87	26,1	26,1	37,8
Cise - Seia	39	11,7	11,7	49,5
Hotel Eurosol Camelo - Seia	28	8,4	8,4	58,0
Complexo Turístico do Crestelo - Seia	52	15,6	15,6	73,6
Hospedaria A Torre - Sabugueiro	51	15,3	15,3	88,9
Residencial Leitão - Seia	37	11,1	11,1	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 20: Respondentes por local de entrega: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.2 Respondentes por género / local de entrega do questionário

No que se refere à variável “género” cruzada com a variável “local de entrega” verifica-se, através dos dados apresentados no Quadro 51 e Gráfico 21, que há uma variação entre o género

masculino e feminino na ordem dos 13% a favor do género feminino. A maioria dos respondentes 56,5% são mulheres, sendo os sujeitos masculinos 43,5%.

Em comparação aos dados estatísticos nacionais sobre o género, publicados pela PORDATA (2015) em que a população feminina era 52,2% e a masculina 47,8% em 2011, a nossa amostra, tem uma percentagem mais elevada do que a nível nacional, mas mesmo assim, não é uma diferença muito expressiva.

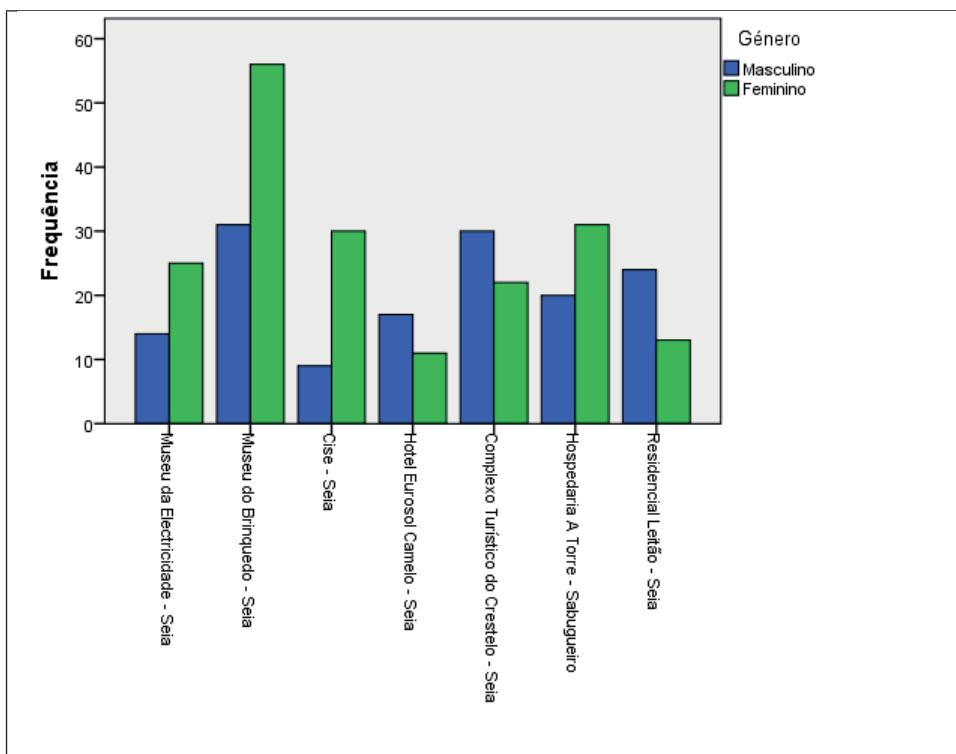
Quanto ao cruzamento das duas variáveis, constata-se que: há uma percentagem maior de respondentes femininos, no “Cise” com 76,9%, seguido pelo “Museu do Brinquedo” com 64,4%, “Museu da Eletricidade” com 64,1% e a “Hospedaria A Torre” no Sabugueiro com 60,8%. Já os respondentes do género masculino têm uma maior percentagem na “Residencial Leitão” com 64,9% seguido pelo “Hotel Eurosol Camelo” com 60,7% e pelo “Complexo Turístico do Crestelo” com 57,7%.

Quadros 51: Respondentes por género / local de entrega: frequências e percentagens

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Museu da Eletricidade - Seia	Frequência	14	25	39
	%	35,9%	64,1%	100,0%
Museu do Brinquedo - Seia	Frequência	31	56	87
	%	35,6%	64,4%	100,0%
Cise - Seia	Frequência	9	30	39
	%	23,1%	76,9%	100,0%
Hotel Eurosol Camelo - Seia	Frequência	17	11	28
	%	60,7%	39,3%	100,0%
Complexo Turístico do Crestelo - Seia	Frequência	30	22	52
	%	57,7%	42,3%	100,0%
Hospedaria A Torre - Sabugueiro	Frequência	20	31	51
	%	39,2%	60,8%	100,0%
Residencial Leitão - Seia	Frequência	24	13	37
	%	64,9%	35,1%	100,0%
Total	Frequência	145	188	333
	%	43,5%	56,5%	100,0%

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 21 - Respondentes por género / local de entrega: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.3. Respondentes por grupo etário / local de entrega

Na distribuição de respostas por grupos de “Idade” por “Local de Entrega”, podemos verificar que no cruzamento das duas variáveis, Quadro 52 e Gráfico 22, existe no grupo dos “24 a 39 anos” com 37,8% e no grupo dos “40 aos 55 anos” com 36,6%, encontra-se a maior percentagem de visitantes ao concelho com 74,4% (248 respondentes em N=333). Este resultado pode ser explicado por estes grupos etários terem mais poder económico e de mobilidade para este tipo de turismo (montanha).

A grande maioria de respondentes (n=87) foi no “Museu do Brinquedo”. De seguida, vem com pouca diferença entre eles, o “Complexo Turístico do Crestelo” com 52 e “A Hospedaria a Torre” com 51. Logo de seguida, com uma igualdade de respondentes (n=39) segue-se o “Museu da Electricidade” e o “Centro de Interpretação de Seia”. Imediatamente vem a “Residencial Leitão” com 37 e, finalmente, o “Hotel Eurosol Camelo” com 28, dando um total de 333 respondentes.

Uma hipótese explicativa, para que haja uma maioria dos respondentes no “Museu do Brinquedo” advém de dois fatores: 1º ser um ponto com muita afluência de visitantes; 2º por a especificidade de a visita ser feita por adultos com adolescentes e por norma os adultos ficarem na sala de entrada do museu, a aguardar que os menores façam a visita com os guias, o que leva

a que haja mais tempo e predisposição para preenchimento de questionários por parte dos visitantes.

Fazendo uma análise aos grupos etários pelos locais de entrega, verifica-se o seguinte:

No grupo de “< 24” anos há uma percentagem de respondente muito baixa (10,8%), a qual é formada por uma quantidade de respondente muito fraca (36 em N=333). Tanto no “Hotel Eurosol Camelo” com 3,6% como no “Complexo Turístico do Crestelo” com 1,9%, foram os locais de entrega, onde a percentagem foi mais baixa. De seguida vem o “Museu da Eletricidade” com 5,1%, a “Residencial Leitão” com 8,1%, o “Museu do Brinquedo” com 9,2%, o “Centro de Interpretação de Seia” com 15,4% e, finalmente, com algum destaque, a “Hospedaria a Torre”, com 29,4%. A baixa percentagem deste grupo etário pode ser explicada pelo seu poder económico ser ainda muito baixo.

A “Hospedaria a Torre” foi o local onde houve mais respondentes (15), talvez por ser o ponto mais próximo da Estação de Ski, a qual atrai os visitantes mais novos, para a práticas de desportos de Inverno;

O grupo dos “24 aos 39” anos com 37,8%, é aquele que apresenta a maior percentagem de respondentes (126 sujeitos em N=333).

A percentagem distribui-se da seguinte maneira: “Museu do Brinquedo” com 49,4%, “Museu da Eletricidade” com 43,6%, “Complexo Turístico do Crestelo” com 40,4%, “Hotel Eurosol Camelo” com 39,3%, “Centro de Interpretação de Seia” com 38,5%, “Residencial Leitão” com 29,7% e finalmente a “Hospedaria a Torre” com 15,7%.

A maior percentagem de respondentes neste grupo etário pode ser explicada pela existência de algum poder de compra por parte deste grupo. É o grupo que apresenta uma taxa menor de desemprego, como veremos mais à frente, na análise à pergunta nº 7;

No grupo dos “40 a 55” anos, a percentagem é menor que o grupo anterior, com 36,6%, mas ainda assim, significativa com 122 respondentes em N=333.

Quanto à percentagem de respondentes por local de entrega, esta alterou-se em relação ao grupo anterior, a maior percentagem foi na “Residencial Leitão” com 48,6%, seguida do “Museu da Eletricidade” com 41,0%, “Hotel Eurosol Camelo” com 39,3%, e com uma percentagem igual ao do grupo anterior, a “Hospedaria a Torre” com 37,3%, o “Museu do Brinquedo” com 34,5% e por fim, dois locais, com a mesma percentagem (30,8%), que foram o “Centro de Interpretação de Seia” e o “Complexo Turístico do Crestelo”.

Podemos afirmar que este grupo etário tem sensivelmente as mesmas características do grupo anterior, como menos desempregados e o mesmo poder de compra;

O grupo de “> 55” anos representa o penúltimo grupo etário, com uma percentagem de 14,7%, ou seja, 49 respondentes em N=333.

A distribuição foi a seguinte: “O Complexo Turístico do Crestelo” com 26,9%, “Hotel Eurosol Camelo” com 17,9%, “Hospedaria a Torre” com 17,6%, “Centro de Interpretação de Seia” com

15,4%, “Residencial Leitão” com 13,5%, “Museu da Eletricidade” com 10,3% e, finalmente, o “Museu do Brinquedo” com 6,9%.

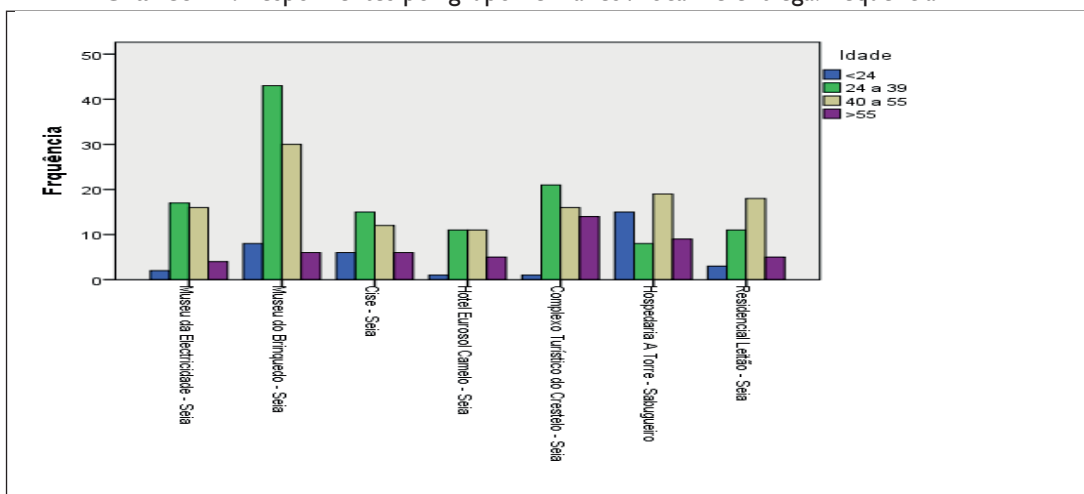
Verifica-se que este grupo, por ter um maior poder de compra, as percentagens mais altas encontraram-se em três conjuntos turísticos hoteleiros. Já os valores mais baixos foram nas instituições culturais, com exceção para o CISE, isto pode explicar-se, por este grupo etário poder ter uma maior dificuldade de mobilidade ou já um conhecimento anterior destes espaços.

Quadro 52: Respondentes por grupo de idades / local de entrega: frequências e percentagens

		Grupos de Idade				Total
		<24	24 a 39	40 a 55	>55	
Museu da Eletricidade - Seia	Frequência	2	17	16	4	39
	%	5,1%	43,6%	41,0%	10,3%	100,0%
Museu do Brinquedo - Seia	Frequência	8	43	30	6	87
	%	9,2%	49,4%	34,5%	6,9%	100,0%
Cise - Seia	Frequência	6	15	12	6	39
	%	15,4%	38,5%	30,8%	15,4%	100,0%
Hotel Eurosol Camelo - Seia	Frequência	1	11	11	5	28
	%	3,6%	39,3%	39,3%	17,9%	100,0%
Complexo Turístico do Crestelo - Seia	Frequência	1	21	16	14	52
	%	1,9%	40,4%	30,8%	26,9%	100,0%
Hospedaria A Torre - Sabugueiro	Frequência	15	8	19	9	51
	%	29,4%	15,7%	37,3%	17,6%	100,0%
Residencial Leitão - Seia	Frequência	3	11	18	5	37
	%	8,1%	29,7%	48,6%	13,5%	100,0%
Total	Frequência	36	126	122	49	333
	%	10,8%	37,8%	36,6%	14,7%	100,0%

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 22: Respondentes por grupo de idades / local de entrega: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.4 Estado Civil, Concelho de Natalidade e Residência, Habilitações Literárias e Atividade Profissional.

Passamos a apresentar, os resultados referentes às variáveis de caracterização sociodemográfica dos sujeitos da nossa amostra, como sejam, o “Estado civil”, “NUTS de nascimento”, “NUTS de residência”, “Habilitações literárias” e “Atividade profissional”.

Estão nestes casos:

- **“Estado Civil”**

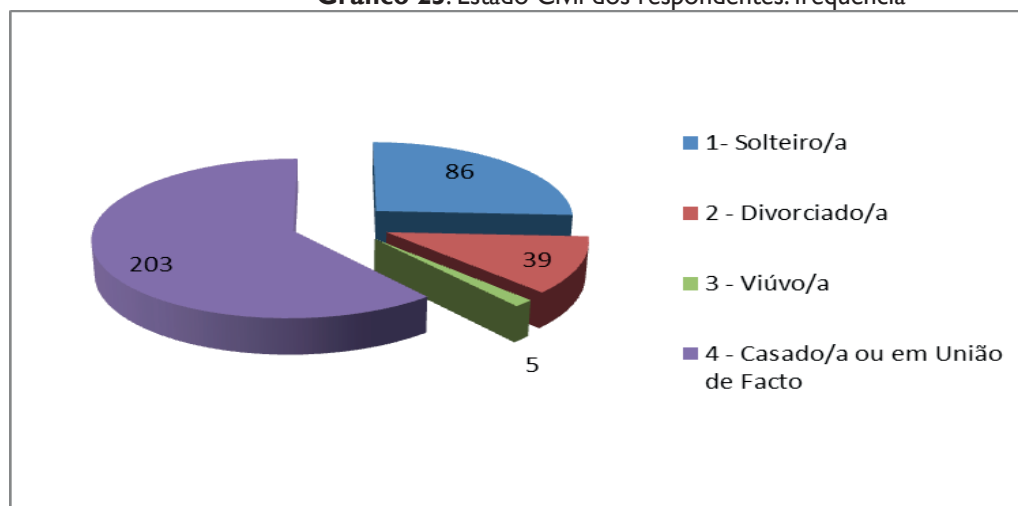
Dos sujeitos inquiridos, 61,0% afirmaram que estava “Casado ou em união de fato”, o que mostra como esta variável está perfeitamente de acordo com estatísticas nacionais sobre o estado civil nacional INE (2011). Seguiu-se os “Solteiros” com 25,8%, os “divorciados” com 11,7% e finalmente os “Viúvos/as”, com 1,5% (cf. Quadro 53, Gráfico 23).

Quadro 53: Estado Civil dos respondentes: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
1-Solteiro/a	86	25,8	25,8	25,8
2-Divorciado/a	39	11,7	11,7	37,5
3-Viúvo/a	5	1,5	1,5	39,0
4-Casado/a ou em União de Fato	203	61,0	61,0	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 23: Estado Civil dos respondentes: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

- **“NUTS. Nascimento”**

Dos sujeitos inquiridos, 43,2% afirmaram que nasceram “NUTS III Região de Coimbra” (cf. Quadro 54, Figura 26 e Gráfico 24).

A seguir vêm os que nasceram no “NUTS III Área Metropolitana de Lisboa”, com 12,0%.

Com a mesma percentagem vêm os que nasceram no “NUTS III Região de Aveiro e “NUTS III Beiras e Serra da Estrela” (7,8%). De seguida vêm os que nasceram no “NUTS III área Metropolitana do Porto” com 6,9%, os que nasceram no “NUTS III Viseu Dão Lafões” com 3,9% e os que nasceram no “NUTS III Tâmega e Sousa” 3,3%. Com a mesma percentagem vêm os que nasceram “NUTS III Ave” e “NUTS III Região de Leiria” (1,5%). Finalmente, os que nasceram “NUTS III Alto Tâmega” com 1,2%.

Verifica-se que a maioria dos inquiridos nasceu em áreas afastadas do território que foi investigado.

Há uma predominância de pessoas que nasceram no litoral (52,5%) - Regiões de Coimbra e Aveiro, seguidas das áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (18,9%) e das que nasceram no norte de Portugal (6,0%). Os respondentes que nasceram perto do território investigado ficaram pelos 11,7%.

Nas outras áreas do território nacional, as áreas de nascimentos não apresentam valores significativos, excetuando-se aqueles que nasceram fora do território nacional como em “Angola” 1,5%, e com a mesma percentagem “França” e “Brasil” (1,2%).

Como já tínhamos referido anteriormente, só interessaria para esta investigação, o levantamento das diferentes perceções que os turistas nacionais têm sobre o turismo e o ecoturismo no Parque Natural da Serra da Estrela e no concelho de Seia.

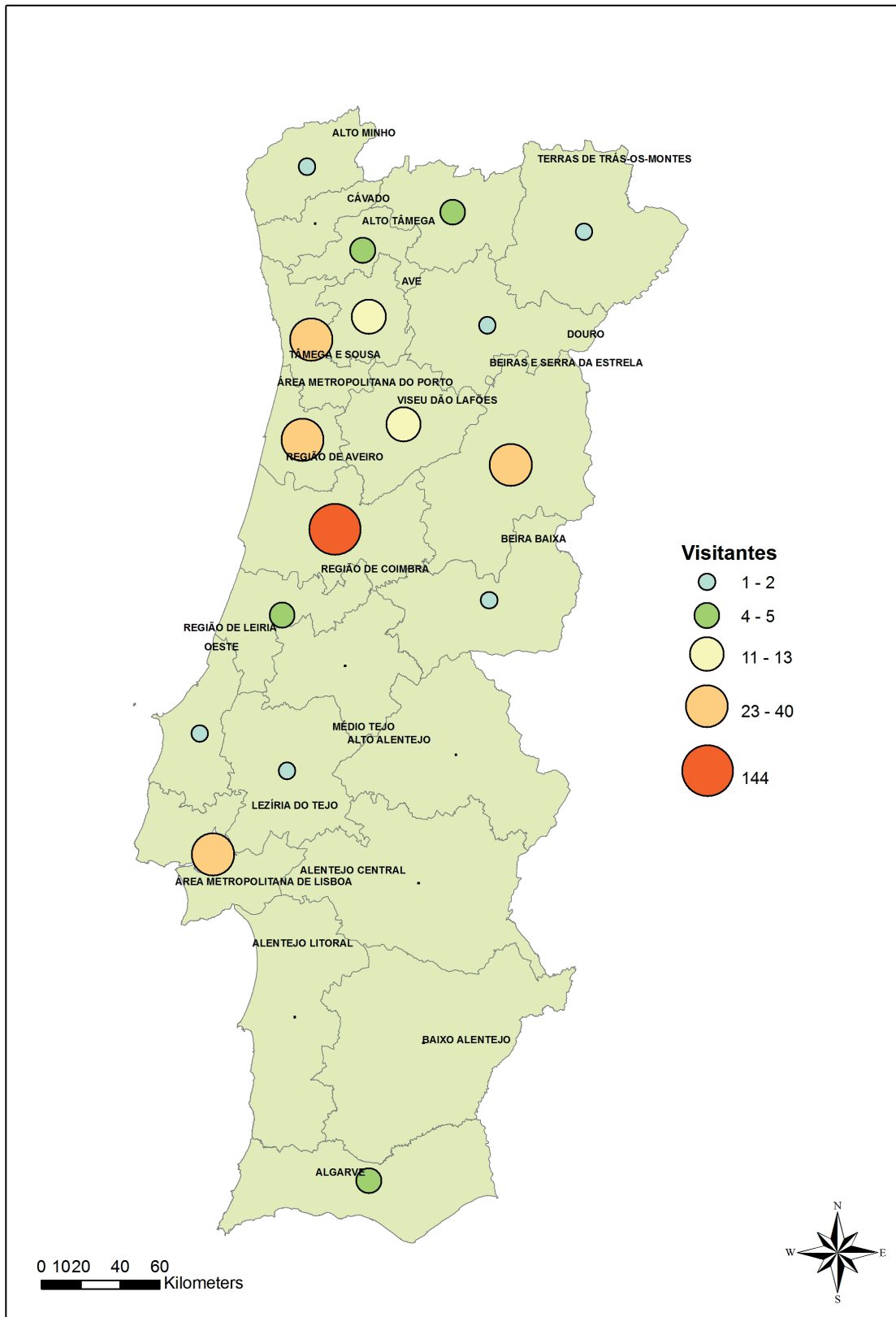
Houve, porém, alguns respondentes da comunidade de língua portuguesa que por estarem a residir por motivos profissionais ou académicos em território nacional há já algum tempo, também foram validados. As perceções de outras nacionalidades com os seus diferentes graus de conhecimento que tem sobre o turismo e ecoturismo, poderá ser objeto duma investigação futura.

Quadro 54: NUTS. Nascimento: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
NUTS II Algarve	1	,3	,3	,3
NUTS III Alto Minho	1	,3	,3	,6
NUTS III Ave	5	1,5	1,5	2,1
NUTS III Área Metropolitana Porto	23	6,9	6,9	9,0
NUTS III Alto Tâmega	4	1,2	1,2	10,2
NUTS III Tâmega e Sousa	11	3,3	3,3	13,5
NUTS III Douro	2	,6	,6	14,1
NUTS III Terras de Trás-os-Montes	2	,6	,6	14,7
NUTS III Oeste	2	,6	,6	15,3
NUTS III Região de Aveiro	26	7,8	7,8	23,1
NUTS III Região de Coimbra	144	43,2	43,2	66,4
NUTS III Região de Leiria	5	1,5	1,5	67,9
NUTS III Viseu Dão Lafões	13	3,9	3,9	71,8
NUTS III Beira Baixa	2	,6	,6	72,4
NUTS III Beiras e Serra da Estrela	26	7,8	7,8	80,2
NUTS III Área Metropolitana de Lisboa	40	12,0	12,0	92,2
NUTS III Lezíria do Tejo	2	,6	,6	92,8
NUTS III Algarve	3	,9	,9	93,7
Angola	5	1,5	1,5	95,2
Cabo Verde	1	,3	,3	95,5
Moçambique	2	,6	,6	96,1
Brasil	4	1,2	1,2	97,3
Espanha	1	,3	,3	97,6
França	4	1,2	1,2	98,8
República Centro Africana	3	,9	,9	99,7
Estados Unidos da América	1	,3	,3	100,0
Total	333	100,0	100,0	

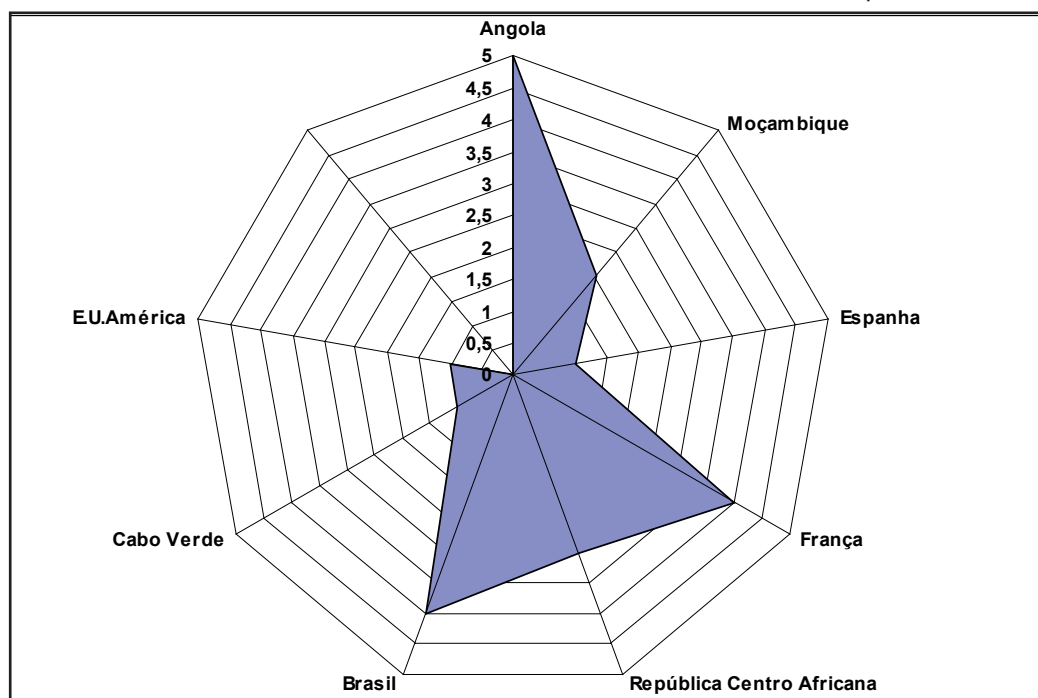
Fonte: Inquiridos / turistas

Figura 26: NUTS. Nascimento



Fonte: CAOP – 2015

Gráfico 24: NUTS. Nascimento fora do território nacional: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

- **“NUTS de Residência”**

Dos sujeitos inquiridos, 91,6% responderam que tinham residência fora do “NUTS III Beiras e Serra da Estrela” (cf. Quadro 55, Figura 27), o que vai ao encontro do objetivo da investigação (que a maioria da população não fosse residente naquele território).

Só 8,4% dos inquiridos é que tem residência no “NUTS III Beiras e Serra da Estrela”.

Destaca-se o “NUTS III Região de Coimbra” com 52,9%, ou seja, mais de metade dos visitantes a este território são desta região. A explicação para tal acontecer, advém da proximidade e da atração turística, que existe por parte das zonas litorais, incluindo o “NUTS III Região de Aveiro” com 8,4%. Para estes turistas este território com uma paisagem de montanha é o oposto dos seus territórios.

Vem logo de seguida;

- ➔ O “NUTS III Área Metropolitana de Lisboa” com 9,6%;
- ➔ O “NUTS III Beiras e Serra da Estrela” com 8,4%;
- ➔ O “NUTS III Área Metropolitana do Porto” com 8,1%;
- ➔ O “NUTS III Viseu Dão Lafões” com 3,0%;
- ➔ O “NUTS III Tâmega e Sousa” com 2,4%;
- ➔ Com a mesma percentagem, situam-se o “NUTS III Ave” e o “NUTS III Lezíria do Tejo” com 1,2%.

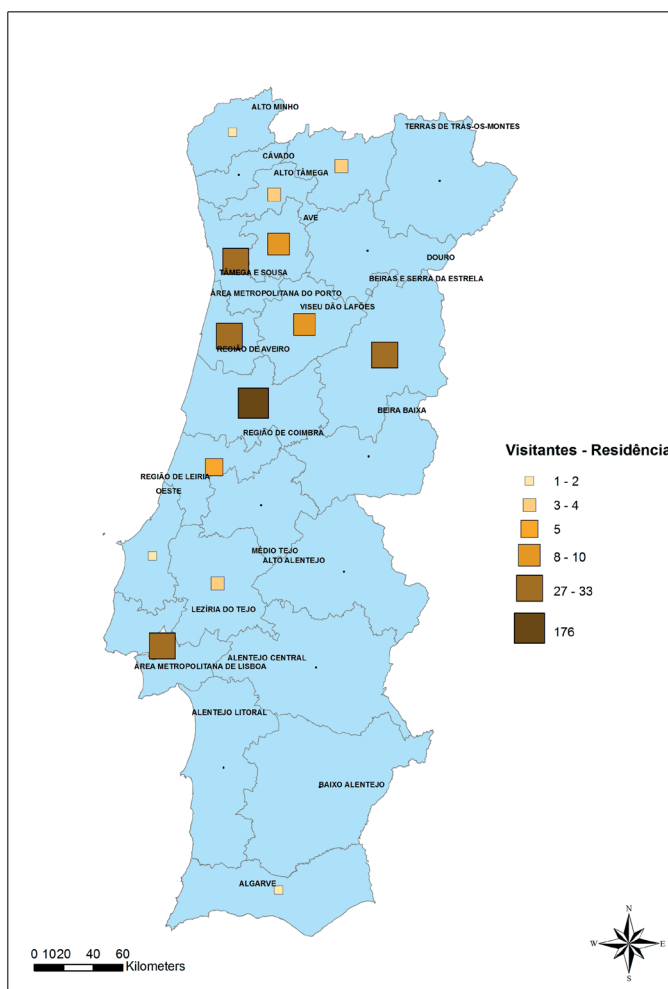
Os restantes, pelo seu valor baixo, não têm grande significância.

Quadro 55: Concelho Residência: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
NUTS II Área Metropolitana de Lisboa	1	,3	,3	,3
NUTS II Algarve	1	,3	,3	,6
NUTS III Alto Minho	1	,3	,3	,9
NUTS III Ave	4	1,2	1,2	2,1
NUTS III Área Metropolitana Porto	27	8,1	8,1	10,2
NUTS III Alto Tâmega	3	,9	,9	11,1
NUTS III Tâmega e Sousa	8	2,4	2,4	13,5
NUTS III Oeste	2	,6	,6	14,1
NUTS III Região de Aveiro	28	8,4	8,4	22,5
NUTS III Região de Coimbra	176	52,9	52,9	75,4
NUTS III Região de Leiria	5	1,5	1,5	76,9
NUTS III Viseu Dão Lafões	10	3,0	3,0	79,9
NUTS III Beiras e Serra da Estrela	28	8,4	8,4	88,3
NUTS III Área Metropolitana de Lisboa	32	9,6	9,6	97,9
NUTS III Lezíria do Tejo	4	1,2	1,2	99,1
Brasil	1	,3	,3	99,4
Dubai	1	,3	,3	99,7
Espanha	1	,3	,3	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Figura 27: NUTS. Residência



Fonte: CAOP – 2015

• **“Habilitações Literárias”**

A maioria dos respondentes possui “Licenciatura” (35,4%) (cf. Quadro 56, Gráfico 25). Seguem-se os que possuem o “12º ano” com 33,3%, o “Mestrado” com 11,1%, o “3º Ciclo” com 9,9%, o “Bacharelato” com 4,5%, o “2º Ciclo” com 2,1%, o “Doutoramento” com 1,8% e o “1º Ciclo” com 1,5%.

Houve só um sujeito que não respondeu a esta pergunta (0,3%).

Considerando os resultados obtidos, podemos afirmar que quase metade dos visitantes tem um nível de habilitações literárias superiores (licenciatura, mestrado e doutoramento) correspondendo a 48,3%, seguindo-se os de nível intermédio (12º ano e bacharelato) com 37,8% e, finalmente, os de nível de habilitações literárias mais baixas (1º, 2º e 3º Ciclos) com 13,5%.

Os resultados obtidos indicam que o visitante que opta por estes destinos tem um nível de escolaridade superior à média nacional.

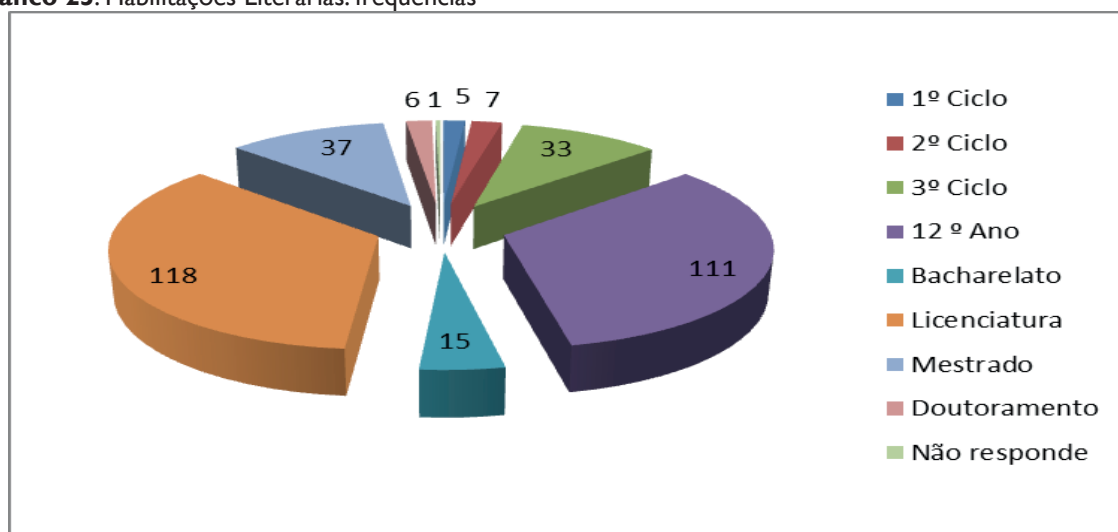
Estes valores vão ao encontro dos que se observam a nível nacional, em que se constata que nos últimos anos existe um aumento progressivo, embora lento, do grau de instrução da nossa população ativa INE (2011).

Quadro 56: Habilitações Literárias: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
1º Ciclo	5	1,5	1,5	1,5
2º Ciclo	7	2,1	2,1	3,6
3º Ciclo	33	9,9	9,9	13,5
12º Ano	111	33,3	33,3	46,8
Bacharelato	15	4,5	4,5	51,4
Licenciatura	118	35,4	35,4	86,8
Mestrado	37	11,1	11,1	97,9
Doutoramento	6	1,8	1,8	99,7
Não responde	1	,3	,3	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 25: Habilitações Literárias: frequências



Fonte: Inquiridos / turistas

• **“Atividade Profissional”**

A pergunta, referente à “Atividade Profissional”, foi construída com base na “Classificação Nacional das Profissões” (CNP).²⁵

Esta classificação é composta pelo conjunto de todas as profissões existentes em Portugal e da sua respetiva descrição funcional, apresentando-se agregados por grupo profissionais.

Considerando os resultados obtidos e representados no Quadro 57 e no Gráfico 26, foi o grupo de “Especialistas Intelectuais e científicos” que teve a maior percentagem de respostas com 24,9%, seguido do “Pessoal Administrativo e similares” com 19,5%, os “Técnicos de nível intermédio” com 12,6%, os “Operários, artificies e similares” com 12,0% e, com a mesma percentagem, 8,7%, o “Pessoal dos serviços e vendedores” e os “Estudantes”.

Com uma percentagem menor vem, o grupo dos “Desempregados” com 3,9%, o “Quadro Superior Público e Privado” com 3,0%, os “Reformado/a” com 2,1% e os “Trabalhadores não qualificados” com 1,5%.

Com uma percentagem baixa, encontram-se os grupos dos “operadores de máquinas e montagens” com 0,9%, e “Agricultores e pescas” com 0,3%.

Os que não responderam tiveram uma percentagem de 1,8%.

Pode-se afirmar que os primeiros quatro grupos de atividades profissionais, do Quadro 29 perfazem, todos somados, mais de 60% dos visitantes a este território, havendo ainda a realçar a percentagem alcançada por grupos como “Operários, artificies e similares”, “Estudantes” e “Pessoal dos serviços e vendedores”, com 29,6%.

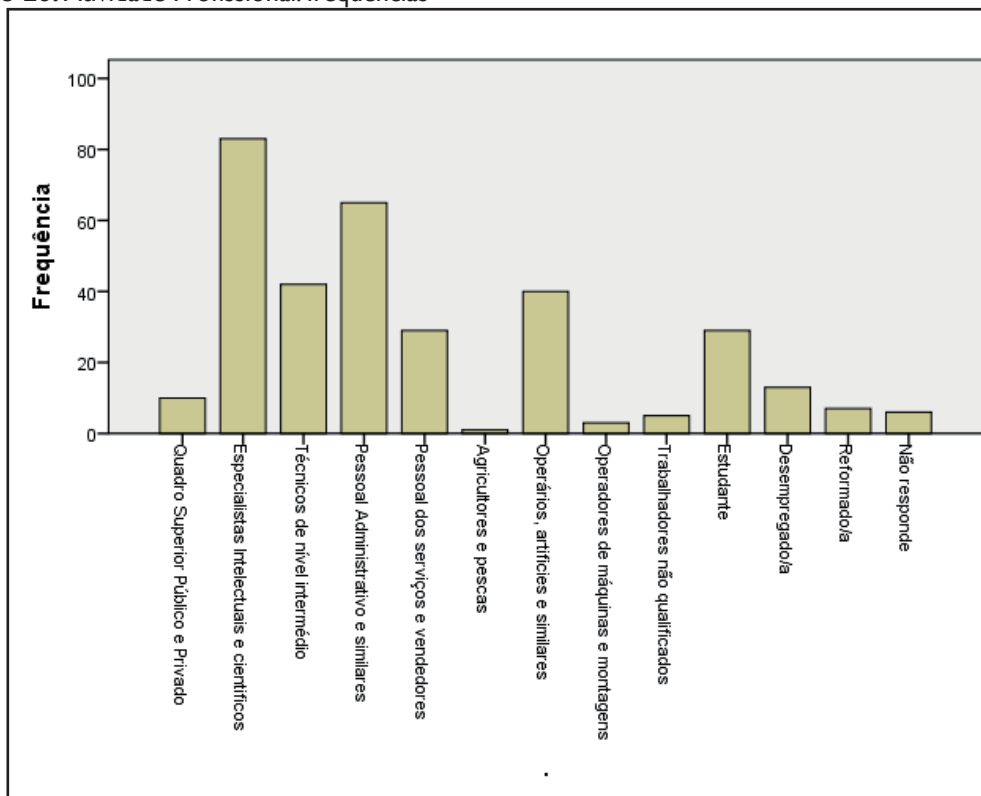
Quadro 57: Atividade Profissional: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Quadro Superior Público e Privado	10	3,0	3,0	3,0
Especialistas Intelectuais e científicos	83	24,9	24,9	27,9
Técnicos de nível intermédio	42	12,6	12,6	40,5
Pessoal Administrativo e similares	65	19,5	19,5	60,1
Pessoal dos serviços e vendedores	29	8,7	8,7	68,8
Agricultores e pescas	1	,3	,3	69,1
Operários, artificies e similares	40	12,0	12,0	81,1
Operadores de máquinas e montagens	3	,9	,9	82,0
Trabalhadores não qualificados	5	1,5	1,5	83,5
Estudante	29	8,7	8,7	92,2
Desempregado/a	13	3,9	3,9	96,1
Reformado/a	7	2,1	2,1	98,2
Não responde	6	1,8	1,8	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

25 Informação retirada do site: <http://cdp.portodigital.pt/>

Gráfico 26: Atividade Profissional: frequências



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.5. “Em férias, costuma ser acompanhado/a por?”

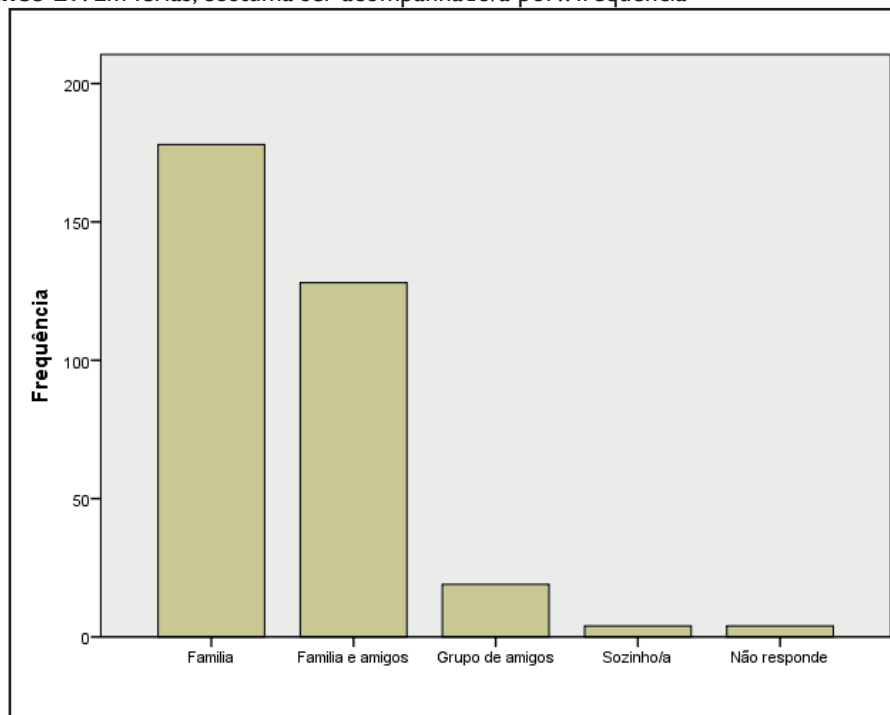
De acordo com os dados constantes do Quadro 58 e Gráfico 27, podemos afirmar que mais de metade dos respondentes indica ir de férias acompanhado pela “Família” com 53,5%. Segue-se os que indicam a “Família e amigos” com 38,4%. Só estas duas categorias correspondem a 91,9% das escolhas feitas por os respondentes.

Constata-se que a distribuição pelas outras categorias como “Grupo de amigos” com 5,7%, “Sozinho/a” com 1,2% ou “Não responde” com 1,2% corresponde só a 8,1% dos respondentes, o que numa amostra de N=333 indivíduos é insignificante.

Quadro 58: Em férias, costuma ser acompanhado/a por?: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
1 - Família	178	53,5	53,5	53,5
2 - Família e amigos	128	38,4	38,4	91,9
3 - Grupo de amigos	19	5,7	5,7	97,6
4 - Sozinho/a	4	1,2	1,2	98,8
5 - Não responde	4	1,2	1,2	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 27: Em férias, costuma ser acompanhado/a por?: frequência

Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.6. “Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino”

Relativamente às respostas que os N=333 inquiridos deram à pergunta - “Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos quando está de férias ou visita um destino” (cf. Quadros 59.1; 59.2; 59.3; 59.4; 59.5; 59.6; 59.7 e 59.8 e Gráfico 28) relacionada com as suas práticas turísticas, os resultados obtidos, foram os seguintes:

Quanto ao **item 1**, que se refere ao “Turismo / Lazer”, os visitantes optam por esta prática turística como a mais importante para eles, com 85% de respondentes a indicá-la;

○ **item 5** “Turismo de Natureza”, fica em segundo lugar, com 46,5%;

○ **item 3** “Culturais”, fica em terceiro lugar, com 39,9%;

○ **item 4** “Gastronómicos” fica em quarto, com 30,3%;

○ **item 7** “Caminhadas” fica em quinto, com 22,5%;

Já os **itens 2, 6 e 8**, os quais se referem a “Desportos Radicais” e “Desportos de Inverno” os respondentes consideram que não são muito importantes para as suas práticas turísticas ou de visita a um destino, com 9,9%, 6,9% e 1,2% respetivamente.

Quadro 59.1: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino. **Item 1 - Turismo / lazer:** frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	50	15,0	15,0	15,0
Sim	283	85,0	85,0	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Quadro 59.2: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino. **Item 2 – Desportos Radicais:** frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	300	90,1	90,1	90,1
Sim	33	9,9	9,9	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Quadro 59.3: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino. **Item 3 - Culturais:** frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	200	60,1	60,1	60,1
Sim	133	39,9	39,9	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Quadro 59.4: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino. **Item 4 - Gastronómicas:** frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	232	69,7	69,7	69,7
Sim	101	30,3	30,3	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Quadro 59.5: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino. **Item 5 – Turismo natureza:** frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	177	53,2	53,2	53,2
Sim	156	46,8	46,8	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Quadro 59.6: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino. **Item 6 – Desportos de inverno:** frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	310	93,1	93,1	93,1
Sim	23	6,9	6,9	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Quadro 59.7: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino. **Item 7 - Caminhadas:** frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	258	77,5	77,5	77,5
Sim	75	22,5	22,5	100,0
Total	333	100,0	100,0	

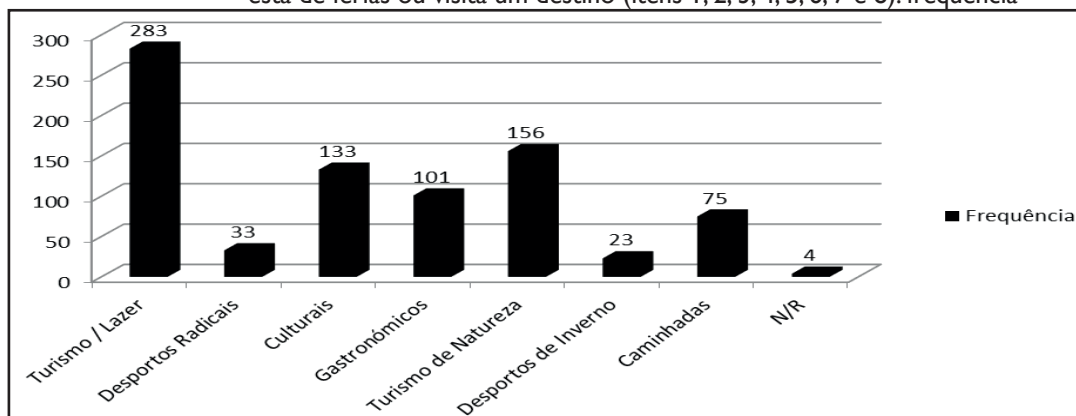
Fonte: Inquiridos / turistas

Quadro 59.8: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino. **Item 8 – Não responde:** frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	329	98,8	98,8	98,8
Sim	4	1,2	1,2	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 28: Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino (itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8): frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.7. Visitas anteriores ao Parque Natural da “Serra da Estrela”

- Pergunta nº 10

Na pergunta nº 10 - **Já tinha visitado o Parque Natural da “Serra da Estrela”**, verificou-se que dos N=333 inquiridos, 310 (93,1%) dizem que já o tinham visitado e 23 (6,9%) disseram que não (cf. Quadro 60 e Gráfico 29).

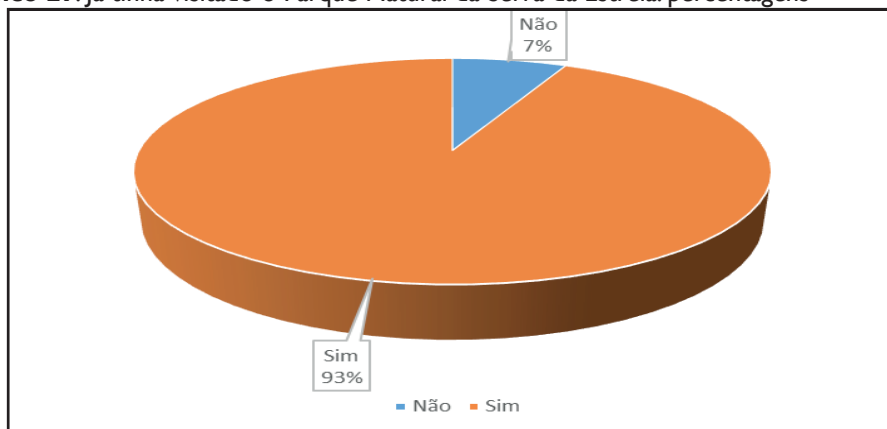
O resultado, demonstra que a maior parte dos inquiridos tinha já um conhecimento sobre o território e que já o tinha visitado mais do que uma vez (ver resultados da pergunta nº 11).

Quadro 60: Já tinha visitado o Parque Natural da Serra da Estrela: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	23	6,9	6,9	6,9
Sim	310	93,1	93,1	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 29: Já tinha visitado o Parque Natural da Serra da Estrela: percentagens



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.8. Frequência das visitas ao Parque Natural da Serra da Estrela

- Pergunta nº 11

Em relação ao número de visitas que os inquiridos já tinham realizado ao Parque, através da pergunta nº 11 - **Se sim, quantas visitas já fez ao Parque**, apresentadas no Quadro 61 e Gráfico 30, ficamos a saber que a maior parte dos inquiridos (91,8%) já o tinha feito.

A sua frequência distribui-se da seguinte maneira:

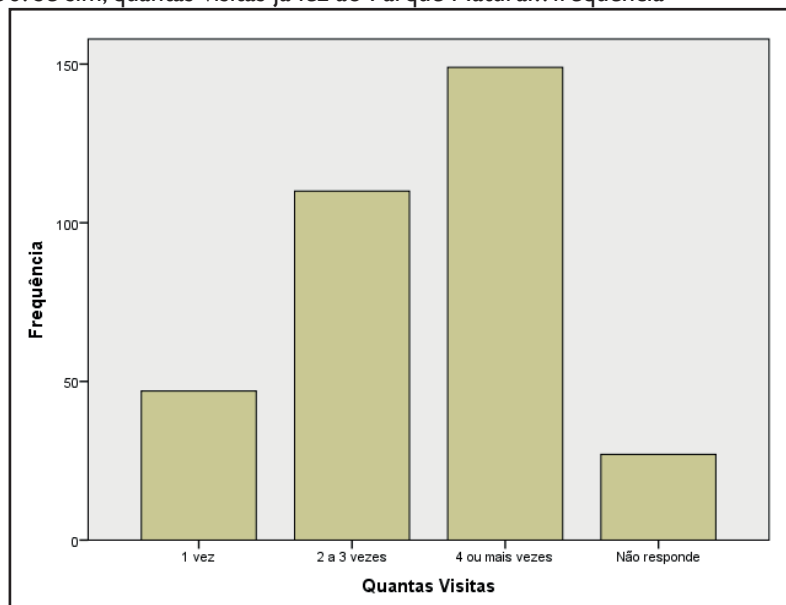
- “1 vez” com uma percentagem de 14,1%;
- “2 a 3 vezes” com uma percentagem de 33%;
- “4 ou mais vezes” com uma percentagem de 44,7%;
- “não responderam” com uma percentagem de 8,1%.

Nas respostas à pergunta “**Perceção sobre o território**” e que iremos apresentar mais à frente, ficamos com algumas pistas sobre o porquê deste retorno dos visitantes ao Parque.

Quadro 61: Se sim, quantas visitas já fez ao Parque Natural?: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
1 vez	47	14,1	14,1	14,1
2 a 3 vezes	110	33,0	33,0	47,1
4 ou mais vezes	149	44,7	44,7	91,9
Não responde	27	8,1	8,1	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 30: Se sim, quantas visitas já fez ao Parque Natural?: frequência

Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.9. Motivos da visita ao Parque Natural da Serra da Estrela

- Pergunta nº 12

No Quadro 62 e Gráfico 31, encontram-se os resultados das estatísticas descritivas para os itens a que os sujeitos responderam numa escala de Likert em que 1 é (Discordo Totalmente) e 5 (Concordo Totalmente) à questão - **O que levou a escolher como destino turístico o Parque Natural da Serra da Estrela.** Considerando ainda que o valor médio 3 como aquele em que há mudança do sentido da resposta dos sujeitos, de negativo para positivo ou vice-versa, podemos fazer as seguintes constatações quanto aos resultados obtidos:

- Apenas um sujeito não respondeu a todos os itens, ou seja, temos um N=332;
- Em nenhum item não existem mais do que três sujeitos, que não responderam, uma vez que o “N” mais baixo de respostas obtidas por item é 330;
- Olhando para o mínimo e máximo das médias das respostas dadas, verificamos que as respostas aos itens, com exceção do item 1 “Paisagem”, utilizam os extremos “Discordo Totalmente” e “Concordo Totalmente”, ou seja, há sempre pelo menos um sujeito que tem esta opinião extrema negativa ou positiva. De fato, no que se refere ao item 1 “Paisagem”, nenhum sujeito indicou “Discordar Totalmente” o que indica que a paisagem é a razão que mais consenso reúne entre os visitantes.

Uma leitura das médias expressas, colocadas por ordem decrescente, permite-nos afirmar que as razões para a escolha como destino turístico, mais indicadas pelos visitantes acima do valor 4 são:

- ➔ Itens 1 “Paisagem”, 2 “Relaxar física e mentalmente”, 3 “Viver com a natureza”, 4 “Apenas Conhecer a Serra da Estrela” e 5 “Conhecer a gastronomia local”.

Seguem-se aquelas com um valor médio acima do ponto de mudança 3, pela seguinte ordem decrescente:

- Itens **6** “Adquirir produtos locais”, **7** “Experimentar algo diferente”, **8** “Recolher registos audiovisuais”, **9** “Conhecer uma nova cultura”, **10** “Praticar desportos de Natureza”, **11** “Aprofundar conhecimentos sobre a flora e fauna local” e **12** “Usufruir das praias fluviais”.

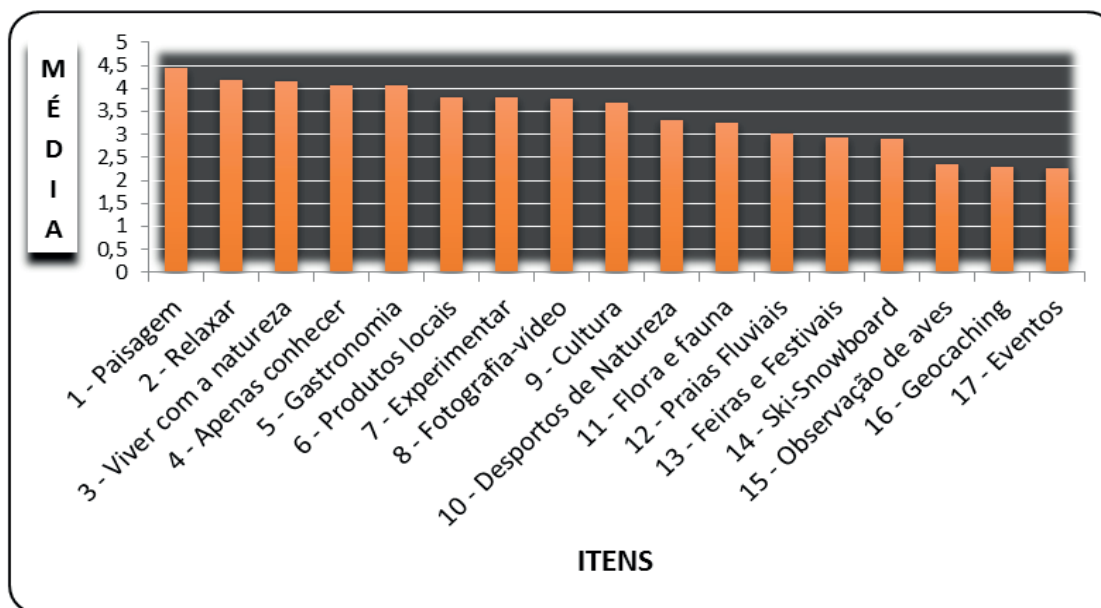
Finalmente, com uma média inferior a 3, aparecem os itens **13** “Participar em feiras e festivais gastronómicos”, **14** “Praticar desportos na neve (ski, snowboard)” e com particular destaque para os últimos três itens **15** “Praticar birdwatching (observação de aves)”, **16** “Geocaching” e **17** “Participar em algum evento científico? (congresso, palestra, seminário, outros)”.

Quadro 62: O que levou a escolher como destino turístico, o Parque Natural da Serra da Estrela: média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Paisagem	332	2,00	5,00	4,4337	,57528
2 - Relaxar	332	1,00	5,00	4,1958	,73389
3 - Viver com a natureza	332	1,00	5,00	4,1416	,75833
4 - Apenas conhecer	332	1,00	5,00	4,0753	,89496
5 - Gastronomia	332	1,00	5,00	4,0572	,78489
6 - Produtos locais	332	1,00	5,00	3,8012	,88095
7 - Experimentar	332	1,00	5,00	3,7952	,81909
8 - Fotografia-Vídeo	332	1,00	5,00	3,7681	,97575
9 - Cultura	332	1,00	5,00	3,6898	,85337
10 - Desportos de Natureza	332	1,00	5,00	3,3072	1,12733
11 - Flora e fauna	332	1,00	5,00	3,2560	1,08997
12 - Praias Fluviais	332	1,00	5,00	3,0120	1,16592
13 - Feiras e Festivais	331	1,00	5,00	2,9426	1,23080
14 - Ski-Snowboard	332	1,00	5,00	2,8946	1,25497
15 - Observação de aves	332	1,00	5,00	2,3494	1,15749
16 - Geocaching	331	1,00	5,00	2,2900	1,14436
17 - Eventos	330	1,00	5,00	2,2697	1,17082
N válido (de lista)	330				

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 31: O que levou a escolher como destino turístico, o Parque Natural da Serra da Estrela: média



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.10. Estação do ano mais atrativa para visita ao Parque Natural da Serra da Estrela

- Pergunta nº 13

Através das respostas dadas pelos turistas na pergunta nº 13 - **Qual a estação do ano, que considera mais atrativa no Parque Natural da Serra da Estrela**, (cf. Quadro 63 e Gráfico 32), verifica-se que a estação mais atrativa é o “Inverno” com 39% das escolhas, seguida daqueles que consideram “Indiferente” com 29,1% e dos que escolhem a “Primavera” com 17,4%. Numa percentagem mais baixa, segue-se o “Verão” com 7,2% e o “Outono” com 5,4%. Os que “Não respondem” tem uma percentagem mínima de 1,8%.

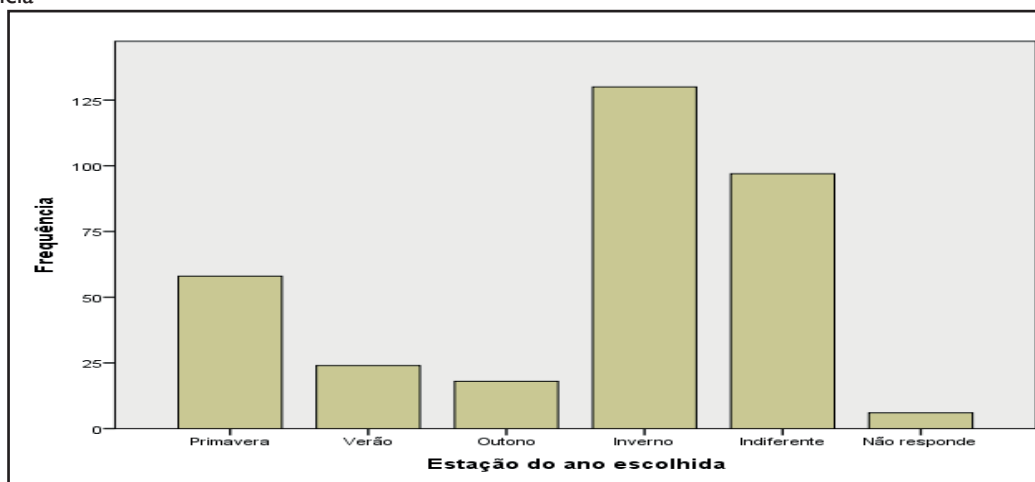
Temos assim, que as duas estações mais apreciadas pelos visitantes são o “Inverno” e “Primavera”, perfazendo as duas mais de metade com 56,4% das intenções de visita ao território. Estes períodos poderão ser os mais atrativos, porque o território é considerado, por estudos de mercado, como um local em que o seu ponto mais atrativo é a “Neve”, logo o “Inverno” e começo da “Primavera” são os preferidos.

Quadro 63: Qual a estação do ano, que considera mais atrativa no Parque Natural Serra da Estrela? frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Primavera	58	17,4	17,4	17,4
Verão	24	7,2	7,2	24,6
Outono	18	5,4	5,4	30,0
Inverno	130	39,0	39,0	69,1
Indiferente	97	29,1	29,1	98,2
Não responde	6	1,8	1,8	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 32: Qual a estação do ano, que considera mais atrativa no Parque Natural da Serra da Estrela: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.11. Duração da visita ao Parque Natural da Serra da Estrela

- Pergunta nº 14

Verifica-se, através das respostas expressas no Quadro 64 e Gráfico 33, à pergunta nº 14 - **Quantos dias pretende permanecer no Parque Natural da Serra da Estrela**, que os respondentes, maioritariamente (52,8%), pretendem permanecer no Parque entre “3 dias” (26,7%) e “2 dias” (26,1%). Vem logo a seguir aqueles que desejam permanecer “1 dia” com 21,3%.

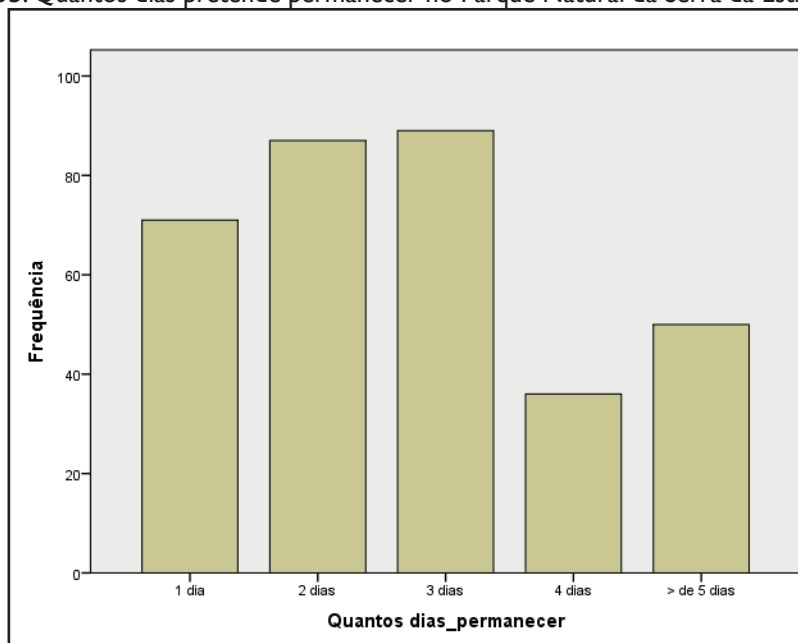
Finalmente, com percentagens de desejo de permanência mais baixa aparece “mais de 5 dias” com 15% e “4 dias” com 10,8%.

Quadro 64: Quantos dias pretende permanecer no Parque Natural Serra da Estrela?: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
1 dia	71	21,3	21,3	21,3
2 dias	87	26,1	26,1	47,4
3 dias	89	26,7	26,7	74,2
4 dias	36	10,8	10,8	85,0
> de 5 dias	50	15,0	15,0	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 33: Quantos dias pretende permanecer no Parque Natural da Serra da Estrela?: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.12. Despesas com alimentação e estadia na visita ao Parque Natural da Serra da Estrela

- Pergunta nº 15

Cruzámos as respostas da pergunta - **Quanto está disposto/a pagar por pessoa/dia (incluindo alimentação e hospedagem)**, com a variável “Idade” (cf. Quadro 65) para analisarmos não apenas a intenção de gastos tanto pelo valor absoluto como por grupo etário.

Verificou-se que, a maior parte dos respondentes (65,1%), estão dispostos a despende por dia entre “20€ a 35€” e “35€ a 45€”, com percentagens de 31,2% e 33,9% respetivamente. Logo a seguir vem aqueles que dizem que despenderiam “>45€” com uma percentagem de 17,4%. O grupo dos que “não responderam” e dos “<20€” são os que tem percentagens mais baixas na ordem dos 9,3% e 8,1% respetivamente.

Com o cruzamento da variável gastos com as idades dos visitantes, consegue-se definir melhor

qual a disposição que existe por parte dos grupos etários para despenderem por dia com a sua alimentação e hospedagem. As percentagens, em relação aos valores a despender por grupos de idades, permitem-nos afirmar que:

- Os turistas que dizem poder gastar mais de 45 euros são em primeiro lugar os que têm mais de 55 anos, em segundo os que têm entre 45 e 55 anos e finalmente aqueles que tem 24 e 39 anos. Considerando que são os grupos etários profissionalmente ativos, este resultado é compreensível. O emprego e ordenados mais elevados contribuem para estes resultados, passando-se o inverso, com os que têm menos de 24 anos em que a maioria indica querer gastar entre 25€ e 35€ e só uma minoria mais de 45€.

Quadro 65: Idade * Disposto a pagar tabulação cruzada: frequências e percentagens

		Disposto a pagar				
		<20€	20€ a 35€	35€ a 45€	>45€	Não responde
<24	Frequência	5	15	11	4	1
	%	13,9%	41,7%	30,6%	11,1%	2,8%
24 a 39	Frequência	8	48	41	20	9
	%	6,3%	38,1%	32,5%	15,9%	7,1%
40 a 55	Frequência	9	34	42	23	14
	%	7,4%	27,9%	34,4%	18,9%	11,5%
>55	Frequência	5	7	19	11	7
	%	10,2%	14,3%	38,8%	22,4%	14,3%
Total	Frequência	27	104	113	58	31
	%	8,1%	31,2%	33,9%	17,4%	9,3%

Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.13. Concelhos a visitar ou visitados no Parque Natural da Serra da Estrela

- **Pergunta nº 16**

De acordo com os dados do Quadro 66 e Gráfico 34, referentes à pergunta - **Qual (ais) o (s) concelhos que vai visitar ou já visitou no Parque Natural da Serra da Estrela**, podemos afirmar que os concelhos mais visitados ou que irão ser visitados, estão divididos em dois grupos. Os que tem mais procura por parte dos respondentes são:

→ Itens **8, 7, 3, 6 e 5** (Seia, Manteigas, Covilhã, Guarda e Gouveia) com percentagens de 88,6%, 74,2%, 71,2%, 60,1% e 52% respetivamente.

Os que tem menos procura pelos respondentes são:

→ Itens **9, 2, 1 e 4** (Oliveira do Hospital, Celorico da Beira, Belmonte e Fornos de Algodres) com percentagens na ordem de 39,6%, 33,3%, 30,9% e 16,8% respetivamente.

Com estes resultados, podemos afirmar que, os concelhos com maior atração turística, são aqueles em que parte dos seus territórios ficam mais perto do maciço central do “Parque”, como Seia e Manteigas. Vindo logo a seguir, ainda com percentagens acima da média três concelhos, Covilhã, Guarda e Gouveia. Finalmente, vem aqueles concelhos que poderemos considerar que o seu território fica mais afastado do maciço central como Oliveira do Hospital,

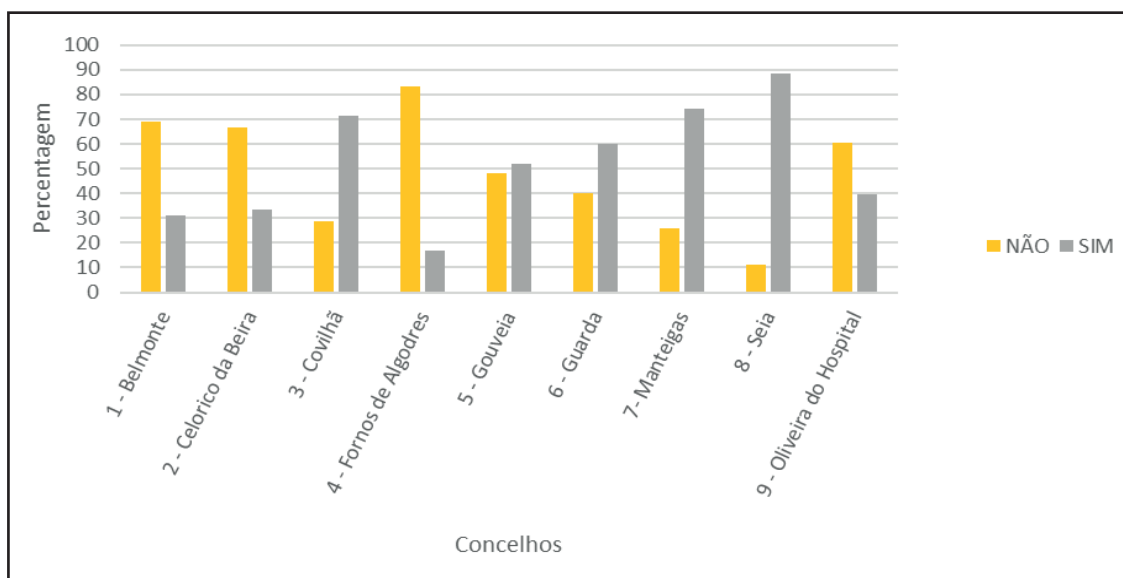
Celorico da Beira, Belmonte e Fornos de Algodres. Todos têm quase as mesmas características gastronómicas, culturais e paisagísticas, só que, Seia e Manteigas têm além disso a atração das pistas de neve, sendo uma natural e outra artificial respetivamente.

Quadro 66: Qual (ais) o (s) concelho (s) que vai visitar ou já visitou no Parque Natural Serra da Estrela: frequências e percentagens

	NÃO		SIM	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
1 - Belmonte	230	69,1	103	30,9
2 - Celorico da Beira	222	66,7	111	33,3
3 - Covilhã	96	28,8	237	71,2
4 - Fornos de Algodres	277	83,2	56	16,8
5 - Gouveia	160	48	173	52
6 - Guarda	133	39,9	200	60,1
7- Manteigas	86	25,8	247	74,2
8 - Seia	38	11,4	295	88,6
9 - Oliveira do Hospital	201	60,4	132	39,6

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 34: Qual (ais) o (s) concelho (s) que vai visitar ou já visitou no Parque Natural Serra da Estrela: percentagem



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.14. Locais visitados ou a visitar no Parque Natural da Serra da Estrela

- Pergunta nº 17

Quanto às respostas à pergunta - **Qual (ais) o (s) local (ais) que já visitou ou vai visitar no Parque Natural da Serra da Estrela**, tal como se encontram no Quadro 67 e Gráfico 35, podemos agrupá-las em três grupos:

- ➔ Aqueles que já visitaram ou vão visitar os seguintes locais: “Torre”, “Sabugueiro”, “Penhas Douradas” e “Penhas da Saúde” com percentagens muito acima da média 85,6%, 76,3%, 58,3% e 54,1% respetivamente;
- ➔ Aqueles em que as percentagens ainda que baixas têm ainda algum valor significativo, como sejam, “Cabeça da Velha”, “Mondeguinho”, “Vale do Zêzere”, “Poço do Inferno”, “Praias Fluviais”, Loriga e Aldeias de Montanha com 45,9%, 40,5%, 34,5%, 34,2%, 31,8%, 30,0% e 29,4% respetivamente;
- ➔ O terceiro e último grupo correspondem aos locais que tem menos visitas para parte dos turistas, como sejam: “Vale do Rossim”, “Nossa Senhora da Boa Estrela”, “Nave de Santo António”, “Covão d’Ametade” e “Cântaro Magro”, como percentagens 26,1%, 24,3%, 20,7%, 17,4% e 15,9% respetivamente.

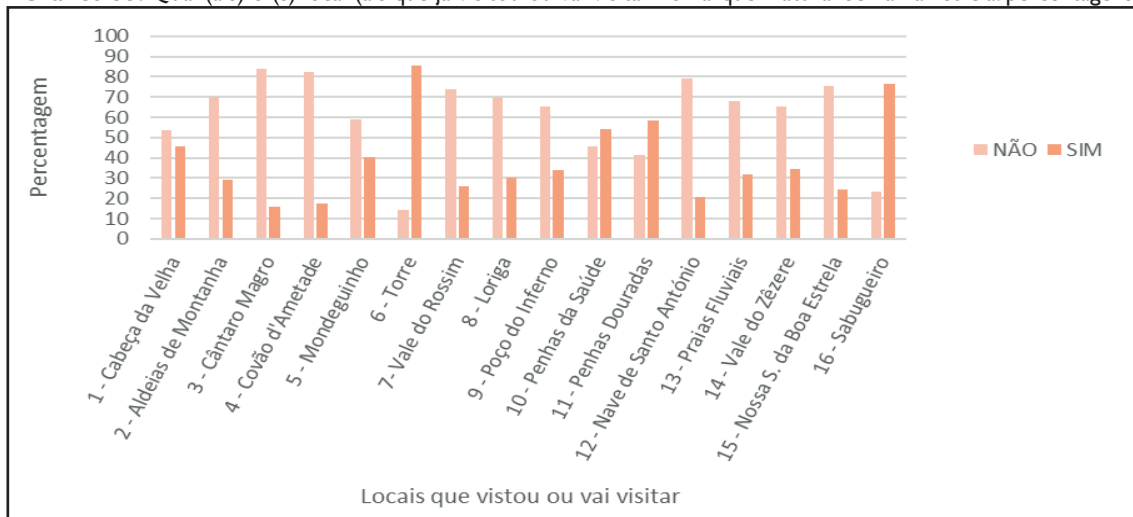
Houve só um respondente que não respondeu a estes itens.

Quadro 67: Qual (ais) o (s) local (ais) que já visitou ou vai visitar no Parque Natural Serra da Estrela: frequências e percentagens

	NÃO		SIM		Não Responde
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	
1 - Cabeça da Velha	179	53,8	153	45,9	1
2 - Aldeias de Montanha	234	70,3	98	29,4	1
3 - Cântaro Magro	279	83,8	53	15,9	1
4 - Covão d’Ametade	274	82,3	58	17,4	1
5 - Mondeguinho	197	59,2	135	40,5	1
6 - Torre	47	14,1	285	85,6	1
7 - Vale do Rossim	245	73,6	87	26,1	1
8 - Loriga	232	69,7	100	30	1
9 - Poço do Inferno	218	65,5	114	34,2	1
10 - Penhas da Saúde	152	45,6	180	54,1	1
11 - Penhas Douradas	138	41,4	194	58,3	1
12 - Nave de Santo António	263	79	69	20,7	1
13 - Praias Fluviais	226	67,9	106	31,8	1
14 - Vale do Zêzere	217	65,2	115	34,5	1
15 - Nossa S. da Boa Estrela	251	75,4	81	24,3	1
16 - Sabugueiro	78	23,4	254	76,3	1

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 35: Qual (ais) o (s) local (ais que já visitou ou vai visitar no Parque Natural Serra da Estrela: percentagens



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.15. Perceções sobre o Parque Natural da Serra da Estrela

- Pergunta nº 18

No Quadro 68 e Gráfico 36, encontram-se os resultados das estatísticas descritivas para os itens a que os sujeitos responderam numa escala de Likert em que 1 é (Ponto muito fraco) e 5 (Ponto muito forte) quando lhes foi colocada a pergunta - **Tendo em conta a sua experiência turística no Parque Natural da Serra da Estrela, diga-nos qual a percepção que tem sobre os vários itens mencionados.** Considerando o ponto 3 como aquele em que há mudança do sentido da resposta dos sujeitos, do negativo para positivo e vice-versa, podemos fazer as seguintes constatações quanto aos resultados obtidos:

Com exceção dos itens 1 “Paisagem”, 4 “Restauração”, 6 “Turismo rural” e 7 “Hotelaria”, os sujeitos utilizam os extremos “Discordo Totalmente” e “Concordo Totalmente”. Mais uma vez é o item “Paisagem” é o que reúne maior consenso;

As médias, colocadas por ordem decrescente, permite-nos afirmar que as razões para a escolha como destino turístico mais indicadas pelos turistas acima do valor 4 são:

Itens 1 “Paisagem”, 2 “Produtos locais certificados”, 3 “Neve”, 4 “Restauração” e 5 “População local”.

Seguem-se as médias, com valor médio acima do ponto de mudança 3 pela seguinte ordem:

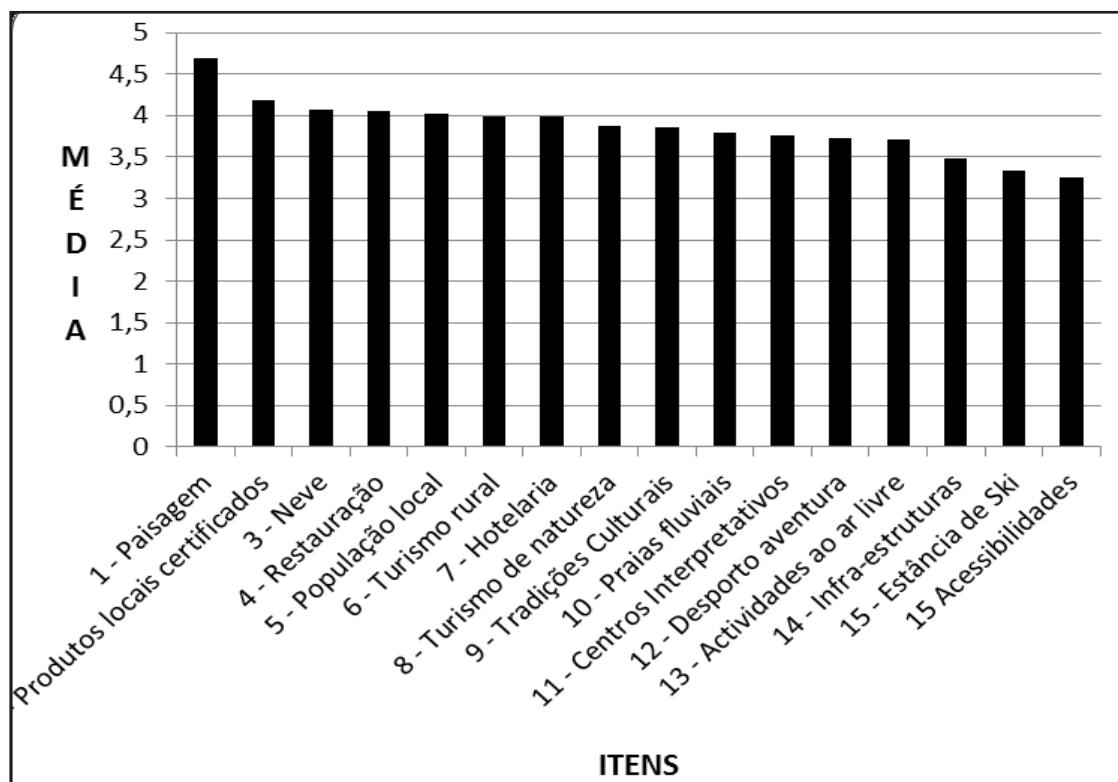
Itens 6 “Turismo rural”, 7 “Hotelaria”, 8 “Turismo de natureza”, 9 “Tradições culturais”, 10 “Praias fluviais”, 11 “Centros interpretativos”, 12 “Desporto Aventura”, 13 “Atividades ao ar livre”, 14 “Infraestruturas”, 15 “Estância de ski” e 16 “Acessibilidades”.

Quadro 68: Tendo em conta a sua experiência turística no Parque Natural Serra da Estrela, diga-nos qual a percepção que tem sobre os vários itens mencionados: média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Paisagem	310	2,00	5,00	4,6839	,59940
2 - Produtos locais certificados	300	1,00	5,00	4,1800	,73671
3 - Neve	300	1,00	5,00	4,0700	,97722
4 - Restauração	308	2,00	5,00	4,0552	,73989
5 - População local	302	1,00	5,00	4,0232	,78363
6 - Turismo rural	267	2,00	5,00	3,9888	,78272
7 - Hotelaria	297	2,00	5,00	3,9832	,72809
8 - Turismo de natureza	294	1,00	5,00	3,8741	,79749
9 - Tradições Culturais	306	1,00	5,00	3,8562	,79687
10 - Praias fluviais	249	1,00	5,00	3,7952	,83414
11 - Centros Interpretativos	272	1,00	5,00	3,7647	,87807
12 - Desporto aventura	257	1,00	5,00	3,7315	,91531
13 - Atividades ao ar livre	271	1,00	5,00	3,7122	,87252
14 - Infraestruturas	312	1,00	5,00	3,4840	,79370
15 - Estância de Ski	240	1,00	5,00	3,3333	1,04967
16 - Acessibilidades	324	1,00	5,00	3,2531	,87844
N válido (de lista)	168				

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 36: Tendo em conta a sua experiência turística no Parque Natural Serra da Estrela, diga-nos qual a percepção que tem sobre os vários itens mencionados: média



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.16. Turismo em outros Parques Naturais

- Pergunta nº 19

No que, se refere às respostas dos inquiridos sobre se costumam fazer turismo noutros parques naturais, na pergunta - **Costuma fazer turismo noutros Parques Naturais** (cf. Quadro 69 e Gráfico 37), podemos verificar que existe só uma pequena diferença entre o “Sim” 45,3% e o “Não” 47,1%, ou seja, uma diferença de 6 respondentes a mais no “Não”, num universo de 333, o que demonstra que os respondentes nesta questão, estão divididos sensivelmente a metade.

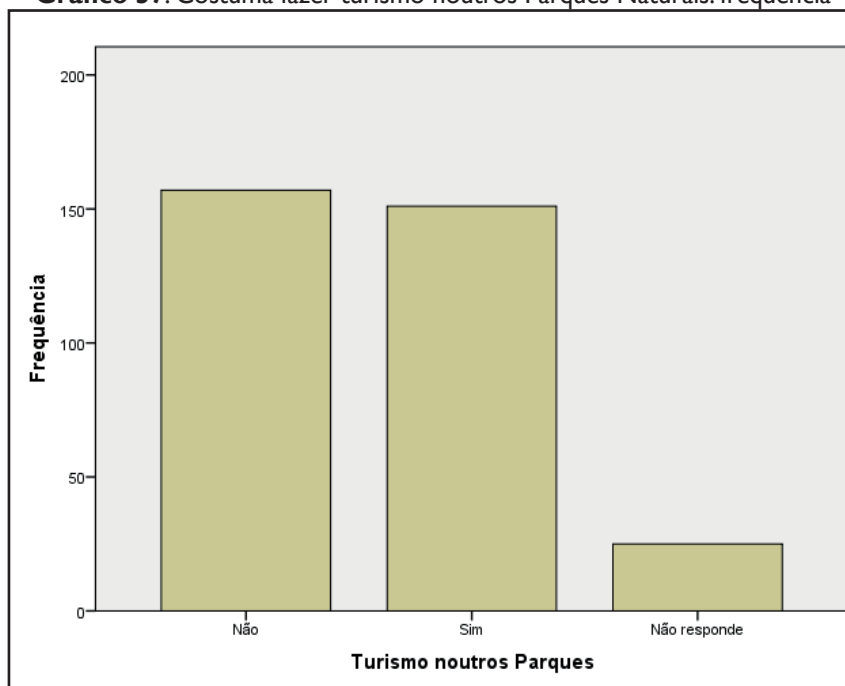
Veremos na pergunta seguinte (nº 20), os parques indicados pelos sujeitos que responderam “Sim”.

Quadro 69: Costuma fazer turismo noutros Parques Naturais: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	157	47,1	47,1	47,1
Sim	151	45,3	45,3	92,5
Não responde	25	7,5	7,5	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 37: Costuma fazer turismo noutros Parques Naturais: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.17. “Quais?”

- Pergunta nº 20

Na pergunta sobre “Quais?” são os outros parques naturais que visitam (cf. Quadro 70 e Gráfico 38) as respostas demonstraram que os sujeitos se dividem, em três blocos:

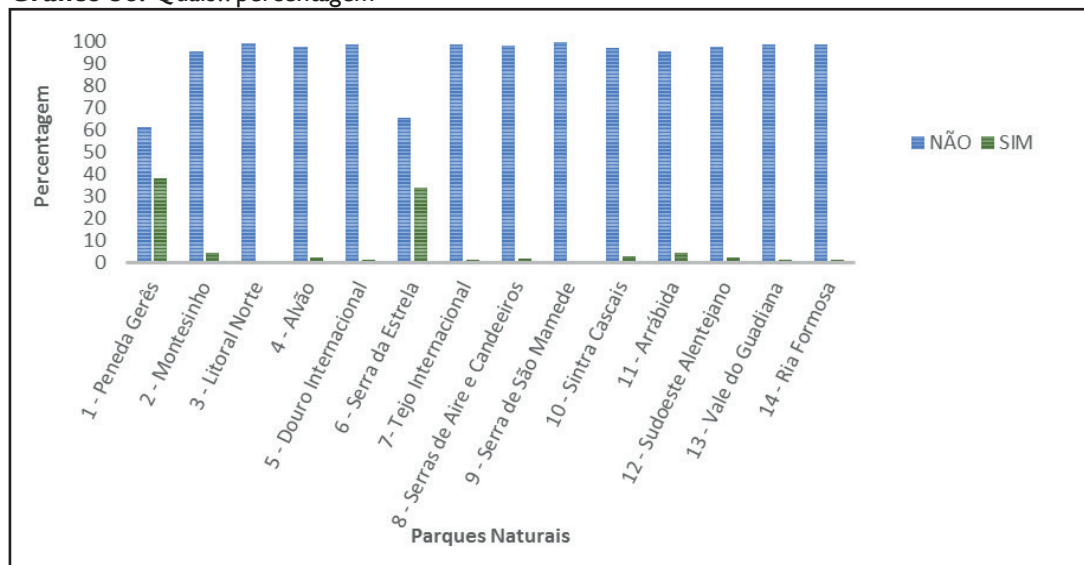
- O primeiro bloco é composto pelos dois itens **1** “Peneda Gerês” e **6** “Serra da Estrela”, com percentagens bastante razoáveis **38,6%** e **34,2%** respetivamente;
- O segundo bloco é aquele que é composto pelos itens **11** “Arrábida”, **2** “Montesinho” e **10** “Sintra Cascais” com percentagens fracas **4,5%**, **4,2%** e **3,0%** respetivamente;
- O terceiro e último bloco é composto, pelos itens com percentagens muitíssimo baixas como sejam os itens **4** “Alvão” e **12** “Sudoeste Alentejano” com a mesma percentagem (**2,1%**), o item **8** “Serras de Aire e Candeeiros” com **1,8%**, seguindo-se com as mesmas percentagens os itens **5** “Douro Internacional”, **7** “Tejo Internacional”, **13** “Vale do Guadiana” e **14** “Ria Formosa” com **1,2%**, depois vem o item **3** “Litoral Norte” com **0,9%** e finalmente o item **9** “Serra de São Mamede” com **0,3%**.

Quadro 70: Quais?: frequências e percentagens

	NÃO		SIM	
		Percentagem	Frequência	Percentagem
1 - Peneda Gerês	205	61,6	128	38,4
2 - Montesinho	319	95,8	14	4,2
3 - Litoral Norte	330	99,1	3	0,9
4 - Alvão	326	97,9	7	2,1
5 - Douro Internacional	329	98,8	4	1,2
6 - Serra da Estrela	219	65,8	114	34,2
7- Tejo Internacional	329	98,8	4	1,2
8 - Serras de Aire e Candeeiros	327	98,2	6	1,8
9 - Serra de São Mamede	332	99,7	1	0,3
10 - Sintra Cascais	323	97	10	3
11 - Arrábida	318	95,5	15	4,5
12 - Sudoeste Alentejano	326	97,9	7	2,1
13 - Vale do Guadiana	329	98,8	4	1,2
14 - Ria Formosa	329	98,8	4	1,2

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 38: Quais?: percentagem



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.18. Conhecimento sobre Ecoturismo

- **Pergunta nº 21**

Conforme fizemos com o tratamento à mesma questão, no questionário à população residente no concelho de Seia (pergunta nº 15) sobre o conhecimento que tinham sobre o “ecoturismo”, achamos que seria pertinente fazer um cruzamento das respostas da pergunta “**Já fez Ecoturismo**” no questionário aos “Turistas”, tanto com o “género” (Quadro 68, Gráfico 39), e com a “idade” (Quadro 71, Gráfico 40), como com as “habilitações literárias” (Quadro 70, Gráfico 41) dos respondentes, para chegarmos a uma análise mais fina, sobre o conhecimento que têm sobre este segmento turístico.

Há um total de 72,1% que dizem que nunca fizeram “Ecoturismo e 24% que já fizeram. Com uma percentagem muito baixa segue-se aqueles que “Não responderam” com 3,9%.

Os resultados foram os seguintes:

- **Conhecimento do ecoturismo em função do género**

A maioria dos respondentes, foi do género feminino com 188 respondentes versus 145 do género masculino.

Verifica-se que o género masculino tem percentagem ligeiramente superior no item “Já fez” com 26,9% do que o feminino com 21,8%.

Já no item “Não fez” há uma percentagem ligeiramente superior no género feminino com 73,9% do que no género masculino que se ficou pelos 69,7%.

Através dos resultados do teste Qui-Quadrado (cf. Quadro 71A) constata-se que esta diferença não tem significância (<1).

Quadro 71: Género * Já fez ecoturismo: frequências e percentagens

		Já fez ecoturismo			Total
		Sim	Não	Não responde	
Masculino	Frequência	39	101	5	145
	%	26,9%	69,7%	3,4%	100,0%
Feminino	Frequência	41	139	8	188
	%	21,8%	73,9%	4,3%	100,0%
Total	Frequência	80	240	13	333
	%	24,0%	72,1%	3,9%	100,0%

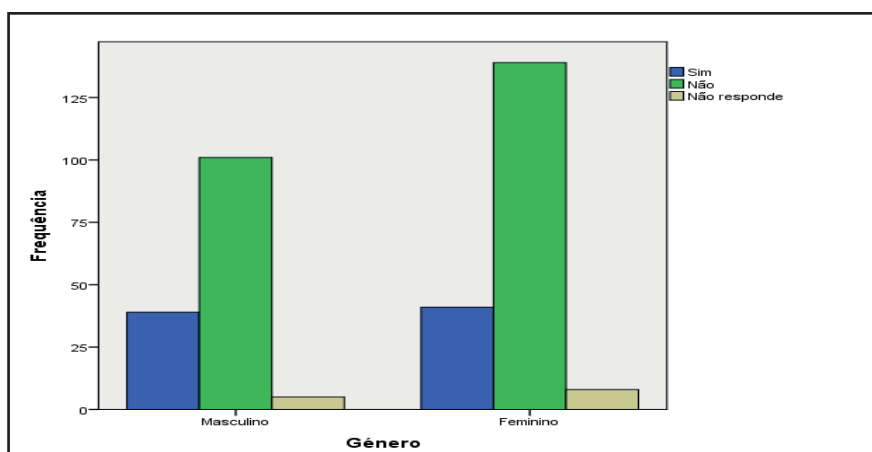
Fonte: Inquiridos / turistas

Quadro 71A: Género * Já fez ecoturismo: Teste qui-quadrado

	Valor	df	Significância Sig. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	1,227 ^a	2	,541
Razão de verossimilhança	1,223	2	,543
Associação Linear por Linear	,991	1	,320
N de Casos Válidos	333		

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 39: Cruzamento entre a pergunta e o género: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

- **Conhecimento do ecoturismo em função da idade**

A maioria dos respondentes situou-se, na faixa etária dos “24 a 39” anos com 126 respondentes, seguida da faixa etária do “40 aos 55” anos com 122 respondentes. As faixas etárias do “<24” e “>55” tiveram valores muito baixos com 36 e 49 respondentes respetivamente.

Numa avaliação percentual, a faixa etária dos “24 aos 39” anos é aquela que apresenta um valor maior no item “Já fez Ecoturismo” com 28,6%, seguida da faixa etária dos “40 aos 55” anos com 23,8% e as faixas etárias dos “>55” anos e dos “<24” anos, com valores muito semelhantes 18,4% e 16,7% respetivamente.

No que respeita ao item “Não fez ecoturismo” há uma maior percentagem na faixa etária dos

que tem <24 anos com 80,6% seguida pelas faixas etárias dos “40 aos 55” anos e “> 55” anos com valores muito semelhantes com 70% e 73,5% respectivamente e, finalmente, com 68,3% a faixa etária dos que tem “24 a 39 anos”.

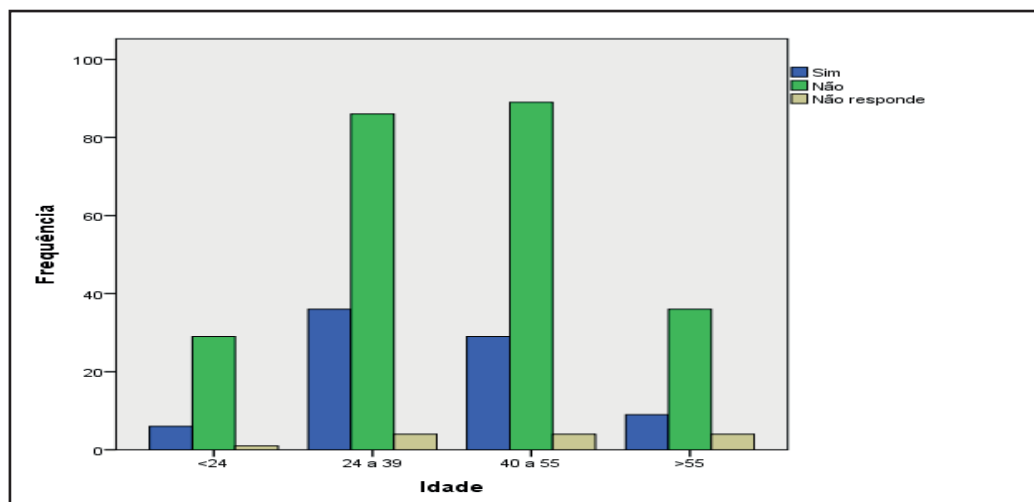
Em todas as faixas há sujeitos que nunca fizeram ecoturismo, sendo a diferença entre os que fizeram e os que não fizeram, maior no grupo com menos de 24 anos.

Quadro 72: Idade * Já fez ecoturismo: frequências e percentagens

		Já fez ecoturismo			Total
		Sim	Não	Não responde	
<24	Frequência	6	29	1	36
	%	16,7%	80,6%	2,8%	100,0%
24 a 39	Frequência	36	86	4	126
	%	28,6%	68,3%	3,2%	100,0%
40 a 55	Frequência	29	89	4	122
	%	23,8%	73,0%	3,3%	100,0%
>55	Frequência	9	36	4	49
	%	18,4%	73,5%	8,2%	100,0%
Total	Frequência	80	240	13	333
	%	24,0%	72,1%	3,9%	100,0%

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 40: Cruzamento entre a pergunta e a idade: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

- **Conhecimento do ecoturismo em função das habilitações literárias**

Ao analisarmos o cruzamento das variáveis “Habilitações literárias” e “Já fez ou não Ecoturismo” (cf. Quadro 73 e Gráfico 43), verifica-se que quanto maior for o grau de escolaridade, maior é a percentagem dos respondentes que dizem que já fizeram ecoturismo. Tendo o “Mestrado” atingido uma percentagem de 35,1% e o “Doutoramento” (33,3%).

É no grupo com “Bacharelato” que existe uma diferença mais acentuada (66,7%), em relação

aos que dizem fazer com 13,3% e os que dizem não fazer com 80,0%.

Já nos que têm o “3º Ciclo”, o “12º Ano”, a “Licenciatura”, o “Mestrado” e o “Doutoramento” a diferença entre o fazer ou não fazer, é menor comparativamente com outros níveis de habilitações.

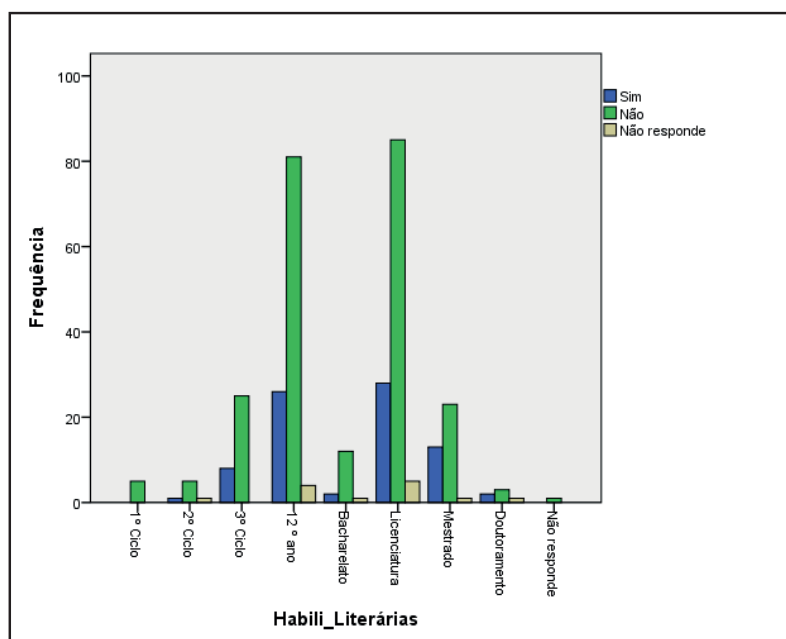
Em resumo, as habilitações literárias têm uma ligação na prática de fazer ou não fazer ecoturismo.

Quadro 73: Habilitações Literárias * Já fez ecoturismo: frequências e percentagens

		Já fez ecoturismo			TOTAL
		Sim	Não	Não responde	
1º Ciclo	Frequência	0	5	0	5
	%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
2º Ciclo	Frequência	1	5	1	7
	%	14,3%	71,4%	14,3%	100,0%
3º Ciclo	Frequência	8	25	0	33
	%	24,2%	75,8%	0,0%	100,0%
12º Ano	Frequência	26	81	4	111
	%	23,4%	73,0%	3,6%	100,0%
Bacharelato	Frequência	2	12	1	15
	%	13,3%	80,0%	6,7%	100,0%
Licenciatura	Frequência	28	85	5	118
	%	23,7%	72,0%	4,2%	100,0%
Mestrado	Frequência	13	23	1	37
	%	35,1%	62,2%	2,7%	100,0%
Doutoramento	Frequência	2	3	1	6
	%	33,3%	50,0%	16,7%	100,0%
Não responde	Frequência	0	1	0	1
	%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
Total	Frequência	80	240	13	333
	%	24,0%	72,1%	3,9%	100,0%

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 41: Cruzamento entre a pergunta e as habilitações literárias: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.19. Frequência com que faz Ecoturismo

- Pergunta nº 22

De acordo com os dados constantes no Quadro 74 e Gráfico 42, podemos afirmar que a percentagem maior de respondentes (75,7%), está naqueles que responderam desconhecer o “Ecoturismo”.

Já aqueles que conhecem este segmento turístico, a frequência “Ocasionalmente” é a que tem uma maior percentagem com 12,9%, seguida da “Raramente” com 9,6% e finalmente da “Frequentemente” com 1,8%.

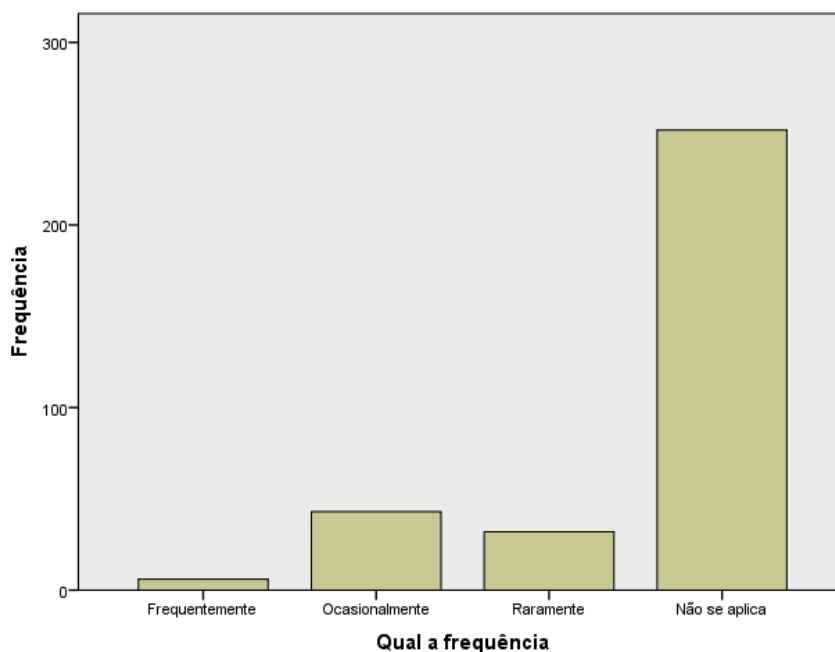
Verifica-se, que os respondentes fazem este tipo de turismo numa forma não contínua, ou seja, só de vez em quando.

Quadro 74: Com que frequência já fez Ecoturismo?: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Frequentemente	6	1,8	1,8	1,8
Ocasionalmente	43	12,9	12,9	14,7
Raramente	32	9,6	9,6	24,3
Não se aplica	252	75,7	75,7	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 42: Com que frequência já fez Ecoturismo?



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.20. Principal fator para fazer Ecoturismo

- Pergunta nº 23

Os inquiridos que afirmaram conhecer o “Ecoturismo” (N=81), indicaram os seguintes fatores para a escolha deste segmento turístico (cf. Quadro 75 e Gráfico 43):

- Em 1º lugar o “Lazer” (55 respondentes);
- Em 2º lugar a “Consciência ambiental (32 respondentes);
- Em 3º lugar a “Poupança/fator monetário” (14 respondentes);
- Em 4º lugar “Outra” com (4 respondentes).

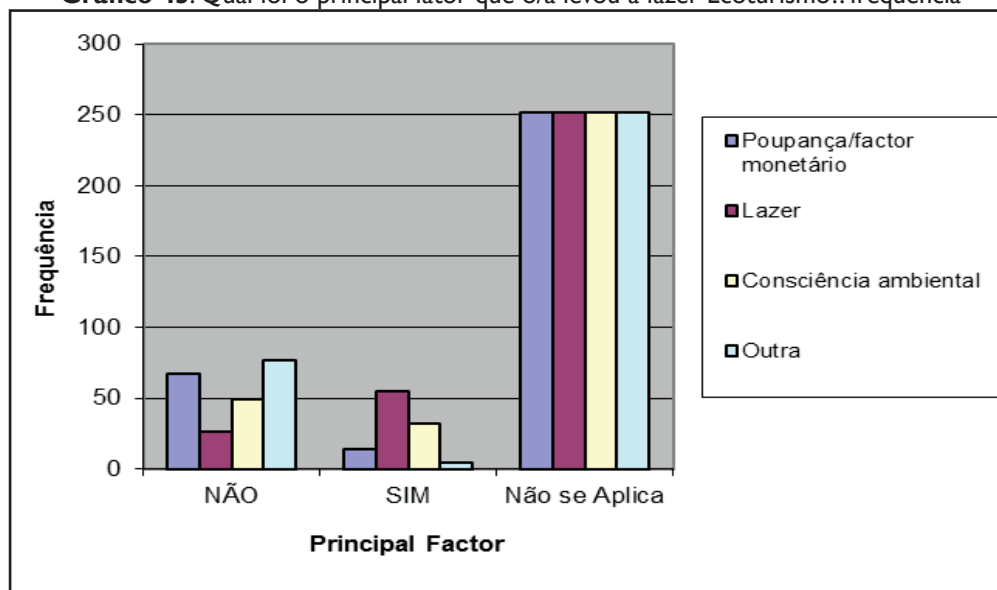
O lazer e a consciência ambiental são os principais fatores que levaram os respondentes a escolher o “Ecoturismo”.

Quadro 75: Qual foi o principal fator que o/a levou a fazer Ecoturismo?: Frequência

	NÃO	SIM	Não se Aplica
	Frequência	Frequência	Frequência
Poupança/fator monetário	67	14	252
Lazer	26	55	252
Consciência ambiental	49	32	252
Outra	77	4	252

Fonte: Inquiridos / turista

Gráfico 43: Qual foi o principal fator que o/a levou a fazer Ecoturismo?: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.21. O que influenciou para fazer Ecoturismo

- Pergunta nº 24

Dos inquiridos que afirmaram conhecer o “Ecoturismo” (N=81), as respostas à pergunta - “**O que mais o/a influenciou a escolher o Ecoturismo**”, (cf. Quadro 76 e Gráfico 44) foram as seguintes:

- Em 1º lugar os “amigos” (52);
- Em 2º lugar a “internet” (33);
- Em 3º lugar as “familiares” (31);
- Em 4º lugar as “revistas” (14);
- Em 5º lugar as “redes sociais” (11);
- Em 6º lugar a “televisão” e os “colegas de trabalho” (9);
- Em 7º lugar os “jornais” e os “anúncios publicitários” (5);
- Em 8º lugar as “agências de viagem” e “outra” (4).

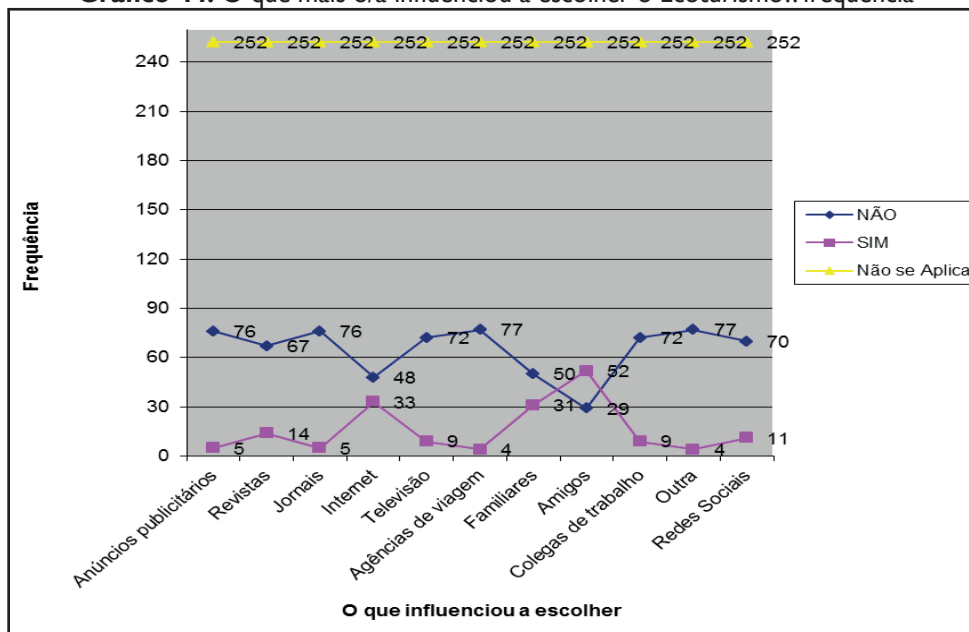
As respostas a esta pergunta, indicam que o que mais influenciou a escolha deste tipo de turismo é mais de carácter intimista (amigos, família) ou individual (internet), sendo as formas mais clássicas (agências, jornais e publicidade) as que tem menor influência.

Quadro 76: O que mais o/a influenciou a escolher o Ecoturismo?: Frequência

	NÃO	SIM	Não se Aplica
	Frequência	Frequência	Frequência
Anúncios publicitários	76	5	252
Revistas	67	14	252
Jornais	76	5	252
Internet	48	33	252
Televisão	72	9	252
Agências de viagem	77	4	252
Familiares	50	31	252
Amigos	29	52	252
Colegas de trabalho	72	9	252
Outra	77	4	252
Redes Sociais	70	11	252

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 44: O que mais o/a influenciou a escolher o Ecoturismo?: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.22. Os motivos para fazer Ecoturismo

- Pergunta nº 25

Nas respostas à pergunta, sobre os motivos que levaram os respondentes que conhecem o “Ecoturismo” a escolhê-lo (cf. Quadro 77 e Gráfico 45), verifica-se que o item 1 “Desfrutar a natureza” é indicado como o motivo principal, com 78 inquiridos a responder que “Sim” e somente 3 a dizer que “Não”.

De seguida vem os itens 3 “Curiosidade” e 2 “Repetir experiência passada”, com 24 e 20 inquiridos respetivamente, a escolher o “Sim” e 57 e 61 respetivamente a escolher o “Não”.

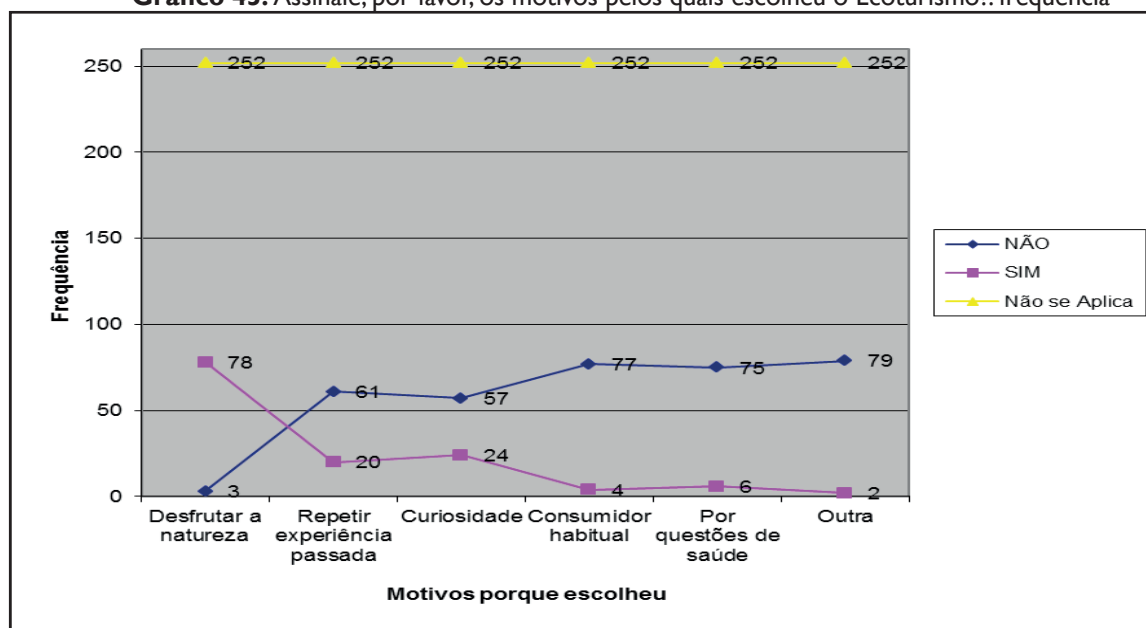
Já com uma grande frequência na opção do “Não”, vem os itens 4 “Consumidor habitual”, 5 “Por questões de saúde” e 6 (Outra), que apresentam valores de 77, 75 e 79 respetivamente versus 4, 6 e 2 respetivamente na opção “Sim”.

Quadro 77: Assinale, por favor, os motivos pelos quais escolheu o Ecoturismo?:Frequência

	NÃO	SIM	Não se Aplica
	Frequência	Frequência	Frequência
1 - Desfrutar a natureza	3	78	252
2 - Repetir experiência passada	61	20	252
3 - Curiosidade	57	24	252
4 - Consumidor habitual	77	4	252
5 - Por questões de saúde	75	6	252
6 - Outra	79	2	252

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 45: Assinale, por favor, os motivos pelos quais escolheu o Ecoturismo?: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.23. Onde costuma adquirir o Ecoturismo

- Pergunta nº 26

Ficamos a saber através das respostas à pergunta - **Por norma, onde costuma adquirir o Ecoturismo?**, (cf. Quadro 78 e Gráfico 46), que os inquiridos que conhecem o “Ecoturismo” adquirem este segmento turístico na sua grande maioria pela “Internet” com 58 “Sim” versus 23 “Não”, em seguida vem a opção “Outra” forma de adquirir com 17 “Sim” versus 64 “Não” e finalmente com 9 “Sim” versus 72 “Não” as “Agências de viagem”.

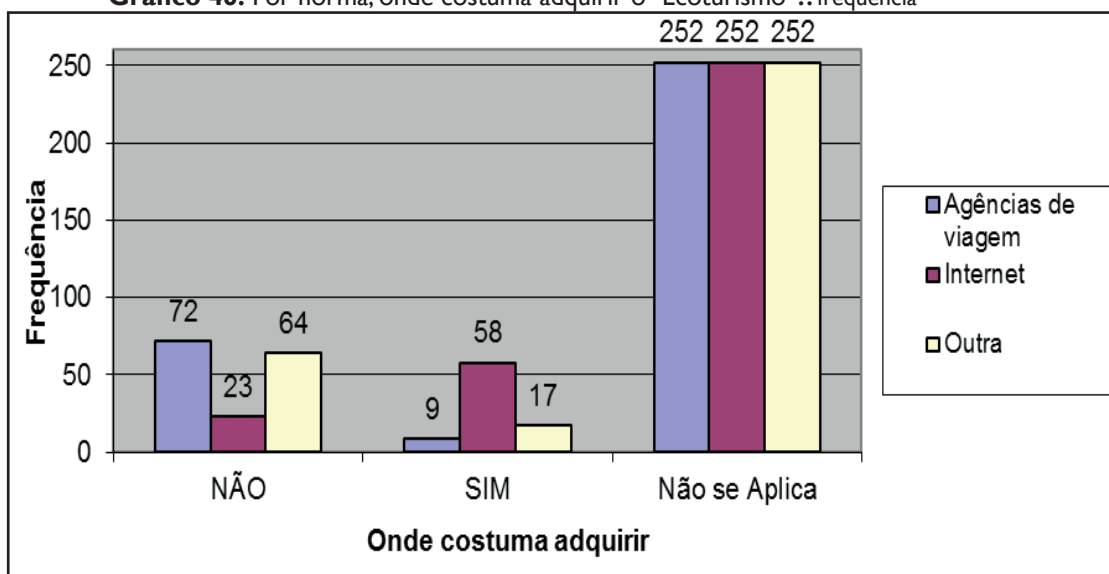
Estes resultados indicam que este segmento turístico é adquirido preferencialmente, através da “Net”, ficando as entidades como as agências de viagens muito longe.

Quadro 78: Por norma, onde costuma adquirir o “Ecoturismo”?: Frequência

	NÃO	SIM	Não se Aplica
	Frequência	Frequência	Frequência
Agências de viagem	72	9	252
Internet	23	58	252
Outra	64	17	252

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 46: Por norma, onde costuma adquirir o “Ecoturismo”? : frequência



Fonte: Inquiridos / turista

4.2.24. Costuma publicitar o Ecoturismo

- Pergunta nº 27

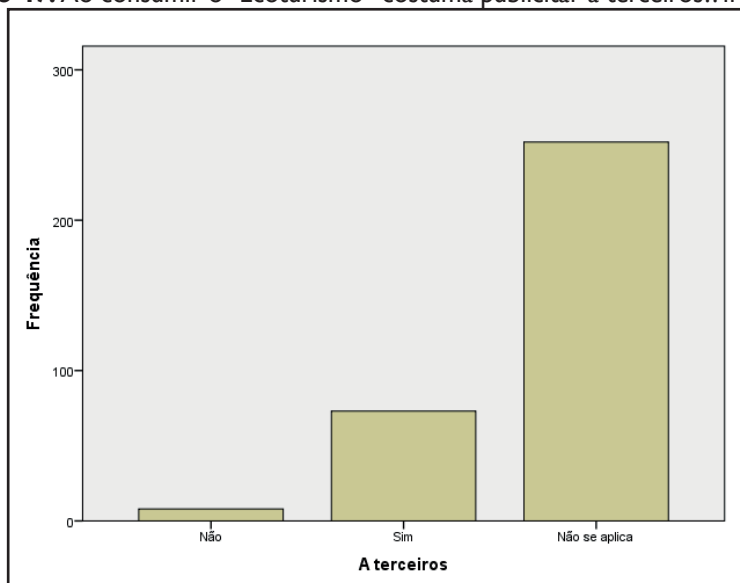
Quanto à análise, às respostas da pergunta - **Ao consumir o “Ecoturismo” costuma publicitar a terceiros?** – referente aos inquiridos que disseram que conheciam o “Ecoturismo” (N=81) (cf. Quadro 79 e Gráfico 47), a maioria, ou seja 73 respondentes afirmaram, que costumam publicitar a terceiros e só 8 respondentes é que não costumam publicitar.

Quadro 79: Ao consumir o “Ecoturismo” costuma publicitar a terceiros? frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Não	8	2,4	2,4	2,4
Sim	73	21,9	21,9	24,3
Não se aplica	252	75,7	75,7	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 47: Ao consumir o “Ecoturismo” costuma publicar a terceiros?: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.25. A quem publicita o Ecoturismo

- Pergunta nº 27.1

No seguimento da pergunta anterior, era interessante saber a quem os inquiridos costumam publicar o seu consumo “Ecoturístico” (cf. Quadro 80 e Gráfico 48).

Verifica-se que 69 indivíduos costumam publicar aos “Amigos”, a seguir vem os “Familiares” com 61 indivíduos e por fim, vem com um quase empate entre o “Sim” (40) e o “Não” (41) os “Colegas de Trabalho”.

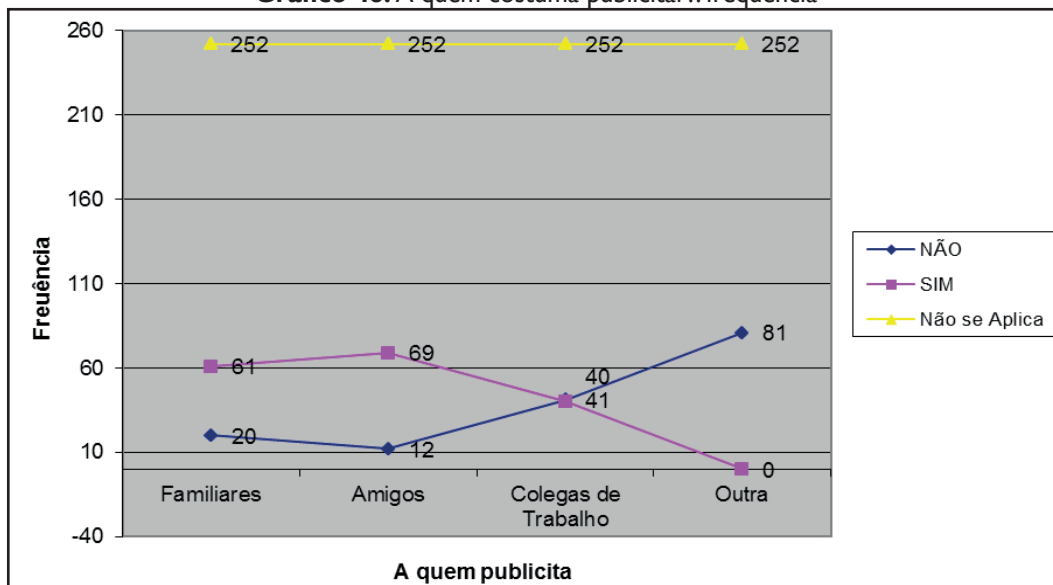
O item “Outra”, no “Sim” tem zero versus a totalidades dos 81 respondentes a dizerem que “Não”. Verifica-se assim, que os respondentes publicitam unicamente a familiares, amigos ou colegas de trabalho.

Quadro 80: A quem costuma publicar? :Frequência

	NÃO	SIM	Não se Aplica
	Frequência	Frequência	Frequência
1 -Familiares	20	61	252
2 -Amigos	12	69	252
3 -Colegas de Trabalho	41	40	252
4 -Outra	81	0	252

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 48: A quem costuma publicar?: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.26. Vai voltar ao Parque Natural da “Serra da Estrela”

- Pergunta n° 28

Quando questionados os visitantes se - **Deseja voltar a visitar o Parque Natural “Serra da Estrela?”**, os resultados obtidos (cf. Quadro 81 e Gráfico 49), dão que a esmagadora maioria de respondentes, 296 em N=333, responde a esta questão que “Sim”.

O resultado de 88,9%, demonstra que os visitantes desejam voltar a visitar este território. O que pode significar, ou ainda não conhecem bem todo o Parque e gostariam de fazer novas visitas para o poder conhecer melhor, ou gostam deste território e voltam por sentirem-se confortáveis neste tipo de paisagem.

Em seguida vêm aqueles, que responderam “Talvez” com 9,6%. Mesmo neste grupo, os respondentes não deixam de evidenciar que existe uma possibilidade de voltarem a este território.

Os respondentes que dizem que “Não sabe” considera-se não significativo, porque só teve 5 inquiridos em N=333 ou seja 1,5%.

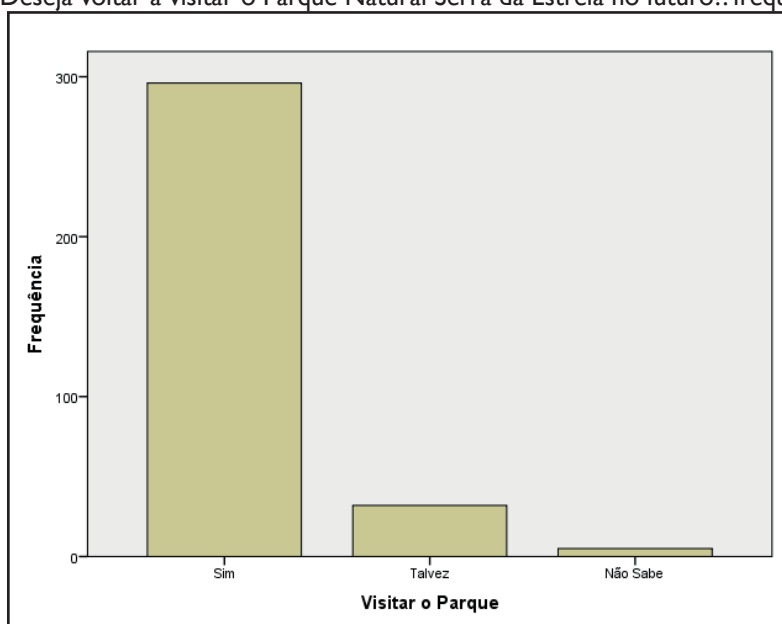
Pode-se concluir, que este território é muito apelativo para os visitantes, pelas suas características únicas, como a paisagem de montanha, a neve, a sua cultura e a sua gastronomia.

Quadro 81 : Deseja voltar a visitar o Parque Natural Serra da Estrela no futuro?: frequências e percentagens

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Sim	296	88,9	88,9	88,9
Talvez	32	9,6	9,6	98,5
Não Sabe	5	1,5	1,5	100,0
Total	333	100,0	100,0	

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 49: Deseja voltar a visitar o Parque Natural Serra da Estrela no futuro?: frequência



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.27. Sobre as zonas turísticas que escolhe

- Pergunta nº 29

No Quadro 82 e Gráfico 50, encontram-se os resultados das estatísticas descritivas - **Sobre as zonas turísticas que escolhe (Território)**.

Os resultados obtidos foram:

- Nos itens 1 “O tipo de zona – por exemplo: praia, campo ou cidade, determina a minha escolha” e 2 “A qualidade turística da zona, determina a minha escolha”, os respondentes consideram-os como pontos fortes, ficando ambos bastante acima do ponto intermédio 3 com valores de 4,24 e 4,02 respetivamente.

Os inquiridos demonstram, que o tipo de zona e qualidade da mesma, são muito importantes para a sua prática turística.

As respostas dos inquiridos foram tratadas numa escala de Likert, em que 1 é (Discordo Totalmente) e 5 (Concordo Totalmente) e considerando o ponto 3 como aquele em que há

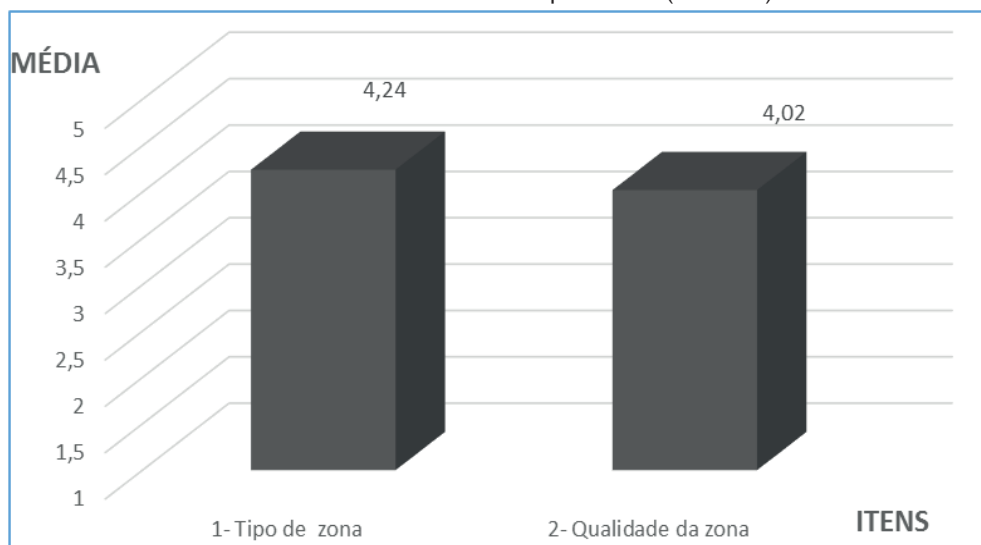
mudança do sentido da resposta dos sujeitos.

Quadro 82: Sobre as zonas turísticas que escolhe (território): média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Tipo de zona	333	1	5	4,24	,705
2 - Qualidade da zona	333	1	5	4,02	,774
N válido (de lista)	333				

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 50: Sobre as zonas turísticas que escolhe (território): média



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.28. Sobre o custo da escolha turística

- Pergunta nº 30

No Quadro 83 e Gráfico 51, encontram-se os resultados das estatísticas descritivas para os itens a que os sujeitos responderam numa escala de Likert de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente) referentes sobre custo da escolha turística.

Considerando o ponto 3 como aquele em que há mudança do sentido da resposta dos sujeitos, podemos fazer as seguintes constatações quanto aos resultados obtidos:

No item 1 “Procuro saber se há ofertas mais económicas”, os respondentes consideraram-no como o ponto mais forte 4,16, ultrapassando a média e escolhendo-o como a sua principal variável para a sua prática turística;

Nos itens 2, 3, 4 e 5 que se referem a “O preço é um fator determinante para a escolha”, “Não me importo em pagar mais desde que satisfaça”, “O preço está associado à qualidade” e “Não importa o preço desde que tenha tido uma experiência positiva” os respondentes consideram estes itens como importantes para a sua escolha turística,

por isso, consideram-nos com pontos superiores à média, com 3,89, 3,74, 3,41 e 3,25, porem ficam longe do valor máximo possível de obter (5);

Já nos itens 6 “Quanto mais elevado o preço, melhor a qualidade” e 7 “Quanto menor preço, menor a qualidade”, estes apresentam valores abaixo do ponto intermédio 3 (que indica mudança de sentido) com valores na ordem de 2,66 e 2,62 respetivamente. Os respondentes consideram-nos que não tem importância para a sua escolha turística.

Quadro 83: Sobre o custo da escolha turística: média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Procura mais económicas	333	1	5	4,16	,736
2 - Preço determinante	333	1	5	3,89	,912
3 - Desde que satisfaça	333	1	5	3,74	,830
4 - Preço associado à qualidade	333	1	5	3,41	,983
5 - Experiência positiva	333	1	5	3,25	1,018
6 - Elevado preço + qualidade	333	1	5	2,66	,926
7 - Menor preço - qualidade	333	1	5	2,62	,933
N válido (de lista)	333				

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 51: Sobre o custo da escolha turística: média



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.29. O que influencia na aquisição turística

- Pergunta nº 31

No Quadro 84 e Gráfico 52, encontram-se os resultados das estatísticas descritivas para os itens a que os sujeitos responderam numa escala de Likert de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente) referente ao que mais influencia na aquisição de um produto turístico. Considerando o ponto 3 como aquele em que há mudança do sentido da resposta dos sujeitos,

podemos fazer a seguinte constatação:

Os itens **1 e 2** referentes a “Amigos” e “Familiares”, os respondentes consideram-nos como os pontos mais fortes para a aquisição de um produto turístico com médias de 4,17 e 4,15 respetivamente. Ultrapassando bem a média e escolhendo-os como a suas principais influências para a aquisição turística;

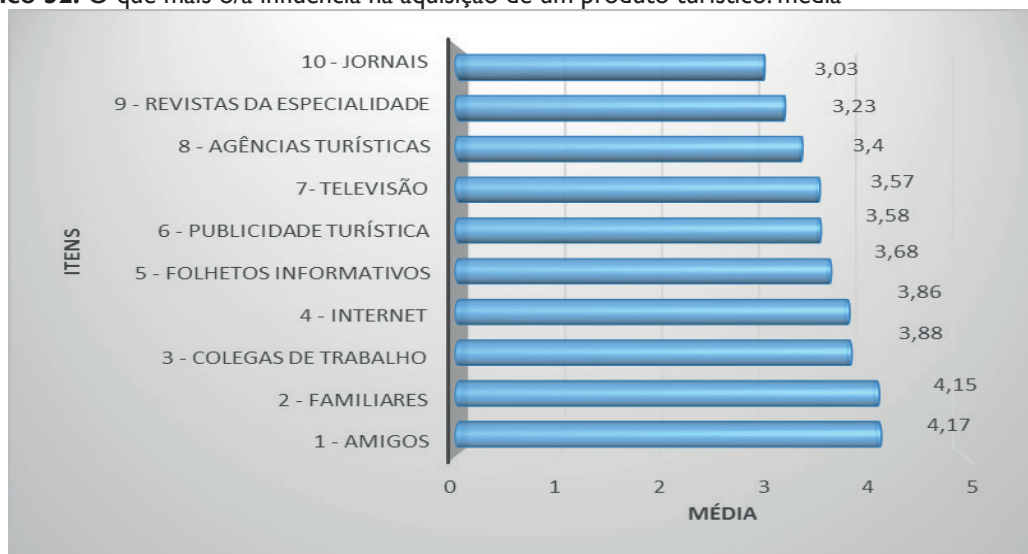
Todos os outros itens, **3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10** que se referem a “Colegas de Trabalho”, “Internet”, “Folhetos informativos”, “Publicidade Turística”, “Televisão”, “Agências de Turísticas”, “Revistas da especialidade” e “Jornais” os respondentes consideram estes itens também são importantes para a sua aquisição turística, por isso, consideram-nos a todos como pontos superiores à média, com 3,88, 3,86, 3,68, 3,58, 3,57, 3,40, 3,23 e 3,03 respetivamente, contudo ficam longe do valor máximo possível de obter 5.

Quadro 84: O que mais o/a influencia na aquisição de um produto turístico: média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Amigos	333	1	5	4,17	,649
2 - Familiares	333	1	5	4,15	,728
3 - Colegas de trabalho	333	1	5	3,88	,832
4 - Internet	333	1	5	3,86	,838
5 - Folhetos informativos	333	1	5	3,68	,757
6 - Publicidade turística	333	1	5	3,58	,794
7 - Televisão	333	1	5	3,57	,835
8 - Agências turísticas	333	1	5	3,40	,888
9 - Revistas da especialidade	333	1	5	3,23	,966
10 - Jornais	333	1	5	3,03	,933
N válido (de lista)	333				

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 52: O que mais o/a influencia na aquisição de um produto turístico: média



Fonte: Inquiridos / turistas

4.2.30. Confiança no produto turístico

- Pergunta nº 32

No Quadro 85 e Gráfico 53, encontram-se os resultados das estatísticas descritivas para os itens a que os sujeitos responderam numa escala de Likert de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente) referente sobre a confiança no produto turístico.

Considerando o ponto 3 como aquele em que há mudança do sentido da resposta dos sujeitos, podemos fazer a seguinte constatação quanto aos resultados obtidos:

Nos itens, **1 e 3** que se referem a “A confiança que depositei em ofertas turísticas deve-se a experiências passadas que foram satisfatórias” e “A minha experiência e conhecimento levam-se a ter confiança na oferta turística” os respondentes consideram que estes itens são importantes para que exista a confiança no produto turístico, por isso, consideram-nos como pontos superiores à média, com 3,64 e 3,34 respetivamente, contudo ficam longe do valor máximo possível de obter 5;

Já no que se refere aos itens **3 e 4** que se referem a “Não confio em ofertas turísticas porque tive uma experiência passada negativa” e “Qualquer oferta turística é confiável”, os respondentes consideram que estes itens não servem de referência para a sua confiança no produto turístico com valores de 2,43 e 2,24 respetivamente.

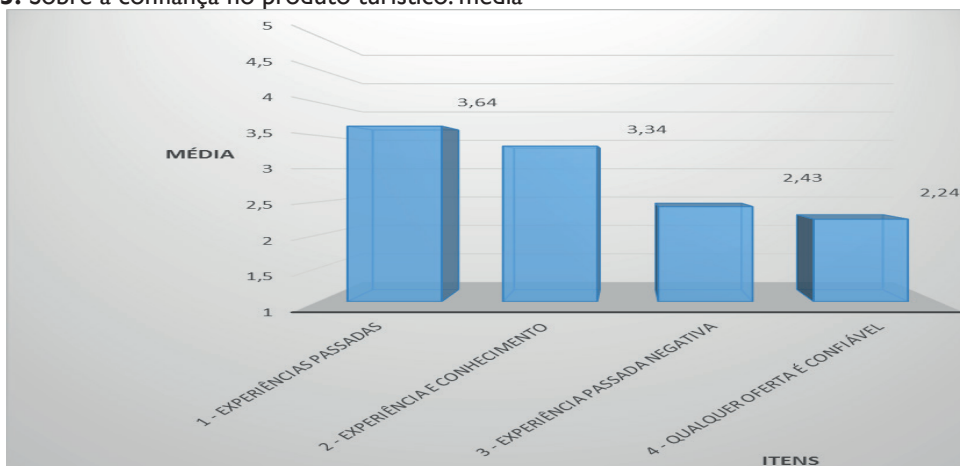
Isto, quer dizer, que os respondentes dão mais valor aos conhecimentos e experiências em ofertas turísticas passadas positivas, do que a qualquer oferta que seja desconhecida para eles ou a experiências negativas no passado.

Quadro 85: Sobre a confiança no produto turístico: média

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1 - Experiências passadas	333	1	5	3,64	,709
2 - Experiência e conhecimento	333	1	5	3,34	,807
3 - Experiência passada negativa	333	1	5	2,43	,924
4 - Qualquer oferta é confiável	333	1	5	2,24	,833
N válido (de lista)	333				

Fonte: Inquiridos / turistas

Gráfico 53: Sobre a confiança no produto turístico: média



Fonte: Inquiridos / turistas

4.3. Análise das entrevistas, dos questionários à população local e aos turistas

4.3.1. Análise sobre as entrevistas

A análise às entrevistas que se apresenta a seguir (Quadro 86), tem como objetivo identificar qual é o nível de perceção que os empresários, autarquia, ou população local têm, sobre o turismo e o ecoturismo naquele território.

Foi construído de maneira a coloca-los lado a lado, tendo em ponderação as suas naturezas distintas e verificando de que forma cada um atua e ainda como as respetivas práticas se encaixam com o que foi definido no nosso enquadramento teórico (ecoturismo e turismo sustentável). O quadro mostra os dados gerais condensados. Trata-se de sínteses das conversas informais com os três intervenientes, tais como, o conhecimento que possuem e como se posicionam perante o turismo em geral naquele território e sobre a perspetiva dum novo segmento turístico como o “ecoturismo”.

Quadro 86: Resumo das entrevistas informais

PERGUNTAS	EMPRESÁRIOS	AUTARQUIA	POPULAÇÃO LOCAL
A trajetória do Turismo naquele Território?	1 <u>Muitas barreiras burocráticas</u> 2 <u>Falta de apoio, tanto do poder local como do central</u> 3 <u>Existe unicamente uma época favorável à indústria hoteleira e da restauração (época da neve)</u>	1 <u>Poucos empreendimentos hoteleiros no concelho</u> 2 <u>O “Parque Natural” é um bocado limitativo.</u> 3 <u>O poder atrativo do “Parque Natural”</u> 4 <u>Problemas de interioridade</u>	1 <u>Lenta na criação de empregos</u> 2 <u>O “Parque Natural” bloqueia completamente</u>
Quais as ideias chave que deverão definir o Turismo naquele território no futuro?	4 <u>Acessibilidades</u> 5 <u>Ajudas oficiais (tanto locais como do governo central</u>	5 <u>Sustentabilidade</u> 6 <u>Oportunidades de negócio</u> 7 <u>Mais eventos ao longo do ano. Não se ficando só período da neve</u>	3 <u>Geração de mais emprego</u> 4 <u>Mais consciência ambiental</u> 5 <u>Mais divulgação das potencialidades do concelho</u>
O que pensam sobre o “Ecoturismo”	6 <u>Preocupação com a condição do planeta</u> 7 <u>Criar um produto inovador: amigo do ambiente e acessível a todos</u>	8 <u>Um produto com mais valia, acessível a todas as classes</u> 9 <u>Incentivar uma mudança de práticas</u>	6 <u>Criar uma cadeia de produtores de produtos locais</u>

Como se observa através do quadro 86 as percepções dos três intervenientes são bem distintas nalguns pontos, quer nas motivações, quer na obtenção dos recursos financeiros, quer na maneira como abordam os seus interesses corporativos. Mas ao mesmo tempo, demonstram que gostariam que houvesse medidas que pudessem adotar uma mitigação nas suas pegadas ecológicas e ao mesmo tempo arranjar modelos de relações a estabelecer entre eles, para uma sustentabilidade tanto para cada um deles, como para o território.

Revelam que, embora as ações que promovem sejam diferenciadas, o objetivo final é o mesmo:

- ampliar a consciência sobre a necessidade de uma nova abordagem sobre a prática do turismo;

- preocupação com a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais;

- o comprometimento em contribuir para o desenvolvimento daquele território ao mesmo tempo que atuam na região.

Validou-se, através das entrevistas, que todos os interventores estavam interessados no desenvolvimento do território, como seria expectável, mas revelando análises próprias sobre o modo como este se deveria concretizar. Ficou explícito, nas entrelinhas das conversas informais, que talvez uma entidade coordenadora formada por todos os atores interessados na atividade turística naquele território, fosse necessária para que se pudessem superar algumas situações que se prolongam demasiado no tempo, muitas das vezes devido às burocracias impostas por parte das entidades centrais do Estado.

Dentro das entidades mais referenciadas, no que se refere aos obstáculos para um desenvolvimento da atividade turística sustentada tanto economicamente e socialmente exequível, em grande parte no concelho de Seia, foram mencionados a instituição “Parque Natural da Serra da Estrela” seguido de imediato pelo “Poder Central”.

A primeira (o parque natural), por demonstrar pouca abertura a acordos estratégicos para o desenvolvimento turístico. Segundo eles, isso ocorre talvez por não possuir, nos seus quadros dirigentes, funcionários com alguma formação para a vertente turística sustentável.

A segunda entidade referenciada foi o poder central, que ao não promover acessos mais acessíveis ao concelho e não classificar a região no plano de interesse nacional (Pin's) leva a que muitos investimentos na atividade turística no território fiquem muito dispendiosos e, por isso, não passem de meras intenções.

Apesar destes pontos menos positivos, os interessados no desenvolvimento turístico local não deixam de demonstrarem algum otimismo no futuro, em virtude de alguns passos já realizados, tanto a nível autárquico como privado, terem dado alguma alavancagem à economia local, como o aumento do comércio de produtos locais e uma maior oferta de eventos ao longo do ano. Podemos concluir que, embora as ações que estas três entidades locais promovem sejam diferenciadas, o objetivo final de todas é o mesmo: ampliar a consciência sobre a necessidade de uma nova abordagem sobre a prática do turismo, com a preocupação da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, com um comprometimento em contribuir para o desenvolvimento daquele território.

4.3.2. Análise dos questionários à população local

A frequência com que determinado destino turístico é visitado, depende não só das motivações dos visitantes, mas também das ofertas turísticas que estes destinos oferecem.

Um adequado planeamento, no sentido de se encontrar estratégias que permitam captar visitantes e fazer com que eles permaneçam mais tempo em determinado local, irá proporcionar mais vantagens económicas para esses destinos e para a sua população.

Normalmente o desenvolvimento turístico é associado a alguns benefícios para muitas regiões de destino, contribuindo sobretudo para o equilíbrio da balança de pagamentos, a criação de emprego, a criação de oportunidades de desenvolvimento das áreas rurais, de forma a proporcionar um reequilíbrio do território, à construção de novas infraestruturas e equipamentos, ao aumento da cobrança de impostos e conseqüente crescimento do produto interno bruto. A ocorrência conjunta e simultânea da maximização dos aspetos benéficos e da mitigação dos aspetos prejudiciais é de especial importância, para a forma como as sociedades locais percecionarem em grande parte o seu grau de tolerância ao turismo e que constitui um fator-chave para o sucesso desta atividade.

A partir dos dados fornecidos pelos questionários validados à população local, conclui-se que

existem alguns indicadores interessantes sobre as percepções que o locais têm sobre o turismo no concelho, assim como a respeito da implementação dum novo segmento turístico (o ecoturismo).

Uma primeira abordagem, para melhor compreensão dos resultados do estudo estatístico, será começar pela caracterização dos inquiridos:

- O público inquerido é composto na sua maior parte pelo género feminino (68,2%) tendo na sua maioria entre 24 e 39 anos (51,7%). São casados ou em união de fato (69,8%) e o local de nascimento foi maioritariamente nas “Nuts III Beiras e Serra da Estrela” (66,2%). Esta última variável vai ao encontro da nossas questões nº 1 e nº 2, segundo a quais a maioria dos inquiridos deveriam ter uma sociabilização primária, secundária e terciária na região, para que a sua percepção sobre o território fosse a mais confiável para o resultado da investigação. Verificou-se que a sua residência situa-se na grande maioria na União de freguesia de Seia, São Romão e Lapa de Dinheiros (64,9%), mas já quanto à permanência de residência na mesma freguesia existe uma pequena vantagem naqueles que dizem que já moraram noutras freguesias ou concelhos (53,9%) o que poderá colocar uma ligeira visão diferente da análise do território, e por ilação uma diferença de escala.

Quanto ao nível de habilitações literárias verifica-se que os inquiridos na sua maioria têm um grau de literacia média alta, isto é, possuem o 12º ano (37,5%) e licenciatura (28,3%) e a sua situação profissional situa-se nos 78,8% como trabalhadores por conta própria ou de outrem, sendo a classe dos desempregados (11,5%). Estas últimas percentagens serão análogas às percentagens a nível nacional.

Agora no que respeita às questões feitas especificamente sobre o turismo naquele território e o conhecimento sobre o “ecoturismo”, os resultados foram os seguintes:

- A maior parte da população local tem uma percepção positiva sobre o setor turístico no Parque, 53,4% diz que é razoável e 30,9% que é bom, mas já quanto ao impacto que o turismo pode ter na sua qualidade de vida, conclui-se que, para os inquiridos, o impacto turístico não tem uma grande projeção na sua qualidade de vida. Mas no que se refere ao impacto que o turismo pode ter no Parque, os inquiridos dizem que será bom em virtude de poder vir a proporcionar uma maior divulgação do território, com consequentes efeitos positivos para o território.

Nestas questões, poder-se-ia retirar alguma contradição nas respostas dos inquiridos, ao afirmarem que o turismo não interfere na sua qualidade de vida, mas que já no que se refere ao território o turismo poderá gerar mais mais-valias importantes.

Esta ambiguidade estará centralizada naquilo que os inquiridos pensam sobre os impactos diretos do turismo nas suas vidas. Verifica-se que nas questões seguintes, eles vão reforçar esta evidência ao afirmarem que o turismo não lhes traz melhores prestações de serviços públicos, ou uma criação significativa de emprego. Esta última comprova-se, através da questão sobre se o setor turístico é um fator predominante nas famílias residentes no concelho. As respostas a esta pergunta, demonstraram a fraca percentagem de familiares ligados ao turismo (7,5%), o que poderá indiciar que a maioria dos trabalhadores do setor turístico do Parque poderá vir

de outros concelhos próximos. O que verificamos efetivamente, nas entrevistas informais com os funcionários dos estabelecimentos hoteleiros, muitos vieram dos concelhos vizinhos (Viseu, Guarda e Oliveira do Hospital).

Porém, os inquiridos acham que o turismo traz mais-valias ao território efetivamente, ao dar conhecer as potencialidades do território como a tranquilidade, hospitalidade, gastronomia e clima entre outros, mas que estes benefícios irão para favorecer os investidores privados ou oficiais e não se refletirão na qualidade da população do concelho.

Quanto à perceção sobre quem investe mais na atividade turística no Parque, os inquiridos, na sua grande maioria respondem que são as Câmaras Municipais (66,4%), seguidos pelos investidores locais (48,1%). Há, no entanto, nesta questão, uma nota interessante a acrescentar, que foi a resposta de alguns inquiridos a afirmar que um dos investidores importantes no turismo no território é o Parque Natural da Serra da Estrela (45,1%). Esta confusão poderá resultar ainda dum desconhecimento por parte da população local, de que o organismo Parque Natural, pelo seu estatuto não é um investidor, mas sim, um regulador.

Os produtos tradicionais são vistos como tendo um grande potencial económico e social, sendo valorizados tanto pela população local, como pelo poder local e central, que os utiliza para fortalecer o produto turístico. A vocação turística destas atividades deve ser encarada como mais uma oportunidade para valorizar a terra e os seus produtos.

No que respeita ao conhecimento que a população local tem sobre o “Ecoturismo”, a grande maioria responde que conhece bem (35,3%) ou conhece um pouco (52,5%). Esta maioria é composta, na sua grande parte, por indivíduos na faixa etária dos 24 a 39 anos e com habilitações literárias a nível do 12º ano de escolaridade.

Os resultados, demonstram que existe um conhecimento muito elevado sobre as opções ecológicas, apesar que de não considerarem que o turismo ecológico e sustentável deverá ser a principal fonte de desenvolvimento para o território.

Consideram que o “Ecoturismo”, pode trazer mais riqueza, logo um aumento de receitas, sem que ao mesmo tempo este tipo de turismo possa criar um aumento de poluição nem uma perda da identidade e cultura local.

Em resumo, pode-se afirmar que a população do concelho de Seia pelas suas principais características, bastante hospitaleira e muito recetiva a novas formas turísticas, demonstrarem um conhecimento acima da média sobre como se desenvolve o segmento ecoturístico, o qual na opinião deles, não vai gerar conflitos com os seus interesses pessoais ou com o território. Acrescentando que, porque parte do seu território estar inserido no Parque Natural, acreditam que lhes dá uma certa garantia de segurança nos aspetos da preservação das suas características endógenas.

4.3.3. Análise aos questionários dos turistas

Os indicadores estatísticos alcançados pela investigação, revelaram uma série de informações sobre a caracterização e satisfação dos turistas em relação ao território em questão e às suas preferências.

Da mesma forma de análise que fizemos aos questionários à população local, iremos começar a partir dos dados fornecidos pelos questionários validados aos turistas, pela caracterização dos inquiridos:

- A divisão do público inquerido no que se refere ao género é sensivelmente repartido pelos dois géneros (género feminino com 56,5% e o género masculino com 43,5%) sendo a sua repartição etária, refletida na sua grande maioria, entre os 24 e 39 anos (37,8%) e entre os 40 e 55 anos (36,6%). Características análogas foram apresentadas por Kerstetter e al. (2004; 25: 491-98), com 418 “eco turistas” que visitaram a ilha de Taiwan, na República da China, em que os mais novos (24 a 39) prevaleceram, sendo observados valores percentuais idênticos, no Nepal com Holden e Sparrowhawk (2002; 4:435-46).

O diferencial etário observado na presente investigação, comparativamente a outros estudos, pode também refletir os diferentes parâmetros da definição de “ecoturismo”. De acordo com Sharpley (2006; 5(1-2):7-22), a diferenciação entre “turismo de aventura” típico dos turistas mais jovens e ecoturismo é algo “imprecisa” no qual a distribuição entre os diferentes tipos de “ecoturistas” pode ser igualmente “opaca”. Por norma, os adultos idosos preferem este tipo de turismo, por sentirem-se mais seguros e confortados, quando viajam para locais com atrações e atividades baseadas na natureza, enquanto os mais novos associam o “ecoturismo” a tudo isso e ao “turismo aventura”.

Quanto ao seu estado civil, a maior parte dos inquiridos são casados ou em união de fato (61,0%).

No que se refere ao seu local de nascimento, este foi maioritariamente fora do “Nuts III Beiras e Serra da Estrela” (92,2%), como era desejável para que a investigação não sofresse um enviesamento dos dados obtidos. A sua residência situa-se na grande maioria no “Nuts III Região de Coimbra” (52,9%) seguido pelas regiões “Metropolitana de Lisboa (9,6%) e Porto (8,1%)” e “Região de Aveiro” (8,4%). Estes resultados, indicam que a grande maioria dos visitantes aquele território, provém das áreas litorais do continente, o que poderá indicar uma atração pela população de regiões litorais do país, pelo interior com paisagens montanhosas, como o concelho de Seia e o Parque Natural possuem.

A nível de habilitações literárias, verifica-se que os inquiridos, na sua maioria, têm um grau de literacia média alta, isto é, possuem o 12º ano (33,3%) e licenciatura (35,4%).

Em relação às suas atividades profissionais, estas repartem-se maioritariamente por “Especialistas intelectuais e científicos” com 24,9%, “Pessoal administrativo e similares” com 19,5%, “Técnicos de nível intermédio” com 12,6% e “Operários, artífices e similares” com 12,0%. Estes resultados demonstram, que a procura por este território é espartilhada por todas as

classes sociais.

Os inquiridos demonstram viajar maioritariamente com a família (53,5%).

Com base nos resultados estatísticos obtidos, podemos afirmar que há um retorno grande, por parte dos visitantes a este território, uma vez que apenas 6,9% dizem que é a primeira vez que o visitam e que a maior parte dos turistas (44,7%) visitam-no “mais de 4 ou mais vezes”. Através do cruzamento das variáveis (retorno, idade e habilitações) constata-se que este retorno é feito pelos indivíduos com a idade entre os 24 e 55 anos (221) em 296 questionários validados e que as suas habilitações académicas situam-se na maior parte (214) pelo 12º ano (97) e a licenciatura (107) num total de 296 questionários validados. Estes resultados demonstram que em relação à oferta turística do território, esta vai no sentido dum procura por parte dum nicho de mercado que quer um turismo com características dum turismo natureza. É de salientar que quase metade dos turistas que visitam este território, também dizem que visitam outros “Parques Naturais”, escolhendo maioritariamente o Parque Natural da Peneda Gerês seguido por muito perto pelo Parque Natural da Serra da Estrela, ficando depois muito distanciados os outros parques nacionais.

Já quanto ao cruzamento das variáveis entre os indivíduos que visitam outros parques naturais e retornam ao Parque Natural da Serra da Estrela, não existe uma significância que possa indicar uma estratégia de conjunto e cooperação entre as várias áreas protegidas

Quanto aos motivos principais escolhidos para a sua visita aquele território, foram a “Paisagem” com uma média de 4,4, o “Relaxar física e mentalmente” com uma média de 4,2, o “Viver com a natureza” com uma média de 4,1, “Apenas conhecer a Serra da Estrela” com uma média de 4,07 e a “Gastronomia local” com uma média de 4,05.

Preferem principalmente, a estação de “Inverno” (39%) para fazer a sua visita, havendo também uma percentagem significativa (29,3%) de inquiridos que demonstram ser indiferente a escolha da estação do ano.

Permanecem, na sua maioria, 2 a 3 dias (26,1% e 26,7%, respetivamente). Em relação à faixa etária, os visitantes mais novos, estão dispostos a despende diariamente entre 20€ a 35€ (41,7%) e os mais velhos entre 35€ e 45€ (38,8%).

No que concerne ao concelhos mais procurados dentro do Parque Natural Serra da Estrela, verifica-se que é o concelho de Seia que é o mais procurado, com uma percentagem de 88,6%, seguido do de Manteigas com 74,2%, Covilhã (71,2%), Guarda (60,1%) e Gouveia (52%). Confirma-se esta tendência, através da pergunta seguinte, onde se perguntava quais os locais preferidos da visita. Estes foram os seguintes: a “Torre” (85,6%), o “Sabugueiro” (76,3%), as “Penhas Douradas” (58,3%) e as “Penhas da Saúde” (54,1%).

Relativamente à perceção que tem genericamente, sobre o Parque Natural Serra da Estrela, a mais consensual é a “Paisagem” seguida pelos “Produtos locais certificados”, a “Neve”, a “Restauração” e o acolhimento por parte da “População local”.

Ao contrário da população local, os turistas demonstraram que a grande maioria (72,1%) desconhecia o que era o conceito “ecoturismo” ou que o já tinham praticado. Só 24% disseram

que conheciam ou que já tinha feito.

Aqueles que já fizeram este tipo de turismo na sua maioria dizem que o fazem “Ocasionalmente” ou “Raramente” (12,9% e 9,6% respetivamente) e o principal fator que os levaram a fazer, foi o “Lazer” seguido pela “Consciência ambiental”.

São os turistas com mais habilitações - 12º ano com (111) e com licenciatura (118) ou seja, 229 em 333 respondentes, aqueles que manifestaram ter uma maior consciência ambiental. Demonstrando assim, que a educação ambiental tem um efeito importante na escolha deste segmento turístico.

Para Kerstetter *et al.* (2004; 25:491-98), numa perspetiva de desenvolvimento de um perfil motivacional e comportamental de um grupo de ‘ecoturistas’ que visitaram as áreas húmidas costeiras de Taiwan, uma importante atração turística baseada na natureza, identificaram, como motivos mais importantes, o ‘interesse pelo contexto natural, incluindo as paisagens ecológicas’, ‘estar com a família e os amigos’ e a ‘saúde física’

Os inquiridos, acrescentam que o que mais influenciou a experimentar este tipo de turismo, foram os “Amigos” seguido pela “Internet”.

Os turistas (eco) inquiridos na presente investigação eram de nacionalidade portuguesa. Conforme já referenciado no início da nossa investigação, só nos interessaria para esta investigação, as perceções construídas sobre esta região, de turistas nacionais, ainda muito pouco referenciadas cientificamente no que se refere a este território. As perceções sobre o território de visitantes estrangeiros, poderá ser fruto duma futura investigação que poderá acrescentar uma mais/valia, numa época na qual se discute a internacionalização do turismo português.

Estes turistas (eco) distribuíram-se da seguinte forma: sexo masculino com 26,9%, o feminino com 21,8%, numa faixa etária de adultos (28,6%) e adultos idosos (18,4%) e ainda com habilitações literárias mais elevadas.

Como já referimos anteriormente, as primeiras preferências dos turistas da nossa amostra para as suas viagens à natureza foram a ‘beleza das paisagens’ e o ‘contato com a natureza’ o que podem encontrar no Parque Natural da Serra da Estrela.

Motivos muito similares foram encontrados em diferentes grupos de ‘ecoturistas’ em outras investigações no estrangeiro. Por exemplo, Awaritefe (2003; 5:251-68), numa tentativa de determinar as características mais importantes de 376 turistas que visitaram a Nigéria, observou que a ‘recreação/lazer’, a ‘observação da natureza’ e os ‘artefatos históricos e culturais’ foram as atividades/motivos dominantes.

Na procura de um perfil típico de ‘trekker’, no Nepal, Holden e Sparrowhawk (2002; 4:435-46) concluíram que o verdadeiro ‘trekker’ foi aquele que estava intrinsecamente motivado pela natureza. Os principais motivos para a visita foram o ‘desfrutar a natureza’, o ‘sentir-se próximo à natureza’ e o ‘aprender com a natureza’. Outros motivos foram a ‘alteração da rotina diária’, os ‘novos estímulos/desafios’ e o ‘ser apto fisicamente’.

Também na Austrália, Perkins e Grace (2009; 8(3):223-36) observaram que os ‘ecoturistas’ apresentaram motivos diferentes do “ecoturismo” ou do ‘turismo de massas’. A informação

foi recolhida via questionário em dois locais distintos: Seaward (turismo de massas) e World Heritage Lamington National Park (ecoturistas). Os motivos dos 'ecoturistas' foram: o 'gosto pela natureza e estar imerso na natureza', a 'educação ou aprendizagem sobre a natureza', o 'ritmo mais lento de vida e, em alguns casos, a 'capacidade de contribuir pessoalmente para a conservação do envolvimento'. O 'turismo de massas' apresentou motivos como o 'relaxamento' e a 'diversão'.

Basicamente, as motivações observadas na nossa investigação foram consistentes com os "conceitos-chave" presentes nas definições de ecoturismo, ou seja, a natureza como foco da viagem e a educação e conservação ambiental.

Cumulativamente, verificou-se uma caracterização dos turistas que visitaram o concelho de Seia e o "Parque", no que se refere aos motivos, atributos e graus de satisfação a nível turístico vão ao encontro da estratégia turística definida para Seia.

Verifica-se que os motivos, atributos e graus de satisfação vão ao encontro da escolha por aquele território, por encontrarem nele, tudo aquilo que desejam para a sua escolha turística.

1º - Os inquiridos, demonstraram que o tipo de "zona" e "qualidade" da mesma, são muito importantes para a sua prática turística. Seia e o "Parque" preenchem estes requisitos.

2º - Optam por uma "oferta mais económica" para a sua escolha turística. Seia e o "Parque" ainda oferecem produtos turísticos a preços muito acessíveis.

3º - Admitem, como já referimos mais acima, que o que os "mais influencia na sua aquisição turística" são os "amigos" e os "familiares". Aqui funciona duas variáveis "confiança nos mais próximos" que por sinal, pode associar-se à variável "do grande retorno que existe àquele território" naturalmente pelos amigos e familiares.

4º - O seu retorno a lugares já visitados é fruto de "conhecimento" e "experiências passadas". O que está demonstrado pela grande percentagem de retorno aquele território.

Julgamos também importante, invocar estas características dos turistas que visitam este território, conjuntamente com o desejo que demonstram de usufruírem a variável natureza na sua forma mais pura, adquirida por uma consciência e educação ambiental cada vez maior, para que estas possam vir a nortear os investimentos que se realizam tanto a nível privado como oficial, dum modo mais sustentável e eco, como desejam tanto os empresários como os organismos oficiais locais através dos seus planos estratégicos e a receptividade que população local demonstra sobre o ecoturismo.

CONCLUSÃO

São os comportamentos dos turistas e as motivações que estão na origem das suas deslocações e que permitem distinguir entre um “turismo de minorias” e um “Turismo de Massas” (Cunha, 1997, pp.16-17).

Na nossa perspetiva, a afirmação e diferenciação de um destino turístico não deve passar pela criação de pacotes turísticos segmentados e de baixa qualidade, mas antes por uma aposta planeada nos recursos endógenos, valorização das estruturas existentes e qualificação das ofertas turísticas.

Após a análise dos dados, podemos concluir que esta investigação vem confirmar o interesse do turismo e do ecoturismo por parte da população local para o desenvolvimento económico do território em estudo. No entanto, é manifesto que em termos políticos e empresariais ainda existe um longo caminho a percorrer até se abarcar por completo o verdadeiro conceito de desenvolvimento sustentável, isto é, o estímulo a um turismo sustentável nesta região parece estar ainda longe de todas as suas potencialidades.

Segundo alguns estudos de caso, referidos ao longo do trabalho, sobre o ecoturismo em diversos lugares do planeta, a principal ação identificada como insustentável naquelas práticas era o fato de haver um sobrelotação devido a um fluxo por vezes exagerado de turistas nas localidades visitadas e das populações locais estarem mal informadas, o que não se constata no caso do concelho de Seia. Ainda assim, é desejável que este território tenha em atenção os pontos negativos que podem advir do desenvolvimento deste segmento turístico. A presença de turistas nas comunidades é um fenómeno generalizado que afeta os padrões de vida das pessoas, em especial nas localidades turísticas. As formas como os visitantes se portam e seus relacionamentos pessoais com cidadãos da comunidade anfitriã costumam ter um efeito sobre o modo de vida e as atitudes dos residentes locais.

Num cenário global, no qual os investigadores mais pessimistas apontam o desequilíbrio na cadeia de distribuição de alimentos como o principal motivo do próximo “conflito mundial” e numa altura em que os alguns centros urbanos estão cada vez superpovoados, com uma grande poluição, uma enorme falta de qualidade de vida e com um índice de desemprego crescente, apesar de muitas cidades tentarem inverterem estes pontos negativos, mostra-se necessário criar meios e condições para que regiões com características semelhantes ao concelho de Seia, dinamizam a economia local de maneira equilibrada e sustentável, preservando ao mesmo tempo o seu património histórico, cultural, natural e social.

Embora seja quase impossível incorrer em zero efeito ambiental neste segmento turístico, é possível minimizar o impacto ambiental através de um planeamento cuidadoso, de acordo com as orientações científicas existentes, onde as metas socioeconómicas, relacionadas com o conceito de ecoturismo, devem ter como objetivos fundamentais:

- Mitigar os impactos ambientais;
- Contribuir financeiramente para gestão de áreas protegidas e conservação;
- Criar consciência ambiental;
- Gerar oportunidades de trabalho e benefícios para as comunidades locais.

A literatura existente sobre o assunto, aponta para a importância da comunidade local ser consultada quando existe um novo desenvolvimento turístico (Nepal 2008 e 2011, Aspinall et al 2011, Richins 2009, Chipeniuk de 2005, Gill 1994). Os estudos sobre a matéria aconselham que a consulta à comunidade ajuda a desenvolver uma base comum entre o promotor, moradores, governo local e outras autoridades, e também ajuda a identificar potenciais preocupações e benefícios (Jennifer – Munro; 2009).

No interesse da diversificação económica, o desenvolvimento de uma indústria de turismo local é uma abordagem premente para muitas pequenas localidades. O suporte é geralmente maior para projetos de turismo multifilamento, pois de outra forma, os investimentos podem funcionar como empresa única, com consequências por vezes negativas. É preciso assinalar também que, especialmente nas fases iniciais do desenvolvimento de atividades, é fácil sacrificar os residentes da sua qualidade de vida no interesse do crescimento económico Gill (1994).

Deve-se também realçar como um elemento importante para este território, o último relatório técnico da Quercus (2014), sobre o Parque Natural da Serra da Estrela, que chama a atenção para o reforço da atividade cinegética e a criação de programas de incentivos e de apoio às práticas agrícolas tradicionais, assim como, uma estratégia que contrarie o recorrente ciclo de incêndios, com a recuperação da floresta autóctone.

Numa análise geral, ainda que com as ressalvas já mencionadas, com base na pesquisa levada a cabo, é correto responder afirmativamente à questão de partida que averiguava se é possível praticar “ecoturismo” ou um “turismo sustentável” no Parque Natural da Serra da Estrela.

Durante a fase de fundamentação teórica verificou-se que o ecoturista está disposto a pagar mais caro para usufruir de serviços menos massificados e ter acesso a locais pouco explorados, para assim estabelecer um contato com mais qualidade com o local visitado. Também se verificou que, pelos barómetros atuais, estes apontam para um aumento do número de turistas que levam em consideração o fator “sustentabilidade” na hora de escolher o local onde se hospedará, onde terá as refeições durante o período de férias e que tipo de lembranças comprará para presentear os seus amigos. Os questionários validados aos turistas para o estudo caso, confirmaram todas estas premissas.

Chama-se a atenção dos vários atores intervenientes, para que o desenvolvimento (eco) turístico ocorra de maneira adequada, a sua abordagem precisa de ser multidisciplinar, com profissionais de áreas distintas trabalhando em conjunto, tanto na avaliação dos seus impactos, como no encaminhamento de soluções para o mesmo.

Sob este enfoque, a população quando integrada no planeamento turístico de sua localidade, pode contribuir por uma avaliação das insatisfações que esse desencadeia, assim como avaliar as suas potencialidades.

Quando o turismo é considerado um rendimento financeiro essencial a uma escala local e nacional, há um consenso na literatura sobre a sustentação positiva das comunidades anfitriãs para o seu desenvolvimento ser bem-sucedido. Porém, é necessário o monitoramento da opinião dos moradores após os estágios iniciais do desenvolvimento. O monitoramento sobre a opinião dos moradores a respeito do turismo torna-se indispensável para o planejamento adequado a uma localidade turística. Os membros da população anfitriã que são influenciados pelo comportamento dos turistas, provavelmente influenciarão outros membros da sua comunidade com as suas atitudes e comportamento modificados, fazendo com que o fenómeno se torne desejável, ou indesejável, pela população em geral.

A compreensão e integração dos fatores ambientais na gestão das empresas sejam turísticas, constitui uma “prova não apenas de civismo por parte dos gestores, mas também de realismo económico, prova disso mesmo, são as auditorias ambientais nas empresas que se revelam quase sempre uma boa surpresa no plano das economias de custos, tanto no médio, como no longo prazo” (adaptado de Soromenho-Marques, 1998).

A questão de saber se o ecoturismo é uma forma de desenvolvimento sustentável para a comunidade local, não tem uma resposta definitiva, devido às muitas variáveis envolvidas. O que parece claro é que - pelo menos no curto prazo - o ecoturismo não sobrevive espontaneamente sem a plena participação da comunidade local e o respeito e apoio dos agentes externos na conceção, implementação e difusão de empresas de ecoturismo.

Os direitos à terra, ao seu autogoverno, apoio financeiro, e da capacidade dos interessados, são algumas das condições que permitam um projeto de ecoturismo bem-sucedido. No caso das comunidades locais, a falta de competências de gestão e limitações infraestruturais graves impede realizações de sucesso. É necessário evidenciar que o desenvolvimento do ecoturismo tem sido muitas vezes imposto, sendo a população local excluída do seu planeamento e das suas fases de implementação.

É preciso ter em mente que as noções dos locais de práticas de conservação por vezes são fundamentalmente diferentes das noções dos visitantes. A participação das comunidades locais em todas as fases de planeamento e implementação é um fator importante para minimizar os impactos negativos do “ecoturismo”. Na verdade, essa participação das comunidades locais tem o potencial de desenvolver uma cultura positiva, diminuir impactos ambientais, podendo aumentar a confiança, a liderança e a organização dessa mesma comunidade.

As comunidades locais precisam participar nos benefícios do “ecoturismo”. No entanto, este pode ser difícil em alguns locais em desenvolvimento. Os conflitos sociais podem surgir a partir da desigualdade dos lucros e o aumento das lacunas entre as famílias ricas e pobres dentro das comunidades. Estes acontecimentos poderá acontecer no Parque Natural da Serra da Estrela, senão forem acautelados todos os requisitos necessários para haja um desenvolvimento sustentável.

Sem experiência em gestão de tais conflitos, a receita vai enfraquecer a confiança e coesão na comunidade local. Alguns críticos argumentam que isso de fato é o que se compreende como um impacto cultural negativo.

No entanto, se as comunidades locais estiverem envolvidas nas decisões e participarem na gestão das áreas protegidas, elas irão manter um controle sobre sua própria relação com o seu habitat, e uma sensação de controlo sobre seu próprio destino pode, de fato reforçar a sua identidade cultural.

Destaca-se também, que são necessários níveis de fiscalização do governo nacional, a fim de coordenar o desenvolvimento de infraestruturas com o planeamento local, ao proporcionar o controlo da velocidade e da qualidade de desenvolvimento do ecoturismo, criando ao mesmo tempo, para legitimar os direitos das comunidades locais, uma delegação de autoridade ao poder local.

O “Ecoturismo” não é uma panaceia ou uma maneira simples de financiar áreas protegidas. No mínimo, o ecoturismo requer que os gestores e técnicos se envolvam na compreensão da parte ecológica e das questões culturais que surgem a partir de criação de áreas protegidas.

Extrapolando as respostas dos questionários validados ao turistas para o concelho de Seia, numa base sustentável a nível ecológico e económico, pode-se afirmar que a Serra da Estrela tem uma “Paisagem Natural”, com as suas florestas, rios, viveiros piscícolas em cursos de água natural, morfologias naturais (Vale Glaciar do Zêzere), que não são devidamente capitalizadas numa perspetiva dum aumento da atratividade da “marca” para um alargamento de contextos de consumo, como o consumo em época estival.

Existe um património histórico/cultural bastante variado como a pastorícia (Transumância), o religioso (Belmonte - Judiaria), apoiado por excelentes infraestruturas hoteleiras com várias estrelas, que possuem equipamentos de lazer e de saúde (ex: discotecas e Spas), assim como, boas ofertas no nível da restauração que evidenciam a rica gastronomia serrana, através de ementas nas quais entram os produtos tradicionais locais (o cabrito, o queijo, o pão e as ervas aromáticas serranas).

Aproveitando algo que já funciona como “marca” do território e segundo empresários locais e alguns turistas, será necessário proporcionar melhores acessos, para reforçar e alargar a oferta a um nível mais sustentável dos desportos de inverno na estância de esqui da “Torre”, que funciona de dezembro a maio, no planalto central e que está situada no ponto mais alto do Parque Natural da Serra da Estrela (1998 metros), a qual tem dez pistas de esqui e algumas estruturas de apoio técnico e comercial, mas que por vezes devido a algumas lacunas de coordenação das autoridades territoriais, fica demasiados dias fechada. Chamam também atenção para o aproveitamento ao longo de todo o ano dum complexo turístico em Manteigas, que inclui uma pista de esqui artificial que está agregada a outras infraestruturas desportivas, como seja a equitação, tiro ao alvo, rappel, BTT, parapente e canoagem que de momento estão inativas, encontrando-se unicamente o parque de campismo de montanha e um bar/restaurante em atividade.

Como disse Friedrich Nietzsche, “a forma mais comum da estupidez humana é esquecermo-nos do que estamos a tentar fazer”.

Não criar um desenvolvimento turístico sustentável, de acordo com as características do território e das perceções tanto do lado da oferta e da procura, pode-se considerar, por todo o

historial acumulado tanto a nível nacional como internacional, um passo para a um fracasso de novos investimentos a nível turístico.

Através de novos estudos científicos, segundo Renji Li, Zi Lu, Jifeng Li (2012, p.73), consegue-se já avaliar o “grau de percepção sobre o destino do ecoturismo de acordo com a qualidade e quantidade de paisagens com base em dados raster (ou bitmap, que significa mapa de bits em !) e uma base de dados. O método inclui uma série de fatores de impacto, tais como o tipo e grau de recurso da paisagem, alcance visual da paisagem, a sua melhor visualização e orientação e a percepção ecológica da área sensível. Este método de cálculo descreve quantitativamente o grau de percepção dos ecos turistas para qualquer local ou destino eco, para que possa ser usado na identificação da variância espacial da percepção dos visitantes sobre as paisagens. O resultado mostra que o valor do grau de percepção variou dum local para outro. As regiões com maior valor de percepção foram as aéreas pressionadas pelo eco turistas, por isso, deve-se ter em consideração as diferenças espaciais para uma percepção de paisagem durante o processo de planeamento dum destino ecoturístico.”

Será interessante que este modelo seja equacionado em estudos futuros sobre ecoturismo, no território onde realizamos a nossa investigação, pelo valor que acrescenta para um bom planeamento num desenvolvimento “eco” sustentável.

Cremos que a Serra da Estrela, terá todo o interesse em ser classificada como um Geoparque da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, porquanto um Geoparque tem por base uma estratégia que promove o bem-estar das populações, mantendo o máximo respeito pelo ambiente e tendo como objetivos a preservação do património geológico para as gerações presentes e futuras, ao mesmo tempo que educa e ensina o público em geral sobre temas das “Ciências da Terra” e as suas relações com questões ambientais e ainda poderá assegurar um desenvolvimento sustentável ao nível socioeconómico e cultural, promovendo pontes multiculturais em património, conservação e manutenção da diversidade geológica e cultural, através de parcerias.

Conclui-se da mesma forma que este território terá todas as características necessárias para se tornar por via do turismo, um contributo muito válido para os grandes princípios estratégicos do país através do PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) Horizonte 2013-2015 ²⁶. Este na sua alínea f) enumera quase todos os requisitos que se encontram disponíveis na Serra da Estrela como seja:

“oferta de turismo de natureza, nomeadamente em meio rural, em particular para os segmentos de passeios (a pé, de bicicleta ou a cavalo), de observação de aves ou do turismo equestre, melhorando as condições de visitação e a formação dos recursos humanos.

Subjacente à estratégia está a constatação de que um turista de natureza procura a tranquilidade, o repouso e a autenticidade e realiza múltiplas atividades no destino. Como nichos de mercado destacam-se os passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo, assim como a observação de aves. Antecipa-se para este produto um crescimento anual de 5% nos próximos anos.

26

Fonte: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>

E ainda foram identificados os seguintes fatores de competitividade de Portugal para este produto:

i) 23% do território português é formado por Áreas Protegidas e Rede Natura, revelador de fortes valores naturais e de biodiversidade ao nível da fauna, flora e da qualidade paisagística e ambiental;”.

Referências Bibliografias

Adorno, Theodor, W. Workheimer, Max, (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Agrawal, A., Redford, K., (2006). *Poverty, development, and biodiversity conservation: shooting in the dark?* Working Paper No 26, March. Wildlife Conservation Society.

Amado, J. (2013), coordenação. *Manual de Investigação Qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra; Coimbra, p. 421.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente. *ENEA (2020) - Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020*.

Apple, Michael (1997). *Os professores e o Currículo: Abordagens Sociológicas*, pp. 131 – 150. Lisboa: Educa.

Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MA) (2005) Synthesis. Washington, DC: Island Press. Disponível na Internet <http://www.MAweb.org>

Ashley, Caroline; Carney, Diane (1999). *Sustainable livelihoods: lessons from early experience*. British Library, London, UK. ISBN 085003 419 1.

Awaritefe OD. Destination environment quality and tourists' spatial behaviour in Nigeria: a case study of Third World Tropical Africa. *International Journal of Tourism Research*. 2003; 5:251–68.

Beck, Ulrich, (1992). *Risk society. Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications.

Beck Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott. (1997). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp. Capítulo I.

Beck, U. *World risk society*. Londres: Polity Press, (1999).

Boyd, S.W., & Butler, R.W. (1996). *Managing ecotourism: na opportunity Spectrum approach*. *Tourism Management* vol 17. n° 8 pp 557-566.

Butler, R. (1993). *Tourism – an evolutionary perspective*. In J. B. Nelson, *Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning, Managing* (pp. 29–43). Department of Geography Publication Series 37, University of Waterloo. Canada

Bryson, Bill (2010). *A Short History of Private Life*. Lisboa: Bertrand Editora, Lda, p.498.

Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP – 2015)

Cater, E. (1993). *Ecotourism in the Third World: Problems for sustainable tourism development*. *Tourism Management* 14 (2) , pp. 85–90.

Carvalho, Paulo. *Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos eco-culturais*. Cabo Verde – Praia, 2009. In 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional. Disponível em: www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/91A.pdf Acesso em 27/06/2017

CCE (Comissão das Comunidades Europeias). (2009). *LIVRO BRANCO Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu*. COM (2009) 147.

Ceballos-Lascurain, H. (1991). *Tourism, Ecotourism and Protected Areas*. Parks. v.2, n.3, p. 31-35.

Cravidão, F. et al. (1998). *Regional perceptions of marginality: a view from southern Europe*. In Jussila, H. et al. (eds.), *Perceptions of Marginality*. Ashgate, Aldershot, 147-163

Choi, H. e Sirakaya, E. (2006). “Sustainability Indicators for Managing Community Tourism”, *Tourism Management*, 27, 1274-1289.

Cunha, Lício (1997): *Economia e Política do turismo*. McGraw – hill, Lisboa, 350p.

Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Editorial Verbo: Lisboa

Código Ético Mundial para o Turismo (1999) in www.wto.org.

Dias, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, (2003).

Domingues, C. M. (1990). *Dicionário técnico de turismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Em Dat. *Produce a list of disasters and associated losses*. Disponível em <http://emdat.net/disasters/list.php>. Acesso em 11 de Abril de 2011.

Estudo de Avaliação da Atratividade dos Destinos Turísticos de Portugal Continental para o Mercado Interno (2009). Brandia Central

Faco, R., A.; Neimam, Z. (2010). *A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação*. In Neiman, Z.; Rabinovici, R. *Turismo e Meio Ambiente no Brasil*. Barueri: Editora Manole.

Faulkner, B. e Tideswell, C. (1997). *A Framework for Monitoring Community Impacts of Tourism*. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(1), 3-28.

Fennel, David A., (2002). *Ecoturismo uma introdução*. São Paulo, Contexto.

Fernandes, João Luís J. (2012). *Parques Naturais e outras áreas classificadas no Modelo de desenvolvimento português*. Terras de Sena, Lda, Edição e Soluções de Comunicações Seia// Coimbra

Fernandes, João Luís J. (2013). *Turismo, Precariedade Territorial e Dinâmicas de Desterritorialização*; in Fernanda Cravidão e Norberto Santos (Coord.), *Turismo e Cultura. Destinos e Competitividade*; Imprensa da Universidade de Coimbra (pp.111-133).

Fortuna, Carlos e Ferreira, Claudino (1996). *O Turismo, o Turista e a (Pós) Modernidade*. Nº 80 –

Oficina do CES – Centro de Estudos Sociais. Coimbra.

Giddens, Anthony. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, p. 13.

Giddens, A. *A terceira via*. Lisboa: Editorial Presença, (2002).

Giddens, Anthony (2009). *The politics of climate change*. Cambridge: Polity Press, p.264.

Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin (1992). *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora, (p.2);

Gordillo, J., Hunt, C., Stronza, A., (2008). *An ecotourism partnership in the Peruvian Amazon: the case of Posada Amazonas*. In: Stronza, A. (Ed.), *Ecotourism and Conservation in the Americas*, pp. 30–48.

Oecd.(1995). *Manual de Frascatti*. Ed. OECD. Disponível em:
<<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4029.htm>>.

Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao Turismo*. Madrid, (2001).

Quivy, R., Campenhoudt, L.Va., (1995). *Manuel de recherche en sciences sociales*. @ Dunod, Paris, 1995, p. 15.

Holden A, Sparrowhawk J. (2002). *Understanding the motivations of ecotourists: the case of trekkers in Annapurna, Nepal*. *International Journal of Tourism Research*; 4:435–46.

ICNB – Plano Setorial da Rede Natura (2000). *Sítios*. [online].

ICNB. (2005). *Educação Ambiental/ Educação para Desenvolvimento Sustentável*. [online].

ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (2006). *Programa de Visitaçã o e Comunicação na Rede Nacional de áreas protegidas* [online].

ICNB – Parque Natural da Serra da Estrela. Plano de Ordenamento. Relatório de ponderaçã o da discussã o pública, Outubro 2008. Recurso - estudos e projetos de ambiente e planeamento, Lda.

ICNB. (2010). *Instituto de Conservaçã o da Natureza e da Biodiversidade*.

Instituto Nacional de Estatística (2009). *Anuário estatístico da Região Centro NUT`S III*. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (2011). *Anuário estatístico da Região Centro NUT`S III*. Lisboa: INE.

INE – XIII Recenseamento Geral da Populaçã o – (2011)

Kerstetter DL, Hou J-S, Lin C-H. (2004). *Profiling Taiwanese ecotourists using a behavioral approach*. *Tourism Management*, 25: pp. 491–98

Koenig, C., Juska, C., (2006). *Planning for Sustainable Community Based Ecotourism in Uaxactun, Guatemala. School of Natural Resources and Environment. University of Michigan.*

Kujala J. e Lillrank, P. (2004). *Total Quality Management as a Cultural Phenomenon. Quality Management Journal. N° 4, pp. 43–55.*

Marie, C.N., Sibelet, N., Dulcire, M., Rafalimaro, M., Danthu, P., Carrière, S.M., (2009). *Taking into account local practices and indigenous knowledge in an emergency conservation context in Madagascar. Biodiversity and Conservation 18 (10), 2559–2777.*

Martins, C., (2011). *Manual de Análise de dados Quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber, decidir, fazer, interpretar e redigir. Psiquilibrios Edições, Braga, pp. 42 e 243-244.*

Mieczkowski, Z., (1995). *Environmental issues of tourism and recreation. Lantarn, Marylan: University Press of America.*

Minayo, M. C. S. & Sanches, O. *Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.*

Moreira, Claudete C. Oliveira, (2013). *Turismo, Território e Desenvolvimento – Competitividade e Gestão Estratégica de Destino. Tese de doutoramento na faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.*

Mowforth, M.; Munt, I. (1998). *Tourism and Sustainability: New tourism in the Third World. Routledge: London.*

Munro, Jennifer, K.Strickand; Allison, Helen E.; Moore, Susan A. (2009). *Using resilience concepts to investigate the impacts of protected area tourism on communities. Annals of Tourism Research, Vol. 37, No. 2, pp. 499–519, 2010. Elsevier Ltd. Printed in Great Britain.*

Neil, J.; Wearing, S. (2000). *Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades. Tradução: Carlos David Salk. Barueri, SP: Manole.*

Novelli, M., Schmitz, B. and Spencer, T. (2006). *Networks, clusters and innovation in tourism: A UK experience. Tourism Management, 27, 1141-1152.*

Odum, E. *Ecologia. Guanabara. Rio de Janeiro. (1988), p.9.*

Pereira, Maria H. da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (1998).*

Perkins H, Grace DA. *Ecotourism: supply of nature or tourist demand? Journal of Ecotourism. (2009); 8(3):223–36.*

Pires, Artur Rosa, (2014). *A nova Europa 2020: o que nos espera. Conferências de Aljustrel- Cidadania, Inovação & Território, 4 e 5 de Abril de 2014, p.10.*

Poon, A. (1993). *Tourism, Technology and Competitive Strategies. Wallingford: CAB International*

- Poria, Y., Butler, R. And Airey, D. (2003). *Revisiting Mieczkowski's conceptualization of tourism*. Tourism Geographies 5 (1), pp.26-38.
- Porter, M.E. (1998) *Clusters and the New Economics of Competition*, Boston: Harvard Business School, 1998.
- Renjie Li, Zi Lu, Jifeng Li - *Quantitative calculation of eco-tourist's landscape perception: Strength, and spatial variation within ecotourism destination*. www.elsevier.com/locate/ecolinf - Ecological Informatics 10 (2012) 73–80, (ISSN:1574-9541).
- Sachs, Ignacy. (1981). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- Sachs, Ignacy. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: o desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel.
- Saias, L. (2007). *Marketing de Serviços, Qualidade e Fidelização de Clientes*. 1ª Edição, Universidade Católica Editora: Lisboa
- Santos, Boaventura Sousa, (org.) (2003). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Noberto Pinto; Gama, António (2008). *Da libertação do tempo à conquista das práticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (ISBN 978-989-8074-56-0).
- Sharpley R. *Ecotourism: a consumption perspective*. Journal of Ecotourism. (2006); 5(1–2):7–22
- Soromenho Marques, V. (1998). *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Sjöberg, L; Moen, B & Rundmo, T.(2004). *Explaining risk perception. An evaluation of the psychometric paradigm in risk perception research*. Rotunde Publikasjoner, Trondheim, Noruega. ISBN 82-7892-024-9
- Stronza, A., Gordillo, J., (2008). *Community views on ecotourism*. Annals of Tourism Research 35 (2), 448–468.
- Stronza, A., (2009). *Commons management and ecotourism: ethnographic evidence from the Amazonas*. International Journal of the Commons 4 (1).
- Torquebiau, E., Taylor, R., (2009). *Natural resource management by rural citizens in developing countries: innovations still required*. Biodiversity and Conservation 18 (10), 2537–2550.
- THR. (2006). *10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Turismo de Natureza. Turismo de Portugal. Lisboa.
- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. (1992). <http://www.aspea.org/TratadoEducAmbientInt7Abr.pdf>.
- Wearing, S., & Neil, J. (2009). *Ecotourism: Impacts, Potentials and Possibilities?* Second Edition. Elsevier Ltd. Oxford, UK.

Wood, M. E. (2002). *Ecotourism: principles, practices & policies for sustainability*. UNEP - WTO, p. 7.

UE (2002) – *A União Europeia e a Proteção Civil - Resposta a catástrofes – Coordenação da Proteção Civil na União Europeia*, (página consultada em 20 de Novembro de 2008). Obtido via WWW. URL: http://www.ec.europa.eu/echo/civil_protection/civil [online];

SMITH, V. Anfitriões e convidados. *Antropología del Turismo*. Madrid: Endymion, (1989).

SPINK, Mary Jane. et al. Onde esta o risco? Os seguros no contexto do turismo de aventura. *Psicologia e Sociedade*. São Paulo, (2004), p.82.

RECURSOS Eletrónicos

<http://www.unesco.pt/cgi-bin/educação/educação.php>. Acesso em 10 de Junho de 2012.

<http://www.cm-seia.pt/concelho> |

<http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse/class-carac>

<http://www.icnf.pt/portal/turnatur/empreen/resource/doc/lista-etn-23jun2017>

<http://www.luxurytravelmag.com.au/gold-list-2016-0>

<http://conceito.de/turismo>

<http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>.

www.esgt.ipt.pt

<https://www.omicsonline.org/tourism-hospitality.php>

<http://www.turismodeportugal.pt/>

http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategico_nacional_do_turismo/Anexos/PENT_VERSAO_REVISTA_PT.pdf.

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>

http://ec.europa.eu/enterprise/setors/tourism/files/working_groups/finalreportb_june2001en.pdf

<http://www.pordata.pt/Portugal/Pessoal+ao+servi%C3%A7o+nos+estabelecimentos+hoteleiros+-total+e+por+tipo+de+estabelecimento-2627>

<http://www2.unwto.org/>

<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/afinal-as-energias-renovaveis-e-a-sua-exploracao-excessiva-tambem-podem-criar-problemas-ambientais-186529>

<<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4029.htm>>.

Rótulo Ecológico para Serviços de Alojamento Turístico – Manual de Candidatura, Ministério da Economia e da Inovação, 2005

Tourism eco-labelling in Europe – moving the market towards sustainability, The Visit Initiative, 2004
ECEAT, ECOTRANS

Tourism Certification - An analysis of Green Globe 21 and other tourism certification programmes, WWF, 2000.

ZOHAR, D. & MARSHALL, I. N. **O ser quântico**: uma visão revolucionária da natureza humana e da consciência baseada na nova física. Tradução: Maria Antônia van Acker. Editora Best Seller, 1990.

DIPLOMAS LEGAIS CONSULTADOS

Constituição da República Portuguesa - VII REVISÃO CONSTITUCIONAL [2005] - artigo 66.º (Ambiente e qualidade de vida).

Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro

Legislação sobre áreas protegidas:

Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de Março

Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos

Declaração de Rectificação n.º 25/2008, de 6 de Maio

Rectifica o Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de Março

Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio

Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística, e dos operadores marítimos – Turísticos

Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro

Altera e republica o Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de Março Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março. Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento pelo ICNB, I.P. de empreendimentos de Turismo de Natureza

Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março.

Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento pelo ICNB, I.P. de empreendimentos de Turismo de Natureza

Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho

Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo turísticos que exerçam atividades reconhecidas como Turismo de Natureza e o logótipo que os identifica

Anexos

Anexo I: “Quadro auxiliar Para determinação dos Tamanhos das Amostras de H.Arkin e Colton, Tables of Statssiticians”

Endereço http://www.sebes.com.br/inf_emp/text_emp/AB_EMP/pesquisa/auxiliar.htm

Quadro Auxiliar Para Determinação dos Tamanhos das Amostras

Amplitude da população (universo)	Amplitude da amostra com as margens de erro indicadas					
	1%	2%	3%	4%	5%	10%
-1.000	-	-	-	-	222	33
1.000	-	-	-	385	286	31
1.500	-	-	538	441	316	34
2.000	-	-	714	476	333	35
2.500	-	1.250	789	500	345	36
3.000	-	1.364	811	517	353	37
3.500	-	1.6458	843	530	359	37
4.000	-	1.538	870	541	364	38
4.500	-	1.607	891	549	367	38
5.000	-	1.667	909	556	370	38
6.000	-	1.765	936	566	375	38
7.000	-	1.842	949	574	378	39
8.000	-	1.905	976	480	381	39
9.000	-	1.957	989	584	383	39
10.000	5.000	2.000	1.000	488	383	39
15.000	6.000	2.143	1.034	600	390	39
20.000	6.667	2.222	1.053	606	392	100
25.000	7.143	2.273	1.064	610	394	100
50.000	8.333	2.381	1.087	617	397	100
100.000	9.091	2.439	1.099	621	398	100
+100.000	10.000	2.500	1.111	625	400	100

Anexo II: “Posto de Turismo de Seia” com referência ao ano de 2014

ANEXO 2 – DADOS DO POSTO DE TURISMO REFERENTES AO NÚMERO DE VISITANTES NACIONAIS E ESTRANGEIROS

		ANO de 2014											
		Nº DE VISITANTES POR PAIS DE ORIGEM											
ORIGEM	MÊS												TOTAL L
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
PORTUGAL	124	126	280	316	59	105	132	446	136	97	80	261	2162
ALEMANHA			5	8	8	6	14	20	17	6	6		90
AUSTRÁLIA							2						2
AUSTRIA													17
BELGICA					2	4	36	18	10	11			85
BRASIL	15	16	12	8	9	7	5	2	17	12	4	6	113
CANADÁ					2	2		8	1		2		15
CHINA								2					2
DINAMARCA							6		3	1		1	11
E.U.A					2	1	2	4	2	8			19
ESPAÑHA	4	7	10	19	2	10	23	75	27	3	4	26	210
ESTONIA							2	6	2				10
FRANÇA			2	4	20	8	34	151	33	7	3	2	264
HOLANDA	2	2	4	6	15	13	28	39	14	14	1	12	150
IRLANDA									1			2	3
ISRAEL				3	4		2	4	9	3			25
ITALIA						2		7	2				11
LITUANIA			2							4			6
LUXEMBURGO													9
NORUEGA				1	2			4	2				4
POLONIA						2	2	4	2				14
REINO UNIDO			4		11	2	2	10	13				42
RUSSIA									2				2
SUECIA			7		2		2	2					13
SUIÇA					4	2		5	2	5			18
TURQUIA						1							1
ARGENTINA										2			2
FINLANDIA										2			2
REPUBLICA CHECA										4			4
LETONIA												3	3
TOTAL	145	151	326	369	143	168	296	807	297	194	100	313	3309

Fonte: Posto de Turismo de Seia.

Anexo III: “Questionário aos “Turistas”



C

FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Não preencher: N° questionário	Data: / /	Ponto de Inquirição:
--------------------------------	-----------	----------------------

No âmbito do desenvolvimento da Tese de Doutoramento em “*Turismo, Lazer e Cultura*” – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – subordinada ao tema: “*Ecoturismo*” - *Desenvolvimento turístico e sustentabilidade social no “Parque Natural Serra da Estrela”*, solicito a sua importante colaboração, através do preenchimento deste questionário que tem como propósito único a investigação académica e científica.

Este estudo tem como objectivo identificar e avaliar as percepções dos turistas, sobre um segmento turístico como o “Ecoturismo”. Toda a informação que prestar é **confidencial e anónima**, e nunca, em qualquer circunstância, poderá ser identificada com a pessoa que a preencheu. A sua participação é fundamental. **Obrigado.**

Começamos por lhe solicitar que responda a algumas perguntas sobre si.

- 1 – Género Masculino Feminino
- 2 – Idade < 24 anos entre 24 e 39 anos entre 40 e 55 anos > 55 anos
- 3 – Estado Civil Solteiro/a Divorciado/a Viúvo/a Casado/a ou em União de Facto
- 4 – Local de nascimento (concelho) _____
- 5 – Concelho onde Reside _____
- 6 – Quais são as suas habilitações literárias?
- Não completou qualquer nível de escolaridade
- 1º Ciclo do Ensino Básico (antigo ensino primário)
- 2º Ciclo do Ensino Básico (antigo ciclo preparatório)
- 3º Ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano)
- 12º Ano (antigo 7º ano do liceu)
- Bacharelato Licenciatura Mestrado Doutoramento N/R
- 7 – Actividade Profissional? _____
- 8 – Em férias, costuma ser acompanhado/a por? Família Família e Amigos
- Colegas de trabalho Grupo de amigos Sozinho/a N/R
- 9 – Escolha as opções que melhor representam os seus interesses turísticos, quando está de férias ou visita um destino?
(por favor, marque uma ou mais preferências)
- Turismo / lazer Desportos Radicais Culturais Gastronómicas
- Turismo de Natureza Desportos de Inverno Caminhadas N/R

Gostaríamos de saber o que pensa, sobre um maior desenvolvimento turístico, sustentável e económico, em parceria com as comunidades locais, no Parque Natural “Serra da Estrela”.

- 10 – Já tinha visitado o Parque Natural da “Serra da Estrela”? Sim Não
- 11 – Se sim, quantas visitas já fez ao Parque? 1 vez 2 a 3 vezes 4 ou mais vezes N/R

12 – O que levou a escolher como destino turístico, o Parque Natural da “Serra da Estrela”?

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: 1 – Discordo Totalmente / 5 – Concordo Totalmente

	1 – Discordo Totalmente	2 – Discordo	3 – Nem Concordo/ Nem Discordo	4 – Concordo	5 – Concordo Totalmente
Experimentar algo diferente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhecer uma nova cultura regional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relaxar física e mentalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Praticar desportos de natureza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Usufruir de paisagens de montanha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhecer a gastronomia local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recolher registos audiovisuais (fotografias e/ou vídeos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Praticar desportos na neve (ski, snowboard)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Usufruir das praias fluviais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viver com a natureza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aprofundar conhecimentos sobre a flora e fauna local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Praticar Geocaching	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participar em feiras e festivais gastronómicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Praticar Birdwatching (observação de aves)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adquirir produtos locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participar em algum evento científico? (Congresso, palestra, seminário, outros)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apenas conhecer a Serra da Estrela	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13 – Qual a estação do ano, que considera mais atractiva no Parque Natural “Serra da Estrela”?

Primavera Verão Outono Inverno É indiferente N/R

14 – Quantos dias pretende permanecer no Parque Natural “Serra da Estrela”?

1 Dia 2 Dias 3 Dias 4 Dias > de 5 Dias

15 – Quanto está disposto/a a pagar por pessoa / dia (incluindo alimentação e hospedagem)?

- < 20€ 20€ - 35€ 35€ - 45€ > 45€ N/R

16 – Qual (ais) o(s) concelho(s) que vai visitar ou já visitou no Parque Natural “Serra da Estrela”?
(por favor, marque um ou mais)

- Belmonte Celorico da Beira Covilhã Fornos de Algodres
 Gouveia Guarda Manteigas Seia Oliveira do Hospital

17 – Qual (ais) o(s) local (ais) que já visitou ou vai visitar no Parque Natural “Serra da Estrela”?
(por favor, marque um ou mais)

- Cabeça da Velha Aldeias de Montanha Cântaro Magro Covão d’Ametade
 Mondeguinho Torre Vale do Rossim Loriga Poço do Inferno
 Penhas da Saúde Penhas Douradas Nave de Santo António Praias Fluviais
 Vale do Zêzere Nossa Senhora da Boa Estrela Sabugueiro N/R

18 – Tendo em conta a sua experiência turística no Parque Natural “Serra da Estrela”, diga-nos qual a percepção que tem sobre os vários itens mencionados

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: **1 – Ponto muito fraco / 5 – Ponto muito forte**

	1	2	3	4	5	NS/NR
Acessibilidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estância de Ski	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tradições culturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Infra-estruturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Paisagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hotelaria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Restauração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Actividade ao ar livre bem delineada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Produtos locais certificados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Neve	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Praias fluviais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
População/local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento do turismo de natureza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Museus e Centros Interpretativos locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Turismo rural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desporto aventura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19 – Costuma fazer turismo noutros Parque Naturais?

Sim Não

20 – Quais? _____

21 – Já fez Ecoturismo?

(por favor, se respondeu **NÃO** passe para a pergunta **28**)

Sim Não

22 – Se respondeu SIM, diga por favor, com que frequência já fez Ecoturismo?

(Considerando os últimos 12 meses)

Frequentemente Ocasionalmente Raramente

23 – Qual foi o principal factor que o/a levou a fazer Ecoturismo?

Poupança / factor monetário Lazer Consciência ambiental
 Outra _____

24– O que mais o/a influenciou a escolher o Ecoturismo?

(Indique no máximo três razões)

Anúncios publicitários Revistas Jornais Internet Televisão
 Agências de viagem Familiares Amigos Colegas de trabalho
 Outra _____ Redes Sociais

25 – Assinale, por favor, os motivos pelos quais escolheu o Ecoturismo

(Considerando os últimos 12 meses)

Desfrutar a natureza Repetir experiência passada Curiosidade
 Consumidor habitual Por questões de saúde Outra _____

26 – Por norma, onde costuma adquirir o “Ecoturismo”?

Agências de viagem Internet Outra _____

27 – Ao consumir o “Ecoturismo” costuma publicitar a terceiros? Sim Não

27.1 – A quem costuma publicitar?

Familiares Amigos Colegas de trabalho Outra _____

28 – Deseja voltar a visitar o Parque Natural “Serra da Estrela” no futuro?

Sim Não Talvez Não sabe

Solicito agora que avalie um conjunto de proposições, assinalando na escala a posição com que mais se identifica.

29 – Sobre as zonas turísticas que escolhe (território)

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: **1 – Discordo Totalmente / 5 – Concordo Totalmente**

	1 - Discordo Totalmente	2 - Discordo	3 - Nem Concordo/ Nem Discordo	4 - Concordo	5 - Concordo Totalmente
O tipo de zona (por exemplo: praia; campo; cidade...) determina a minha escolha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A qualidade turística da zona	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

30 – Sobre o custo da escolha turística

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: **1 – Discordo Totalmente / 5 – Concordo Totalmente**

	1 - Discordo Totalmente	2 - Discordo	3 - Nem Concordo/ Nem Discordo	4 - Concordo	5 - Concordo Totalmente
O preço está associado à qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quanto mais elevado o preço, melhor a qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quanto menor o preço, menor a qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O preço é um factor determinante para a escolha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não me importo em pagar mais desde que satisfaça	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Procuro saber se há ofertas mais económicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não importa o preço desde que tenha tido uma experiência positiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

31 – O que mais o/a influencia na aquisição de um produto turístico?

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: **1 – Discordo Totalmente / 5 – Concordo Totalmente**

	1 - Discordo Totalmente	2 - Discordo	3 - Nem Concordo/ Nem Discordo	4 - Concordo	5 - Concordo Totalmente
Revistas da especialidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jornais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	1 - Discordo Totalmente	2 - Discordo	3 - Nem Concordo/ Nem Discordo	4 - Concordo	5 - Concordo Totalmente
Internet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Televisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Publicidade Turística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Folhetos informativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agencias Turísticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Familiares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Amigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Colegas de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

32 – Sobre a confiança no produto turístico

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: 1 – Discordo totalmente / 5 – Concordo totalmente

	1 - Discordo Totalmente	2 - Discordo	3 - Nem Concordo/ Nem Discordo	4 - Concordo	5 - Concordo Totalmente
Qualquer oferta turística é confiável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A minha experiência e conhecimento levam-me a ter confiança na oferta turística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A confiança que depositei em ofertas turísticas deve-se a experiências passadas que foram satisfatórias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não confio em ofertas turísticas porque tive uma experiência passada negativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO
 FAUSTO SARAIVA SANTOS
 UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Anexo IV: “Questionário à “População Local”

FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Não preencher: N° questionário	Data: / /	Ponto de Inquirição:
--------------------------------	-----------	----------------------

No âmbito do desenvolvimento da Tese de Doutoramento em **“Turismo, Lazer e Cultura”** na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – subordinada ao tema: **“Ecoturismo” - Desenvolvimento turístico e sustentabilidade social no “Parque Natural Serra da Estrela”**, solicito a sua importante colaboração, através do preenchimento deste questionário, que tem como propósito único a investigação académica e científica. Toda a informação que prestar é **confidencial e anónima**, e nunca, em qualquer circunstância, poderá ser identificada com a pessoa que o preencheu.

A sua participação é fundamental. Ficamos muito gratos pela sua valiosa participação neste trabalho.

Começamos por lhe solicitar que responda a algumas perguntas sobre si

- 1 – Género Masculino Feminino
- 2 – Idade < 24 anos entre 24 e 39 anos entre 40 e 55 anos > 55 anos
- 3 – Estado Civil Solteiro/a Divorciado/a Viúvo/a
 Casado/a ou em União de Facto N/R
- 4 – Local de Nascimento (freguesia e concelho) _____
- 5 – Freguesia e Concelho onde Reside _____
- 6 – Sempre residiu na mesma freguesia Sim Não
- 7 – Qual o grau de instrução mais elevado que completou?
 Não completou qualquer nível de escolaridade
 1º Ciclo do Ensino Básico (antigo ensino primário)
 2º Ciclo do Ensino Básico (antigo ciclo preparatório)
 3º Ciclo (9º ano, antigo curso geral ou 5º ano)
 12º Ano (antigo 7º ano do liceu)
 Bacharelato Licenciatura Mestrado Doutoramento N/R
- 8 – Qual a sua situação profissional? Estudante Trabalhador/a
 Reformado/a Outra: _____

Agora gostaria de saber o que pensa sobre o Turismo no Parque Natural da “Serra da Estrela”

- 9 – Como avalia o sector turístico no Parque Natural da “Serra da Estrela”?
 Mau Razoável Bom Excelente
- 10 – Qual é a sua percepção sobre o impacto que o sector turístico provoca na qualidade de vida da população do Parque Natural da “Serra da Estrela”?
 Mau Razoável Bom Excelente

11 – O sector turístico no Parque Natural da Serra da Estrela contribui para:

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: 1 – Discordo totalmente / 5 – Concordo totalmente

	1 - Discordo Totalmente	2 - Discordo	3 - Nem Concordo/ Nem Discordo	4 - Concordo	5 - Concordo Totalmente
A melhoria do nível de vida da população	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O aumento do emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O aumento da qualidade de vida da população	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criar mais riqueza para o território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma maior divulgação do território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O aumento da degradação ambiental local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O aumento da oferta de bens e serviços para o território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma diminuição da segurança pública no território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A interferência nos costumes da população local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma diminuição da preservação das espécies locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma melhoria nas ligações viárias do território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12 – Tem algum membro da sua família que trabalhe no sector turístico do Parque Natural da Serra da Estrela?

Sim

Não

12.1 - Se Sim, quantos? _____

13 – No seu entender, quais são os principais promotores de desenvolvimento turístico no Parque Natural Serra da Estrela?

Assinale as opções que achar correctas.

População

Câmaras Municipais

Turistrela

Empresas locais

Investidores nacionais

Governo

Parque Natural

Outro. Qual _____

14 – Como caracteriza o Parque Natural enquanto destino turístico, em relação a certos itens:

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: 1 – Muito fraco / 2 – Fraco / 3 – Regular / 4 - Bom / 5 – Excelente

	1	2	3	4	5
Infra-estruturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Empreendimentos turísticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gastronomia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Área protegida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Artesanato	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tranquilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Hospitalidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desportivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O que pensa sobre o “Ecoturismo – Turismo ecológico e sustentável” no Parque Natural da “Serra da Estrela”

15 – Conhece a designação Ecoturismo (turismo amigo do ambiente)

- Conheço bem Conheço pouco Desconheço
Se assinalar “Desconheço” não responde às questões seguintes

16 – Qual é a importância que atribui a este tipo de turismo ecológico e sustentável?

Assinale a opção que achar correcta.

- Não é importante Tem alguma importância Importante
 Muito Importante É extremamente importante

17 – Diga se discorda ou concorda, com as várias acções de promoção a desenvolver no âmbito da implementação dum “Ecoturismo”. Um resumo dessas acções é apresentado no quadro seguinte.

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: 1 – Discordo totalmente / 5 – Concordo totalmente

	1 - Discordo Totalmente	2 - Discordo	3 - Nem Concordo/ Nem Discordo	4 - Concordo	5 - Concordo Totalmente
Aumento do emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da qualidade de vida da população	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cria mais riqueza para o território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	1 - Discordo Totalmente	2 - Discordo	3 - Nem Concordo/ Nem Discordo	4 - Concordo	5 - Concordo Totalmente
Uma maior divulgação do território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da degradação ambiental local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da oferta de bens e serviços para o território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma diminuição da segurança pública no território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Interferência nos costumes da população local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma diminuição da preservação das espécies locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma melhoria nas ligações viárias do território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18 – Qual é, a sua opinião sobre os potenciais benefícios e prejuízos do “Ecoturismo” no Parque Natural da “Serra da Estrela”.

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: 1 – Discordo totalmente / 5 – Concordo totalmente

	1 - Discordo Totalmente	2 - Discordo	3 - Nem Concordo/ Nem Discordo	4 - Concordo	5 - Concordo Totalmente
O Ecoturismo pode prejudicar os factores de identidade do Parque (<u>diminuição de identidade</u>)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Ecoturismo pode causar danos ambientais no Parque (aumento de resíduos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Ecoturismo pode gerar benefícios sociais (criação de emprego, melhoria dos equipamentos sociais, espaços públicos, rede de transportes, etc...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Ecoturismo pode gerar benefícios económicos no sector público e privado (novos negócios, aumento de receitas regionais, etc..)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19 – Acha importante ou não, as acções de reabilitação ambiental, económica e de promoção sociocultural, identificadas na implementação dum “Ecoturismo” no Parque Nacional da “Serra da Estrela”.

Um resumo dessas acções é apresentado no quadro seguinte.

Classifique as seguintes afirmações de acordo com: 1 – Não é importante / 2 – Tem alguma importância / 3 – Importante / 4 – Muito importante / 5 – Extremamente importante

	1 – Não é importante	2 – Tem alguma importância	3 - Importante	4 – Muito importante	5 – Extremamente importante
Controle dos focos de poluição do solo e da água	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reabilitação e renovação da arquitectura e urbanismo do Parque	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acções de desenvolvimento económico, incluindo a promoção da caça e dos produtos locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Valorização turística da área do Parque Natural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Medidas de apoio social à população local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento de um modelo estratégico para o Parque	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO
FAUSTO SARAIVA SANTOS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Anexo V: “Procedimentos discriminados na página da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular”

Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar



Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar

[Início](#) » [Registar Inquérito](#)

A aplicação de questionários ou outros inquéritos em agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do ensino público deve ser sempre previamente autorizada pela Direção-Geral da Educação (DGE), incluindo-se nestes todos os inquéritos e questionários propostos por entidades internas e externas ao Ministério da Educação e Ciência, bem como os formulários destinados à recolha de informação administrativa.

Para obter autorização para a realização de um inquérito tem de o registar neste sistema, mediante o preenchimento do seguinte questionário.

Todos os campos indicados a **negrito** são de preenchimento obrigatório.

Identificação da Entidade / Interlocutor

Nome da entidade:

FAUSTO ANTÓNIO SARAIVA SANTOS

Nome do interlocutor:

Fausto António Saraiva Santos

E-mail de contacto do Interlocutor:

fsaraiva55@gmail.com

Dados do Inquérito

Designação:

"Eco turismo" - Desenvolvimento turístico e sustentabilidade social no "Parque Natural Serra da Estrela"

Descrição (máximo 8000 caracteres):

A primeira parte, é composta pela descrição do questionado (género, idade, local de nascimento, concelho onde reside, habilitações literárias e profissionais).
A segunda parte é composta por questões referentes ao conhecimento que tem, como residente daquele território, no que concerne ao turismo, no Parque Natural Serra da Estrela.
A terceira e última parte, será composta por um levantamento sobre o conhecimento que possam possuir sobre um novo segmento turístico

Objectivos (máximo 8000 caracteres):

Percepção dos residentes no concelho de Seia, sobre o turismo naquele território e sobre uma novo segmento turístico "Eco Turismo".
Neste caso será aos habitantes daquele território com filhos em idade escolar.
Acrescenta-se que, será aplicado o mesmo questionário quase ao mesmo tempo em associações e clubes de freguesias do concelho para o não enviesamento de dados.

Periodicidade: **Pontual**

Data do inicio do periodo de recolha de dados: 08-05-2015 (dd-mm-aaaa)

Data do fim do periodo de recolha de dados: 12-06-2015 (dd-mm-aaaa)

Universo:

Pais dos alunos inscritos no Agrupamento Guilherme C. Carvalho - Seia

Unidade de observação:

Parte da população local (habitantes com filhos em idade escolar)

30/04/2015

MIME - Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar

Método de recolha de dados:

Entrega dos questionários aos vários professores das turmas do agrupamento. Estes, irão distribuir pelos alunos. Por sua:

Inquérito registado no Sistema Estatístico Nacional: Sim Não

Inquérito aplicado pela entidade: Sim Não

Instrumento de inquirição (ficheiro em formato PDF, Word, Excel, ZIP ou RAR com tamanho máximo de 2.0MB):

Questionário Locais V 3.doc

Nota metodológica (ficheiro em formato PDF, Word, Excel, ZIP ou RAR com tamanho máximo de 2.0MB):

Nota metodológica.docx

Outros documentos (ficheiro em formato PDF, Word, Excel, ZIP ou RAR com tamanho máximo de 2.0MB):

SC220-DSP15041410481.pdf

Anexo VI: Pedido de questionário em meio escolar no Agrupamento de Escolas Guilherme C. de Carvalho - Ceia

Exm^o. Senhor

Director do Agrupamento de Escolas Guilherme C. Carvalho – Seia

Eu, Fausto António Saraiva Santos, licenciado em Sociologia e mestre em “*Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos*”, e presentemente a frequentar o segundo ano do Doutoramento de “*Turismo, Lazer e Cultura*”, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, venho solicitar a V. Ex^a., autorização para a aplicação dum pequeno questionário (à volta de 5 minutos) a alguns encarregados de educação do agrupamento, que demonstrem disponibilidade para o seu preenchimento. Gostaríamos de fazê-lo à porta de duas ou três escolas do agrupamento, nas entradas dos alunos de manhã ou nas saídas da tarde.

A tese de doutoramento a entregar até Julho de 2016, é subordinada ao tema “*Ecoturismo*” - *Desenvolvimento turístico e sustentabilidade social no “Parque Natural Serra da Estrela”*.

O estudo servirá para aferir:

- 1º Percepções da população local, para um novo segmento turístico (Ecoturismo), num território como o Parque Natural Serra da Estrela;
- 2º A receptividade, a um novo desenvolvimento económico e social sustentável por parte da população local, sempre em consonância com os seus costumes e tradições locais;
- 3º Um melhor levantamento das necessidades da população residente, em relação ao território em que estão inseridas.

Gostaria de acrescentar que, se a possibilidade de o meu pedido for aceite por V. Ex^a., e por uma questão meramente pessoal (a família da minha mãe é de Santiago de Seia e Torrocelo) gostaria de poder aplicar o questionário nas escolas EB1 de São Romão e Torrocelo e noutra ainda designar por V. Ex^a.

Quanto à questão prática de aplicação ficaria para depois dum contacto pessoal ou através de e-mail em que seria combinado os horários e dias possíveis para a sua realização.

Informo mais, que irei aplicar o mesmo questionário em associações e clubes das freguesias do concelho à posterior.

Declaro por minha Honra, que o estudo terá um sentido meramente académico, não tendo fins comerciais ou outros.

Agradecendo desde já a atenção prestada, subscrevo-me

Atentamente

FAUSTO ANTÓNIO SARAIVA SANTOS
RUA MIGUEL TORGA, LOTE B 12 – 1º DIREITO
3030-165 COIMBRA
Telemóvel: 919029856 – email – fsaraiva55@gmail.com

ANEXOS: - Declaração Oficial da Universidade
- Questionário à população local

Aplicação de questionário em meio escolar

Caixa de entrada x

Fausto Santos

15/05 (há 5 dias) ☆

Exmº. Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Guilherme C. Carvalho - Seia E...

Diretor do Agrupamento de Escolas Guilherme C. de Carvalho
para mim

15/05 (há 5 dias) ☆

Caro doutorando,

Acuso a receção do seu e-mail que tomei em boa nota.

Assim, perante a autorização superior da DGE relativa ao inquérito n.º 0495200001, com a designação Ecoturismo - Desenvolvimento turístico e sustentabilidade social no Parque Natural Serra da Estrela, registado em 30-04-2015, fica V. Exa. autorizado à sua aplicação em meio escolar deste agrupamento, pelo que poderá, desde já, proceder à distribuição do questionário aos docentes das turmas do agrupamento, para que estes o possam distribuir aos alunos que os farão chegar aos respetivos encarregados de educação.

Com o desejo do maior sucesso apresento os melhores cumprimentos

O Diretor do Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho

João José Cabral Viveiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho - 161937

Anexo VII: “Autorização superiormente dada, por parte da vereação do pelouro da cultura da Câmara de Seia

Aplicação de questionários aos turistas no Concelho de Seia

Caixa de entrada x

Dina Proença - Divisão Sociocultural - C.M. Seia <div.sociocultural@cm-seia.pt>

8/05 (há 12 dias) ☆

para mim, vereadora.cris.

Exmo. Sr.

Na sequência do e-mail enviado por V. Exa., sobre o assunto em epígrafe, informamos que o pedido foi deferido. Mais informamos que os serviços já foram avisados .

Com os melhores cumprimentos



Dina Proença
Chefe de Divisão
Município de Seia / Divisão Sociocultural

Largo Dr. António Borges Pires - 6270-494 Seia, Portugal
Telef: +351 238 310 237 / Fax: +351 238 310 236
www.cm-seia.pt

Anexo VIII: “Codebook Locais”

		Observações	
Saída criada			15-MAR-2016 23:22:04
Comentários			
Entrada	Dados	F:\Utilizadores\Fausto\Desktop\LOCAIS V1.sav	
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados1	
	Filtro	<none>	
	Ponderação	<none>	
	Arquivo Dividido	<none>	
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho		453
Sintaxe		CODEBOOK Género [n] Idade [s] Estado [n] Local [n] Nuts.Nascimento [n] Concelho [n] Freguesia [n] Habilitações [o] Profissional [s] Item9.1 [n] Item9.2 [n] Item9.3 [n] Item9.4 [n] Item10.1 [n] Item10.2 [n] Item10.3 [n] Item10.4 [n] Item11.1 [n] Item11.2 [n] Item11.3 [n] Item11.4 [n] Item11.5 [n] Item11.6 [n] Item11.7 [n] Item11.8 [n] Item11.9 [n] Item11.10 [n] Item11.11 [n] Família [n] Sim [n] Item13.1 [n] Item13.2 [n] Item13.3 [n] Item13.4 [n] Item13.5 [n] Item13.6 [n] Item13.7 [n] Item13.8 [n] Item13.9 [n] Item14.1 [n] Item14.2 [n] Item14.3 [n] Item14.4 [n] Item14.5 [n] Item14.6 [n] Item14.7 [n] Item14.8 [n] Item14.9 [n] Item14.10 [n] Item14.11 [n] Ecoturismo [n] Importância1 [n] Importância2 [n] Importância3 [n] Importância4 [n] Importância5 [n] Item17.1 [n] Item17.2 [n] Item17.3 [n] Item17.4 [n] Item17.5 [n] Item17.6 [n] Item17.7 [n] Item17.8 [n] Item17.9 [n] Item17.10 [n] Item18.1 [n] Item18.2 [n] Item18.3 [n] Item18.4 [n] Item19.1 [n] Item19.2 [n] Item19.3 [n] Item19.4 [n] Item19.5 [n] Item19.6 [n]	
Recursos	Tempo do processador		00:00:00,08
	Tempo decorrido		00:00:00,10

Género

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	2		
	Rótulo	Género		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Masculino	144	31,8%
	1	Feminino	309	68,2%

Idade

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	3		
	Rótulo	Idade		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Escala		
	Função	Entrada		
	N	Válido	453	
	Ausente	0		
Dispersão e tendência central	Média	2,49		
	Desvio padrão	,721		
	Percentil 25	2,00		
	Percentil 50	2,00		
	Percentil 75	3,00		
Valores rotulados	1	<24	20	4,4%
	2	24 a 39	234	51,7%
	3	40 a 55	158	34,9%
	4	>55	41	9,1%

Estado Civil

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	4		
	Rótulo	Estado Civil		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	1	Solteiro/a	58
2		Divorciado/a	50	11,0%
3		Viúvo/a	10	2,2%
4		Casado/a ou em União de Fato	316	69,8%
5		Não responde	19	4,2%

Local de Nascimento

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	5		
	Rótulo	Concelho Nascimento		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		

Nuts. Nascimento

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	6		
	Rótulo	Nuts. Nascimento		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Nuts III Alto Minho	0	0,0%
	2	Nuts III Cávado	0	0,0%
	3	Nuts III Ave	3	0,7%
	4	Nuts III Área Metropolitana do Porto	5	1,1%
	5	Nuts III Alto Tâmega	1	0,2%
	6	Nuts III Tâmega e Sousa	0	0,0%
	7	Nuts III Douro	5	1,1%
	8	Nuts III Terras de Trás-os-Montes	2	0,4%
	9	Nuts III Oeste	2	0,4%
	10	Nuts III Região de Aveiro	1	0,2%
	11	Nuts III Região de Coimbra	62	13,7%
	12	Nuts III Região de Leiria	4	0,9%
	13	Nuts III Viseu Dão Lafões	15	3,3%
	14	Nuts III Beira Baixa	1	0,2%
	15	Nuts III Médio Tejo	0	0,0%
	16	Nuts III Beiras e Serra da Estrela	300	66,2%
	17	Nuts III Área Metropolitana de Lisboa	24	5,3%
	18	Nuts III Alentejo Litoral	0	0,0%
	19	Nuts III Baixo Alentejo	0	0,0%
	20	Nuts III Lezíria do Tejo	0	0,0%
	21	Nuts III Alto Tejo	0	0,0%
	22	Nuts III Alentejo Central	0	0,0%
	23	Nuts III Algarve	0	0,0%
	24	Angola	10	2,2%
	25	Congo Belga	4	0,9%
	26	Moçambique	3	0,7%
	27	Canadá	2	0,4%
	28	França	4	0,9%
	29	Alemanha	2	0,4%
	30	Brasil	1	0,2%
	31	Luxemburgo	1	0,2%
	32	Argentina	1	0,2%

Concelho de Residência

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	7		
	Rótulo	Concelho_		
		Residência		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Seia	212	46,8%
	2	São Romão - Seia	81	17,9%
	3	Sandomil - Seia	14	3,1%
	4	Loriga - Seia	11	2,4%
	5	Carragosela - Seia	17	3,8%
	6	Torrezelo - Seia	5	1,1%
	7	Lageosa	1	0,2%
	8	Valezim - Seia	7	1,5%
	9	Santiago de Seia	19	4,2%
	10	Folhadosa - Seia	2	0,4%
	11	Gouveia	8	1,8%
	12	Cabeça - Seia	3	0,7%
	13	Tourais - Seia	10	2,2%
	14	São Martinho - Seia	6	1,3%
	15	Santa Eulália - Seia	7	1,5%
	16	Marinha Grande	1	0,2%
	17	Várzea de Meruge - Seia	1	0,2%
	18	Lapa dos Dinheiros - Seia	1	0,2%
	19	Vila Cova à Coelheira - Seia	13	2,9%
	20	Santa Comba - Seia	10	2,2%
	21	Alvoco da Serra - Seia	1	0,2%
	22	Pinhanços - Seia	4	0,9%
	23	Sameice - Seia	2	0,4%
	24	Lages - Seia	1	0,2%
	25	Sabugueiro - Seia	8	1,8%
	26	Celorico da Beira	1	0,2%
	27	Oliveira do Hospital	1	0,2%
	28	Santa Marinha - Seia	2	0,4%
	29	Guarda	3	0,7%
	30	Vide - Seia	1	0,2%

Sempre Residiu na mesma Freguesia

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	8		
	Rótulo	Sempre Residiu		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	0	Sim	209
	1	Não	244	53,9%

Habilitações Académicas

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	9		
	Rótulo	Habili_Literárias		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Ordinal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	1	sem escolaridade	0
2		1º Ciclo	17	3,8%
3		2º Ciclo	25	5,5%
4		3º Ciclo	75	16,6%
5		12 º ano	170	37,5%
6		Bacharelato	19	4,2%
7		Licenciatura	128	28,3%
8		Mestrado	15	3,3%
9		Doutoramento	1	0,2%
10		Não responde	3	0,7%

Situação Profissional

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	10		
	Rótulo	Situação		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Escala		
	Função	Entrada		
	N	Válido	453	
Ausente		0		
Dispersão e tendência central	Média	2,44		
	Desvio padrão	1,160		
	Percentil 25	2,00		
	Percentil 50	2,00		
	Percentil 75	2,00		
Valores rotulados	1	Estudante	19	4,2%
	2	Trabalhador/a	352	77,7%
	3	Reformado/a	17	3,8%
	4	Empresário/a	5	1,1%
	5	Desempregado/a	52	11,5%
	6	Não responde	3	0,7%
	7	Doméstica	5	1,1%

Item9.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	11		
	Rótulo	Mau		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Sim	50	11,0%
	1	Não	403	89,0%

Item9.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	12		
	Rótulo	Razoável		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Sim	242	53,4%
	1	Não	211	46,6%

Item9.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	13		
	Rótulo	Bom		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Sim	140	30,9%
	1	Não	313	69,1%

Item9.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	14		
	Rótulo	Excelente		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Sim	27	6,0%
	1	Não	426	94,0%

Item10.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	15		
	Rótulo	Mau		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	430	94,9%
	1	Sim	23	5,1%

Item10.2

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	16		
	Rótulo	Razoável		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	233	51,4%
	1	Sim	220	48,6%

Item10.3

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	17		
	Rótulo	Bom		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	264	58,3%
	1	Sim	189	41,7%

Item10.4

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	18		
	Rótulo	Excelente		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	432	95,4%
	1	Sim	21	4,6%

Item11.1

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	19		
	Rótulo	Melhoria Nivel		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	8	1,8%
	2	Totalmente Discordo	43	9,5%
	3	Nem concordo- nem discordo	91	20,1%
	4	Concordo	262	57,8%
	5	Concordo	49	10,8%
		Totalmente		

Item11.2

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	20		
	Rótulo	Aumento		
	Tipo	Emprego		
	Formato	Numérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	14	3,1%
	2	Totalmente		
		Discordo	59	13,0%
	3	Nem concordo-		
		nem discordo	81	17,9%
	4	Concordo	226	49,9%
	5	Concordo		
		Totalmente	73	16,1%

Item11.3

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	21		
	Rótulo	A_Qualid_Vida		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo		
		Totalmente	10	2,2%
	2	Discordo	42	9,3%
	3	Nem concordo-		
		nem discordo	122	26,9%
	4	Concordo	234	51,7%
	5	Concordo		
		Totalmente	45	9,9%

Item11.4

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	22		
	Rótulo	Mais Riqueza		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo		
		Totalmente	9	2,0%
	2	Discordo	21	4,6%
	3	Nem concordo-		
		nem discordo	87	19,2%
	4	Concordo	249	55,0%
	5	Concordo		
		Totalmente	87	19,2%

Item11.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	23		
	Rótulo	Maior Divulgação		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	2	0,4%
		Totalmente		
	2	Discordo	11	2,4%
	3	Nem concordo-	55	12,1%
		nem discordo		
	4	Concordo	263	58,1%
	5	Concordo	122	26,9%
		Totalmente		

Item11.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	24		
	Rótulo	A_Degrad_Ambi		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	45	9,9%
		Totalmente		
	2	Discordo	164	36,2%
	3	Nem concordo-	140	30,9%
		nem discordo		
	4	Concordo	85	18,8%
	5	Concordo	19	4,2%
		Totalmente		

Item11.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	25		
	Rótulo	A_Bens e		
		serviços		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	4	0,9%
		Totalmente		
	2	Discordo	36	7,9%
	3	Nem concordo-	120	26,5%
		nem discordo		
	4	Concordo	254	56,1%
	5	Concordo	39	8,6%
		Totalmente		

Item11.8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	26		
	Rótulo	Diminuição		
		Segurança		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	52	11,5%
		Totalmente		
	2	Discordo	194	42,8%
	3	Nem concordo-	146	32,2%
		nem discordo		
	4	Concordo	50	11,0%
	5	Concordo	11	2,4%
		Totalmente		

Item11.9

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	27		
	Rótulo	Interfer_		
		Costumes		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	35	7,7%
		Totalmente		
	2	Discordo	173	38,2%
	3	Nem concordo-	133	29,4%
		nem discordo		
	4	Concordo	98	21,6%
	5	Concordo	14	3,1%
		Totalmente		

Item11.10

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	28		
	Rótulo	D_Preserv_		
		Espécies		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	45	9,9%
		Totalmente		
	2	Discordo	159	35,1%
	3	Nem concordo-	148	32,7%
		nem discordo		
	4	Concordo	88	19,4%
	5	Concordo	13	2,9%
		Totalmente		

Item11.11

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	29		
	Rótulo	Melhoria Viárias		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	1	Discordo	31
2		Totalmente		
3		Discordo	55	12,1%
4		Nem concordo-	117	25,8%
5		nem discordo	207	45,7%
		Concordo	43	9,5%
	Totalmente			

Família a trabalhar no Setor turístico

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	30		
	Rótulo	Setor Turístico		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	0	Não	419
1		Sim	34	7,5%

Sim

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	31		
	Rótulo	Quantos		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	0	0	419
1		1	25	5,5%
2		2	7	1,5%
3		3	1	0,2%
4		4	0	0,0%
5			1	0,2%

Item13.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	32		
	Rótulo	População		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	0	Não	304
1		Sim	149	32,9%

Item13.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	33		
	Rótulo	Câmaras		
	Tipo	Municipais		
	Formato	Numérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Não	152	33,6%
	1	Sim	301	66,4%

Item13.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	34		
	Rótulo	Turistrela		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	326	72,0%
	1	Sim	127	28,0%

Item13.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	35		
	Rótulo	Empresas Locais		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	235	51,9%
	1	Sim	218	48,1%

Item13.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	36		
	Rótulo	Investidores		
	Tipo	Nacionais		
	Formato	Numérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Não	406	89,6%
	1	Sim	47	10,4%

Item13.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	37		
	Rótulo	Governo		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	427	94,3%
	1	Sim	26	5,7%

Item13.7

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	38		
	Rótulo	Parque Natural		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	244	53,9%
	1	Sim	209	46,1%

Item13.8

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	39		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	438	96,7%
	1	Sim	15	3,3%

Item13.9

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	40		
	Rótulo	Qual		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	440	97,1%
	1	Todos	0	0,0%
	2	Associação		
		Artesãos Serra da Estrela	1	0,2%
	3	Redes Sociais	1	0,2%
	4	CISE	3	0,7%
	5	E.S. de Turismo e Hotelaria	1	0,2%
	6	Juntas de Freguesia	1	0,2%
	7	Opinões na Internet	1	0,2%
	8	Não há um plano de promoção	1	0,2%
	9	Não há Investidores	1	0,2%
	10	Nenhum	1	0,2%
11	Não existem	1	0,2%	
12	Os próprios turistas	1	0,2%	

Item14.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	41		
	Rótulo	Infraestruturas		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Muito fraco	44	9,7%
	2	Fraco	120	26,5%
	3	Regular	204	45,0%
	4	Bom	79	17,4%
	5	Excelente	5	1,1%
	11		1	0,2%

Item14.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	42		
	Rótulo	Empreendimentos		
	Tipo	Turísticos		
	Formato	Numérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Muito fraco	19	4,2%
	2	Fraco	111	24,5%
	3	Regular	192	42,4%
	4	Bom	119	26,3%
	5	Excelente	12	2,6%

Item14.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	43		
	Rótulo	Gastronomia		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Muito fraco	4	0,9%
	2	Fraco	14	3,1%
	3	Regular	90	19,9%
	4	Bom	238	52,5%
	5	Excelente	106	23,4%
	55		1	0,2%

Item14.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	44		
	Rótulo	Área Protegida		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Muito fraco	6	1,3%
	2	Fraco	25	5,5%
	3	Regular	166	36,6%
	4	Bom	214	47,2%
	5	Excelente	42	9,3%

Item14.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	45		
	Rótulo	Artesanato		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	1	Muito fraco	2
2		Fraco	35	7,7%
3		Regular	146	32,2%
4		Bom	217	47,9%
5		Excelente	53	11,7%

Item14.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	46		
	Rótulo	Tranquilidade		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	1	Muito fraco	1
2		Fraco	11	2,4%
3		Regular	73	16,1%
4		Bom	224	49,4%
5		Excelente	144	31,8%

Item14.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	47		
	Rótulo	Segurança		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	1	Muito fraco	4
2		Fraco	16	3,5%
3		Regular	118	26,0%
4		Bom	255	56,3%
5		Excelente	60	13,2%

Item14.8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	48		
	Rótulo	Clima		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
	Valores válidos	1	Muito fraco	1
2		Fraco	12	2,6%
3		Regular	111	24,5%
4		Bom	250	55,2%
5		Excelente	79	17,4%

Item14.9

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	49		
	Rótulo	Ambiente		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Muito fraco	0	0,0%
	2	Fraco	21	42,9%
	3	Regular	99	201,0%
	4	Bom	238	482,5%
	5	Excelente	109	221,1%

Item14.10

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	50		
	Rótulo	Hospitalidade		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Muito fraco	3	0,7%
	2	Fraco	11	2,4%
	3	Regular	77	17,0%
	4	Bom	227	50,1%
	5	Excelente	135	29,8%

Item14.11

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	51		
	Rótulo	Desportivo		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Muito fraco	12	2,6%
	2	Fraco	90	19,9%
	3	Regular	170	37,5%
	4	Bom	149	32,9%
	5	Excelente	32	7,1%

Ecoturismo

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	52		
	Rótulo	Conhece a		
	Tipo	Designação		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
		Entrada		
Valores válidos	1	Conheço Bem	160	35,3%
	2	Conheço pouco	238	52,5%
	3	Desconheço	55	12,1%

Importância1

		Valor	Contagem	Percentagem
Atributos padrão	Posição	53		
	Rótulo	Não é importante		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	396	87,4%
	1	Sim	2	0,4%
	2	Não se aplica	55	12,1%

Importância2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	54 Tem alguma		
	Tipo	Importância		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada		
	1	Não	345	76,2%
	2	Sim	53	11,7%
		Não se aplica	55	12,1%

Importância3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	55 Importante		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	286	63,1%
	1	Sim	112	24,7%
	2	Não se aplica	55	12,1%

Importância4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	56 Muito Importante		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	301	66,4%
	1	Sim	97	21,4%
	2	Não se aplica	55	12,1%

Importância5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	57 Extremamente		
	Tipo	Importante		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada		
	1	Não	264	58,3%
	2	Sim	134	29,6%
		Não se aplica	55	12,1%

Item17.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	58 Aumento		
	Tipo	Emprego		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	6	1,3%
	2	Totalmente	19	4,2%
	3	Discordo	78	17,2%
		Nem Concordo /		
	4	Nem Discordo	229	50,6%
	5	Concordo	66	14,6%
	6	Concordo	55	12,1%
		Totalmente		
		Não se aplica		

Item17.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	59		
	Rótulo	A_Qualidade		
	Tipo	Vida		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	1	0,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	25	5,5%
		Nem Concordo /	75	16,6%
	4	Nem Discordo		
5	Concordo	231	51,0%	
	Concordo			
6	Totalmente	66	14,6%	
	Não se aplica	55	12,1%	

Item17.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	60		
	Rótulo	Mais riqueza p/		
	Tipo	território		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	1	0,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	7	1,5%
		Nem Concordo /	62	13,7%
	4	Nem Discordo		
5	Concordo	254	56,1%	
	Concordo			
6	Totalmente	74	16,3%	
	Não se aplica	55	12,1%	

Item17.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	61		
	Rótulo	Maior Divulgação		
	Tipo	Território		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	3	0,7%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	7	1,5%
		Nem Concordo /	58	12,8%
	4	Nem Discordo		
5	Concordo	271	59,8%	
	Concordo			
6	Totalmente	59	13,0%	
	Não se aplica	55	12,1%	

Item17.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	62		
	Rótulo	A_Degradação		
	Tipo	ambiental		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
		Entrada		

Valores válidos	1	Discordo	61	13,5%
	2	Totalmente	191	42,2%
	3	Discordo Nem Concordo /		
	4	Nem Discordo	84	18,5%
	5	Concordo Concordo	56	12,4%
	6	Totalmente Não se aplica	6	1,3%
			55	12,1%

Item17.6

Atributos padrão		Valor	Contagem	Porcentagem
Valores válidos	Posição Rótulo	Aumt_Bens e	63	
	Tipo Formato Medição Função	Serviços Numérico F8 Nominal Entrada		
	1	Discordo	2	0,4%
	2	Totalmente	13	2,9%
	3	Discordo Nem Concordo /		
	4	Nem Discordo	81	17,9%
5	Concordo Concordo	269	59,4%	
6	Totalmente Não se aplica	33	7,3%	
			55	12,1%

Item17.7

Atributos padrão		Valor	Contagem	Porcentagem
Valores válidos	Posição Rótulo	Diminuição	64	
	Tipo Formato Medição Função	Segurança Numérico F8 Nominal Entrada		
	1	Discordo	42	9,3%
	2	Totalmente	187	41,3%
	3	Discordo Nem Concordo /		
	4	Nem Discordo	115	25,4%
5	Concordo Concordo	47	10,4%	
6	Totalmente Não se aplica	7	1,5%	
			55	12,1%

Item17.8

Atributos padrão		Valor	Contagem	Porcentagem
Valores válidos	Posição Rótulo	Interferência	65	
	Tipo Formato Medição Função	Costumes Numérico F8 Nominal Entrada		
	1	Discordo	35	7,7%
	2	Totalmente	175	38,6%
	3	Discordo Nem Concordo /		
	4	Nem Discordo	109	24,1%
5	Concordo Concordo	75	16,6%	
6	Totalmente Não se aplica	4	0,9%	
			55	12,1%

Item17.9

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	66		
	Rótulo	Diminuição		
	Tipo	Especi locais		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	46	10,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	194	42,8%
		Nem Concordo /	90	19,9%
	4	Nem Discordo		
5	Concordo	62	13,7%	
	Concordo	6	1,3%	
6	Totalmente			
	Não se aplica	55	12,1%	

Item17.10

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	67		
	Rótulo	Melhoria Viária		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	16	3,5%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	33	7,3%
		Nem Concordo /	110	24,3%
	4	Nem Discordo		
	5	Concordo	210	46,4%
	Concordo	29	6,4%	
6	Totalmente			
	Não se aplica	55	12,1%	

Item18.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	68		
	Rótulo	Diminuição		
	Tipo	Identidade		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	59	13,0%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	213	47,0%
		Nem Concordo /	93	20,5%
	4	Nem Discordo		
5	Concordo	28	6,2%	
	Concordo	5	1,1%	
6	Totalmente			
	Não se aplica	55	12,1%	

Item18.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	69		
	Rótulo	Aumento		
	Tipo	Resíduos		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
		Entrada		

Valores válidos	1	Discordo	56	12,4%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	201	44,4%
		Nem Concordo /	79	17,4%
	4	Nem Discordo		
	5	Concordo	53	11,7%
		Concordo	9	2,0%
	6	Totalmente		
		Não se aplica	55	12,1%

Item 18.3

Atributos padrão		Valor	Contagem	Porcentagem
	Posição	70		
	Rótulo	Gerar Benefícios		
	Tipo	Sociais		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	1	0,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	8	1,8%
		Nem Concordo /	73	16,1%
	4	Nem Discordo		
	5	Concordo	260	57,4%
		Concordo	56	12,4%
	6	Totalmente		
		Não se aplica	55	12,1%

Item 18.4

Atributos padrão		Valor	Contagem	Porcentagem
	Posição	71		
	Rótulo	Aumento Receitas		
	Tipo	Regionais		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	1	0,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	8	1,8%
		Nem Concordo /	71	15,7%
	4	Nem Discordo		
	5	Concordo	257	56,7%
		Concordo	61	13,5%
	6	Totalmente		
		Não se aplica	55	12,1%

Item 19.1

Atributos padrão		Valor	Contagem	Porcentagem
	Posição	72		
	Rótulo	Controle Poluição		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Não é importante	1	0,2%
	2	Tem alguma	24	5,3%
		importância		
	3	Importante	132	29,1%
	4	Muito importante	133	29,4%
	5	Extremamente	108	23,8%
	6	Importante		
		Não se aplica	55	12,1%

Item19.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	73		
	Rótulo	Reabilitação		
	Tipo	Urbanística		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
	2	Não é importante	2	0,4%
		Tem alguma	38	8,4%
	3	importância		
	4	importante	172	38,0%
	5	Muito importante	130	28,7%
	Extremamente	56	12,4%	
6	importante			
	Não se aplica	55	12,1%	

Item19.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	74		
	Rótulo	Desenvolvimento		
	Tipo	Economico		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
	2	Não é importante	18	4,0%
		Tem alguma	73	16,1%
	3	importância		
	4	importante	169	37,3%
	5	Muito importante	103	22,7%
	Extremamente	35	7,7%	
6	importante			
	Não se aplica	55	12,1%	

Item19.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	75		
	Rótulo	Valorização		
	Tipo	Turística		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
	2	Não é importante	0	0,0%
		Tem alguma	19	4,2%
	3	importância		
	4	importante	153	33,8%
	5	Muito importante	133	29,4%
	Extremamente	93	20,5%	
6	importante			
	Não se aplica	55	12,1%	

Item19.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	76		
	Rótulo	Apoio Social		
	Tipo	População		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
	2	Não é importante	5	1,1%
		Tem alguma	29	6,4%
	3	importância		
	4	importante	136	30,0%
	5	Muito importante	141	31,1%
	Extremamente	87	19,2%	
6	importante			
	Não se aplica	55	12,1%	

Item 19.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	77 Desenvolvimento		
	Tipo	Estratégico		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
	2	Não é importante	2	0,4%
		Tem alguma	23	5,1%
	3	importância		
	4	importante	134	29,6%
	5	Muito importante	131	28,9%
	Extremamente	108	23,8%	
6	importante			
	Não se aplica	55	12,1%	

Mês de Recolha

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	78 Recebido Mês		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Maior/2015	31	6,8%
	2	Junho/2015	280	61,8%
	3	Julho/2015	56	12,4%
	4	Novembro/2015	19	4,2%
	5	Janeiro/2016	34	7,5%
	6	Fevereiro/2016	15	3,3%
	7	Março/2016	18	4,0%

Local onde foi Recebido

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	79 Local		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Escola Básica de		
		Seia	206	45,5%
	2	Escola Básica de		
		São Romão	114	25,2%
	3	Escola de	32	7,1%
	4	Torrezelo		
		Escola de	15	3,3%
5	Sandomil			
	Junta de			
	Freguesia de	13	2,9%	
6	Carragosa			
	Associação de	57	12,6%	
7	Artesãos de Seia			
	Museu do Pão	16	3,5%	

Anexo IX: “Codebook Turistas”

		Observações	
Saida criada			09-FEB-2016 12:11:50
Comentários			
Entrada	Dados	F:\Utilizadores\Fausto\Desktop\TURISTAS V1.sav	
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados2	
	Filtro	<none>	
	Ponderação	<none>	
	Arquivo Dividido	<none>	
	N de linhas em arquivo de		320
Sintaxe	dados de trabalho	<p>CODEBOOK Género [n] Idade [s] Estado [n] Local [n] Nuts.Nascimento [n] Concelho [n] Nuts.Residência [n] Habilitações [o] Actividade [s] Activi.Profissional [s] Acompanhamento [n] Item9.1 [n] Item9.2 [n] Item9.3 [n] Item9.4 [n] Item9.5 [n] Item9.6 [n] Item9.7 [n] Item9.8 [n] Visitado [n] Quantas [n] Item12.1 [n] Item12.2 [n] Item12.3 [n] Item12.4 [n] Item12.5 [n] Item12.6 [n] Item12.7 [n] Item12.8 [n] Item12.9 [n] Item12.10 [n] Item12.11 [n] Item12.12 [n] Item12.13 [n] Item12.14 [n] Item12.15 [n] Item12.16 [n] Item12.17 [n] Estação [n] Permanecer [n] Pagar [n] Item16.1 [n] Item16.2 [n] Item16.3 [n] Item16.4 [n] Item16.5 [n] Item16.6 [n] Item16.7 [n] Item16.8 [n] Item16.9 [n] Item17.1 [n] Item17.2 [n] Item17.3 [n] Item17.4 [n] Item17.5 [n] Item17.6 [n] Item17.7 [n] Item17.8 [n] Item17.9 [n] Item17.10 [n] Item17.11 [n] Item17.12 [n] Item17.13 [n] Item17.14 [n] Item17.15 [n] Item17.16 [n] Item17.17 [n] Percepção1 [n] Percepção2 [n] Percepção3 [n] Percepção4 [n] Percepção5 [n] Percepção6 [n] Percepção7 [n] Percepção8 [n] Percepção9 [n] Percepção10 [n] Percepção11 [n] Percepção12 [n] Percepção13 [n] Percepção14 [n] Percepção15 [n] Percepção16 [n] Item19 [n] Item20.1 [n] Item20.2 [n] Item20.3 [n] Item20.4 [n] Item20.5 [n] Item20.6 [n] Item20.7 [n] Item20.8 [n] Item20.9 [n] Item20.10 [n] Item20.11 [n] Item20.12 [n] Item20.13 [n] Item20.14 [n] Ecoturismo [n] Frequência [n] Fator.1 [n] Fator.2 [n] Fator.3 [n] Fator.4 [n] Fator.outra [n] Influenciou.1 [n] Influenciou.2 [n] Influenciou.3 [n] Influenciou.4 [n] Influenciou.5 [n] Influenciou.6 [n] Influenciou.7 [n] Influenciou.8 [n] Influenciou.9 [n] Influenciou10 [n] Influenciou.outra [n] Influenciou11 [n] Item25.1 [n] Item25.2 [n] Item25.3 [n] Item25.4 [n] Item25.5 [n] Item25.6 [n] item25.outra [n] Adquirir.1 [n] Adquirir.2 [n] Adquirir.3 [n] Adquirir.outra [n] Publicita [n] Item27.1 [n] Item27.2 [n] Item27.3 [n] Item27.4 [n] Item27.outra [n] Voltar [n] Item29.1 [n] Item29.2 [n] Item30.1 [n] Item30.2 [n] Item30.3 [n] Item30.4 [n] Item30.5 [n] Item30.6 [n] Item30.7 [n] Item31.1 [n] Item31.2 [n] Item31.3 [n] Item31.4 [n] Item31.5 [n] Item31.6 [n] Item31.7 [n] Item31.8 [n] Item31.9 [n] Item31.10 [n] Item32.1 [n] Item32.2 [n] Item32.3 [n] Item32.4 [n] Recebido [n]</p> <p>/VARINFO POSITION LABEL TYPE FORMAT MEASURE ROLE VALUELABELS MISSING ATTRIBUTES /OPTIONS VARORDER=VARLIST SORT=ASCENDING MAXCATS=200 /STATISTICS COUNT PERCENT MEAN STDDEV QUARTILES.</p>	
Recursos	Tempo do processador		00:00:00.13
	Tempo decorrido		00:00:00.11

Gênero

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	2		
	Rótulo	Gênero		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Masculino	138	43,1%
	1	Feminino	182	56,9%

Idade

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	3		
	Rótulo	Idade		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Escala		
	Função	Entrada		
N	Válido	320		
	Ausente	0		
Dispersão e tendência central	Média	2,57		
	Desvio padrão	,865		
	Percentil 25	2,00		
	Percentil 50	3,00		
	Percentil 75	3,00		
Valores rotulados	1	<24	33	10,3%
	2	24 a 39	120	37,5%
	3	40 a 55	120	37,5%
	4	>55	47	14,7%

Estado

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	4		
	Rótulo	Estado Civil		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Solteiro/a	80	25,0%
	2	Divorciado/a	37	11,6%
	3	Viúvo/a	5	1,6%
	4	Casado/a ou em União de Fato	198	61,9%

		Local		
Atributos padrão	Posição	Valor	Contagem	Porcentagem
	Rótulo	Concelho_Nascimento	5	
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Coimbra	115	35,9%
	2	Freixo de Espada a Cima	0	0,0%
	3	Loures	1	0,3%
	4	Figueira da Foz	4	1,3%
	5	Vinhais	1	0,3%
	6	Angola	5	1,6%
	7	Pampilhosa da Serra	2	0,6%
	8	Odemira	1	0,3%
	9	Alvaiázere	1	0,3%
	10	Cabo Verde	1	0,3%
	11	Vila Nova de Poiares	1	0,3%
	12	Baião	1	0,3%
	13	Freixo de Espada á Cinta	1	0,3%
	14	Montijo	1	0,3%
	15	Lisboa	27	8,4%
	16	Mealhada	2	0,6%
	17	Ovar	2	0,6%
	18	Viseu	10	3,1%
	19	Miranda do Corvo	4	1,3%
	20	Moçambique	2	0,6%
	21	Brasil	4	1,3%
	22	Lousã	7	2,2%
	23	Seia	15	4,7%
	24	Santo Tirso	1	0,3%
	25	Porto	17	5,3%
	26	Oliveira do Hospital	3	0,9%
	27	Cantanhede	0	0,0%
	28	Montemor-o-Velho	7	2,2%
	29	Aveiro	12	3,8%
	30	Caldas da Rainha	1	0,3%
	31	Torres Novas	1	0,3%
	32	Oliveira de Frades	2	0,6%
	33	Moita	1	0,3%
	34	Oliveira do Bairro	1	0,3%
	35	Sintra	1	0,3%
	36	Anadia	1	0,3%
	37	São Mamede de Infesta	1	0,3%
	38	Santa Comba Dão	1	0,3%
	39	Braga	3	0,9%
	40	Oeiras	1	0,3%
	41	Guimarães	3	0,9%
	42	Faro	2	0,6%
	43	Ilhavo	3	0,9%
	44	Covilhã	1	0,3%
	45	Gondomar	1	0,3%
	46	Paredes	1	0,3%
	47	Lousada	1	0,3%
	48	Castelo Branco	2	0,6%
	49	Guarda	3	0,9%
	50	Vila Franca de Xira	1	0,3%
	51	Espanha	1	0,3%
	52	Nelas	1	0,3%
	53	Leiria	1	0,3%
	54	Setúbal	1	0,3%
	55	Mira	2	0,6%
	56	França	3	0,9%
	57	Sesimbra	1	0,3%
	58	Santarem	1	0,3%
	59	Republica Centro Africana	3	0,9%
	60	Castanheira de Pera	1	0,3%
	61	Pinhel	1	0,3%
	62	Valpaços	1	0,3%
	63	Vieira do Minho	1	0,3%
	64	Bragança	1	0,3%
	65	Alcobaça	1	0,3%
	66	Cascais	2	0,6%
	67	Condeixa-A-Nova	2	0,6%
	68	Lagos	1	0,3%
	69	Estados Unidos da America	1	0,3%
	70	Amarante	1	0,3%
	71	Gouveia	1	0,3%
	72	Vila Real	2	0,6%
	73	Agueda	2	0,6%
	74	Vila Nova de Gaia	3	0,9%
	75	Manteigas	1	0,3%
	76	Oliveira de Azemeis	1	0,3%
	77	Chaves	2	0,6%
	78	Loulé	1	0,3%

Nuts.Nascimento

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	6		
	Rótulo	Nuts.Nascimento		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	NUTS I Continente e ilhas	0	0,0%
	2	NUTS II Norte	0	0,0%
	3	NUTS II Centro	0	0,0%
	4	NUTS II Área Metropolitana de Lisboa	0	0,0%
	5	Alentejo	0	0,0%
	6	NUTS II Algarve	1	0,3%
	7	NUTS III Alto Minho	1	0,3%
	8	NUTS III Cavado	0	0,0%
	9	NUTS III Ave	4	1,3%
	10	NUTS III Area Metropolitana Porto	23	7,2%
	11	NUTS III Alto Tâmega	2	0,6%
	12	NUTS III Tâmega e Sousa	6	1,9%
	13	NUTS III Douro	2	0,6%
	14	NUTS III Terras de Trás-os-Montes	2	0,6%
	15	NUTS III Oeste	2	0,6%
	16	NUTS III Região de Aveiro	24	7,5%
	17	NUTS III Região de Coimbra	143	44,7%
	18	NUTS III Região de Leiria	5	1,6%
	19	NUTS III Viseu Dão Lafões	13	4,1%
	20	NUTS III Beira Baixa	2	0,6%
	21	NUTS III Médio Tejo	0	0,0%
	22	NUTS III Beiras e Serra da Estrela	25	7,8%
	23	NUTS III Área Metropolitana de Lisboa	37	11,6%
	24	NUTS III Alentejo Litoral	0	0,0%
	25	NUTS III Baixo Alentejo	0	0,0%
	26	NUTS III Lezíria do Tejo	2	0,6%
	27	NUTS III Alto Alentejo	0	0,0%
	28	NUTS III Alentejo Central	0	0,0%
	29	NUTS III Algarve	3	0,9%
	30	Angola	5	1,6%
	31	Cabo Verde	1	0,3%
	32	Moçambique	2	0,6%
	33	Brasil	4	1,3%
	34	Espanha	1	0,3%
	35	França	3	0,9%
	36	República Centro Africana	3	0,9%
	37	Estados Unidos da America	1	0,3%
Valores ausentes	Sistema		3	0,9%

		Concelho		
Atributos padrão	Posição	Valor	Contagem	Porcentagem
	Rótulo	Concelho_Reside		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Coimbra	121	37,8%
	2	Condeixa-a-Nova	10	3,1%
	3	Mealhada	0	0,0%
	4	Aveiro	14	4,4%
	5	Figueira da Foz	6	1,9%
	6	Montemor-o-Velho	8	2,5%
	7	Lousã	15	4,7%
	8	Penacova	1	0,3%
	9	Vila Nova de Poiares	1	0,3%
	10	Seia	20	6,3%
	11	Santo Tirso	1	0,3%
	12	Lisboa	11	3,4%
	13	Maia	3	0,9%
	14	Almada	1	0,3%
	15	Cantanhede	3	0,9%
	16	Murtosa	1	0,3%
	17	Mira	3	0,9%
	18	Ansião	1	0,3%
	19	Miranda do Corvo	7	2,2%
	20	Peniche	1	0,3%
	21	Vila Nova de Gaia	7	2,2%
	22	Ilhavo	4	1,3%
	23	Carregal do Sal	2	0,6%
	24	Oliveira de Frades	5	1,6%
	25	Moita	3	0,9%
	26	São Pedro do Sul	1	0,3%
	27	Oliveira do Bairro	1	0,3%
	28	Brasil	1	0,3%
	29	Folgosa da Madalena	1	0,3%
	30	Anadia	2	0,6%
	31	Porto	12	3,8%
	32	Gouveia	1	0,3%
	33	Loures	3	0,9%
	34	Oeiras	6	1,9%
	35	Guimarães	3	0,9%
	36	Setúbal	2	0,6%
	37	Seixal	1	0,3%
	38	Valongo	1	0,3%
	39	Torres Vedras	1	0,3%
	40	Matosinhos	3	0,9%
	41	Felgueiras	1	0,3%
	42	Vilã Franca de Xira	2	0,6%
	43	Nelas	1	0,3%
	44	Guarda	2	0,6%
	45	Leiria	2	0,6%
	46	Trancoso	1	0,3%
	47	Viseu	2	0,6%
	48	Dubai	1	0,3%
	49	Madrid	1	0,3%
	50	Ovar	1	0,3%
	51	Viana do Castelo	1	0,3%
	52	Pinhel	2	0,6%
	53	Braga	1	0,3%
	54	Alcobaça	1	0,3%
	55	Cascais	2	0,6%
	56	Benavente	1	0,3%
	57	Castanheira de Pera	1	0,3%
	58	Santa Maria da Feira	1	0,3%
	59	Sintra	1	0,3%
	60	Sabugal	2	0,6%
	61	Chaves	2	0,6%
	62	Soure	1	0,3%
	63	Gondomar	1	0,3%
	64	Faro	1	0,3%

		Nuts.Residência		
		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição		8	
	Rótulo	Nuts.Residência		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	NUTS I Continente e ilhas	0	0,0%
	2	NUTS II Norte	0	0,0%
	3	NUTS II Centro	0	0,0%
	4	NUTS II Área	0	0,0%
		Metropolitana de Lisboa		
	5	Alentejo	0	0,0%
	6	NUTS II Algarve	1	0,3%
	7	NUTS III Alto Minho	1	0,3%
	8	NUTS III Cavado	0	0,0%
	9	NUTS III Ave	2	0,6%
	10	NUTS III Area		
		Metropolitana Porto		
	11	NUTS III Alto Tâmega	2	0,6%
	12	NUTS III Tâmega e Sousa	3	0,9%
	13	NUTS III Douro	0	0,0%
	14	NUTS III Terras de Trás-os-	0	0,0%
		Montes		
	15	NUTS III Oeste	2	0,6%
	16	NUTS III Região de Aveiro	25	7,8%
	17	NUTS III Região de		
		Coimbra		
	18	NUTS III Região de Leiria	5	1,6%
	19	NUTS III Viseu Dão Lafões	10	3,1%
	20	NUTS III Beira Baixa	0	0,0%
	21	NUTS III Médio Tejo	0	0,0%
	22	NUTS III Beiras e Serra da		
		Estrela		
	23	NUTS III Área	28	8,8%
		Metropolitana de Lisboa		
	24	NUTS III Alentejo Litoral	0	0,0%
	25	NUTS III Baixo Alentejo	0	0,0%
	26	NUTS III Lezíria do Tejo	4	1,3%
27	NUTS III Alto Alentejo	0	0,0%	
28	NUTS III Alentejo Central	0	0,0%	
29	NUTS III Algarve	0	0,0%	
30	Brasil	1	0,3%	
31	Dubai	1	0,3%	
32	Espanha	1	0,3%	
Valores ausentes	Sistema		3	0,9%

		Habilitações		
		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição		9	
	Rótulo	Habili Literárias		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Ordinal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	sem escolaridade	0	0,0%
	2	1º Ciclo	5	1,6%
	3	2º Ciclo	7	2,2%
	4	3º Ciclo	33	10,3%
	5	12º ano	110	34,2%
	6	Bacharelato	14	4,4%
	7	Licenciatura	112	35,0%
	8	Mestrado	32	10,3%
	9	Doutoramento	2	0,6%
	10	Não responde	1	0,3%

		Actividade		
		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	10		
	Rótulo	profissional		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Escala		
	Função	Entrada		
N	Válido	320		
	Ausente	0		
Dispersão e tendência central	Média	37,60		
	Desvio padrão	36,923		
	Percentil 25	7,00		
	Percentil 50	20,50		
	Percentil 75	61,50		
Valores rotulados	1	Engenheiro Electrotecnico	3	0,9%
	2	Funcionário/a Público	14	4,4%
	3	Professor/a Universitário	6	1,9%
	4	Reformado/a	8	2,5%
	5	Economista	4	1,3%
	6	Estudante	25	7,8%
	7	Assistente Operacional	32	10,0%
	8	Coordenador Técnico	3	0,9%
	9	Assistente Técnico/a	34	10,6%
	10	Assistente de Contabilidade	1	0,3%
	11	Funcionário Público Autarquico	4	1,3%
	12	Designer	1	0,3%
	13	Médico/a	4	1,3%
	14	Mecânico Auto	1	0,3%
	15	Investigadora do CES	1	0,3%
	16	Carpinteiro	2	0,6%
	17	Copeira	1	0,3%
	18	Professor/a Liceal	9	2,8%
	19	Tecnico/a Superior Administração Local	5	1,6%
	20	Psicólogo / a	2	0,6%
	21	Jurista	1	0,3%
	22	Advogado/a	3	0,9%

23	T.Superior de Saude H. no Trabalho	1	0,3%
24	Técnico de Informática	1	0,3%
25	Engenheiro Mecanico	1	0,3%
26	Empregada Doméstica	1	0,3%
27	Engenheiro Electromecânico	1	0,3%
28	Administrativa	4	1,3%
29	Empregada de Balcão	1	0,3%
30	Técnico de electrónica	1	0,3%
31	Engenheiro	2	0,6%
32	Coordenador/a de projectos	2	0,6%
33	Desempregado/a	13	4,1%
34	Monitor ARSIL	1	0,3%
35	Electricista	1	0,3%
36	Operária Fabril	1	0,3%
37	Não responde	6	1,9%
38	Guia Intérprete	1	0,3%
39	Secretária	2	0,6%
40	Engenheiro Informático	1	0,3%
41	Contabilista	2	0,6%
42	Empacotadora	1	0,3%
43	Animadora/o Turistica	1	0,3%
44	Ajudante Ocupacional	1	0,3%
45	Empresário / a	2	0,6%
46	Gestor Comercial Seguros	1	0,3%
47	Técnico Comercial	1	0,3%
48	Gestor Fabril	1	0,3%
49	Mediador/a de Seguros	5	1,6%
50	Técnico de Manutenção	1	0,3%
51	Trabalhador Avicula	1	0,3%
52	Engenheiro Fabril	1	0,3%
53	Operador de telemarketing	1	0,3%
54	Serralheiro	2	0,6%
55	Segurança	2	0,6%
56	Construtor Civil	1	0,3%

57	Comerciante	1	0,3%
58	Domestica	3	0,9%
59	Professora de História	1	0,3%
60	Advogado	1	0,3%
61	Assistente Social	5	1,6%
62	Técnico/a Oficial de Contas	1	0,3%
63	Ajudante de Lar	1	0,3%
64	Animadora Socio Cultural	1	0,3%
65	Educadora de Infância	5	1,6%
66	Secretária de Projecto	1	0,3%
67	Logista	1	0,3%
68	Auxiliar Acção Educativa	2	0,6%
69	Professora AEC'S	2	0,6%
70	Formadora	1	0,3%
71	Animadora	2	0,6%
72	Estudante Universitária	1	0,3%
73	Assistente Social	0	0,0%
74	Educadora Social	1	0,3%
75	Fisioterapeuta	1	0,3%
76	Gestor/a Comercial	1	0,3%
77	Director/a Marketing	1	0,3%
78	Técnico de Telecomunicações	1	0,3%
79	Assistente Comercial	1	0,3%
80	Empresário/a em Nome Individual	1	0,3%
81	Técnico/a Radiologia	1	0,3%
82	Enfermeira	1	0,3%
83	Administradora	1	0,3%
84	Cozinheira	1	0,3%
85	Empregado/a Balcão	1	0,3%
86	Técnico/a Turismo	1	0,3%
87	1º Caixeiro	1	0,3%
88	Area da Saude	1	0,3%
89	Gestor/a de Cobranças	1	0,3%
90	Técnico de Segurança	1	0,3%
91	Técnico/a Contabilidade	1	0,3%
92	Marceneiro	1	0,3%

93	Responsável de Departamento	1	0,3%
94	Engenheiro Aeroespacial	1	0,3%
95	Relações Públicas	1	0,3%
96	Comercial	1	0,3%
97	Viajante	1	0,3%
98	Arquitecto Urbanístico	1	0,3%
99	Director/a Recursos Humanos	1	0,3%
100	Arquitecto/a	2	0,6%
101	Bate-Chapas - reparador de carrocerias	1	0,3%
102	Cantora	1	0,3%
103	Livreiro	1	0,3%
104	Mediador/a Imobiliária	1	0,3%
105	Hunstman	1	0,3%
106	Animadora	2	0,6%
107	Bancário / a	3	0,9%
108	Serralheiro Mecânico	1	0,3%
109	Fiel de Armazém	1	0,3%
110	Cavaleiro de Saltos de Obstáculos	1	0,3%
111	Conservador do Registo Civil	1	0,3%
112	Tradutor	1	0,3%
113	Engenheiro Civil	2	0,6%
114	Arquitecto / a	1	0,3%
115	Profissional de Seguros	5	1,6%
116	Responsavel de Compras	1	0,3%
117	Assistente de Direcção	1	0,3%
118	Caixeiro / a	2	0,6%
119	Farmacêutica	1	0,3%
120	Engenheiro de Sistemas Multimédia	1	0,3%
121	Assistente Dentária	1	0,3%
122	Músico / Compositor	1	0,3%
123	Investigador Universitário	1	0,3%
124	Consultor	1	0,3%
125	Guarda Nacional Republicano	1	0,3%

Activi.Profissonal

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	11		
	Rótulo	C.N.P.		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Escala		
	Função	Entrada		
N	Válido	317		
	Ausente	3		
Dispersão e tendência central	Média	5,01		
	Desvio padrão	3,165		
	Percentil 25	2,00		
	Percentil 50	4,00		
	Percentil 75	7,00		
Valores rotulados	1	Quadro Superior	9	2,8%
	2	Público e Privado Especialistas_		
		Intelectuais e	77	24,1%
		científicos		
	3	Técnicos de nível	39	12,2%
	4	intermédio Pessoal		
		Administrativo e	64	20,0%
		similares		
	5	Pessoal dos		
		serviços e	28	8,8%
		vendedores		
	6	Agricultores e	1	0,3%
		pescas		
	7	Operários,		
		artificies e	39	12,2%
		similares		
	8	Operadores		
		de máquinas e	3	0,9%
		montagens		
	9	Trabalhadores	5	1,6%
		não qualificados		
	10	Estudante	26	8,1%
	11	Desempregado/a	13	4,1%
	12	Reformado/a	2	0,6%
	13	Não responde	6	1,9%

Acompanhamento

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	12		
	Rótulo	Costuma ser		
	Tipo	acompanhado		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
	2	Família	172	53,8%
	3	Família e amigos	122	38,1%
		Colegas de		
		Trabalho	0	0,0%
	4	Grupo de amigos	18	5,6%
	5	Sozinho/a	4	1,3%
	6	Não responde	4	1,3%

Item9.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	13		
	Rótulo	Turismo_lazer		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	48	15,0%
		Sim	272	85,0%

Item9.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	14		
	Rótulo	Desportos		
	Tipo	Radicais		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada		
		Não	290	90,6%
		Sim	30	9,4%

Item9.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	15		
	Rótulo	Culturais		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	191	59,7%
		Sim	129	40,3%

Item9.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	16		
	Rótulo	Gastronómicos		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	224	70,0%
		Sim	96	30,0%

Item9.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	17		
	Rótulo	Turismo natureza		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	172	53,8%
		Sim	148	46,3%

Item9.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	18 Desportos		
	Tipo	Inverno		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada	300	93,8%
	1	Não	20	6,3%
		Sim		

Item9.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	19 Caminhadas		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	249	77,8%
	1	Sim	71	22,2%

Item9.8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	20 Não responde		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	316	98,8%
	1	Sim	4	1,3%

Visitado

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	21 Já tinha visitado o		
	Tipo	Parque		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada	20	6,3%
	1	Não	300	93,8%
		Sim		

Quantas

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	22 Quantas Visitas		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	1 vez	47	14,7%
	2	2 a 3 vezes	105	32,8%
	3	4 ou mais vezes	144	45,0%
	4	Não responde	24	7,5%

Item12.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	23		
	Rótulo	Experimental		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
Valores válidos	Função	Entrada		
	1	Discordo	7	2,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	15	4,7%
		Nem concordo-	64	20,0%
	4	nem disaccordo		
	5	Concordo	188	58,8%
		Concordo		
	6	Totalmente	45	14,1%
		Não responde	1	0,3%

Item12.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	24		
	Rótulo	Cultura		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
Valores válidos	Função	Entrada		
	1	Discordo	7	2,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	23	7,2%
		Nem concordo-	75	23,4%
	4	nem disaccordo		
	5	Concordo	177	55,3%
		Concordo		
	6	Totalmente	37	11,6%
		Não responde	1	0,3%

Item12.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	25		
	Rótulo	Relaxar		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
Valores válidos	Função	Entrada		
	1	Discordo	2	0,6%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	7	2,2%
		Nem concordo-	30	9,4%
	4	nem disaccordo		
	5	Concordo	171	53,4%
		Concordo		
	6	Totalmente	108	33,8%
	55	Não responde	1	0,3%
			1	0,3%

Item12.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	26		
	Rótulo	Desportos de		
	Tipo	Natureza		
	Formato	Numérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	22	6,9%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	63	19,7%
		Nem concordo-	82	25,6%
		nem discordo		
	4	Concordo	109	34,1%
	5	Concordo	43	13,4%
	6	Totalmente		
		Não responde	1	0,3%

Item12.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	27		
	Rótulo	Paisagem		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	0	0,0%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	2	0,6%
		Nem concordo-	8	2,5%
		nem discordo		
		4	Concordo	160
	5	Concordo	149	46,6%
	6	Totalmente		
		Não responde	1	0,3%

Item12.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	28		
	Rótulo	Gastronomia		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	1	0,3%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	13	4,1%
		Nem concordo-	45	14,1%
		nem discordo		
		4	Concordo	169
	5	Concordo	91	28,4%
	6	Totalmente		
		Não responde	1	0,3%

Item12.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	29		
	Rótulo	Fotografia-video		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	11	3,4%
	2	Totalmente	19	5,9%
	3	Discordo	75	23,4%
	4	Nem concordo-	144	45,0%
	5	nem discordo	70	21,9%
	6	Concordo	1	0,3%
		Totalmente		
		Não responde		

Item12.8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	30		
	Rótulo	Ski-Snowboard		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	52	16,3%
	2	Totalmente	81	25,3%
	3	Discordo	77	24,1%
	4	Nem concordo-	75	23,4%
	5	nem discordo	34	10,6%
	6	Concordo	1	0,3%
		Totalmente		
		Não responde		

Item12.9

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	31		
	Rótulo	Praias Fluviais		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	32	10,0%
	2	Totalmente	79	24,7%
	3	Discordo	83	25,9%
	4	Nem concordo-	93	29,1%
	5	nem discordo	32	10,0%
	6	Concordo	1	0,3%
		Totalmente		
		Não responde		

Item12.10

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	32		
	Rótulo	Viver com a		
	Tipo	natureza		
	Formato	Numérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	4	1,3%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	7	2,2%
		Nem concordo-	30	9,4%
	4	nem discordo		
5	Concordo	180	56,3%	
	Concordo	98	30,6%	
6	Totalmente			
	Não responde	1	0,3%	

Item12.11

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	33		
	Rótulo	Flora e fauna		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	23	7,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	57	17,8%
		Nem concordo-	94	29,4%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	108	33,8%
	Concordo	37	11,6%	
6	Totalmente			
	Não responde	1	0,3%	

Item12.12

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	34		
	Rótulo	Geocaching		
	Tipo	Numérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	96	30,0%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	92	28,7%
		Nem concordo-	86	26,9%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	29	9,1%
	Concordo	15	4,7%	
6	Totalmente			
	Não responde	2	0,6%	

Item 12.13

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	35		
	Rótulo	Feiras e Festivais		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
Valores válidos	Função	Entrada		
	1	Discordo	50	15,6%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	66	20,6%
		Nem concordo-	74	23,1%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	99	30,9%
		Concordo		
	6	Totalmente	29	9,1%
		Não responde	2	0,6%

Item 12.14

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	36		
	Rótulo	Observação de		
	Tipo	aves		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
Valores válidos	Função	Nominal		
	1	Entrada		
		Discordo	93	29,1%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	90	28,1%
		Nem concordo-	79	24,7%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	43	13,4%
		Concordo	14	4,4%
	6	Totalmente		
		Não responde	1	0,3%

Item 12.15

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	37		
	Rótulo	Produtos locais		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
Valores válidos	Função	Entrada		
	1	Discordo	6	1,9%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	14	4,4%
		Nem concordo-	72	22,5%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	164	51,2%
		Concordo	63	19,7%
	6	Totalmente		
		Não responde	1	0,3%

Item 12.16

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	38		
	Rótulo	Eventos		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	108	33,8%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	81	25,3%
		Nem concordo-	74	23,1%
		nem discordo		
	4	Concordo	43	13,4%
	5	Concordo	11	3,4%
	6	Totalmente		
		Não responde	3	0,9%

Item 12.17

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	39		
	Rótulo	Apenas conhecer		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo	5	1,6%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	19	5,9%
		Nem concordo-	31	9,7%
		nem discordo		
	4	Concordo	156	48,8%
	5	Concordo	108	33,8%
	6	Totalmente		
		Não responde	1	0,3%

Estação

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	40		
	Rótulo	Estação do ano		
	Tipo	escolhida		
	Formato	Númerico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada	55	17,2%
	2	Primavera	24	7,5%
	3	Verão	18	5,6%
	4	Outono	123	38,4%
	5	Inverno	94	29,4%
	6	Indiferente	6	1,9%
		Não responde		

Permanecer

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	41		
	Rótulo	Quantos dias _		
	Tipo	permanecer		
	Formato	Númerico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada	69	21,6%
	2	1 dia	85	26,0%
	3	2 dias	82	25,0%
	4	3 dias	34	10,6%
	5	4 dias	20	6,2%
		> de 5 dias	50	15,6%

Pagar

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	42		
	Rótulo	Disposto a pagar		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	<20€	26	8,1%
	2	20€ a 35€	100	31,3%
	3	35€ a 45€	110	34,4%
	4	>45€	54	16,9%
	5	Não responde	30	9,4%

Item 16.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	43		
	Rótulo	Belmonte		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	221	69,1%
	1	Sim	99	30,9%

Item 16.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	44		
	Rótulo	Celorico da Beira		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	211	65,9%
	1	Sim	109	34,1%

Item 16.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	45		
	Rótulo	Covilhã		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	94	29,4%
	1	Sim	226	70,6%

Item 16.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	46		
	Rótulo	Fornos de		
	Tipo	Algodres		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada		
	1	Não	266	83,1%
		Sim	54	16,9%

Item 16.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	47		
	Rótulo	Gouveia		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	152	47,5%
	1	Sim	168	52,3%

Item 16.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	48		
	Rótulo	Guarda		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	124	38,8%
	1	Sim	196	61,3%

Item 16.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	49		
	Rótulo	Manteigas		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	82	25,6%
	1	Sim	238	74,4%

Item 16.8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	50		
	Rótulo	Seia		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	38	11,9%
	1	Sim	282	88,1%

Item 16.9

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	51		
	Rótulo	Oliveira do		
	Tipo	Hospital		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada	191	59,7%
	1	Não	128	40,0%
	11	Sim	1	0,3%

Item17.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	52		
	Rótulo	Cabeça da Velha		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	169	52,8%
	1	Sim	150	46,9%
	2	Não responde		0,3%

Item17.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	53		
	Rótulo	Aldeias de		
	Tipo	Montanha		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada		
	1	Não	225	70,3%
	2	Sim	94	29,4%
		Não responde		0,3%

Item17.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	54		
	Rótulo	Cântaro Magro		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	268	83,8%
	1	Sim	51	15,9%
	2	Não responde		0,3%

Item17.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	55		
	Rótulo	Covão d'Ametade		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	263	82,2%
	1	Sim	56	17,3%
	2	Não responde		0,3%

Item17.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	56		
	Rótulo	Mondeguinho		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	187	58,4%
	1	Sim	132	41,3%
	2	Não responde	1	0,3%

Item17.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	57		
	Rótulo	Torre		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	47	14,7%
	1	Sim	272	85,0%
	2	Não responde	1	0,3%

Item17.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	58		
	Rótulo	Vale do Rossim		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	236	73,8%
	1	Sim	83	25,9%
	2	Não responde	1	0,3%

Item17.8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	59		
	Rótulo	Loriga		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	222	69,4%
	1	Sim	97	30,3%
	2	Não responde	1	0,3%

Item17.9

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	60		
	Rótulo	Poço do Inferno		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	210	65,6%
	1	Sim	109	34,1%
	2	Não responde	1	0,3%

Item17.10

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	61		
	Rótulo	Penhas da Saúde		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	150	46,9%
	1	Sim	169	52,3%
	2	Não responde	1	0,3%

Item 17.11

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	62		
	Rótulo	Penhas Douradas		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	132	41,3%
	1	Sim	187	58,4%
	2	Não responde	1	0,3%

Item 17.12

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	63		
	Rótulo	Nave de Santo		
	Tipo	António		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
	Entrada	Entrada		
Valores válidos	0	Não	251	78,4%
	1	Sim	68	21,3%
	2	Não responde	1	0,3%

Item 17.13

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	64		
	Rótulo	Praias Fluviais		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	216	67,5%
	1	Sim	103	32,2%
	2	Não responde	1	0,3%

Item 17.14

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	65		
	Rótulo	Vale do Zêzere		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	208	65,0%
	1	Sim	111	34,7%
	2	Não responde	1	0,3%

Item 17.15

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	66		
	Rótulo	Nossa S.da Boa		
	Tipo	Estrela		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
	Entrada	Entrada		
Valores válidos	0	Não	240	75,0%
	1	Sim	79	24,7%
	2	Não responde	1	0,3%

Item17.16

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	67		
	Rótulo	Sabugueiro		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	76	23,8%
	1	Sim	243	73,9%
	2	Não responde	1	0,3%

Item17.17

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	68		
	Rótulo	Não Responde		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	311	97,2%
	1	Sim	7	2,2%
	2	Não responde	2	0,6%

Percepção1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	69		
	Rótulo	Acessibilidades		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	8	2,5%
	2	Muito Fraco	55	17,2%
	3	Nem fraco-nem forte	122	38,1%
	4	Forte	113	35,3%
	5	Ponto muito forte	13	4,1%
	6	Não sabe	9	2,8%

Percepção2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	70		
	Rótulo	Estância de Ski		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	11	3,4%
	2	Muito Fraco	40	12,3%
	3	Nem fraco-nem forte	71	22,2%
	4	forte	79	24,7%
	5	Ponto muito forte	28	8,8%
	6	Não sabe	91	28,4%

Percepção3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	71		
	Rótulo	Tradições		
	Tipo	Culturais		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
	2	Ponto muito fraco	3	0,9%
	3	Muito Fraco	7	2,2%
		Nem fraco-nem		
	4	forte	80	25,0%
	5	Forte	145	45,3%
6	Ponto muito forte	58	18,1%	
	Não sabe	27	8,4%	

Percepção4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	72		
	Rótulo	Infraestruturas		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	3	0,9%
	2	Muito Fraco	22	6,9%
	3	Nem fraco-nem		
		forte	134	41,9%
	4	Forte	114	35,6%
	5	Ponto muito forte	26	8,1%
6	Não sabe	21	6,6%	

Percepção5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	73		
	Rótulo	Paisagem		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	0	0,0%
	2	Muito Fraco	5	1,6%
	3	Nem fraco-nem		
		forte	6	1,9%
	4	Forte	65	20,3%
	5	Ponto muito forte	223	69,7%
6	Não sabe	21	6,6%	

Percepção6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	74		
	Rótulo	Hotelaria		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	0	0,0%
	2	Muito Fraco	5	1,6%
	3	Nem fraco-nem		
		forte	65	20,3%
	4	Forte	147	45,9%
	5	Ponto muito forte	68	21,3%
6	Não sabe	34	10,6%	
55		1	0,3%	

Perccção7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	75		
	Rótulo	Restauração		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	0	0,0%
	2	Muito Fraco	6	1,9%
	3	Nem fraco-nem forte	56	17,5%
	4	Forte	150	46,9%
	5	Forte	83	25,0%
	6	Ponto muito forte	24	7,3%
44	Não sabe	1	0,3%	

Perccção8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	76		
	Rótulo	Actividades ao ar livre		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	3	0,9%
	2	Muito Fraco	16	5,0%
	3	Nem fraco-nem forte	84	26,3%
	4	Forte	109	34,1%
	5	Forte	48	15,0%
	6	Ponto muito forte	60	18,8%
	Não sabe			

Perccção9

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	77		
	Rótulo	Produtos locais		
	Tipo	certificados		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
	2	Ponto muito fraco	1	0,3%
	3	Muito Fraco	2	0,6%
		Nem fraco-nem forte	45	14,1%
	4	Forte	135	42,2%
	5	Forte	105	32,8%
6	Ponto muito forte	32	10,0%	
	Não sabe			

Perccção10

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	78		
	Rótulo	Neve		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	5	1,6%
	2	Muito Fraco	15	4,7%
	3	Nem fraco-nem forte	51	15,9%
	4	Forte	97	30,3%
	5	Forte	119	37,3%
	6	Ponto muito forte	33	10,3%
	Não sabe			

Percença11

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	79		
	Rótulo	Praias fluviais		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	2	0,6%
	2	Muito Fraco	8	2,5%
	3	Nem fraco-nem		
		forte	70	21,9%
	4	Forte	109	34,1%
	5	Ponto muito forte	48	15,0%
6	Não sabe	83	25,9%	

Percença12

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	80		
	Rótulo	População local		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	2	0,6%
	2	Muito Fraco	5	1,6%
	3	Nem fraco-nem		
		forte	60	18,8%
	4	Forte	141	44,1%
	5	Ponto muito forte	82	25,6%
6	Não sabe	30	9,4%	

Percença13

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	81		
	Rótulo	Turismo de		
	Tipo	nautreza		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
		Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	3	0,9%
	2	Muito Fraco	7	2,2%
	3	Nem fraco-nem		
		forte	73	22,8%
	4	Forte	138	43,1%
	5	Ponto muito forte	60	18,8%
6	Não sabe	39	12,2%	

Percença14

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	82		
	Rótulo	Centros		
	Tipo	Interpretativos		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
		Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	2	0,6%
	2	Muito Fraco	16	5,0%
	3	Nem fraco-nem		
		forte	80	25,0%
	4	Forte	104	32,5%
	5	Ponto muito forte	57	17,8%
6	Não sabe	61	19,1%	

Perceção15

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	83		
	Rótulo	Turismo rural		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	0	0,0%
	2	Muito Fraco	6	1,9%
	3	Nem fraco-nem forte	61	19,1%
	4	forte	116	36,3%
	5	forte	73	22,8%
	6	Ponto muito forte	72	22,0%
		Não sabe	64	20,0%

Perceção16

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	84		
	Rótulo	Desporto aventura		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Ponto muito fraco	4	1,3%
	2	Muito Fraco	16	5,0%
	3	Nem fraco-nem forte	74	23,1%
	4	forte	99	30,9%
	5	forte	53	16,6%
	6	Ponto muito forte	74	23,1%
		Não sabe	74	23,1%

Item19

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	85		
	Rótulo	Turismo noutros		
	Tipo	Parques		
	Formato	Númerico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada	151	47,2%
	1	Não	144	45,0%
	3	Sim	25	7,8%
		Não responde	25	7,8%

Item20.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	86		
	Rótulo	Peneda Gerês		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	199	62,2%
	1	Sim	121	37,8%

Item20.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	87		
	Rótulo	Montesinho		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	306	95,6%
	1	Sim	14	4,4%

Item20.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	88		
	Rótulo	Litoral Norte		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	317	99,1%
	1	Sim	3	0,9%

Item20.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	89		
	Rótulo	Alvão		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	313	97,8%
	1	Sim	7	2,2%

Item20.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	90		
	Rótulo	Douro		
	Tipo	Internacional		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada		
	1	Não	316	98,8%
		Sim	4	1,3%

Item20.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	91		
	Rótulo	Serra da Estrela		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	207	64,7%
	1	Sim	113	35,3%

Item20.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	92		
	Rótulo	Tejo Internacional		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	316	98,8%
	1	Sim	4	1,3%

Item20.8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	93		
	Rótulo	Serras de Aire e		
	Tipo	Candeeiros		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada	314	98,1%
	1	Não	6	1,9%
		Sim		

Item20.9

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	94		
	Rótulo	Serra de São		
	Tipo	Mamede		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada	319	99,7%
	1	Não	1	0,3%
		Sim		

Item20.10

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	95		
	Rótulo	Sintra Cascais		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	310	96,9%
	1	Sim	10	3,1%

Item20.11

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	96		
	Rótulo	Arrábida		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	306	95,6%
	1	Sim	14	4,4%

Item20.12

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	97		
	Rótulo	Sudoeste		
	Tipo	Alentejano		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada	314	98,1%
	1	Não	6	1,9%
	2	Sim		

Item20.13

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	98		
	Rótulo	Vale do Guadiana		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	316	98,8%
	1	Sim	4	1,3%

Item20.14

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	99		
	Rótulo	Ria Formosa		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	316	98,8%
	1	Sim	4	1,3%

Ecoturismo

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	100		
	Rótulo	Já fez ecoturismo		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Sim	79	24,7%
	1	Não	228	71,3%
	2	Não responde	13	4,1%

Frequência

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	101		
	Rótulo	Qual a frequência		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Frequentemente	6	1,9%
	2	Ocasionalmente	49	13,1%
	3	Raramente	32	10,0%
	4	Não se aplica	240	75,0%

Fator.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	102		
	Rótulo	Poupança_fator		
	Tipo	monetário		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	Entrada			
	0	Não	67	20.9%
	1	Sim	13	4.1%
	2	Não se aplica	240	75.0%

Fator.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	103		
	Rótulo	Lazer		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	25	7.8%
	1	Sim	55	17.2%
	2	Não se aplica	240	75.0%

Fator.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	104		
	Rótulo	Consciência		
	Tipo	ambiental		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	Entrada			
	0	Não	48	15.0%
	1	Sim	32	10.0%
	2	Não se aplica	240	75.0%

Fator.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	105		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	77	24.1%
	1	Sim	3	0.9%
	2	Não se aplica	240	75.0%

Fator.outra

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	106		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	77	24.1%
	1	Sim	0	0.0%
	2	Não se aplica	241	75.3%
	3	Pedestrianismo	1	0.3%
	4	Experiência nova	1	0.3%

Influenciou.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	107		
	Rótulo	Anúncios		
	Tipo	publicitários		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	Entrada			
	0	Não	75	23,4%
	1	Sim	5	1,6%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	108		
	Rótulo	Revistas J		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	66	20,6%
	1	Sim	14	4,4%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	109		
	Rótulo	Jornais		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	75	23,4%
	1	Sim	5	1,6%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	110		
	Rótulo	Internet		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	47	14,7%
	1	Sim	33	10,3%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	111		
	Rótulo	Televisão		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	71	22,2%
	1	Sim	0	0,0%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	112		
	Rótulo	Agências de		
	Tipo	viagem		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	Entrada			
	0	Não	76	23,8%
	1	Sim	4	1,3%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	113		
	Rótulo	Familiares		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	50	15,6%
	1	Sim	30	9,4%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	114		
	Rótulo	Amigos		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	29	9,1%
	1	Sim	51	15,6%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.9

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	115		
	Rótulo	Colegas de		
	Tipo	Trabalho		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	Entrada			
	0	Não	72	22,5%
	1	Sim	8	2,5%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.10

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	116		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	76	23,8%
	1	Sim	4	1,3%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Influenciou.outra

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	117		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	76	23,8%
	1	Sim	0	0,0%
	2	Não se aplica	240	75,0%
	3	Natureza,		
	4	espécies	2	0,6%
5	Natureza E uma optima	1	0,3%	
		Oncão	1	0,3%

Influenciou11

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	118		
	Rótulo	Redes Sociais		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	69	21,6%
	1	Sim	11	3,4%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Item25.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	119		
	Rótulo	Motivo_Natureza		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	3	0,9%
	1	Sim	77	24,1%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Item25.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	120		
	Rótulo	Motivo_Exp._		
	Tipo	Passada		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada	61	19,1%
	1	Não	19	5,9%
	2	Sim	240	75,0%

Item25.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	121		
	Rótulo	Curiosidade		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	56	17,5%
	1	Sim	24	7,5%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Item25.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	122		
	Rótulo	Consumidor		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	76	23,8%
	1	Sim	4	1,3%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Item25.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	123		
	Rótulo	Saúde		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	75	23,4%
	1	Sim	5	1,6%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Item25.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	124		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	78	24,4%
	1	Sim	2	0,6%
	2	Não se aplica	240	75,0%

item25.outra

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	125		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	78	24,4%
	1	Sim	0	0,0%
	2	Não se aplica	241	75,3%
	3	Consciência		
		Ambiental/ Ecológica	1	0,3%

Adquirir.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	126		
	Rótulo	Agências de		
	Tipo	viagem		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada		
	1	Não	71	22,2%
	2	Sim	9	2,8%
		Não se aplica	240	75,0%

Adquirir.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	127		
	Rótulo	Internet		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	22	6,9%
	1	Sim	58	18,1%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Adquirir.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	128		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	64	20,0%
	1	Sim	16	5,0%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Adquirir.outra

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	129		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	67	20,9%
	1	Sim	0	0,3%
	2	Não se aplica	241	75,3%
	3	Associações	4	1,3%
	4	Locais	2	0,6%
	5	Pessoalmente	4	1,3%
	6	Amigos	4	1,3%
		Roteiros	1	0,3%
		Turísticos		

Publicita

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	130		
	Rótulo	A terceiros		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	8	2,5%
	1	Sim	72	22,5%
	2	Não se aplica	240	75,0%

Item27.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	131		
	Rótulo	Familiares		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	20	6,3%
	1	Sim	58	18,1%
	2	Não se aplica	242	75,6%

Item27.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	132		
	Rótulo	Amigos		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	12	3,8%
	1	Sim	66	20,6%
	2	Não se aplica	242	75,6%

Item27.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	133		
	Rótulo	Colegas de		
	Tipo	trabalho		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	0	Entrada		
	1	Não	39	12,2%
	2	Sim	39	12,2%
		Não se aplica	242	75,6%

Item27.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	134		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	78	24,4%
	1	Sim	0	0,0%
	2	Não se aplica	242	75,6%

Item27.outra

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	135		
	Rótulo	Outra		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	0	Não	78	24,4%
	1	Sim	0	0,0%
	2	Não se aplica	242	75,6%

Voltar

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	136		
	Rótulo	Visitar o Parque		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Sim	284	88,8%
	2	Não	0	0,0%
	3	Talvez	31	9,7%
	4	Não Sabe	5	1,6%

Item29.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	137		
Valores válidos	Tipo	Tipo de zona		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
	1	Entrada Discordo	1	0,3%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	5	1,6%
		Nem concordo-	30	9,4%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	165	51,6%
		Concordo		
		Totalmente	119	37,2%

Item29.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	138		
Valores válidos	Tipo	Qualidade da		
	Formato	zona		
	Medição	Númérico		
	Função	F8		
	1	Nominal Entrada Discordo	2	0,6%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	12	3,8%
		Nem concordo-	47	14,7%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	179	55,9%
		Concordo		
		Totalmente	80	25,0%

Item30.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	139		
Valores válidos	Tipo	Preço associ_		
	Formato	qualidade		
	Medição	Númérico		
	Função	F8		
	1	Nominal Entrada Discordo	12	3,8%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	51	15,9%
		Nem concordo-	82	25,6%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	146	45,6%
		Concordo		
		Totalmente	29	9,1%

Item30.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	140		
	Rótulo	Elevado preço +		
	Tipo	qualidade		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	25	7,8%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	130	40,6%
		Nem concordo-	104	32,5%
	4	nem discordo		
5	Concordo	54	16,9%	
	Concordo	7	2,2%	
	Totalmente			

Item30.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	141		
	Rótulo	Menor preço -		
	Tipo	qualidade		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	34	10,6%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	122	38,1%
		Nem concordo-	109	34,1%
	4	nem discordo		
5	Concordo	51	15,9%	
	Concordo	4	1,3%	
	Totalmente			

Item30.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	142		
	Rótulo	Preço		
	Tipo	determinante		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	6	1,9%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	22	6,9%
		Nem concordo-	48	15,0%
	4	nem discordo		
5	Concordo	170	53,1%	
	Concordo	74	23,1%	
	Totalmente			

Item30.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	Desde que	143	
	Tipo	satisfaça		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	3	0,9%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	24	7,5%
		Nem concordo-	76	23,8%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	171	53,4%
		Concordo	46	14,4%
		Totalmente		

Item30.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	Procura +	144	
	Tipo	economicas		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	2	0,6%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	4	1,3%
		Nem concordo-	30	9,4%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	182	56,9%
		Concordo	102	31,9%
		Totalmente		

Item30.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	Experiência	145	
	Tipo	positiva		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	7	2,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	88	27,5%
		Nem concordo-	83	25,9%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	114	35,6%
		Concordo	28	8,8%
		Totalmente		

Item31.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	146		
	Rótulo	Revistas da		
	Tipo	especialidade		
	Formato	Númerico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	23	7,2%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	41	12,8%
		Nem concordo-	112	35,0%
	4	nem discordo		
	5	Concordo	130	40,6%
		Concordo	14	4,4%
		Totalmente		

Item31.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	147		
	Rótulo	Jornais		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo		
		Totalmente	25	7,8%
	2	Discordo	57	17,8%
	3	Nem concordo-	127	39,7%
		nem discordo		
	4	Concordo	108	33,8%
	5	Concordo	3	0,9%
		Totalmente		

Item31.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	148		
	Rótulo	Internet		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo		
		Totalmente	10	3,1%
	2	Discordo	11	3,4%
	3	Nem concordo-	49	15,3%
		nem discordo		
	4	Concordo	200	62,5%
	5	Concordo	50	15,6%
		Totalmente		

Item31.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	149		
	Rótulo	Televisão		
	Tipo	Númerico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Discordo		
		Totalmente	10	3,1%
	2	Discordo	23	7,2%
	3	Nem concordo-	83	25,9%
		nem discordo		
	4	Concordo	184	57,5%
	5	Concordo	20	6,3%
		Totalmente		

Item31.5

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	150		
Valores válidos	Tipo	Publicidade		
	Formato	Turística		
	Medição	Número		
	Função	Nominal		
	1	Entrada	6	1,9%
	2	Discordo	24	7,5%
3	Nem concordo-	93	29,1%	
4	nem discordo	179	55,9%	
5	Concordo	18	5,6%	
	Concordo			
	Totalmente			

Item31.6

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	151		
Valores válidos	Tipo	Folhetos		
	Formato	informativos		
	Medição	Número		
	Função	Nominal		
	1	Entrada	5	1,6%
	2	Discordo	20	6,3%
3	Nem concordo-	72	22,5%	
4	nem discordo	203	63,4%	
5	Concordo	20	6,3%	
	Concordo			
	Totalmente			

Item31.7

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	152		
Valores válidos	Tipo	Agências		
	Formato	Turísticas		
	Medição	Número		
	Função	Nominal		
	1	Entrada	10	3,1%
	2	Discordo	41	12,8%
3	Nem concordo-	102	31,9%	
4	nem discordo	152	47,5%	
5	Concordo	15	4,7%	
	Concordo			
	Totalmente			

Item31.8

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	153		
	Rótulo	Familiares		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
Valores válidos	Função	Entrada		
	1	Discordo	3	0,9%
	2	Totalmente	6	1,9%
	3	Discordo	27	8,4%
		Nem concordo-		
	4	nem discordo	190	59,4%
	5	Concordo	94	29,4%
		Concordo		
		Totalmente		

Item31.9

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	154		
	Rótulo	Amigos		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
Valores válidos	Função	Entrada		
	1	Discordo	2	0,6%
	2	Totalmente	2	0,6%
	3	Discordo	24	7,5%
		Nem concordo-		
	4	nem discordo	204	63,7%
	5	Concordo	88	27,5%
		Concordo		
		Totalmente		

Item31.10

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	155		
	Rótulo	Colegas de		
		trabalho		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
Valores válidos	Função	Entrada		
	1	Discordo	4	1,3%
	2	Totalmente	12	3,8%
	3	Discordo	67	20,9%
		Nem concordo-		
	4	nem discordo	169	52,8%
	5	Concordo	68	21,3%
		Concordo		
		Totalmente		

Item32.1

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	156 Qualquer oferta é		
	Tipo	confiável		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada Discordo	51	15,9%
	2	Totalmente Discordo	175	54,7%
	3	Nem concordo-	71	22,2%
	4	nem discordo Concordo	21	6,6%
	5	Concordo Totalmente	2	0,6%

Item32.2

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	157 Experiência e		
	Tipo	conhecimento		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada Discordo	5	1,6%
	2	Totalmente Discordo	46	14,4%
	3	Nem concordo-	118	36,9%
	4	nem discordo Concordo	144	45,0%
	5	Concordo Totalmente	7	2,2%

Item32.3

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição Rótulo	158 Experiências		
	Tipo	passadas		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada Discordo	2	0,6%
	2	Totalmente Discordo	19	5,9%
	3	Nem concordo-	91	28,4%
	4	nem discordo Concordo	190	59,4%
	5	Concordo Totalmente	18	5,6%

Item 32.4

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	159		
	Rótulo	Experiência		
	Tipo	passada negativa		
	Formato	Númérico		
	Medição	F8		
	Função	Nominal		
Valores válidos	1	Entrada		
		Discordo	47	14,7%
	2	Totalmente		
	3	Discordo	132	41,3%
		Nem concordo-	106	33,1%
	4	nem discordo		
5	Concordo	30	9,4%	
	Concordo	5	1,6%	
	Totalmente			

Recebido

		Valor	Contagem	Porcentagem
Atributos padrão	Posição	161		
	Rótulo	Recolhido_Mês		
	Tipo	Númérico		
	Formato	F8		
	Medição	Nominal		
	Função	Entrada		
Valores válidos	1	Abril / 2015	77	24,1%
	2	Mai / 2015	41	12,8%
	3	Junho / 2015	40	12,4%
	4	Julho / 2015	42	12,8%
	5	Agosto / 2015	25	7,8%
	6	Setembro / 2015	31	9,7%
	7	Outubro / 2015	48	15,0%
	8	Novembro / 2015	12	3,8%
	9	Dezembro / 2015	4	1,3%